

O INSTITUTO

REVISTA CIENTIFICA E LITTERARIA

XVIII ANNO — NOVEMBRO DE 1873

SEGUNDA SERIE — N.º 7

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

INSTITUTO

SUMMARIO

	Pag.
FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA — por M. Cortez...	5
DIREITO PUBLICO ECCLESIASTICO — por Candido de Figuei- redo	23
ASSIMILAÇÃO VEGETAL — por A. V. de Oliveira David	28
LOUVERTURE E BONAPARTE (poesia) — por Candido de Fi- gueiredo	36
BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNCOS DE 1872 E 1873 — por A. M. Seabra d'Albu- querque.....	41

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Em Coimbra, por anno, ou 12 numeros.....	1\$500
Numero avulso	160

Para fóra de Coimbra, accresce o importe das estampilhas.

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. Men-
donça Cortez; a de administração e gerencia ao gabinete do
Instituto, Coimbra.

COIMBRA

IMPRESSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

~~~~~  
XVIII ANNO — SEGUNDA SERIE

VOL. XVIII — NOVEMBRO, 1873.

OTUTTSI O

1911

# O INSTITUTO

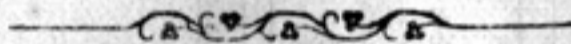
~~~~~  
XVIII ANNO DA FUNDAÇÃO

SEGUNDA SERIE

~~~~~  
VOLUME XVIII

Novembro a Abril — 1873 a 1874

N.<sup>os</sup> 7 a 12



COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1873

O INSTITUTO

XVII ANO DA FUNDACAO

SEGUNDA SERIE

VOLUME VII

Novembro e Dezembro - 1878 e 1879

N.º 2 e 12

COIMBRA

IMPRIMTA DE ALVARO GOMES



# INDICE

## DAS MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME XVIII

### A. A. da Fonseca Pinto :

|                           | Pag. |
|---------------------------|------|
| Um romance historico..... | 133  |
| No Minho .....            | 240  |

### A. Filippe Simões :

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| Da architectura religiosa em Coimbra durante a idade media | 254 |
|------------------------------------------------------------|-----|

### Alberto Telles :

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| O conselho da regencia ..... | 228 |
|------------------------------|-----|

### A. M. Seabra d'Albuquerque :

|                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra nos<br>anos de 1872 e 1873..... | 41  |
| Idem .....                                                                           | 83  |
| Idem .....                                                                           | 189 |
| Idem .....                                                                           | 278 |

**A. V. d'Oliveira David :**

|                           | Pag. |
|---------------------------|------|
| Assimilação vegetal ..... | 28   |
| »       » .....           | 59   |
| »       » .....           | 105  |
| »       » .....           | 161  |

**Bernardino Pinheiro :**

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| Amores d'um visionario ..... | 116 |
|------------------------------|-----|

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Importancia da electrotherapia no tractamento das paralyrias<br>consecutivas a lesões traumaticas ..... | 248 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

**Candido de Figueiredo :**

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Direito publico ecclesiastico .....   | 23  |
| Louverture e Bonaparte (poesia) ..... | 36  |
| Chronica .....                        | 186 |

**J. dos Sanctos e Silva:**

|                                                      |     |
|------------------------------------------------------|-----|
| Estudo chimico de alguns derivados da camphora ..... | 220 |
|------------------------------------------------------|-----|

**J. Frederico Laranjo :**

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| Origens do socialismo ..... | 201 |
|-----------------------------|-----|

**Luiz Garrido :**

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| Quadros da vida romana ..... | 70  |
| »       »       » .....      | 135 |
| »       »       » .....      | 171 |
| »       »       » .....      | 231 |



## Mendonça Cortez:

|                                              | Pag. |
|----------------------------------------------|------|
| Fontes da receita publica na India .....     | 5    |
| » » » » .....                                | 49   |
| » » » » .....                                | 97   |
| Fazenda publica de Portugal em 1874-75 ..... | 145  |
| » » » » .....                                | 193  |
| » » » » .....                                | 241  |

---

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

### FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA

Sem nos determos na exposição do organismo da sociedade indiana, tal qual nos apparece no periodo do apogeu da sua civilisação, porque isso, alem de ser alheio ao nosso estudo, nos levaria longe de mais, basta recordar que ella estava dividida em quatro castas <sup>1</sup>, tão deseguaes em direitos como, segundo as narrativas brahmi-  
cas, eram deseguaes em origem e em destinação: os *brahmanes*, elemento predominante sacerdotal e litterario; os *kchattryás* <sup>2</sup>,

<sup>1</sup> *Rig-Veda*, lect. iv, hym. v, Punucha, v. 12, na *Bibl. Orien.* 1, p. 571. — *Manava-Dharma-Sastra* (cod. de Manu) liv. sloc. 1, 31, 87 a 91, v. fr. de *Deslongchamps*, *Bibliothèque Orientale* 1, p. 426, not. 2; *Cantu*, *Storia Universale*, l. 11, cap. 1, p. 158, cap. xii, p. 229 s; *Dollfus*, *Considérations sur l'histoire*, p. 220; *Du Mesnil-Marigny*, *Histoire de l'Économie Politique* 1, p. 45 s; *Bouillet*, *Dict. des Scien.*, p. 275; *Dict. d'Hist.* p. 918; *Foucaux* le *Mahâbbârata*, p. 33, not. 1.

<sup>2</sup> *Cattryas*, escreve *Bouillet*, l. c.; *Sciatrias*, escreve *Cantu*, l. c.; *Kchattryas*, escreve *Du Mesnil*, l. c.; *Kcattryas*, *Foucaux*, l. c.; *Kshatriyas*, *Dollfus*, l. c.; *Kchattryas*, *Langlois*, v, do *Rig-Veda* *Biblioth. Orient.*, ll. cc., p. 426; *Foucaux*, *Table analytique du Rig.*, p. 636.

Este vocabulo, assim escripto, encontra-se por vezes no *Rig-Veda* com a significação de *dominação* segundo *Langlois*,—como na sec. vi, lect. 11, hym. v, v. 8., *Bibl.*, p. 419; outras vezes, significando *guerreiro*, e applicado a Indra, como *ibid.* sec. 14, lec. 14, hym. vii, v. 1, *ib.*, p. 299, ou a outros deuses ou heroes, como aos *Adityas*, *ibid.*, sec. vi, lect. 14, hym. xi, v. 1, (*ib.* p. 441); outras na significação de *forte*, como *ibid.* sec. v, lect. vii, hym. iv, v. 13, *ib.* p. 394 e sec. viii, lect. 11, hym. v, v. 8, *ib.* p. 553; *Burnouf*, *Dict. Sanscr.*, p. 195, escreve *Xattriya* de *xattra*-guerreiro de *xan*-matar ou *xi* destruição; *ib.* p. 194.

Apezar d'isso escrevemos *Kchattrya*, porque a primeira lettra d'este vocabulo *xa* corresponde áquelloutros do nosso alphabeto *ksà* ou *kcha*.

(Vid. *Burnouf*, *Dict. cit.*, p. 1; *Méthode pour étudier la langue sanscr.*, p. 11; *Bopp* *Gram. compar.* 11, § 109 b. A segunda é o *ttra* do sanscrito; *Burnouf*, ll. cc.

elemento guerreiro e dominador; os *væcyas*<sup>1</sup> elemento industrial e commerciante; e os *çûdras*<sup>2</sup>, elemento servil, o infimo da sociedade hindostanica.

Não eram só estas as divisões sociaes da familia indiana, como ella nos apparece constituida nas epochas do seu pleno desenvolvimento, isto é, na segunda e terceira, desde a promulgação do Codigo de Manú<sup>3</sup> até o ultimo dos concilios budhicos<sup>4</sup>, e por tanto desde o seculo XVI até os ultimos 50 annos antes de Christo<sup>5</sup>; mas ainda cada uma d'estas castas se dividia em muitas categorias, que não examinaremos por ser escusado para o nosso assumpto<sup>6</sup>.

Observâmos, todavia, que, com quanto a India, desde talvez a invasão Aryana, estivesse dividida numa infinidade de pequenos estados, apezar d'isso a sua organização social, administrativa e economica era commum a todos, salvas pequenas excepções.

O solo indiano, como ainda hoje se revela, era riquissimo em todas as materias primas, que provocam e desenvolvem a indus-

<sup>1</sup> *Cantu*, l. c., escreve *Vasia*; *Bouillet*, ll. cc., *Waishias*; *Du Mesnil*, l. c. *Vaysias*; *Foucaux*, l. c. igualmente; *Langlois*, ll. cc., p. 426-571, *Vesyas*.

Escrevemos *Væcyas* do vocabulo sanscrito. *Burnouf*, Dict. cit., p. 622.

<sup>2</sup> *Soudra*, segundo *Dollfus*, l. c. e *Bouillet*, ll. cc.; *Çudra*, segundo *Foucaux*, *Mahabhar.* l. c.; e *Du Mesnil*, l. c.; *Sudra*, segundo *Cantu*, l. c.; *Soudra*, segundo *Langlois*. *Rig-Veda*, sec. VIII, lect. IV, hym. V, v. 12 e not. 2 ao v. 2.

Escrevemos assim do sanscrito *Çudra* *Burnouf*, Dict. cit., p. 654.

<sup>3</sup> Vid. os nossos *Est. Fin.*, n.º 56.

<sup>4</sup> Mencionam os indianistas tres, seguindo a narrativa thibetana. No 1.º, convocado por Kâciapa logo depois da morte do mestre, Çakya-Muni, reuniram-se em Râdjagriha uns 500 religiosos para fazerem compilar as doutrinas do mestre. Kacyapa compilou a *Abhidarma* (metaphysica); Ananda os *Soutras* (legendas e Oupali o *Vinaya* disciplina).

No 2.º 110 annos depois da morte de Çakya, fez-se a 2.ª compilação das doutrinas de Çakia, segundo *Burnouf* pouco differente da 1.ª No 3.º, tres seculos depois, junctaram-se 800 religiosos, que formaram uma terceira e ultima compilação para obviar ao abuso das divisões e subdivisões das seitas budhicas. (Vid. *Asiatie Researches*, t. XX, p. 92, 297 e 298.)

<sup>5</sup> Vid. nossos *Estudos Financeiros*, n.º 54; *Eugen. Burnouf*. *Introduct. à l'hist. du Boudhism. ind.* I, p. 578-585.

<sup>6</sup> Vid. *Du Mesnil*, p. 53 s.

tria humana<sup>1</sup>; e a raça aryana soube até certo ponto, como veremos, aproveitá-las.

Numerosas passagens dos livros sagrados e litterarios indianos nos attestam não só os progressos da agricultura, e dos melhoramentos que ella reclama, canaes, grandes trabalhos de drenagem<sup>2</sup> etc.; mas tambem o estado florescente das artes, da industria e do commercio<sup>3</sup>.

A descripção da rica cidade *Ayodhya* que nos faz o *Ramáyána*; a de *Dwarka* que lemos no *Mahábhârata*; o que o *Périplo* d'ARRIANO<sup>4</sup> diz do commercio de *Melkjada*; o que conta HERODOTO<sup>5</sup> das maravilhas fabricadas pelos indianos na tecelagem da seda e do algodão; a narrativa que faz Q. CURCIO<sup>6</sup> do luxo dos principes indianos; a admiravel magnificencia dos immensos pagodes de *Salsette*, de *Kailésa*, de *Ceylam*, de *Elephanta*, de *Ramiceram*, de *Ozene*, etc.<sup>7</sup>, demonstram, quando outras provas não tivéssemos, a rigorosa verdade do que dizemos.

É certo, comtudo, que em virtude mesmo da organização social e politica a industria não attingiu o gráu de prosperidade que podéra conseguir, ferida por muitos vicios; como a *ignorancia* systematica e religiosa em que era conservada a classe mais numerosa, a dos *çúdras*, que nem podiam aprender a escrever nem a ler os *livros sagrados*<sup>8</sup>; a *immobilidade*, que em virtude das

<sup>1</sup> Vid. *Diodoro Sicul.* II, c. 36; *Plinio* VI, c. 26; *Herodot* III, c. 94; *Du Mesnil*, l. c. I, p. 91 s-129; *Bouillet*, Dic. Hist., p. 918, ou algum dos numerosos tractados de geographia geral.

<sup>2</sup> Julga-se que o canal de Delhi, que tem cerca de 200 kilometros de extensão, foi construido nesta epocha. *Du Mesnil* cit., p. 91.

<sup>3</sup> Nos *Upavedas* (Vid. *Estud. Financ.*, n.º 58), se contêm extensos e minuciosos tractados sobre as artes e officios. De muitas passagens do *Codigo de Manu* (*Estud. Financ.*, n.º 56) de muitas do *Ramayana* (*Estud. Financ.*, n.º 54), d'outras do *Mahábhârata*. (*Estud. Financ.*, n.º 55) se deduz o grande aperfeiçoamento da industria, e desenvolvimento do commercio indiano. Vid. *Cantu*, l. II, c. XII, p. 230 s.

<sup>4</sup> Vid. *Estud. Financ.*, n.º 59, not. 7.

<sup>5</sup> L. III, c. 8.

<sup>6</sup> L. VIII.

<sup>7</sup> *Du Mesnil* cit., p. 107, s.

<sup>8</sup> Vid. *Bibl. Orient.* I, p. 38, col. 1; *Cantu* cit., p. 232.

crenças religiosas eivava todo o desenvolvimento social indiano <sup>1</sup>; as *violencias*, que as castas superiores victoriosas frequentes vezes empregavam para com as inferiores vencidas <sup>2</sup>; a *regulamentação* minuciosa e excessiva dos livros da lei, que tolhiam o vño ao livre desenvolvimento individual, e impunham ao filho o dever de seguir a industria e mestér do pae <sup>3</sup>; a *infamia* que se ligava ao exercicio de certas industrias necessarias á sociedade, como sapateiros, surradores, etc.; e, emfim, devemos accrescentar, o *principio social falso* de que o rei era o unico proprietario <sup>4</sup>. O commercio tambem, apezar das excellentes condições naturaes da India, ficou muito áquem do gráu de prosperidade a que chegaria, se, como a industria, não fosse tolhido por preconceitos e estorvos da legislação. D'aquelles notemos apenas a *infamia* que acompanhava os que sahiam da India e se fixavam no estrangeiro; d'estes a *proibição* legal ao *çûdra* de capitalisar alem de certa quantia <sup>5</sup>.

A administração era quasi patriarchal; o rei, que segundo as prescripções da lei devia fazer do *brahmane* o seu guia e o seu conselheiro <sup>6</sup>, era o chefe hierarchico do estado, que se dividia em communas — *gramas*. Um grupo de 10 *gramas* era governado por um official da confiança do rei e commandante d'uma companhia de guardas encarregados de manter a ordem <sup>7</sup>.

Dois d'estes grupos de *gramas*, ou 20, eram governados por um official de mais elevada hierarchia; cinco grupos de 20 *gramas* obedeciam a um superior, que governava, pois, sobre 100 communas; emfim 10 d'estes grupos, ou 1000 *gramas*, eram governados por outro official directamente ás ordens do rei <sup>8</sup>. Cada um d'estes officiaes recebia honorarios accomodados á sua hie-

<sup>1</sup> *Cantu* cit., p. 240.

<sup>2</sup> *Du Mesnil* cit., p. 52, s.

<sup>3</sup> Vid. p. 53-100, s.

<sup>4</sup> *Cod. Manú*, c., l. VII, sloc. 7.

<sup>5</sup> *Du Mesnil* cit., p. 117, s.

<sup>6</sup> *Cod. Manú*, l. VII, sloc. 1 a 70.

<sup>7</sup> *Ibid.* sloc. 114.

<sup>8</sup> *Ibid.* sloc. 114 a 117; *Du Mesnil* cit., p. 60.

rarchia. Os do primeiro grupo recebiam o rendimento d'um *kula*<sup>1</sup>; os do segundo, de 5 *kulas*; os do terceiro, d'uma *grama*; os do ultimo d'uma *pura* (cidade)<sup>2</sup>.

Alem d'estes ainda havia outros officiaes, que superintendiam sobre elles, e sobre todos um mais graduado nas *nagara* (grandes cidades)<sup>3</sup>.

O rei na governação do Estado devia não só aconselhar-se com os *brahmanes*, e tomar-lhes os exemplos, mas ainda cercar-se de 7 ou 8 ministros ajuramentados, com os quaes examinaria os negocios publicos e com conselheiros integros, doctissimos, activos, *peritos em materia de finanças*, e de virtude experimentada<sup>4</sup>.

O serviço militar recahia exclusivamente sobre os *Kchattriyas*<sup>5</sup>, que nenhum outro tributo alem d'este deviam ao estado, como os *Brahmanes* nenhum pagavam senão o de dirigirem a *Brahma* as suas orações pela felicidade publica<sup>6</sup>.

A organização judiciaria era tambem simples e quasi patriarcal; um juiz superior e 3 adjunctos, que como o chefe deviam pertencer á classe brahmica e ser bem versados nos sagradas *Védas*<sup>7</sup>.

Apezar, porém, d'esta organização e da brandura natural da indole indiana, na penalidade havia as mesmas monstruosas desigualdades de castas que em tudo o mais. Assim, emquanto o *brahmane*, mesmo o homicida, só podia ser punido pelo *exilio* e pela *multa*, o *çúdra* por faltas insignificantes era punido com penas atrocissimas<sup>8</sup>.

A governação publica cifrava-se nos assumptos seguintes, que segundo a lei constituíam os affazeres do rei; despesas e rendimentos publicos, missões dos ministros, a defesa publica, a de-

<sup>1</sup> Área que se podia lavrar com 2 arados de 3 junctas de bois cada um. *Cantu*. Documenti III, p. 87, not. 1.

<sup>2</sup> *Cod. Manú*, l. VII, sloc. 119.

<sup>3</sup> *Ibid.* sloc. 120 e 121.

<sup>4</sup> *Ibid.* sloc. 54, 56, 60 e 61.

<sup>5</sup> *Ibid.*, l. I, sloc. 89; *Cantu*, *Storia* II, c. XII, p. 230.

<sup>6</sup> *Du Mesnil* cit., p. 155.

<sup>7</sup> *Cod. Manú*, l. VIII, sloc. 11; *Du Mesnil* cit., p. 72, s.

<sup>8</sup> *Cod. Manú*, l. VIII, pass.; sign. sloc. 381 e 382.

cisão dos casos duvidosos, o exame dos negocios de consciencia, a applicação das penas e a expiação<sup>1</sup>: alem dos deveres relativamente aos visinhos benevolos ou hostis, que o Codigo de Manú regula minuciosamente, e podemos tambem acrescentar, *puerilmente*<sup>2</sup>.

Já dissemos que a industria e o commercio chegaram a grande progresso. O trabalho era honorificado; comquanto certos mysteres fossem reputados indignos da classe elevada dos brahmanes, e mesmo dos *vœsyas*, e outros simplesmente improprios e inconvenientes<sup>3</sup>.

Em todas as communas havia representantes das differentes industrias, e o commercio interno parece mesmo ter sido muito activo particularmente nas proximidades dos pagodes de grande devoção publica.

A industria da tecelagem do algodão, da sêda e d'outras materias primas, a da ourivesaria e joalheria, mesmo certas especialidades de luxo, como confeitaria, o trabalho em vidro, a fabricação de bebidas alcoolicas e fermentadas, a extracção e fabricação dos metaes tanto preciosos que abundavam, como do ferro e do aço, a industria importante da tinturaria e as que deviam concorrer para a construcção dos magnificos pagodes, de que já fallamos; todas essas especies de industria e muitas outras, chegaram a grande aperfeiçoamento.

O commercio, embora o limitassem muitas e variadas pêas, era não obstante consideravel. Desde a primeira epocha que elle começou a ser respeitado; o que não admira, se attendermos a que os proprios *brahmanes* o exerciam em larga escala, particularmente o interno, e que a virtude da hospitalidade, como bem observa DU MESNIL, e as romarias em grandes massas a certos pagodes afamados, juncto dos quaes se celebravam feiras importantes, deviam poderosamente concorrer para este resultado<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Ibid., l. VII, sloc. 154.

<sup>2</sup> Vid. *ibid.*, sloc. 155 e s.

<sup>3</sup> *Du Mesnil* cit., p. 78; *Cantu*, *Storia*, l. cit., p. 230 e 231.

<sup>4</sup> Neste caso estavam os famosos pagodes de Benarés, Ellora, Ozene, no interior, e Salsette, Elephanta, Mavalipuram perto das costas maritimas. *Du Mesnil* cit., p. 118, s.

Nestas feiras fazia-se, em diferentes epochas do anno, um commercio activo entre os romeiros das montanhas, que trabalhavam nos metaes e na tecelagem, e os da planicie, que produziam cereaes e trabalhavam em tinturaria.

O commercio externo tambem era valioso. Fazia-se por meio de caravanas, que devem remontar segundo as narrativas do Mahabhárata á primeira epocha, e para as quaes muito deviam concorrer as boas entradas indianas, como a que ligava *Lahore* e *Agra* na extensão de cerca de 100 leguas. D'algumas passagens do *Ramáyána* vê-se mesmo que havia um numeroso pessoal operario e tecnico para a construcção e conservação das estradas publicas <sup>1</sup>.

O commercio externo da India como que se centralisava em *Zariaspa* <sup>2</sup>, d'onde partiam numerosas caravanas em diferentes direcções, não só das que vinham das margens do delta do *Ganges*, como as que vinham das margens dos *Indus*.

De *Zariaspa*, umas partiam para o *Oxus*, *Aral*, *Caspio*, para finalmente nas costas do *Ponto Euxino* e *Mediterraneo* trocarem suas mercadorias <sup>3</sup>; outras partiam para *Samarcanda*, e de alli, atravessando os *Imãos* e o *Chamo*, entravam na *China* <sup>4</sup>; outras para a *Mesoptamia*, *Babylonia*, *Phenicia* e *Egypto*.

Sendo, porém, como ja notámos, os preceitos religiosos hostis ás viagens ao estrangeiro, a que alias os indianos seriam pouco inclinados por temperamento, segue-se que, se exceptuarmos os *Banianos*, este commercio era todo ou quasi todo feito por estrangeiros, *Parthos*, *Persas*, *Bactrianos* <sup>5</sup> e *Arabes*, que dos portos do Hindostão levavam aos do golpho Persico <sup>6</sup> e Mar Vermelho <sup>7</sup> os productos exportados da India.

<sup>1</sup> *Du Mesnil* cit., p. 123.

<sup>2</sup> *Bactra*.

<sup>3</sup> *Strabão*, l. II seguindo *Eratosthenes* e *Aristobulo*; *Plinio* VI, c. 17.

<sup>4</sup> *Ptolomeu* VI, c. XIV.

<sup>5</sup> *Ctesias*, *Hist. Alex.*; *Plinio* VII, c. 21.

<sup>6</sup> Tanto para a *Mesoptamia*, aonde chegaram subindo o *Euphrates*, como para as colonias phenicias do litoral do Golfo Persico.

<sup>7</sup> *Berenice*, *Mvos-hormos*, *Arsinoe*, colonias egypcias; *Ailath* e *Asionga-ber*, colonias hebraicas.



O commercio, comtudo, de *cabotagem*, que é o commercio interno marítimo das nações, era activamente cultivado pelos indianos tanto quanto consentiam a pouca iniciativa d'estes povos para as expedições marítimas e o atrazo da nautica entre elles<sup>1</sup>.

Os generos exportados da India eram: especiarias, materias de tinturaria, algodão, aço, madeiras, melação, tecidos de algodão, lã e seda, marfim, ourivesaria e quinquilherias. Os importados eram: sedas cruas da China, perfumes da Arabia e metaes preciosos em troca das mercadorias exportadas<sup>2</sup>.

Como o rei era considerado o verdadeiro proprietario, podia não só taxar, precedendo certas formalidades, o preço das mercadorias, prohibir a sua importação ou exportação; mas tambem tomar para si o monopolio da venda de quaesquer generos, tanto para exportar como para consumo.

Ja dissémos que a India abundava em metaes preciosos; e embora a archeologia ainda não tenha resolvido todas as duvidas que se levantam sobre a cunhagem, inscripções, peso e valor das moedas indianas, parece certo tanto da leitura das slokas do C. DE MANÚ como d'algumas passagens de HERODOTO, PLINIO e ARRIANO, que desde as primeiras dynastias a moeda era cunhada com certos emblemas em cobre — *panas*, — em prata — *machecas*, — em ouro — *soberanos*; sendo mesmo de seis em seis mezes determinado por decreto do rei o seu peso e valor<sup>3</sup>.

Dados estes traços geraes para delinear o organismo economico e administrativo da sociedade hindostanica na segunda e terceira epocha da sua civilisação, vejamos a organisação da sua *Receita publica*, cujas fontes eram:

- a) porção destinada aos *brahmanes*;
- b) contribuições de guerra sobre os vencidos;
- c) multas pagas ao rei;
- d) imposto sobre a venda de fructos;

<sup>1</sup> Segundo Plinio vi, cap. 24, os nautas indianos não se guiavam pela inspecção dos astros, mas pelo vôo das aves, que para esse fim levavam e que, tomando a direcção da terra, indicavam aos navegadores o rumo a seguir.

<sup>2</sup> Herodoto iii, c. 94; Plinio vi, c. 26; Strab. xv, c. 52.

<sup>3</sup> Herodoto iii, c. 94-102 s.; Plinio vi, c. 23 e 24; Du Mesnil c., p. 147 s.

- e) taxa sobre todas as vendas;
- f) direitos de importação;
- g) direitos de exportação;
- h) direitos de consumo;
- i) contribuição sobre o rendimento;
- j) imposto de transito;
- k) outras contribuições;
- l) contribuições extraordinarias;
- m) contribuições de serviço;
- n) bens reaes;
- o) monopolios reaes.

a) *Porção destinada aos brahmanes*

Assim dizemos, porque a lei, impondo a todo o indiano o dever de respeitar como pae e senhor o *brahmane*, e de satisfazer todos os seus pedidos, rogativas ou ordens; e aos *brahmanes*, concedendo o direito de usarem da parte que quizessem dos fructos de cada qual, comtanto que o avisassem primeiro<sup>1</sup>; e por outro lado fazendo do *brahmane* o conselheiro, guia e mestre do rei, evidentemente tornava a classe *brahmanica* inteira um poder superior do estado, e os recursos da sua manutenção entram naturalmente no quadro das receitas publicas<sup>2</sup>. Não diz a lei que limites tinha esta contribuição, que recahia sobre as tres classes indianas: se por um lado diz que ella deveria ser *proporcional* aos teres de cada um para *offerecer*, noutro diz «que o *brahmane* póde tomar o que quizer» por isso a proporcionalidade aqui desaparece<sup>3</sup>.

É natural que aquella fosse a regra, e esta a excepção; pois que a legislação hindostanica nos offerece mais d'um exemplo do bom senso pelo limitar efficazmente o arbitrio<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, l. i, sloc. 99, 100 e 101, l. iv, sloc. 231 s., l. viii, sloc. 134, 207 s., 417; *Du Mesnil* c., p. 48.

<sup>2</sup> Uma das disposições do *Codigo de Manú*, l. ix, sloc. 323, manda até dar aos *brahmanes* o producto das multas legaes.

<sup>3</sup> *Du Mesnil* c., p. 48 e 49.

<sup>4</sup> *Ibid.*

Esta contribuição indiana corresponde, pois, aos *dizimos ecclesiasticos*, entre nós extinctos pelo decreto de 30 de julho de 1832, artigos 7.º e 8.º, e usado antigamente para a sustentação do clero em quasi todos os paizes <sup>1</sup>.

b) *Contribuições de guerra sobre os vencidos*

Deviam seguir estas as leis da força entre os povos da India, como no resto do mundo. Havia, comtudo, duas excepções notáveis, que devemos apontar. A primeira era que, apesar da guerra, as propriedades agricolas, as sementeiras, os fructos, eram respeitados <sup>2</sup>. A segunda consistia em que os *brahmanes* estavam isentos de qualquer contribuição de guerra <sup>3</sup>. Era, portanto, esta fonte de receita alimentada pelos *kchattriyas*, *vesiyas* e *çúdras* do povo vencido.

Limitações é evidente que só as acharia na prudencia, justiça ou generosidade do vencedor e na fraqueza e paciencia do vencido <sup>4</sup>.

Este imposto tem sido, e continuará a ser usado por todos os povos victoriosos <sup>5</sup>.

c) *Multas pagas ao rei*

Recahiam sobre todas as castas, e, attendendo á minuciosa regulamentação do codigo sagrado, sobre este assumpto devemos concluir que seria uma das mais abundantes fontes da receita do rei ou do estado. De feito o livro VIII do CODIGO DE MANÚ, que tracta da *judicatura*, das *leis civis e criminaes*, rara é a sua disposição que não envolve uma multa.

<sup>1</sup> Vid. *Jacob*, sc. des Finances, §§ 55, 212, 372, 531, 532, 581; *Boiteau*, Fortune Publique, II, p. 21, 116; *Vignes*, Tr. des Impôts, I, p. 12, 14; *Coquelin*, Dict. Econ. I, p. 555, 899; *Block*, Dict. Polit. I, p. 723.

<sup>2</sup> *Cod. Manú*, I, VII, sloc. 203.

<sup>3</sup> *Ibid.* sloc. 133, *Du Mesnil*, p. 49.

<sup>4</sup> *Ibid.* sloc. 96, 97, 99, 101, 206, 207, 208, 212; *Rig-Véda*, sec. V, lect. VIII, hym. I, sloc. 31; *Du Mesnil* c., p. 49, 70.

<sup>5</sup> Vid. *Garnier*, Financ., p. 12 e 13.

A proporcionalidade d'esta contribuição dependia da taxa fixada na lei, do arbitrio do rei ou dos seus officiaes, e talvez do debate com o multado<sup>1</sup>. Notando o rigor com que certos delictos, muitos dos quaes hoje o não são<sup>2</sup>, eram punidos, devemos concluir que a proporcionalidade muito se aproximaria do confisco<sup>3</sup>; que aliás punia severamente os réos de *concussão* e *peculato*<sup>4</sup>.

Corresponde esta especie de contribuições indianas ás nossas *multas judicarias*<sup>5</sup>.

#### d) *Imposto sobre a venda de fructos*

Esta contribuição recahia sobre a venda dos cereaes, raizes e fructos quaesquer. Pagavam em especie os primeiros (cereaes) 8,33 %; 12,5 %; 14,28 %, segundo a qualidade dos terrenos<sup>6</sup>. Os restantes 16,66 %<sup>7</sup>.

STRABÃO, fallando-nos do organismo administrativo das cidades indianas, nos diz que ao quarto conselho compete, com outras attribuições, exigir uma contribuição por cada especie de fructo vendido<sup>8</sup>.

Vê-se, pois, que era *geral* e *progressivo*. Corresponde ao moderno *imposto de consumo*<sup>9</sup>.

#### e) *Taxa sobre todas as vendas*

Recahia este imposto sobre a venda de todos os generos: carne, mel, manteiga, perfumes, plantas medicinaes, succos vegetaes,

<sup>1</sup> *Du Mesnil* cit., p. 50.

<sup>2</sup> Por exemplo: o brahmane que não convidava aos seus festins os seus vizinhos brahmanes pagava uma forte multa. Vid. *Cod. Manú*, l. VIII, sloc. 392 e 393.

<sup>3</sup> *Du Mesnil* cit., p. 86.

<sup>4</sup> *Cod. Manú*, l. VII, sloc. 124.

<sup>5</sup> Vid. Nov. Ref. Jud. e decreto de 7 de dezembro de 1864; *Boiteau* c. 1, p. 246; *Block*, c. 1, p. 73; *Pagés*, Dict. Polit., p. 59.

<sup>6</sup> *Cod. Manú*, l. VII, sloc. 130 e 131; *Du Mesnil* c., p. 156.

<sup>7</sup> *Ibid.*, sloc. 131.

<sup>8</sup> *Strabão*, l. VII; *Du Mesnil* c., p. 75.

<sup>9</sup> *Parieu*, c. II, p. 263.

flores, folhas e plantas comestíveis, herba, madeira, utensilios de junco, pelles, louça de barro, objectos de pedra, e era de 16,66 %<sup>1</sup>. Strabão diz-nos que esta contribuição era de 10 %, e DU MESNIL, seguindo-o, afirma o mesmo<sup>2</sup>. Parece-nos, porém, o texto do CODIGO DE MANÚ, que aliás lemos em traducção<sup>3</sup>, bem claramente dizer o contrario.

Alguns crêem que esta contribuição recahia sobre o producto liquido da venda para o que se attendia ás despesas de producção e ás de conservação<sup>4</sup>.

Quando recahia sobre as vendas dos immoveis, era menor, apenas de 5 %<sup>5</sup>.

Vemos, pois, que em certos casos correspondia ás nossas contribuições indirectas de *consumo* e *real d'agua*<sup>6</sup>, e noutros correspondia ao nosso imposto de *transmissão* ou de *registro* por titulo oneroso, *sizas*, etc.<sup>7</sup>

#### f) Direitos de importação.

D'algumas passagens dos livros sagrados, especialmente do CODIGO DE MANÚ, devemos deduzir que o systema protector dominava na India, ou porque o desdem natural, com que os Hindús olhariam os estrangeiros, os levaria a ferirem de pesados impostos as mercadorias importadas; ou porque, consequencia natural de falsas e acanhadas idéas economicas, julgassem o imposto meio seguro de afastarem a incommoda concorrência dos estrangeiros, ou de augmentarem sem inconveniente para os nacionaes as fontes

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, l. VII, sloc. 131 e 132; *Du Mesnil* c., p. 156 e 157.

<sup>2</sup> *Du Mesnil* c., p. 75.

<sup>3</sup> Versão italiana de *Cantu* nos Documentos III, p. 1, s. sobre a de Romagnosi.

<sup>4</sup> *Du Mesnil* c., p. 156 e 157.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>6</sup> Vid. lei de 14 de abril de 1871, para o imposto de *consumo*, e lei de 27 de dezembro de 1870 e 13 de maio de 1873 para o *real d'agua*.

<sup>7</sup> Vid. decretos de 18 de junho de 1833, 27 de setembro de 1833, 27 de dezembro de 1833, etc., e lei de 30 de junho de 1860 e 31 de agosto de 1869; *Vignes* I, p. 5, s.; *Pariet* III, p. 190.

tributarias, onde a mão do exactor real poderia impunemente mergulhar.

Assim, como affirma ARRIANO, os estofos de seda importados da China eram tributados com fortes direitos<sup>1</sup>.

Da mesma fórma aconteceria com os mais generos importados de longinquos povos, que commerciavam com a India. Phenicios, Parthos, Persas, Babylonios, Arabes, Egypcios, Hebreus, etc., como nos deixam antever as *slocas* do Codigo de *Manú* e muitas passagens dos historiadores antigos<sup>2</sup>.

O numero, porém, dos artigos importados seria comparativamente limitado, se nos lembrassemos da prodigiosa feracidade do solo indiano, e da perfeição relativa da sua industria. Assim, poucos artigos sabemos que seriam importados alem da *seda crua* ou em obra, importada da China por *Barigasa* e *Limyrica*<sup>3</sup>; das *perfumarias* recebidas da Arabia<sup>4</sup>; do *bronze* e do *chumbo* importados dos paizes occidentaes<sup>5</sup>, e principalmente dos *metaes preciosos em barra e moeda*, com que os mercadores indianos geralmente saldariam as suas transacções commerciaes com os estrangeiros, ou porque nada mais achassem fóra que lhes merecesse valor, ou porque já então se deixavam guiar pelas falsas idéas do *systema mercantil*, e do valor por excellencia — a *moeda*.

Quer fosse uma quer outra a causa, é certo, no dizer dos historiadores, que o artigo mais abundante das importações eram os *metaes preciosos*, o que, juncto com a riqueza das minas indigenas, fazia da India o paiz mais abundante nesta especie de valores<sup>6</sup>.

Os lucros commerciaes, obtidos d'esta maneira, se não formavam fonte de receita para o estado sob a fórma de *direitos de*

<sup>1</sup> Periplo; *Du Mesnil* c., p. 105.

<sup>2</sup> *Cod. Manú*, VIII, *sloc.* 401; *Plinio*, Hist., l. xxxiv, p. 611; *Ptolomeu*, Geogr., l. vi, c. 13, etc.

<sup>3</sup> *Arriano*, no Periplo, o que aliás não concorda com a descripção de *Ptolomeu* c., l. vi, c. xi e s.

<sup>4</sup> *Ramâyâna*, recepção de *Sita*; *Cantu* c., p. 231; *Du Mesnil* c., p. 134.

<sup>5</sup> *Plinio*, Hist., l. xxxiv, p. 611.

<sup>6</sup> *Herodoto*, Hist., III, c. 94, fallando dos rendimentos de *Dario*; *Plinio*, Hist. c., l. vi, c. xix, xx, xxi e xxii, fallando dos *Dardes*, *Setas*, *Marcos*, etc.; *Cantu* c., p. 231. (Vid. h. adiante.)

*importação*, formavam-na sob a de *contribuição sobre as vendas*, ou outra qualquer.

A taxa d'estes direitos era de 16,66 % sobre os lucros<sup>1</sup>, e era cobrada nas cidades maritimas e da fronteira pelos officiaes propostos pelo rei.

Esta contribuição era, pois, *proporcional* e de *quotidade*, e correspondia aos modernos *direitos de importação*, entre nós e nos estados modernos, regulados pelas *Pautas aduaneiras* e arrecadados nas alfandegas *maritimas* ou da *raia*<sup>2</sup>.

#### g) *Direitos de exportação*

Ao contrario do que acontecia na importação os *direitos de*

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, VII, sloc. 131.

<sup>2</sup> A pauta entre nós em vigor é a de 25 de janeiro de 1871, e lei de 14 de maio de 1872, que a alterou em alguns artigos, e mandou que nas ilhas os direitos fossem cobrados em moeda forte. Emquanto aos paizes estrangeiros, vide para generalidades *Block*, *Annuaire Econ. Pol.* 1847, p. 161; *Garnier e.*, p. 129, s.; *Coquelin*, *Dict. Econ. Pol.* I, p. 744, II, p. 712; *Diction. de Commer.* I, p. 934, 999, II, p. 150.

Emquanto á legislação e parte positiva; entre nós, *Queiroz*, *Recopilação das pautas*; no estrangeiro, *Annales du Commerce*.

*Hespanha*, 1843 a 1860, n.º 1 a 17.

*França*, 1843 a 1872, n.º 1 a 262.

*Grã-Bretanha*, 1843 a 1864, n.º 1 a 45.

*Italia*, 1843 a 1860, n.º 1 a 16.

*Hollanda*, 1843 a 1856, n.º 1 a 14.

*Belgica*, 1843 a 1853, n.º 1 a 13.

*Suissa*, 1843 a 1860, n.º 1 a 12.

*Allemanha*, 1843 a 1869, n.º 1 a 33.

*Austria*, 1841 a 1872, n.º 1 a 14.

*Russia*, 1843 a 1873, n.º 1 a 35.

*Suecia*, 1843 a 1871, n.º 1 a 20.

*Grecia*, 1843 a 1873, n.º 1 a 9.

*Turquia*, 1844 a 1868, n.º 1 a 26.

*Egypto*, 1843 a 1866, n.º 1 a 16.

*Estados-Unidos*, 1843 a 1854, n.º 1 a 23.

*Brasil*, 1843 a 1866, n.º 1 a 15.

*Rep. Argentina*, 1843 a 1873, n.º 1 a 25.

*exportação* recahiam sobre um grande numero de artigos que a India enviava para o estrangeiro.

Comquanto a navegação de longo curso estivesse muito atrasada entre os Hindús, como nos revelam a cada passo os obstaculos que tolheram o progresso ás expedições maritimas de Alexandre<sup>1</sup>, e do facto affirmado pelos historiadores, e em harmonia com a legislação e preconceitos dos Hindús, de não abandonarem a sagrada terra da *Gazella negra*<sup>2</sup>; comtudo o commercio externo havia adquirido grande extensão, vindo os mercadores de todas as partes do estrangeiro aos portos indianos receber as suas mercadorias, e pela fronteira em numerosas caravanas dos paizes do oriente, do norte e do occidente.

Foi assim que o *Væsiya* e *Brahmane* sem sahirem da patria puderam commerciar com os Phenicios, Persas, Arabes, Egypcios, Chinas, Babylonios, Assyrios, Hebreus<sup>3</sup>, etc., e que sem sahirem fóra da Peninsula encontravam os productos da civilisação d'aquelles tempos nos grandes emporios commerciaes, como Barigasa, Ozene, Maliorpha, Garipura, Bacha, Methora, Clisobora, Palimbothra, Pattala, e tantas outras de que nos fallam ARRIANO<sup>4</sup>, PTOLOMEU<sup>5</sup>, PLINIO<sup>6</sup> e outros.

Os artigos exportados eram numerosos, e em proporção com

<sup>1</sup> Vej. em *Arriano* a reluctancia que os capitães de Alexandre oppozeram á exploração maritima do Mar Arabico em que elle se empenhava, e que depois foi realisada por Nearchos, *Hist. Indic.*, p. 334; a necessidade que este teve de tripular os seus navios não com marinheiros indianos, mas com os persas, phenicios, egypcios, cypriotas, etc. *ibid.*; os trabalhos que *Nearchos* affrontou para percorrer a costa indica das fozes do *Hydaspes* ao G. Persico, *ibid.*, p. 335. s.; e finalmente as difficuldades que experimentou o proprio Alexandre na sua descida pelo *Hydaspes*, *ibid.*, p. 238, s.

<sup>2</sup> *Cod. Manú* II, sloc. 23; *Plinio* c., p. 88; *Diodoro Siculo*, *Biblioth.* II, p. 151.

<sup>3</sup> *Cod. Manú* c., IV, sloc 9; *Herodoto* c., III, c. 102 s.; *Strabão*, *Geogr.* XV, p. 1006; *Plinio* c., p. 100; *Dumichen*, *Hist. Inscr.* II, 38, c. 1; *Chabas*, *Études*, p. 99, 148 e 149; *Cantu* c., p. 232; *Du Mesnil* c., p. 128, 134, 150.

<sup>4</sup> *Historia Indiae*, p. 255, s., 321, 324.

<sup>5</sup> *Geographia*, VI, c. XI, p. 229, s.

<sup>6</sup> *Historia Mundi*, p. 89 e 90.



a rica fecundidade do solo indiano e do genio paciente e laborioso do *Hindú*.

Exportava a India especiarias de variadissimas qualidades, essencias, resinas, materias de tinturaria, madeiras odoriferas e outras, marfim, quinquelherias, obras de côco, nacar, negro vegetal, alabastrite, crystal de rocha, ambar<sup>1</sup>, etc.

O que, porém, os indianos enviavam ao estrangeiro em mais larga escala, vista a qualidade superior dos artigos e a sua alta fama commercial, seria o aço em barra por *Melkjada*<sup>2</sup>; o succo da canna doce (*Saccharum officinarum* de Linn.) em melaço, e por ventura já em assucar<sup>3</sup>; os *cereaes*, que seriam tão procurados que a lei exigia dos lavradores que não enceleirassem algumas especies, como o *bosmoro*<sup>4</sup>, antes de o torrarem, tornando assim impossivel a sua germinação nos paizes estrangeiros<sup>5</sup>, como aconteceu com o milho preto, segundo Plinio importado da India para a Italia<sup>6</sup>; as *pedrarias* de todas as especies, perolas e metaes preciosos de que a India era abundantissima, segundo nol-o testemunham muitas passagens dos livros da litteratura indiana, e da greco-romana<sup>7</sup>; e finalmente as afamadas *cachemiras*, finissimos tecidos de linho de que nos falla PLINIO, e sobretudo os tecidos de algodão *sindones*, que eram a maravilha do mundo antigo<sup>8</sup>.

Alem d'estes, muitos outros exportaria, como sufficientemente

<sup>1</sup> Plinio c., p. 617, 639, 554, 655 e 656; Du Mesnil c., p. 124, 133, 150.

<sup>2</sup> Arriano, Periplo M. Eritr.

<sup>3</sup> Vid. *Ramâyâna*, festim offerecido por *Visictha* ao exercito de *Visra-Mithras*; *Cantu* c., v, p. 23; *Diction. du Commerc.* II, p. 1558; *D'Orbigny*, *Diction. de Hist. Natur.* II, p. 123; *Du Mesnil* c., p. 133 e 134.

<sup>4</sup> Variedade talvez do trigo vulgar (*triticum sativum* Lima) senão o verdadeiro trigo originario. Vej. *D'Orbigny* c., tom. v, p. 726, e VII, p. 596.

<sup>5</sup> *Strabão* c., l. v, c. 10.

<sup>6</sup> *Hist.* c., p. 318.

<sup>7</sup> *Mahbarat*, episodio do ataque dos elephantes bravios á caravana a que se havia reunido *Damianti*; *Arriano*, *Hist. Indiae*, p. 322; *Periplo M. Erytr.*; *Strabão* xv, p. 1032, 1045; *Plinio* c., p. 89, 90, 161, 638, 657, 660 a 669.

<sup>8</sup> *Ramâyâna*, episodio de *Sacuntala*; *Herodoto* c., III, c. 8; *Arriano*, *Periplo*; *Strabão* c., xv, p. 1016, 1039, 1047; *Plinio* c., p. 220; *Cantu* c., I, p. 231; *Du Mesnil* c., p. 103, 120, 133 e 134.

nol-o faz persuadir a grande riqueza de muitas das suas cidades e o luxo que seria vulgar, embora *Arriano* algures nos diga que os primeiros indianos não tinham nem cidades, nem templos, nem habitações, nem vestuário<sup>1</sup>.

Já dissemos que o organismo social e os preconceitos religiosos não deixavam o commercio, e, portanto, este ramo d'elle livremente desenvolver-se.

Se a lei impunha sob severissima penalidade aos commerciantes o dever da probabilidade commercial<sup>2</sup>; se os costumes, naturalmente honestos, tornavam os contractos facillimos; se para a imposição das contribuições o rei ou o quarto conselho, seguindo *Strabão*, devia segundo as prescripções da lei minuciosamente attender ás despesas da producção das mercadorias, para sobre o restante lançar o imposto<sup>3</sup>; é certo que por outro lado o arbitrio do rei podia d'um momento para outro prohibir a exportação d'este ou d'aquelle artigo, altear-lhe desmedidamente o imposto por um simples decreto, ou regulamental-o de fórma que elle se tornasse improficuo<sup>4</sup>.

A penalidade que garantia este arbitrio era severissima<sup>5</sup>.

Os direitos de *exportação*, pois, na India teriam o duplo fim de encherem o thesouro real e de protegerem provavelmente algumas industrias.

Estes direitos oscillariam de 16,66 % sobre o producto liquido dos preços das mercadorias exportadas, até 5 %, segundo a natureza provavelmente das mesmas mercadorias.

Em circumstancias, porém, extraordinarias este imposto podia elevar-se até 25 %<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> *Ramâyâna*, episodio cit., e descripção da cidade de *Ayodia*; *Mahabharata*, episodio da assembléa convocada por *Damianti*; *Arriano*, *Hist. Ind. c.*, p. 228 e 320.

<sup>2</sup> *Cod. Manú*, ix, sloc. 287, 291, etc.; *Du Mesnil c.*, p. 87.

<sup>3</sup> *Cod. Manú*, viii, sloc. 401, vii, sloc. 127; *Strabão c.*, xv, p. 1034.

<sup>4</sup> *Cod. Manú c.*, e viii, sloc. 132, 399; *Du Mesnil c.*, p. 79, s. e 137.

<sup>5</sup> *Cod. Manú c.*, viii, sloc. 399; *Du Mesnil c.*, e p. 160.

<sup>6</sup> *Cod. Manú c.*, vii, sloc. 131 e 132, viii, sloc. 398; *Du Mesnil c.*, p. 156, 160.

Era, pois, uma contribuição de *quotidade*, *proporcional* legalmente, e realmente *arbitraria*.

Corresponde aos modernos direitos de *exportação*, entre nós regulados como os da *importação* pela Pauta das alfandegas de 25 de janeiro de 1871 e lei que a modificou de 14 de maio de 1872<sup>1</sup>.

(*Continua*).

M. C.

<sup>1</sup> A nossa legislação aduaneira mais geral desde 1837 tem sido:

a) Pautas de

11 de janeiro de 1837.

11 de março de 1841.

31 de dezembro de 1852.

22 de dezembro de 1856.

23 de agosto de 1860.

18 de dezembro de 1861.

25 de janeiro de 1871.

b) leis que as modificaram:

lei de 28 de junho de 1843, estabelecendo additionaes de 7 e 3 p. c.

lei de 14 de novembro de 1844 — *idem*.

lei de 13 de julho de 1848, estabelecendo additionaes de 7, 5 e 10 p. c.

lei de 25 de abril de 1857, estabelecendo additionaes de 3 e 12 p. c.

lei de 14 de agosto de 1858 — *idem*.

c) tractados de commercio com diversos Estados.

Vid. *Beillac*, *Tarife des douannes françaises*; *Delandre*, *Tr. pratique des douannes*; *Bacques*, *Douannes*, *S. Ferreal Douannes*.

## DIREITO PUBLICO ECCLESIASTICO

### O GOVERNO PRIMITIVO DA EGREJA

(Capitulo II de um livro inedito)

#### I

Se a religião não fosse mais que uma relação individual entre Deus e o homem, um sentimento sem nada de commum com a natureza exterior, uma forma da sensibilidade ou um capricho da poesia, começariamos por negar a legitimidade de qualquer governo religioso.

Mas o estudo dos factos psychologicos, dos elementos constitutivos da natureza humana, e das leis sociologicas, leva-nos ao conhecimento de que a religião é mais alguma coisa do que isso: alem da relação que ella estabelece entre o Deus e o homem, estabelece entre os homens mesmo um complexo de relações de que dimana uma sociedade e, conseguintemente, um governo.

Desde que apparece uma religião, forma-se uma sociedade, um governo se constitue.

Se bem que alguns escriptores opinem que, antes do concilio de Nicêa, o poder da Egreja era desconhecido, e só reconhecido o poder civil<sup>1</sup>; e ainda que um notavel escriptor da actualidade tenha como certo que só no seculo V a Egreja se constituiu em sociedade independente, exhibindo um governo proprio<sup>2</sup>: julgamos todavia demonstravel que o governo da Egreja, nos tres ou quatro primeiros seculos do christianismo, teve uma existencia distincta

<sup>1</sup> PIERRE LEROUX, *Des conciles ou de l'origine democratique du christianisme*, Lausan., 1869, pag. 12.

<sup>2</sup> GUIZOT, *Histoire de la civilisation en Europe*, Paris, 1871, pag. 51.

do poder civil, embora a forma de tal governo não fosse proxima-mente analoga a qualquer das conhecidas formas dos governos civis.

O christianismo,—o nucleo da historia de todos os povos se miticos, como lhe chama Renan <sup>1</sup>,—desata-se, desde a sua origem, em tantas manifestações de vida social, que seria peccar gravemente contra a philosophia da historia fazel-o coincidir exactamente com as abstracções exclusivistas e anti-sociaes da eschola de Zenão.

No meio de uma sociedade que os vicios e o despotismo esfacelavam, ergueu-se uma sociedade nova, forte no seu espirito, grande no seu aspirar, *democratica* na sua constituição.

A constituição *democratica* do christianismo, temo-l'a por um facto incontrovertivel. Proclamou-se ahi a egualdade fraternal, e a communhão voluntaria dos bens <sup>2</sup>,—o que era de sobra para distinguir da velha sociedade a sociedade nova. O meio em que esta appareceu, a opposição que despertou, e as barreiras que lhe era mister demolir, demandavam uma união profunda, e uma organização robusta.

Em opposição aberta ao systema das castas na India e no Egypto, e á distincção nefasta entre livres e escravos, entre patricios e plebeus no imperio romano, o christianismo agremiou á sombra da egualdade o pequeno e o grande, os pobres e os ricos, os escravos e os livres, e, pelo amor, salvou a humanidade.

Os ágapes, aquellas *refeições de caridade* que seguiam as conferencias religiosas dos primeiros christãos, ligavam intima e fraternalmente os sectarios da doutrina do Nazareno; e, em testemunho da organização *democratica* do christianismo, diremos ainda que elle adoptou o principio do suffragio, não só na eleição do apostolo Mathias <sup>3</sup>, senão tambem nas decisões do concilio apos-

<sup>1</sup> *La chaire d'hébreu au collège de France*, Paris, 1862, pag. 20.

<sup>2</sup> *Actos dos Apost.*, cap. II, v. 44 e 45; cap. IV, v. 32; S. Paulo, *Corint.*, ep. II, cap. VIII, v. 15.

<sup>3</sup> WEBER, *Histoire universelle*, Paris, 1864, tom. V, pag. 10; FLEURY, *Moeurs des israélites et des chrétiens*, Lyon, 1853, pag. 208 s; D. E. GARCIA RUIZ, *La democracia, el comunismo y el socialismo*, Madrid, 1865, pag. 101.

tolico de Jerusalem, auctorizadas pela significativa fórma — *visum est nobis*; — e acrescentaremos que eram eleitos pela totalidade dos fieis os *anciãos*, (πρεσβύτεροι) encarregados da manutenção da ordem e da moralidade, e os *diaconos*, (διάκονοι) que administravam os bens communs<sup>1</sup>.

## II

Desde os tempos apostolicos até ao concilio de Nicéa, (325), não ha modificação notavel no exercicio dos poderes da Igreja. O principio electivo continuava a ser adoptado na designação dos chefes e pastores ecclesiasticos; e, com quanto o exercicio do governo da Igreja ainda hoje derive da eleição, logo veremos como o suffragio na Igreja foi modificado e restringido com o volver dos tempos.

Emquanto que as monarchias raro se desligaram de influencias tradicionaes e nunca escaparam ás consequencias logicas do principio da hereditariedade, a realza pontificia e as dignidades ecclesiasticas tinham a grande virtude de provir da unica fonte pura e legitima do poder — a eleição.

Acompanhando a historia do christianismo, encontramos no seculo IV um facto de tão remontada importancia, que o espirito descança ahi para detidamente o observar: é o concilio de Nicéa,

Este concilio é, como alguém notou<sup>2</sup>, o *concilium plebis* da antiga Roma: todos os christãos são chamados a eleger os membros d'aquella famosa assembléa, onde os bispos não são mais que os representantes do povo.

Depois do concilio de Nicéa, a Igreja que, até ahi vagamente testemunhara a sua organização exterior, foi-se tornando, d'uma simples associação de crentes, uma sociedade completa, e robusta. A intolerancia civil, mancomunada com a intolerancia religiosa, deu força á Igreja, á custa da independencia do poder espiritual. A Roma christã era a Roma pagã, menos a mudança do dogma:

<sup>1</sup> *Actos dos Apost.*, cap. I, v. 26.

<sup>2</sup> LEROUX, cit.

acostumada a ser intolerante para com os christãos, foi-o ao depois contra os pagãos e contra os herejes.

Veja-se, a este proposito, uma pagina brilhante de um pensador contemporaneo :

«O crime não deixou de ser crime, mudou apenas de objecto e de victimas. O imperador transforma os bispos em magistrados de ordem civil, e, ao mesmo tempo, sujeita as partes á sua jurisdicção <sup>1</sup>. Reune o primeiro concilio ecumenico, e preside pessoalmente á primeira sessão <sup>2</sup>. Ario é condemnado neste concilio, e o imperador, á imitação dos Padres, parece crer que Ario, uma vez separado da Igreja, por esse facto se convertera em inimigo do Estado <sup>3</sup>. A intolerancia civil entra numa phase nova, porque, unindo-se ao christianismo, uniu-se á intolerancia religiosa.

«..... As duas intolerancias, reunidas, mutuamente se prestam forças.

«..... Os christãos acreditavam, de boa fé, que salvavam as almas, torturando os corpos. Esta convicção não justificava os attentados contra a liberdade mas explicava-os, num tempo em que a philosophia carecia de força, e em que não existia a dignidade do homem.

«.... Uma especie de fatalidade arrasta os homens que pretendem vencer a razão sem a illuminar. Quando se não sabe ser apostolo, cedo ou tarde se é verdugo. Desde então a intolerancia civil poz-se ao serviço da intolerancia religiosa..... Persuadiu-se de que era justa, e até clemente. Perseguiu por caridade. Deu o nome de irmãos ás suas victimas. Pronunciou palavras de amor, promulgando sentenças de morte..... Substituiu, n'uma palavra, a sua consciencia a todas as consciencias, a sua vontade a todas as vontades <sup>4</sup>.»

Apezar das sombras que, de um lado, se projectam nesta trans-

<sup>1</sup> SOZOMEN., *Hist.*, liv. I, cap. IX.

<sup>2</sup> Allude ao concilio de Nicêa, cuja primeira sessão teve logar a 19 de junho de 1325.

<sup>3</sup> FLEURY, *Histoire*, liv. X, cap. XVIII.

<sup>4</sup> JULES SIMON, *La liberté de conscience*, Paris, 1867, pag. 35 e 36.

formação da sociedade christã, veremos, se quizermos apréciar a fórma da sua governação, a preponderancia do corpo dos fieis: os fieis escolhem os magistrados, determinam a disciplina, e até emittem voto sobre pontos doutrinaes. Não ha uma separação completa entre governantes e governados. Esta separação foi-se ao depois realisando a pouco e pouco; e, ao despontar do seculo v, vemos já o clero separado do povo, e constituido em *governo*, cercado de tanta influencia, que a invasão barbara, destruindo tudo o que lhe atravancava o caminho, não pôde abalar sequer o grande colosso da Egreja.

O regimen municipal-ecclesiastico, judiciosamente collocado por Guizot<sup>1</sup> entre o regimen municipal dos romanos e o regimen municipal da idade media, foi o precursor das communas modernas, e uma das grandes barreiras que a Egreja oppoz aos elementos destruidores que, a par de vigorosos elementos de vida e liberdade, constituíam o espirito arrojado dos povos do norte.

#### CANDIDO DE FIGUEIREDO.

<sup>1</sup> *Histoire de la civilisation*, cit., pag. 56.



## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ASSIMILAÇÃO VEGETAL <sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

## I

Assimilação é o acto pelo qual os seres vivos fazem seus, fixam no seu organismo, os materiaes que os constituem. Esta acção, vê-se já, é a condição indispensavel da vida; constitue, por assim dizer, a sua essencia.

Se a importancia da assimilação, considerada d'uma maneira geral, é grande, a da assimilação vegetal, considerada debaixo d'um ponto de vista theorico, é muitissimo maior. É, com effeito, por via d'esta funcção que se faz a passagem da materia desorganizada e bruta para a materia organizada e viva, sendo por isso este ponto notavelmente importante não só entre os da physiologia geral, mas ainda entre os da philosophia natural.

Não parecerá exaggerado o que acabamos de avançar, se considerarmos que a organização da materia e a actividade especial que a anima, e que se chama vida, têm sido em todos os tempos o assumpto predilecto de muitos dos notaveis genios que se contam na historia da sciencia. Têm ellas sido para uns mysterio insondavel, para outros incentivo de divagações e hypotheses mais ou menos ingenhosas ou disparatadas; e se modernamente o mysterio vai já desaparecendo, se ácerca de tão complicados phenomenos se vai já, felizmente, perdendo o habito de especular e raciocinar *a priori*, nem por isso deixa ainda este estudo de ser

<sup>1</sup> Este escripto serviu de dissertação para o acto de licenciatura feito na faculdade de philosophia.

cheio de difficuldades, pois que o problema, cuja solução apenas se entrevê num futuro incerto, promette pôr á prova por bastante tempo, a perspicacia e o talento dos que, para honra e gloria sua, vão na vanguarda da sciencia augmentando com as suas descobertas a verdadeira riqueza da humanidade e alargando o campo do saber humano.

Se exaltâmos a importancia d'este estudo feito debaixo d'um ponto de vista puramente theorico, nem por isso reputâmos pouco interessantes as applicações practicas que d'elle podem resultar. Quando outra razão para isso não tivéssemos, bastar-nos-hia a consideração de que não ha principio ou verdade alguma, por mais de sciencia pura, por mais theorica que seja, de que não resultem ou de que não possam vir a resultar importantissimas applicações practicas: — a historia da sciencia e o aperfeiçoamento constante de todas as artes e industrias ahi nos está dizendo que sempre assim é.

No decorrer d'este trabalho forçoso nos é, porém, deixar completamente de parte o lado utilitario da questão. Nem este escripto comporta grande extensão, grandes divagações, sendo que, pelo contrario, a sua indole exige que seja resumido e breve; nem devemos esquecer que o ponto nos foi marcado na cadeira de botanica e não na de agricultura.

## II

Quando, para fazer sentir a importancia do estudo da assimilação vegetal, dissemos que nella se fazia a passagem da materia desorganizada e bruta para a materia organizada e viva, não quizemos enunciar a proposição que, apesar de antiga, ainda actualmente é sustentada por alguns: — que as plantas vivem exclusivamente de principios inorganicos e os animaes de principios organicos. Foi Ingenhouz quem pela primeira vez formulou este principio, que, visto á luz da sciencia moderna, não só não tem valor algum, mas até é falso.

Não tem valor aquelle principio, porque a distincção entre substancia organica e substancia inorganica deixou de assentar em base solida desde que no laboratorio se poderam preparar corpos, cuja producção se tinha por impossivel sem a acção da vida. As substancias, que, por antigo costume, ainda hoje se chamam organicas, não differem das chamadas inorganicas senão pela maior complicação da molecula; mais nada auctorisa a fazer uma distincção, que, podendo ser d'alguma utilidade para methodisar o estudo, nada suppõe, comtudo, e nada diz a respeito da natureza intima das substancias que se querem separar.

É falsa aquella proposição assim enunciada, porque as plantas sem chlorophylla não são capazes de elaborar materia organisada só com os elementos chamados inorganicos; e as parasitas com chlorophylla, se são capazes de o fazer, tambem vivem, como o seu nome o indica, á custa de materia que outras elaboram. É tambem opinião de alguns, que até as plantas verdes e de vida independente se podem alimentar directamente dos principios chamados organicos que encontram no terriço e no humus, em que existem os acidos humico, crenico, apocrenico e outros. De Saussure pretende ter determinado a quantidade de humato de potassa que uma planta póde absorver; e de outras observações querem alguns concluir que saes d'aquelles acidos, tendo por base o ammoniaco, podem ser consumidos directamente pelos vegetaes. Não temos que discutir aqui o valor d'esta opinião; qualquer, de resto, que elle seja, não póde fazer com que deixe de ser falsa e sem valor aquella proposição de Ingenhouz.

Não esqueçamos, todavia, que a chimica está ainda longe de ter feito a synthese de todos os productos que se formam sob a influencia da actividade vital, e que, por conseguinte, muitos d'esses productos não existiriam, se certos seres organisados os não elaborassem. Ora muitos d'estes materiaes, assim elaborados, são alimento absolutamente indispensavel d'uma classe de organismos, cuja existencia fica assim dependente da existencia d'esses outros, que têm a faculdade de se organizar e de viver de elementos desorganizados. Estes ultimos são os vegetaes; os primeiros os animaes. Eis o facto a que nos referiamos quando di-

ziamos que na assimilação vegetal se dava a passagem da materia desorganizada e bruta para a materia organizada e viva.

Assim comprehendido é verdadeiro o facto. A vida animal suppõe, com effeito, uma organização e uma vida previas; a vida e a organização vegetaes suppõem a preexistencia dos ultimos elementos que entram na composição de cada parte e de cada orgão; nada mais. Um celebre physiologista diz a este respeito: «organisar a terra e o ar é a essencia da vida vegetal.»

O que deixâmos dicto deve entender-se d'uma maneira geral a respeito dos seres typos do reino vegetal e do reino animal; não póde estender-se absolutamente a todos os seres incorporados numa ou noutra d'estas grandes divisões. É sabido que os organismos inferiores d'um e d'outro reino não têm, nem uns nem outros, bem pronunciados os characteres animaes ou os vegetaes, e isto a todos os respeitos; d'aqui as notaveis discussões, que não vêm agora a proposito, ácerca da legitimidade da divisão dos seres organizados em dois reinos, e da possibilidade, senão da necessidade da creação d'um terceiro, a que uns chamam, com Bory de Saint-Vincent, dos psychodiaris, e outros, com Haeckel, dos protistas.

### III

Pela idéa muito superficial que démos de assimilação se vê, que esta funcção está tão intimamente ligada com outra a que se chama nutrição, que, á primeira vista, até com ella chega a confundir-se. E, effectivamente, examinando os escriptos de uma grande parte dos auctores que se têm occupado d'este assumpto, vê-se que nenhum faz distincção bem clara entre estas duas funcções: para uns assimilação é synonymo de nutrição; para outros é a primeira o resultado final, o fim ultimo da segunda; uns e outros tractam simultaneamente de ambas, e os que mais distinguem são os que fazem da assimilação como que um breve epilogo das funcções de nutrição.

Ora, sendo tudo isto tão vago e tão confuso, não é para admirar

que, tendo de tractar num trabalho d'esta ordem d'um ponto que se enuncia — *assimilação vegetal*, — fiquemos, em presença de tal confusão, perplexos e embaraçados, sem saber ao certo o que de nós se exige, nem a maneira por que devemos tractar tal assumpto. Devemos tractar de toda a nutrição dos vegetaes? Seria materia demasiado vasta para um trabalho que deve ser curto e para o tempo de que dispomos para o ordenar; alem d'isso bem nos parece que, se tal fizéssemos, exorbitariamos do que nos tinham indicado. Tractaremos da assimilação como o resultado final das funcções de nutrição? Mas, diga-se a verdade, seria em demasia indefinida e vaga a these, e mais um defeito se iria junctar a outros que, bem a nosso pezar, por ahi ficarão, pois que, fazendo assim, apresentariamos um trabalho sem principio:— seria escrever o epilogo d'uma obra que nunca tinhamos começado.

Evidentemente nem d'uma nem d'outra maneira podemos tractar a materia. Attentando, porém, mais reflectidamente o assumpto, pouco e pouco o embaraço se dissipa, e como que se nos antolha que atinámos com o que estava na mente de quem nos marcou este ponto.

As funcções de nutrição é certo que têm todas um fim commum; a sustentação, o crescimento e o desenvolvimento do individuo. Todas se relacionam, todas se combinam umas com as outras para chegar a esse fim, e é, com effeito, impossivel separal-as.

Mas de differentes naturezas são os variados actos em que aquellas funcções consistem: são physicos uns, chimicos outros. É por meio d'estes que os materiaes que vêm de fóra passam a fazer parte do organismo e se incorporam nelle; é ainda por via d'elles que se realiza o que a palavra assimilar tão bem exprime. Por isso, a nosso ver, póde dizer-se que a assimilação é a parte chimica da nutrição.

Se em nenhum dos auctores que compulsámos se nos deparou esta distincção, poderemos, por ventura, ver o motivo d'isso no quasi nada que ha de positivamente sabido a respeito d'esta parte chimica: e, na verdade, tão pouco é, que nem chega para constituir um capitulo da physiologia. E ainda outra razão existe,

que faz com que se não indique claramente esta distincção: é que póde perguntar-se:— se as funcções de nutrição têm duas partes, uma physica e outra chimica, — onde fica então a parte physiologica? Quaes são os actos que ficam debaixo da influencia directa da acção vital?

É certo que modernamente já alguns auctores vão fazendo pouco caso de semelhante pergunta, e vão desassombradamente buscar á physica e á chimica as explicações do que se dá no machinismo da organização e da vida. Todavia pelo antigo habito de considerar estes phenomenos como de ordem inteiramente diferente da dos physico-chimicos, ainda ha vislumbres, até nas obras dos auctores mais avançados, que se fazem sentir com evidencia, ao menos na disposição dada ás materias.

Pela nossa parte, com franqueza o dizemos, não nos parece que em acto algum physiologico se possa ver outra coisa mais do que o jogo das forças physico-chimicas. Porque em muitos casos não sabemos como essas forças se dão, affirmar a existencia d'uma força especial parece-nos uma inutilidade e uma sem razão.

Um corpo que tem organização e vida é um aggregado de materia com uma fórma determinada, composto de partes tambem com uma fórma propria e um destino especial; isto é a organização. A vida é a actividade d'esse aggregado de materia, e consiste numa constante troca de materiaes das differentes partes d'esse todo, já entre si, já com o meio em que elle se acha, a qual resulta d'um desequilibrio molecular permanente em que se acham as differentes partes do corpo. Ora um desequilibrio molecular é um facto *chimico*, que tem por causa o arranjo *chimico* da molecula e a natureza *chimica* dos atomos que a constituem; uma troca de materiaes é sempre um phenomeno *chimico*.

Mas, dir-se-ha, como explicar a permanencia de fórma e o destino especial de cada parte? É aqui, segundo muitos, que está o verdadeiro mysterio da vida. Com effeito o phenomeno é aqui mais complicado: — não é puramente chimico, é tambem physico. Uma fixidez de fórma quer dizer uma textura determinada; uma textura é um facto physico; e o destino especial de cada parte

resulta de tudo isso, resulta da differença de natureza chimica e da differença de natureza physica, que uma ou outra ou ambas differem quando differe a funcção.

Mas como se dão estes phenomenos? Que laço os prende? Que circumstancias é preciso reunir para que se realizem? Não o sabemos, não o sabe ninguem. É mysterio? Será; mas é um mysterio que a cada passo se encontra nos phenomenos do mundo inorganico; não ha aqui nada de especial nem de novo.

A materia chamada bruta tambem se transforma, como o provam as combinações e as decomposições; os crystaes tambem têm uma fórma propria. Diz-se, é verdade, que dentro do organismo se produzem reacções que nunca no laboratorio se poderam produzir. Mas que quer isso dizer? Já alguém fez crystallizar o carbono? Nem por isso ha quem affirme que as forças que produzem o diamante são differentes das que produzem qualquer outro crystal.

Parece-nos, pois, bem certo que todos os phenomenos vitaes são de ordem physico-chimica, e que é, partindo d'esta idéa, que muitos pontos, ainda obscuros, se irão tornando claros e simples. As tendencias que tem mostrado a physiologia para caminhar neste sentido se devem com certeza os notaveis progressos d'esta sciencia. Bem vemos que ainda é cedo para dispôr, num tractado de physiologia, as materias debaixo d'este ponto de vista; tractando, porém, d'um ponto especial, como aqui, parece-nos possivel e até necessario, para facilitar o estudo, encarar as coisas do modo que deixâmos apontado.

Vendo nas funcções de nutrição duas partes distinctas, uma physica e outra chimica, tractaremos da parte chimica, que mais propriamente nos parece merecer o nome de assimilação.

É muito pouco o que ha de sabido a este respeito; já o dissémos, e todos os auctores concordam em que esta parte da sciencia está ainda muito cheia de lacunas.

M. J. Sachs, referindo-se á formação dos productos de assimilação ou productos elaborados, exprime-se assim: «Desgraçadamente a solução d'este problema está apenas começada, e os documentos que possuímos apresentam taes lacunas, que nem por

analogia e especulação é possível completal-os d'uma maneira satisfactoria. Não existe, propriamente fallando, theoria alguma da assimilação e das transformações dos principios vegetaes. Conhecemos, sim, os materiaes e os productos definitivos; mas não estamos habilitados para mostrar como os ultimos derivam dos primeiros, segundo as leis da chimica ordinaria.» Iremos, todavia, expondo o que a este respeito nos parecer existir de melhor averiguado.

E, por ser este o nosso projecto, o que primeiro nos cumpre, no estudo d'esta funcção, é investigar quaes os elementos que compõem a planta, e o modo por que elles se agrupam para lhe constituir o organismo. Indagaremos depois como é que no organismo já completo se fixam os elementos que vêm de fóra.

(Continúa)

A. V. DE OLIVEIRA DAVID.



## LITTERATURA E BELLAS ARTES

## LOUVERTURE E BONAPARTE

(NAS PRISÕES DO FORTE DE JOUX)

Nas tristes solidões do monte Jura,  
 que a fronte cinge de glacial diadema,  
 vagam os sons perdidos de um poema  
 e os écos froixos de uma historia obscura.

Estrondeava alem a artilheria  
 que abalara o granito das Pirâmides;  
 pasmava o mundo; a Europa estremecia;  
 e o fumo, que das hostes irrompia,  
 dos Alpes ensombrava as níveas chlâmides!

Passava sobre a terra o enorme gladio  
 que, medindo o universo, a cada estádio,  
 partia um sceptro, levantava um throno,  
 e tentava evocar do eterno sono  
 as aguias que no tumulo de Arcadio  
 tinham buscado o extremo paradeiro,  
 cançadas de correr o mundo inteiro!

Nas tristes solidões do monte Jura,  
 num recesso de lóbrega enxovia,  
 um martyr longas horas consumia,  
 victimado aos caprichos da ventura.

Nascera escravo ao pé de irmãos escravos;  
no berço o illuminara o sol da America;  
e arrastaram-no, bravo entre os mais bravos,  
as seducções de uma conquista homérica.

Elle vira opprimidos sens irmãos,  
nas terras onde a pobre liberdade  
esmorecia nas ferinas mãos  
dos que albergavam odio e crueldade  
no manto de francezes e christãos.

Dentro da sua patria era estrangeiro;  
seu berço, um patrimonio de invasores;  
e os brancos eram surdos aos clamores  
da negra escravidão que succumbia  
lançada pelo braço do negreiro  
do alto de infamante gemonia.

E nas faces crestadas resentira  
a indignação que os fracos robustece;  
e dos roxeados pés erguera a mira  
ao sol que os horisontes esclarece.

O escravo tornou-se homem. A verdade  
mostrou-lhe a lama do aviltante ecúleo,  
e a salvadora mão da liberdade  
ungiu-lhe o peito e armou-lhe o braço hercúleo.

O estrênuo heróe lutou, arca por arca;  
mas no relógio, que os destinos marca,  
não havido soado a hora extrema  
do imperio atroz do látego e da algema.

Venceu-o a França. O negro Louverture  
dobrou o collo ante o poder dos brancos;  
rolou ainda no cairel do abysmo,

e viu feita pedaços a secure  
que resvalara pelos nédios flancos  
da fera consular do despotismo...

Chamaram-lhe traidor; e, após um dia,  
roubavam-lhe a familia, a patria, tudo;  
e o desditoso heroe esmorecia  
num recesso, como elle triste e mudo,  
num recesso de lôbrega enxovia.

Em uma noite, (a noite não findava  
na gélida mansão do prisioneiro!)  
quando o nobre cativo contemplava  
as álgidas visões do cativeiro,  
ás portas do seu carcere assomava  
estranho vulto, audaz e sobranceiro.

E entrou.

— Quem és? interrogou altivo  
o bravo Louverture, erguendo a fronte.

— Bonaparte.

— Nos gelos d'este monte  
a quem procuras tu?

— Ao meu cativo,

Tu eras um valente, Louverture;  
eu estimo os valentes e infelizes...  
procuro vel-os..., e ha quem assegure  
que os valentes me prezam... Tu que dizes?

— Nada!

— Bem sei: a voz é-te opprimida  
pela consciencia de traição infame...  
Quemquer que contra mim horrores trame,  
nas minhas mãos depositou a vida...

— Insultas um escravo, Bonaparte;  
e sabes quanto vale quem o insulta?

vale menos do que elle em toda a parte,  
porque um escravo ainda póde dar-te  
o dó, a troco de uma offensa inulta...

— Porque te irritas, negro? a ira tua  
não curva o semi-deus: á claridade  
que precede o ribombo do trovão,  
tenho desafiado a tempestade,  
e a tempestade, trêmula, recúa,  
se eu lhe respondo em vozes de canhão...

Sou maior do que tu: seguro o leme  
do galeão alteroso do presente;  
alevanto o meu braço omnipotente,  
e, sem tremer, digo á Europa: treme!

— E eu vejo-te pequeno, Bonaparte.  
És feliz, e guerreiro: nada mais!  
a mão, que os sceptros e as nações reparte,  
deixa em teu rasto maldições e ais.

Sóbes alto num solio de esqueletos  
que descarnas, vampiro, em tuas mãos;  
e eu quiz salvar os reprobos, os pretos,  
salvar o berço de meus pais e irmãos.

Tu, não salvas ninguem! a tua espada,  
ignea rasoira, flammejante passa,  
ceifando a vida aos filhos da desgraça,  
correndo o mundo, torva, ensanguentada.

És grande pois? triste grandeza a tua!  
A verdade que, timida, fluctua  
ao longe, em céus distantes, ha de um dia  
poisar serena e olympica entre o bando  
dos teus adutores, fulminando

num golpe o semi-deus e a idolatria...  
E, ao esplendor de rapida favilla,  
verão que o teu colosso era... de argilla!—

Disse, e ficaram em silencios os dois.  
Bonaparte sahiu. Annos depois,  
o mundo absorto, extatico, saudava  
do moderno Alexandre o poderio;  
e o negro, a insonte victima, expirava  
no seu carcere escuro, á fome e ao frio.

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
NOS ANOS DE 1872 E 1873 <sup>1</sup>

A

Adolpho Ernesto Motta, filho de José d'Almeida Motta, nasceu em Coimbra aos 6 de outubro de 1846.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Theologia em 1863, e fez formatura na mesma faculdade em 1868. É hoje Professor de sciencias ecclesiasticas e Examinador Pro-synodal no Seminario de Portalegre. Escreveu e publicou:

1) — *Recordações da patria, episodio da invasão franceza em Portugal. Drama em 4 actos e um prologo, extrahido do*

<sup>1</sup> A Imprensa Nacional da Universidade é um dos estabelecimentos do paiz, onde mais obras scientificas se têm dado á estampa; muitas porém são ignoradas do publico.

Para que findasse esta ignorancia, começámos no anno de 1872 a escrever a sua bibliographia, occupando d'este modo o pouco tempo que nos sobejava do exercicio do nosso emprego de Thesoureiro Fiel d'esta mesma Imprensa.

Não foi a gloria que nos moveu á publicação d'este nosso modesto trabalho, mas sim o desejo de apresentarmos ao publico, nos auctores os obreiros do progresso, e nos livros o resultado das suas infatigaveis lucubrações.

D'alguns d'estes auctores já o sr. Innocencio Francisco da Silva no seu *Diccionario Bibliographico* fallou com merecido louvor, e para este apreciavel livro encaminhamos os leitores; outros serão lembrados por nós durante os dois annos em que escreveram.

Talvez se diga que este nosso trabalho deveria começar antes de 1872, logo em continuação ao do illustrado bibliographo. Conviria por ventura; mas, alem de que o sr. Innocencio deve já ter muito adiantado o *Supplemento* do seu *Diccionario*, o qual sem duvida preencherá esta lacuna, fallece-nos tempo, e ainda mais a saude, para tão improbo trabalho como a bibliographia completa d'este importante Estabelecimento.

Felizes nos julgaremos, se esta despretenciosa tentativa aproveitar e for util aos nossos leitores, e mais ainda ao Estabelecimento que nos conhece desde a infancia, e que considerâmos como nossa segunda mãe.

A. M. S. D'A.

*romance de Rebello da Silva — A casa dos fantasmas.*—  
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 129 paginas.

Esta obra tem o seguinte offercimento: Ao distincto academico e auctor dramatico, Augusto Cesar de Sá, em testemunho de amizade.

**Adolpho Ferreira de Loureiro**, filho de Felisberto de Sousa Ferreira, nasceu em Coimbra aos 12 de dezembro de 1836.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica em 1852, e fez bacharel na mesma faculdade em 1856. Passando a Lisboa completou o curso de Estado Maior na eschola do exercito em 1858, e o de Engenharia Civil em 1859. Foi despachado Alferes em 20 de julho de 1858, Tenente em 20 de julho de 1860 e Capitão em 30 de maio de 1865. É condecorado com a medalha de prata de *comportamento exemplar*, Socio effectivo do Instituto de Coimbra e da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes. Tem collaborado em muitos jornaes scientificos e litterarios do paiz, e é hoje Capitão do Estado Maior e Director das Obras do Mondego e barra da Figueira da Foz. Escreveu e publicou :

2) — *Catalogo das plantas florestaes que se acham á venda nas mattas do Choupal e Valle de Canas, n.º 3, 1872 e 1873.*  
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 8 paginas.

Contém este catalogo 131 plantas, o maior preço das quaes é de 400 réis. Esta venda é feita na secretaria das Obras do Mondego perante o Director, a cujo cargo está a administração das mattas. Para se poder avaliar quanto são importantes estes estabelecimentos, diremos que em 1872 houve o seguinte movimento :

|                                                                                                               |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Rendimento dos viveiros .....                                                                                 | 651\$485          |
| Forneceram-se para os estabelecimentos publicos e empregaram-se em differentes obras plantas no valor de..... | 847\$290          |
| Ficaram nos viveiros, para serem vendidas, plantas no valor de.....                                           | 1:928\$560        |
| Somma.....                                                                                                    | <u>3:427\$335</u> |

Correm impressas varias obras d'este auctor, e algumas vêm mencionadas no *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 7.

**Adriano de Paiva de Faria Leite Brandão**, filho de João de Paiva da Costa Leite Brandão, nasceu em Braga aos 22 de Abril de 1847.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia em 1861, formou-se nestas duas faculdades em 1866, e tomou o gráu de doutor na faculdade de Philosophia em 1868. Escreveu e publicou:

3) — *Exposição dos principios fundamentaes da Thermodynamica*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 52 paginas.

Este livro é uma dissertação para o concurso da Academia Polytechnica do Porto, a que concorreu, sendo despachado Professor substituto da secção de Philosophia na mesma Academia por decreto de 14 de janeiro de 1873. V. *Diario do Governo*, n.º 14 de 1873. Tem mais algumas obras publicadas.

**Adrião Pereira Forjaz de Sampaio**, filho de José Maria Pereira Forjaz de Sampaio, nasceu em Coimbra aos 10 de fevereiro de 1810.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia em 1823, e, passando a matricular-se no 1.º anno de Leis em 1824, fez formatura na mesma faculdade em 1830 e recebeu o gráu de doutor em 1835.

É Lente de prima jubilado, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, do Conselho de Sua Magestade, Commendador da Ordem de S. Thiago, do merito scientifico litterario e artistico. Escreveu e publicou:

4) — *Catechismo da doutrina christã das Dioceses de Coimbra, Vizeu, Lamego, Beja, Bragança, Funchal, etc., sexta edição do catechismo pequeno, e terceira do maior*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º peq., 138 paginas.



5) — *Cathecismo pequeno da doutrina christã da Diocese de Coimbra, terceira edição.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º peq., 32 paginas.

6) — *Catechismo da historia sagrada do antigo e novo testamento, para uso dos alumnos do asylo da infancia desvalida de Coimbra, quarta edição.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º peq., IV, 44 paginas.

Todas estas publicações foram feitas para uso dos alumnos da casa de asylo de que o seu auctor é presidente. No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 1.º, pagina 6, e tomo 8.º, pagina 9, vêm mencionadas outras obras do mesmo escriptor.

**Alberto Telles de Utra Machado**, filho de José Prudencio Telles de Utra Machado, nasceu em Angra do Heroismo (Açores), aos 24 de janeiro de 1840.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Direito em 1858, e fez formatura na mesma faculdade em 1863.

Foi despachado, precedendo concurso, para Amanuense da Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça em 12 de março de 1864, e para Segundo Official da mesma Secretaria em 23 de janeiro de 1868. Escreveu e publicou:

7) — *A convenção de 30 de agosto de 1868 (vulgarmente chamada convenção de Cintra).—Adeus a Cintra.—Um erro de Lord Byron. De um estudo inedito sobre a viagem de Lord Byron a Portugal.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, fol., 5 paginas.

Alem da obra que vem citada no *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 26, correm impressos muitos outros artigos d'este auctor em jornaes onde collaborou—como *Estreia Litteraria, Academico, Folha*, de Coimbra; *Archivo Pittoresco, Artes e Lettras*, e *Gazeta de Portugal*, de Lisboa, e *Seculo XIX*, de Penafiel.

Foi assiduo collaborador do *Instituto de Coimbra*, em cujo

volume XV foi primeiramente publicado o opusculo que mencionamos.

8) *Anuario da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1872 a 1873*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º peq., VIII, 262 paginas e duas estampas.

9) *Anuario da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1873 a 1874*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º peq., VI, 256 paginas e uma estampa (Observatorio Meteorologico da Universidade).

Em 1800 principiou a sahir dos prelos da Imprensa da Universidade um livro em folio, que se intitulava — *Relação dos Estudantes matriculados na Universidade no anno lectivo de 1800 a 1801*.

Esta relação continha o nome, naturalidade, filiação e morada dos estudantes das seis faculdades que então havia na Universidade — *Theologia, Canones, Leis, Medicina, Mathematica e Philosophia*; assim como o dia e mez das respectivas matriculas.

Teve este livro a sua primeira reforma no anno de 1808, mas foi reforma que não passou do titulo, accrescentando-se-lhe sómente depois da palavra *relação* os termos *e indice alphabetico*.

Em 1836 as duas faculdades de *Canones* e de *Leis* foram reformadas e fundidas numa só com o nome de faculdade de *Direito* pelo decreto de 5 de dezembro; mas ainda assim o melhoramento d'este livro só começou em 1844, junctando-se-lhe então os nomes dos professores e as disciplinas professadas nas diversas cadeiras das faculdades.

O sr. Commendador Manuel Joaquim Fernandes Thomaz, Secretario da Universidade, tomou a iniciativa da reforma d'este *Anuario*, que no anno lectivo de 1865 a 1866 mudou de formato, imprimindo-se em oitavo pequeno.

E porque já não era só a descarnada *relação* dos alumnos que frequentavam os differentes cursos universitarios, mas as suas paginas vinham tambem enriquecidas, não só com a historia dos estabelecimentos scientificos, acompanhada das respectivas estam-

pas, mas egualmente de muitas curiosidades litterarias, sendo por isso mal cabido o antigo titulo, em 1866 para 1867 mudou-se este para o de *Annuario da Universidade de Coimbra*.

O Annuario de 1872 a 1873, alem do retrato de Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, Ministro do Senhor D. José I e reformador da Universidade, que lhe deu os famosos estatutos de 1772, traz outra estampa, que aqui apresentamos, da medalha commemorativa do primeiro centenario da reforma da Universidade, cujo auto e discurso do sr. Reitor nesta solemnidade vêm no principio do livro.



10) *Annuario do Lyceu de Coimbra no anno lectivo de 1872 a 1873*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º peq., 61 paginas.

11) *Annuario do Lyceu Nacional de Coimbra no anno lectivo de 1873 a 1874*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º peq., 55 paginas.

Extincta a Companhia de Jesus pelo decreto de 3 de setembro de 1759, a sua casa com o titulo de — *Real Collegio das Artes* — continuou a estar aberta ao ensino das humanidades como preparatorio para os estudos superiores,

A relação dos estudantes que frequentavam aquelle curso só veio a lume no anno de 1800 junctamente com a que se publicava da Universidade.

Em 1841, deixando este edificio a antiga denominação para se chamar — *Lyceu Nacional de Coimbra*,— a relação dos seus alumnos adoptou este titulo, continuando a publicar-se com a da Universidade até ao anno de 1864.

Em 1865 começou a sua publicação em separado, no formato de oitavo pequeno, com o seguinte titulo:— *Relação e indice alphabetico dos estudantes matriculados no Lyceu de Coimbra*.

Em 1870 a 1871, á semilhança do que se practicou com o da Universidade, mudou o titulo para *Anuario do Lyceu de Coimbra*.

Esta publicação, máo grado o dizemos, tem corrido mui desajudada, sendo a mudança do titulo e formato o unico melhora-mento que lhe conheciamos; porém, graças ao sr. dr. José Joaquim Manso Preto, hoje secretario do Lyceu, já neste anno de 1873 foi algum tanto melhorada, e continuará a sel-o, segundo cremos, nos annos seguintes.

**Antonino José Rodrigues Vidal**, filho de Manuel José Rodrigues Vidal, nasceu na villa d'Anadia aos 5 de setembro de 1808.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Philosophia em 1823, fez formatura e tomou o gráu de doutor em 1837. Matriculou-se no 1.º anno da faculdade de Medicina em 1826, e fez formatura em 1837.

É do Conselho de Sua Magestade, Lente jubilado e Decano da faculdade de Philosophia, e antigo Director do Jardim Botânico. Escreveu e publicou:

12) — *Index Seminarii horti botanici academici Conimbricensis, 1872. Mutuae commutationi oblatus Edmund Goëze Hortulanus Universitatis. A. J. R. Vidal. Botanices Professor Philosoph. Facult. Director et Horti Academici Praefectus. Conimbricae Idibus Februariis anno MDCCCLXXII, 4.º, 22.*

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 72, vêm mencionadas algumas outras publicações d'este auctor.

Antonio Augusto da Costa Simões, filho de Francisco José Simões, nasceu na villa da Mealhada, districto de Coimbra, aos 23 de agosto de 1819.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia, como preparatorio para a faculdade de Medicina, em 1835. Matriculou-se no 1.º anno de Medicina em 1838, fez formatura em 1843, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1848.

É Lente cathedratico e Professor da 2.ª cadeira — Histologia e Physiologia geral no 1.º anno do curso medico, Commendador da Ordem da Rosa, do Imperio do Brazil, Socio effectivo do Instituto de Coimbra, e Administrador dos Hospitaes da Universidade. Tem sido deputado em diversas legislaturas pelo circulo de Fundão. Escreveu e publicou:

13) — *Programma da cadeira de Histologia e de Physiologia geral na Universidade de Coimbra para o anno de 1872-1873, e catalogo da collecção de preparações microscopicas e dos aparelhos de Physiologia experimental d'esta cadeira com 92 gravuras originaes.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 62 paginas.

14) — *Projecto do regulamento dos Hospitaes da Universidade de Coimbra, pelo Administrador dos mesmos Hospitaes.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, folio, 59 paginas.

Traz este livro annexo o Decreto regulamentar dos Hospitaes da Universidade de 22 de junho de 1870, com separada paginação de 1 a 6.

São muitas as publicações d'este auctor feitas em differentes epochas, e vêm algumas mencionadas no *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 81.

(Continúa.)

A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

## PUBLICAÇÕES RECENTES

*Éspelho de casados*, pelo dr. João de Barros, 2.<sup>a</sup> edição, conforme a de 1540.  
Porto, 1874, 1 vol.

*Cartas do professor Pereira Caldas a Candido de Figueiredo*, com a apreciação litteraria da sua versão poetica do episodio da epopêa sanscrita *Râmâyana*, a *Morte de Yaginadatta*, avaliada á luz da analyse philologica do texto original. Braga, 1874, 1 vol.

*La Renaxensa*, periódich de literatura, ciencias y arts. Publicou-se em Barcelona o n.º 3.º do 4.º anno, d'este periodico catalão.

*Revista de obras públicas*, de Madrid. Publicou-se o n.º 24 do tomo XXI.

*Revista de legislação e de jurisprudencia*, de Coimbra. Redactores — os drs. Paes da Silva Junior, Fernandes Vaz e Chaves de Castro. Vai no 6.º anno e publica-se semanalmente.

*Gazeta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Saíu a folha 18.

## REDACTORES

Candido de Figueiredo.

Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata.

Dr. João Jacintho da Silva Corrêa.

Dr. João José de Mendonça Cortez.

Dr. Joaquim José Paes da Silva Junior.

Dr. Julio Marques de Vilhena.

Dr. Luiz da Costa e Almeida.

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITTERARIA

XVIII ANNO — DEZEMBRO DE 1873

---

SEGUNDA SERIE — N.º 8

---

COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE



INSTITUTO

### SUMMARIO

|                                                                                                                             |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
|                                                                                                                             | Pag. |
| FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA — por M. Cortez...                                                                       | 49   |
| ASSIMILAÇÃO VEGETAL — por A. V. de Oliveira David ....                                                                      | 59   |
| QUADROS DA VIDA ROMANA — por Luiz Garrido .....                                                                             | 70   |
| BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA<br>NOS ANNOS DE 1872 E 1873 — por A. M. Seabra d'Albu-<br>querque..... | 83   |

SEGUNDA SERIE - N. 2

### CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

|                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------|--------|
| Em Coimbra, por anno, ou 12 numeros.....                  | 1\$500 |
| Numero avulso .....                                       | 160    |
| Para fóra de Coimbra, accresce o importe das estampilhas. |        |

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. Mendonça Cortez; a de administração e gerencia ao gabinete do Instituto, Coimbra.

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

### FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA

#### h) *Direitos de consumo*

A riqueza do solo indiano, em productos mineraes e agricolas, vinho <sup>1</sup>, oleos de diferentes especies <sup>2</sup>, cereaes <sup>3</sup>, madeiras <sup>4</sup>, plantas medicinaes <sup>5</sup>, pecuaria <sup>6</sup>, generos alimenticios vegetaes e animaes <sup>7</sup>; a repugnancia ás longinquas viagens; a multiplicidade de estados em que a peninsula indiana estava subdividida <sup>8</sup>, entre os quaes alguns poderosos como o dos Gangaridas e Sambestas <sup>9</sup>, que embora tivessem legislação peculiar, não obstante, porque tinham o mesmo organismo social, religioso e politico, seriam como outras tantas grandes provincias d'um imperio colossal <sup>10</sup>; os muitos rios navegaveis que recortavam o solo indiano <sup>11</sup>: tudo isso faria que o commercio interno attingisse grande prosperidade a despeito mesmo das pêsas que os preconceitos sociaes e politicos lhe poriam, como a desconfiança que, segundo o Codice sagrado indiano, devia fazer a base das relações internacionaes entre os estados hindostanicos.

<sup>1</sup> *Plinio* cit., p. 99, 250.

<sup>2</sup> Castanhas, cesamo. Vej. *Plinio* cit., p. 256.

<sup>3</sup> Trigo, etc. *Cod. Manú*, VII, sl. 130; *Strabão*, cit. XV, p. 1015.

<sup>4</sup> *Strabão*, cit., seguindo *Onesicrito* e *Aristobulo*, XV, p. 1017, s., 1037, s.

<sup>5</sup> *Strabão*, cit. pa. 1018.

<sup>6</sup> *Cod. Manú*, VII, sl. 130; *Strabão*, cit. 1018 s., 1028 s., 1037 s.

<sup>7</sup> *Arriano*, *Hist. Indic.* seguindo *Nearcho* e *Megasthenes*, p. 332; *Strabão* cit. p. 1035.

<sup>8</sup> *Arriano*, seguindo *Megasthenes* falla-nos de 118 estados ou nações, alguns dos quaes descreve, *Hist. Indic.* cit. q. 320; *Plinio*, cit. p. 88, 89.

<sup>9</sup> Vej. *Diodoro Siculo*, cit. XVII, p. 233, 239, XVIII, p. 261.

<sup>10</sup> *Diodoro Siculo*, cit. II, p. 152.

<sup>11</sup> *Arriano*, *Hist. Indic.* cit. p. 316-317.

D'ahi resultaria achar o tributo, a que nos vamos referindo, larga base collectavel.

Assim do facto, que nos é asseverado por ARRIANO, de os habitantes dos valles fazerem a sua alimentação habitual de cereaes, *arroz* principalmente segundo Strabão <sup>1</sup>, e dos montanhezes se alimentarem habitualmente de carnes <sup>2</sup>, proviria uma grande actividade nas trocas d'estes objectos <sup>3</sup>, e por isso abundante materia collectavel para o imposto de consumo.

Outra fonte lhe seria aberta pelos costumes luxuosos e apparatusos dos Hindús, como nos attesta Strabão <sup>4</sup>, e pelo consumo que de muitos artigos faria a innumera multidão condensada nas muitas e grandes cidades, a acreditarmos as narrativas de Arriano <sup>5</sup>, Strabão <sup>6</sup>, Plinio <sup>7</sup> e outros.

As feiras concorridas, celebradas juncto dos Pagodes de grande fama, egualmente com o commercio de cabotagem deviam abrir a esta especie de receita abundantes fontes <sup>8</sup>, a avaliar pelos 2 1/2 milhões esterlinos que, segundo *Du Mesnil* <sup>9</sup>, rende hoje que a prosperidade da India é apenas o pallido reflexo do que era nestas epochas de que fallamos.

Devemos pensar que esta contribuição seria moderada, attendendo ao que Arriano nos affirma no Periplo e que aliás se deduz de varias disposições do Codigo de Manú. Os *brahmanes* faziam principalmente este commercio e por isso teriam o cuidado de não consentir que o imposto fosse demasiadamente oneroso. O que, se prejudicaria o fisco indiano por um lado, por outro lhe compensaria muito alem a perda, com o alargamento da sua base;

<sup>1</sup> Cit. p. 1935.

<sup>2</sup> *Arriano*, Hist. Indic. cit. p. 332.

<sup>3</sup> *Diodoro Siculo* diz-nos que os camponezes não podiam commerciar com as cidades. II, p. 153. Parece-nos não merecer credito nesta parte, pois que do *Cod. Manú* se deduz a cada passo o contrario, e dos livros sagrados.

<sup>4</sup> Cit. p. 1036.

<sup>5</sup> Loc. cit., p. 320.

<sup>6</sup> Loc. cit. xv, p. 1006, 1011, 1013, 1026, etc.

<sup>7</sup> Loc. cit., p. 88.

<sup>8</sup> *Arriano* cit., p. 157; *Diodoro Siculo*, xvii, p. 227.

<sup>9</sup> P. 124, citando *Hardward*.

o que igualmente se collige de algumas passagens do Codigo sagrado <sup>1</sup>.

Este imposto era de 2, 8, 12, 14 e 16 % segundo o Codigo de Manú <sup>2</sup>, e de 25 % segundo Diodoro Siculo <sup>3</sup>.

Notando, porém, que o Codigo numa passagem diz ser variavel aquelle imposto e mais adiante, que elle deve recahir brandamente sobre os pobres, devemos concluir que geralmente seria moderado <sup>4</sup>.

Recabia esta contribuição sobre os *brahmanes*, *kchattriyas* e *vásiyas* que commerciassem e tambem sobre os *çudras* <sup>5</sup>.

Como facilmente se vê, esta contribuição deveria confundir-se nos seus effeitos e na sua base collectavel com outras, o que não admira naquellas edades tão remotas dos aperfeiçoamentos modernos.

Os locais onde seria cobrada é de crer que fossem nos mesmos centros do maior movimento commercial, nas cidades fronteiras dos differentes estados indianos, nos emporios do commercio de cabotagem e, juncto dos grandes pagodes de nomeada, nos locais mesmo das feiras.

Ahi officiaes, propostos pelo rei, ou segundo Strabão <sup>6</sup> o 6.º conselho administrativo das cidades, o cobraria dos contribuintes.

Vê-se, pois, que esta contribuição era de *quotidade*, variavel segundo as mercadorias e talvez as influencias illegitimas sociaes.

Corresponde aos nossos *impostos de consumo* regulados actualmente pelo decreto de 23 de junho de 1870, lei de 14 de abril de 1871 emquanto ao consumo em Lisboa, e pela lei de 8 de setembro de 1871 emquanto ao Porto e Villa Nova de Gaia; ao *real d'agua*, regulado pela lei de 27 de dezembro de 1870 e 13 de maio de 1872; ao *imposto sobre o pescado*, regulado pela lei de 10 de julho de 1843 e decreto de 7 de dezembro de 1864;

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, VII, sl. 137; *Du Mesnil cit.*, p. 124.

<sup>2</sup> VII, sl. 130, 131, 132.

<sup>3</sup> *Cit.* II, p. 153.

<sup>4</sup> *Veja Du Mesnil cit.*, p. 156; *Diodoro Siculo cit.*, II, p. 154.

<sup>5</sup> *Strabão cit.*, XV, p. 1033; *Du Mesnil cit.*, p. 129.

<sup>6</sup> *Cit.* p. 1034.

e ao imposto de cereaes, regulado pela lei de 30 de novembro de 1827 e decreto de 11 de abril de 1865<sup>1</sup>.

i) *Imposto sobre o rendimento*

Alguns economistas e financeiros crêem esta fórma do imposto propria da civilisada epocha do seculo XIX: será, mas já vem das remotas paragens que examinâmos.

O trabalho na India não era, como foi entre outros povos, tido em menos conta; ao contrario era honorificado e respeitado como nol-o mostram muitas passagens dos livros sagrados indianos, que já indicâmos, e como assaz o demonstra o facto significativo da crença, baseada na lei, de os *væsiyas*, que era a casta essencialmente dada ao trabalho industrial commercial e agricola, poder usar da cintura sagrada, symbolo da regeneração.

D'ahi resultava, como era natural, o desenvolvimento de todas as riquezas que ao mesmo tempo produzem o bem-estar dos cidadãos e a abundancia da materia collectavel para o fisco.

D'esta fórma os thesouros indianos tirariam a principal somma dos seus redditos do imposto lançado sobre os rendimentos provenientes dos muitos e poderosos ramos da industria indostanica<sup>2</sup>.

O luxo, usado nas festas e cerimoniaes religiosas, e pelas classes elevadas, mesmo pelos sobrios e severos *brahmanes* em dadas circumstancias<sup>3</sup>; a barateza excessiva da mão d'obra; a indole tenacissima e paciente do hindú no trabalho; a pericia comprada com a experiencia accumulada durante largos seculos<sup>4</sup>; tudo isso devia largamente concorrer para que os rendimentos das innumerables industrias indianas offerecessem larga base ás collectas tributarias.

Os rendimentos havidos das explorações metallurgicas, que já dissemos serem particularmente practicadas pelos habitantes das

<sup>1</sup> Para generalidades ácerca d'esta especie de impostos vej. sr. *Jardim*, Principios de Finanças, p. 179 s., 291 s.; *Pariet*, Imp. I, p. 77 s., II, 78 s.

<sup>2</sup> *Du Mesnil* cit., p. 100 s.

<sup>3</sup> *Strabão* cit., XVI, p. 1039, 1046.

<sup>4</sup> *Plinio* cit., p. 88; *Du Mesnil* cit., p. 141.

regiões montanhosas e terem adquirido grande importancia entre os hindús, e os ganhos nas industrias que a metallurgica alimentaria como fornecendo-lhes a materia prima, a mineira, a cutelaria, e armaria, a ourivesaria e joelharia, etc.<sup>1</sup>, formavam uma das mais importantes massas tributarias d'esse imposto.

A pecuaria, que já vimos ser especialmente protegida pela lei religiosa, e pelo excessivo interesse que os hindús desde alta antiguidade tomavam por todos os animaes, e que nas immensas stepes dos *Imáos* e dos *Cynamólogos* acharia extraordinarias riquezas; as industrias que lhe andariam annexas<sup>2</sup> e principalmente a agricultura, pois que já fizemos notar os progressos que nesta epocha ella havia feito, a grandissima feracidade do solo indiano e o favor e respeito de que era cercada, mesmo durante as epochas tormentosas das guerras internacionaes ou civis<sup>3</sup>; e emfim as industrias e ramos de commercio que a agricultura faria prosperar pela grande abundancia e barateza das materias primas fornecidas e pela consideração publica que com ellas partilhava, como a tecelagem, as variadas industrias relativas aos cereaes, a industria do papel, a das distillações, e muitas outras formavam, como era de esperar, a fonte mais rica e abundante para esta contribuição<sup>4</sup>.

Do facto, já anteriormente notado, de a casta dos *væciyas* ser exclusivamente dada á industria e ao commercio é consequencia natural que fosse sobre ella que este imposto recahisse.

Não feria, porém, a todos com o mesmo rigor: assim, em quanto os industriaes pagavam 2 ou 4% de contribuição, os commerciantes pagavam 16,66%. O motivo que o legislador indiano invocava para esta desigualdade e que tem servido nos tempos modernos para fundamentar mais de uma theoria aventureosa de

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, vii, sl. 130; *Diodoro Siculo* cit., ii, p. 149; *Arriano* cit., *Hist. Ind.*, p. 331; *Du Mesnil* cit., p. 120, 156.

<sup>2</sup> *Arriano* cit., p. 320, 325, 330, 331; *Diodoro* cit., p. 197; *Plinio* cit., p. 135; *Du Mesnil* cit., p. 94, 95; além de muitas passagens nos *Védas*.

<sup>3</sup> *Cod. Manú* cit., iv, sl. 10; *Strabão* cit., p. 1038; *Diodoro* cit., p. 150, 153, 149; *Plinio* cit., p. 107, 218.

<sup>4</sup> *Arriano* cit., p. 330; *Du Mesnil* cit., p. 102, 120, etc.

reorganização social, e de garantia ao *direito ao trabalho*, era a pretendida excellencia da intelligencia que industria sobre a que negocêa, da actividade que produz sobre a que faz circular.

Não admira, pois, que nesta contribuição achêmos exemplos de grandes e injustas desigualdades.

A industria pecuaria e a mineira pagavam 2% sobre os seus rendimentos liquidos; os lucros provenientes do capital mutuado, embora fructos de excessiva usura, eram apenas tributados em igual taxa 2%; ao contrario os rendimentos agricolas estavam sujeitos á taxa de 8,33%, 12,5% e 16,66% segundo a qualidade dos terrenos, algumas vezes mesmo subia até 25%, se acreditarmos Strabão; o que provavelmente levou alguns historiadores antigos a considerar esta contribuição não como uma taxa tributaria, mas como uma especie de canon emphyteutico devido pelos exploradores do solo ao rei.

A mesma taxa tributaria de 16,66% onerava os rendimentos da industria metallurgica, ceramica, de canteiro, etc.<sup>1</sup>

Alem de que em circumstancias extraordinarias ainda poderia ser augmentada esta taxa, como veremos, quando fallarmos d'esta especialidade nas contribuições.

D'esta fórma vê-se que esta contribuição seria *progressiva* umas vezes, outras *proporcional*, sem egualdade no lançamento, e sem grande justiça na distribuição; de *quotidade*, e muitas vezes em generos.

É provavel que, como nas outras contribuições, officiaes nomeadas pelo rei fossem encarregados da sua cobrança<sup>2</sup>.

Corresponde, portanto, este imposto á nossa contribuição industrial, embora entre nós tenha uma indole diversa, regulada pelas leis de 30 de julho de 1860, de 31 de agosto de 1869 e de 14 de maio de 1872.

<sup>1</sup> Varias passagens do *Ramayana*, como episodio da morte de Râma; Heitopadesa; *Cod. Manú* cit., vii, sl. 130; ix, sl. 328; *Strabão* cit., xv, p. 1030; *Diodoro* cit., p. 153; *Arriano* cit., p. 325; *Du Mesnil* cit., p. 87, 148, 156, 158.

<sup>2</sup> Vej. comtudo *Arriano* cit., p. 325, que assegura que muitas cidades livres faziam esta cobrança.

Como contribuição propriamente dicta sobre os rendimentos não tem correspondente entre nós, a não tomarmos conjunctas algumas das nossas contribuições; encontramol-a, porém em Inglaterra, na Prussia, etc.<sup>1</sup>

j) *Imposto de transitio*

De algumas passagens dos livros sagrados, particularmente do Codigo de Manú, se deduz que nos estados indianos havia o imposto sobre as passagens dos rios, estradas, pontes, etc.; o que quadra perfeitamente com o grande numero de estradas, que retalhavam a peninsula hindostanica e com a abundancia dos rios navegaveis que recortavam o seu solo, segundo nos dizem os geographos antigos de accordo com a actual configuração do solo indiano<sup>2</sup>. D'ahi resultou naturalmente, como já observámos a proposito da expedição de Alexandre e do numero de navios que elle pôde obter para a exploração do *Golfo Persico* commettida a Nearcho<sup>3</sup>, grande desenvolvimento desde a primeira epocha<sup>4</sup> no commercio de cabotagem.

Este, conjunctamente com aquelle que se fazia atravez dos vastos desertos de que abundava a região indiana<sup>5</sup>, deveria offerrecer larga materia collectavel ao imposto de transitio, provavelmente destinado a occorrer ás despesas de conservação das estradas, rios, pontes, etc.

Qual fosse, porém, a quota estabelecida, tanto para o transitio da viação terrestre como para o da fluviatil é o que não sabemos, não nol-o indicando com clareza os textos indianos.

A esta contribuição correspondem actualmente entre nós o imposto de *transito nos caminhos de ferro*<sup>6</sup>, os impostos especiaes

<sup>1</sup> Vej. para generalidades *Parieu* cit., 1, p. 33; *Block*, Europe, p. 37, 61, 93, etc., e os auctores que adiante citámos.

<sup>2</sup> Veja-se a descripção em *Diodoro Siculo* cit., p. 150, 151, e em *Plinio* cit., p. 88, 89, além de outros.

<sup>3</sup> Vej. *Arriano* cit., p. 325 e 334.

<sup>4</sup> *Ramayana*, episodio de *Sacuntála*.

<sup>5</sup> *Plinio* cit., p. 90 e 92.

<sup>6</sup> Regulado entre nós pela lei de 14 de julho de 1863, mandando encor-



sobre *barcas de passagem e pontes*<sup>1</sup>, e principalmente o *imposto de viação*<sup>2</sup>, e poderíamos acrescentar os *impostos especiaes* destinados a melhorar e conservar a viação fluvial e terrestre<sup>3</sup>; e no regimen antigo portuguez lhe correspondiam muitos como *portatico, pedagio, etc.*

#### k) Outras contribuições

Alem d'estas contribuições que vemos destacar mais perceptíveis d'entre os preceitos legislativos do Código de Manú, outras haveria que a ocasião, a necessidade ou o capricho real imporia aos hindús; como aquella de que nos falla Strabão paga ao rei pelos que apanhavam areias de ouro nos rios indianos<sup>4</sup>.

É natural que em todas houvesse os característicos que temos notado nas demais; isto é, serem de *quotidade*, sobre o *rendimento liquido*, e comquanto legalmente *proporcionaes*, sujeitas

porar nas tarifas dos caminhos de ferro o imposto de 5 p. c. sobre a condução de passageiros e mercadorias.

<sup>1</sup> Regulados, o *imposto sobre barcas* pelas leis de 14 de maio de 1872, 26 de julho de 1843, 29 de maio de 1843 e outras especiaes; o *imposto de passagem de pontes* pela lei de 14 de junho de 1871, e muitas especiaes, como a lei de 3 de julho de 1854 (ponte da Barrinha), lei de 18 de abril de 1854 (ponte do Barreiro), lei de 20 de março de 1851 (ponte do Vouga), lei de 13 de agosto de 1856 (alterando o contracto da companhia de viação portuense) e muitas outras.

<sup>2</sup> Regulado pelas leis de 30 de julho de 1860 substituindo os antigos impostos para amortisação das notas do banco de Lisboa e para estradas pelo novo de *viação*; lei de 16 de abril de 1867, augmentando o imposto de viação sobre as contribuições predial, industrial e pessoal, e lei de 14 de maio de 1872 (lei de meios) art. 5.

<sup>3</sup> Como *impostos especiaes*, ou adicionaes para obras nos portos e barras:

Da Figueira, lei de 17 de agosto de 1857;

Barra do Douro, decreto de 15 de fevereiro de 1790;

Barra de Portimão, lei de 7 de julho de 1862;

Barra de Vianna, lei de 2 de setembro de 1869;

Porto e barra de Esposende, lei de 20 de junho de 1866;

Doca em Ponta Delgada, lei de 9 de agosto de 1860, 18 de abril de 1873;

Porto de Horta, lei de 20 de junho de 1864.

<sup>4</sup> Strabão cit., xv, p. 1038.

muitas vezes ao capricho real ou ás necessidades do fisco, podendo por isso subir d'uma taxa moderada até uma pesadissima <sup>1</sup>.

Entre nós tambem, alem das contribuições que dissemos corresponderem ás de que temos fallado, tambem outras ha que, vagas como estas na sua denominação, lhes correspondem; taes são entre outras os emolumentos das secretarias <sup>2</sup>, os das capitarias <sup>3</sup>, os consulares <sup>4</sup>, os das conservatorias <sup>5</sup>, as matriculas <sup>6</sup>, os 3 % de dividas á fazenda <sup>7</sup>, os impostos para differentes obras, etc.

Não quer isto dizer que estas contribuições tivessem as suas analogas entre as indianas; mas simplesmente queremos indicar que na denominação de *diversas* comprehenderiam muitas outras, como entre nós no mesmo termo se comprehendem.

#### 1) Contribuições extraordinarias

Nos casos urgentes, ou talvez quando simplesmente assim viesse ao rei as taxas das contribuições existentes poderiam augmentar consideravelmente, ou serem lançadas outras novas, como dissemos a proposito de cada contribuição que examinámos.

Assim, nos *direitos de exportação*, no *imposto sobre o rendimento*, e provavelmente sobre muitas mais, quando o caso o pedisse, as taxas tributarias seriam duplicadas, ou novas contribui-

<sup>1</sup> Vej. *Du Mesnil* cit., p. 155 e 156.

<sup>2</sup> Regulados pelo decreto de 19 de agosto de 1859, que reorganizou as contadorias dos ministerios; lei de 16 de abril de 1867, que deu nova tabella de emolumentos, e decreto de 14 de abril de 1869 reorganizando a administração superior da fazenda.

<sup>3</sup> Regulados pela lei de 30 de junho de 1864, que deu nova tabella judiciaria (vid. portaria de 20 de agosto do mesmo anno), e decreto de 3 de dezembro de 1868, reformando e reorganizando o serviço de saude publica no reino, artt. 30 e 51, s.

<sup>4</sup> Regulados pelo decreto de 20 de abril de 1869.

<sup>5</sup> Regulados pela lei de 1 de junho de 1863.

<sup>6</sup> Regulados pelos decretos de 17 de novembro de 1836, de 5 e 29 de dezembro do mesmo anno, de 11 e 13 de janeiro de 1837, e de 20 de setembro de 1844, sobre instrução publica.

<sup>7</sup> Regulados pelo decreto de 3 de novembro de 1860, que reorganizou a administração geral da fazenda.

ções, vindo onerar a materia já collectada, produziriam o mesmo effeito. As necessidades da guerra, as calamidades publicas, o empreendimento de grandes empresas de interesse nacional, seriam, é de suppor, as razões invocadas para o seu anormal estabelecimento. Entre nós, e nos tempos modernos, é o mesmo.

m) *Contribuição de serviços*

Quando fallámos das castas dissemos que os *brahmanes* pagavam, como unica contribuição peculiar, orações pela prosperidade publica<sup>1</sup>, enquanto que os *kchattriyas* que formavam no dizer dos historiadores antigos a quinta classe<sup>2</sup> pagavam a dos serviços militares<sup>3</sup>, que nos parece ter sido pouco pesada, se acreditarmos o que do viver d'esta casta nos contam os mesmos auctores, nesta parte de accordo com o Codigo de Manú<sup>4</sup>.

Sobre *vásiyas* e *çudras* recahia, pois, o peso do geral das contribuições. Quando, porém, por demasiado pobres, não podiam satisfazer a este encargo, era elle substituido pela contribuição de um dia de trabalho por mez para o estado<sup>5</sup>.

A estas contribuições entre nós correspondiam muitos impostos de serviços como a *annuduva*, *fossado*, etc., no antigo regimen, uns abolidos pelos progressos da civilisação, outros pela revolução liberal de 1820 e carta de 1826. Hoje ainda temos representante d'esta especie de contribuições nos impostos especiaes para a viação municipal<sup>6</sup>.

(Continúa).

M. C.

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, iv, sl. 19.

<sup>2</sup> *Arriano* cit., p. 325.

<sup>3</sup> *Strabão* cit., xv, p. 1029 s, 1033; *Plinio* cit., p. 89; *Diodoro Siculo* cit., II, p. 153.

<sup>4</sup> *Cod. Manú*, vii, sl. 144 s.; *Arriano* l. cit.; *Strabão* cit., p. 1035.

<sup>5</sup> Vej. *Du Mesnil* cit., p. 156; *Cantu*, l. e. Stor.

<sup>6</sup> Vej. *Viterbo*, *Elucidario* I, p. 36, 336; Sr. A. *Herculano*, *Histor. Port.*, VIII, P. III, p. 287 s.; lei de 6 de junho de 1864, e o que adiante dizemos sobre esta especie de contribuições.

## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

### ASSIMILAÇÃO VEGETAL

(Continuado do n.º 7, pag. 35)

#### CAPITULO I

É costume dividir em dois grupos os elementos que entram na formação dos vegetaes: — num ficam os elementos chamados organicos, em que talvez melhor assentaria o nome de organisadores; no outro os chamados mineraes ou elementos das cinzas. Na primeira divisão contam-se o carbono, o hydrogeno, o oxigeno e o azoto; na segunda podem contar-se o phosphoro, o enxofre, o potassio, o calcio, o magnésio, o ferro, e talvez ainda o sodio, o silicio, o chloro, o manganez e o aluminio.

Nota-se que os elementos da primeira classe existem em quantidade sensivelmente igual em todos os vegetaes, qualquer que seja a sua natureza, linhosa ou herbacea; e que, nas diferentes partes da mesma planta, se distribuem tambem por um modo igual, a não ser o azoto, que bastante abunda nas sementes.

Não acontece outro tanto com as cinzas ou elementos mineraes. Estes são muito mais abundantes nas hervas do que nas arvores, pois que, emquanto nas primeiras ha oito por cento d'aquelles materiaes, nas segundas ha apenas um por cento; e, na mesma arvore, a proporção d'estes elementos cresce desde as partes linhosas, onde existem em menor quantidade, até ás folhas, onde se encontram em quantidade maxima. Além d'isto, de muitas

observações resulta também que certas combinações mineraes abundam de preferencia em certas partes da mesma planta: — assim os saes terrosos predominam nos caules, os saes alkalinos nos fructos e nas sementes, onde ao mesmo tempo abundam o acido phosphorico e os alkalis, principalmente a potassa.

Mas a simples reunião d'estes elementos não basta para constituir um vegetal, pela mesma razão por que um aggregado de atomos de certas especies chemicas não basta para formar uma molecula chimicamente definida. É preciso que aquelles elementos se agrupem, se combinem d'uma maneira determinada e se organisem, enfim, para poderem viver.

Neste estudo não podemos attender a todos os compostos que se formam debaixo da influencia da vegetação, pois que entre estes alguns ha, cuja importancia, aliás grande debaixo d'um ponto de vista puramente chimico, é todavia nulla para quem só estuda uma funcção dos vegetaes, considerados só em si; sahem por isso fóra do nosso assumpto. «Não é intento nosso descrever as combinações chemicas como taes, mas sómente nas suas relações com a actividade vital:» assim se exprime M. J. Sachs logo no principio d'um dos capitulos em que tracta da nutrição vegetal.

Esses compostos a que nos referimos não podem, com effeito, ser considerados como elemento essencial para a vida dos vegetaes. Nem em todas as plantas existem, e, naquellas em que existem, só apparecem em certos orgãos; o seu equilibrio molecular é estavel; não concorrem nem para a formação dos tecidos, nem para o desenvolvimento do individuo. Deixaremos, pois, esses, e consideraremos os que estão no caso perfectamente opposto: — os que são parte essencial para a vida vegetal; que d'uma maneira directa concorrem reconhecidamente para a formação do organismo; que existem em todas as plantas e que, decompondo-se e recompondo-se, vão dando ao vegetal a sustentação, o desenvolvimento e a vida. E, fazendo assim, ver-se-ha que podemos depois fazer ideia, na maioria dos casos, das reacções secundarias provaveis, que dão logar áquelles outros products.

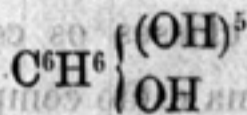
Os agrupamentos moleculares, formados pelos elementos organicos ou organisadores, são por ora os mais dignos da nossa attenção. Quanto aos formados exclusivamente pelos elementos mine- raes, d'elles tractaremos quando especialmente fallarmos da assi- milação d'estes elementos.

Distinguem-se em duas classes os compostos formados pelos elementos organicos: — numa estão comprehendidos os corpos em que entram só o carbono, o hydrogeno e o oxigeno; na outra aquelles em que, além d'estes, entram mais o azoto e tambem accidentalmente o phosphoro e o enxofre.

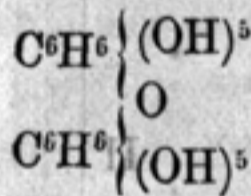
Dos compostos da primeira classe, ou ternarios, ou hydratos de carbono, que todos estes nomes se lhes dão, são typos as glucoses e os varios assucares, a cellulose, a que bem se póde chamar o esqueleto dos vegetaes, a materia amylacea, a dextrina, as gom- mas e mucilagens.

A formula geral de todos estes compostos é  $C^m(H^2O)^n$ , d'onde lhes veiu o nome de hydratos de carbono, que, como veremos, é improprio e inconveniente. Diz-nos mais a chimica que é possivel passar facilmente d'alguns d'estes compostos para os outros. Assim, pela acção dos acidos, a cellulose  $n(C^6H^{10}O^5)$  transforma-se em dextrina  $n(C^6H^{10}O^5)$  e glucose  $C^6H^{12}O^6$ ; o amido  $n(C^6H^{10}O^5)$ , pela influencia dos acidos diluidos ou da diastase, a dextrina, as gommas e as mucilagens, pela ebullição com os acidos diluidos, produzem da mesma maneira a glucose; finalmente o assucar de cana desdobra-se tambem em glucose e levulosana  $n(C^6H^{10}O^5)$  quando aquecido por muito tempo á temperatura de  $160^\circ$  a  $161^\circ$ , e em glucose e levulose quando influenciado pelos acidos diluidos. — Passa-se, pois, com facilidade de qualquer d'aquelles hydratos de carbono para as glucoses; o contrario é o que até hoje se não tem feito. Tomar estas como ponto de partida e chegar até á cel- lulose tem sido até agora impossivel; mas ainda a chimica nos diz o sufficiente para vermos a razão d'isto.

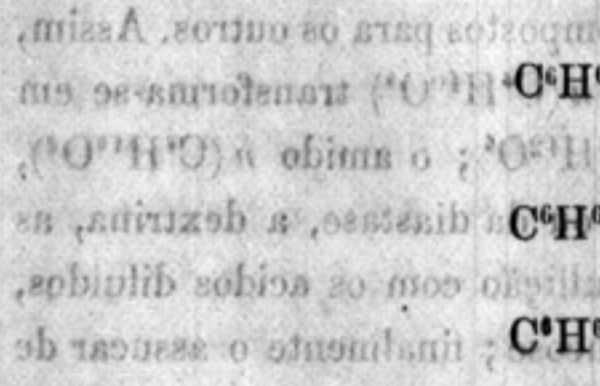
É que todos estes hydratos polymeros são corpos d'uma condensação, d'uma complicação molecular desiguais; todos são alcooes polyglucosicos ou talvez alguns anhydrides d'esses alcooes, mas a glucose é simplesmente um alcool polyatomico



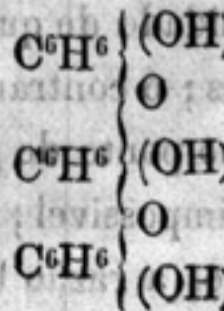
Os assucares já são alcooes diglucosicos, isto é, têm já a molecula mais complicada



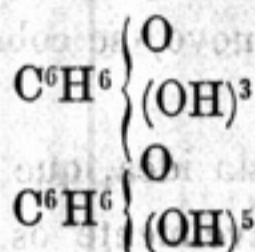
Quanto á materia amylacea, á dextrina, ás gomas, ás mucilagens e á cellulose, boas razões levam a crer que a sua fórmula não é  $C^6H^{10}O^5$ , mas multiplos d'esta, isto é, que estes corpos não são o primeiro anhydride glucosico, mas sim o primeiro anhydride diglucosico ou o alcool ou o anhydride triglucosico. Assim o amido parece dever ter por fórmula  $3(C^6H^{10}O^5)$  ou  $C^{18}H^{30}O^{15}$ , isto é, deve ser o primeiro anhydride triglucosico



ou o alcool triglucosico



A dextrina parece dever escrever-se  $2(C^6H^{10}O^5)$ , isto é, parece dever tomar-se como o primeiro anhydride diglucosico



Finalmente, quanto á cellulose, posto que nada se possa assegurar, é contudo provavel que o grau de condensação da sua molecula seja ainda maior do que o da molecula de amido. Em resumo, a complicação molecular vai augmentando, a organização vai-se pronunciando melhor, permitta-se-nos a expressão, desde a glucose até á cellulose; e, querendo passar da primeira para a segunda, é uma synthese, e uma synthese difficil, o que temos que fazer. Fazer o inverso é mais facil, pois que dispomos de muitos mais meios para decompor do que para recompor.

Mas nada nos diz que não possa dar-se na organização vegetal o que não podemos realizar nos laboratorios. Além de possível, é até muito provavel, senão certo, que no organismo e durante a vida se reunam condições que nem até hoje tem sido possível reproduzir artificialmente, nem facilmente se concebe como um dia se possam realizar.

Não é, por conseguinte, fazer uma hypothese arriscada suppôr que nos vegetaes adultos os hydratos de carbono se formam por via synthetica, por condensações successivas á custa das glucoses, ao mesmo tempo que estas se podem regenerar por via analytica á custa das substancias de maior condensação. Isto lembra tanto mais, quanto é certo que nas plantas adultas é manifesta a tendencia para accumular nas sementes e nos tuberculos a materia amylacea, a dextrina, até muitas vezes substancias gordas, numa palavra, as substancias que pelo seu desdobramento dão a glucose ao vegetal até elle ter vida independente e poder por si formar aquelle producto, á custa dos elementos do meio em que vive, e ir condensando e ajuntando os materiaes para nova semente. A fructificação parece, com effeito, ser o resultado final



para que tendem todos os esforços da vida vegetal: garantida a existencia do novo individuo, o vegetal, ou morre, ou como adormecido descansa do trabalho que dispendeu até chegar o tempo em que, despertando de novo, se cobre de verdura, de flores e de fructos.

Fiquemos, pois, com esta idéa, que é importante para o nosso caso: — que muito provavelmente os hydratos de carbono que entram na constituição dos vegetaes derivam uns dos outros, complicando-se e organisando-se, por assim dizer, cada vez mais, desde as glucoses, onde se apresentam com a maior simplicidade, até á cellulose, onde a sua condensação é maxima.

### III

A respeito dos compostos em que entra o azoto não podemos discorrer tão livremente como a respeito dos compostos do outro grupo. Os de que nos temos de occupar aqui são as chamadas substancias albuminoides, cuja molecula é muito mais complicada e cuja natureza chimica está muito longe de ser bem conhecida.

Entre os differentes corpos que os chimicos agrupam debaixo da designação de *substancias albuminoides*, e que podem reduzir-se aos typos albumina, caseina e fibrina, ainda se não patentearam claramente differenças de composição, e mesmo pelas propriedades de outra qualquer ordem muito pouco se differenciam umas das outras estas substancias. É esta a razão por que muitos chimicos não hesitam em acceitar uma formula commum a todas; e, de entre as que se têm proposto, a que parece merecer mais confiança, posto que não passe por indubitavelmente certa, é  $C^{72}$ .  $H^{112}$ .  $Az^{14}$ .  $S$ .  $O^{22}$ ., podendo ainda junctar-se-lhe o phosphoro, ou substituir o enxofre por este ou pelo oxigeno.

Pelo que diz respeito a estes compostos, encarados como parte constituinte dos vegetaes, nota-se que figuram em quantidade muito menor do que a dos compostos ternarios: nalguns órgãos ha apenas quinze a vinte por cento d'estas materias; noutros ha apenas vestigios, sendo as sementes as partes onde mais abun-

dam. A albumina vegetal é a que se encontra mais espalhada nas plantas; a caseína vegetal ou legumina abunda nas sementes das leguminosas e outras; a fibrina vegetal predomina notavelmente nas sementes das gramíneas, onde, junctamente com outra materia azotada — a glutina, fórma o gluten.

Nota-se mais que estas tres substancias typos ganham muito facilmente as propriedades umas das outras, e que é pela natureza das cinzas que mais se distinguem entre si. Assim, as cinzas da albumina são alcalinas; as da caseína ainda o são mais; nas da fibrina não existem alkalis. É por isto e por se saber que nas sementes onde ha fibrina predomina o acido phosphorico, ao mesmo tempo que naquellas onde ha caseína predominam os alkalis; e por ser tambem conhecida a propriedade que tem a potassa de dissolver a fibrina e de communicar-lhe as propriedades da caseína, que é opinião d'alguns e, ao que parece, fundada, que as substancias albuminoides adquirem na planta umas ou outras propriedades segundo as differentes substancias mineraes com que se misturam ou se combinam. Assim, a albumina, que se fórma e se espalha em toda a planta e vai concorrendo para a formação da semente, transforma-se ao chegar ahi em caseína ou em fibrina, segundo encontra um prodominio de alkalis ou de acido phosphorico.

Outro facto importante, e tambem digno de reparo, é que as substancias albuminoides, alterando-se, podem produzir fermentos que bastam para determinar o desdobramento de certos hydratos de carbono de maior condensação, que se encontram nas plantas. É natural que seja por meio de verdadeiras fermentações, que a actividade vegetal vai regenerando os elementos que por outro lado aggregou nas suas complicadas syntheses. Nas sementes, já o dissémos, a materia amylacea tem que desdobrar a sua molecula para fornecer á nova planta os compostos ternarios mais simples; justamente ahi está a materia azotada, que, convertendo-se em diastase, produz o fermento necessario para determinar tal desdobramento.

E, a respeito d'esta classe de compostos, nada mais se nos offerece que dizer de interessante para o nosso caso; é a razão, já a

dissémos, que muito pouco e muito incerto é tudo o que a chimica nos diz d'elles. A sua estructura molecular, o seu modo de formação, mesmo as differenças que as separam, ou são coisas completamente ignoradas, ou pontos cujo conhecimento é cheio de duvidas e de incertezas. Todavia ainda aqui tomaremos nota d'uma opinião de Sterry Hunt, que nos parece de algum valor, se não como uma verdade completamente demonstrada, ao menos como uma hypothese provavel. Suppoz este chimico que as substancias albuminoides, trocando o enxofre pelo oxigeno e no seu estado de pureza, se podiam considerar como formadas pela cellulose mais ammoniaco menos agua. Esta hypothese ganha probabilidades de verdadeira com algumas experiencias em que se obtiveram substancias que se approximavam das albuminoides, aquecendo compostos hydrocarbonados neutros, como o assucar, a cellulose e outros, com ammoniaco caustico. Havia a este respeito outro modo de ver que parece estar hoje completamente abandonado:— era o que considerava as substancias albuminoides como formadas d'um radical (proteina), com mais ou menos enxofre e hydrogeno.

#### IV

Já sabemos agora não só quaes os elementos que entram na formação dos vegetaes, mas tambem, até certo ponto, como esses elementos se agrupam em moleculas; quaes as relações que prendem esses grupos entre si; como uns derivam dos outros e como todos se formam e se decompõem, se condensam e se simplificam d'uma maneira solidaria e conducente ao mesmo fim. São essas moleculas as que, junctando-se, constituem as partes organisadas da planta e adquirem a actividade que se chama vida; são estes compostos os que se reúnem para formar a cellula, resultado final de toda a elaboração e ultimo fim de todo o trabalho da assimilação.

Quanto ás leis chemicas que determinam este novo arranjo molecular, essas, nem sequer as suspeitámos; é este um dos casos em que só a celebre força vital póde dar a explicação de tudo

aos que se contentam com palavras. No entretanto, vencendo-se enormes difficuldades de observação, alguns factos se têm apurado, os quaes, postoque em pequeno numero e alguns incertos, são todavia de bastante valor, e podem considerar-se como germen de futuras descobertas. Esses factos são os que resumidamente vamos apontar.

Sabê-se que d'entre as substancias de que fallámos as albuminoides, a agua e algumas combinações dos elementos mineraes são capazes de se unirem para formar um corpo de consistencia mais ou menos pastosa, incolor, transparente e dotado d'uma organização complicadissima, cujas particularidades são desconhecidas. A formação d'este corpo é muitas vezes precedida pela de granulos cuja substancia se chama *aleurona* e que têm a apparencia de *crystaes*.

Ordinariamente não são as substancias albuminoides, a agua e os elementos das cinzas os unicos que concorrem para a formação d'este notavel composto; podemos até dizer que, para que possa desempenhar todas as suas funcções, lhe são indispensaveis os hydratos de carbono e accidentalmente algumas outras substancias.

Este corpo, assim constituido, é já um corpo vivo, com suas funcções e seus movimentos proprios. Muitos e differentes nomes lhe têm sido dados; póde até dizer-se que quasi tantos quantos são os auctores que d'elle se têm occupado. Sem apontar todos os que se têm proposto, o que seria longo e difficil, limitâmo-nos a escolher para o designar o nome de *protoplasma*, não só por nos parecer que este é, ainda assim, o mais usado, mas tambem e principalmente porque, pelo seu valor etymologico, nos parece ser esta a expressão mais propria para lembrar as propriedades d'aquella substancia.

É, com effeito, este corpo uma verdadeira — primeira formação —. É d'elle que sahem todos os elementos que constituem a cellula; é d'elle que vêm o nucleo, os grãos de *chlorophylla* e as paredes cellulares. É preciso por isso que nelle se contenham os materiaes que hão de constituir estas partes, e d'ahi a necessidade de existirem no protoplasma, como já dissémos, alem das

substancias albuminoides, que lhe formam como a base, tambem os hydratos de carbono e as combinações mineraes.

Que houve modificações chimicas nas substancias que concorreram para a formação do protoplasma, não tem duvida alguma: — aponta-se até a formação da asparagina como uma prova evidente d'essas modificações; mas como estas se dêem, quaes ellas sejam, é o que se não sabe. Continuemos porém.

O protoplasma tem a faculdade de condensar-se parcialmente em volta d'um ponto, que por coisa alguma se distingue do resto da massa, e de dar logar á formação d'um pequeno corpo arredondado, de propriedades chimicas analogas ás suas, que muitas vezes se isola, cobrindo-se d'uma camada membranosa. Este corpo é o nucleo, que póde tambem, á custa da sua propria substancia, dar logar a formações granulosas, que se chamam nucleolos, ou ainda desaparecer, fundindo-se no protoplasma donde tinha sahido. As transformações chimicas que aqui houve são da mesma maneira desconhecidas.

Ainda por condensações locaes tem o protoplasma a faculdade de originar outros productos muitissimo importantes: referimo-nos aos granulos de chlorophylla, ou corpos chlorophyllianos, constituídos na sua maior parte pela propria massa protoplasmica, com addição de mais um principio verde, em cuja formação a acção da luz entra para muito. Tem-se geralmente observado que a formação d'estes corpos é muito similhante á do nucleo, com a differença que parecem ser necessarias para a formação d'aquelles duas reacções distinctas, isto é, certo numero de moleculas do protoplasma condensa-se para formar a parte incolor dos corpos chlorophyllianos, ao mesmo tempo que outras se dispõem para lhe fornecer o principio verde. Acontece muitas vezes que, antes de formar-se a parte incolor, se fórma um principio amarello, e que é depois este o que se torna verde pela influencia da luz. Aqui nem ao menos se sabe d'uma maneira positiva quaes são os elementos que entram na constituição da substancia corante; o que é mais provavel é que sejam o carbono, o hydrogeno, o oxigeno, o ferro e talvez o azoto. Para uns, resulta esta substancia da união de dois principios, um azul e outro amarello; para ou-

tros, da união de quatro, dois verdes e dois amarelos, distintos pelas propriedades opticas; finalmente, para outros, tambem da união de quatro compostos, um escuro e azotado, outro amarello e insolúvel no alcool, outro azul, donde se separa outro amarello pela acção do ether. Não é raro encontrar o amido nos granulos de chlorophylla, assim como tambem materias gordas, cera e resinas, das quaes se não sabe ao certo nem como nem quanto influem no principio corante.

Da massa do protoplasma sahem tambem moleculas de cellulose, que, junctando-se com elementos mineraes, constituem as paredes das cellulas. Emfim, na mesma massa abrem-se espaços vasios, que se chamam vacuolos, e que, augmentando de volume, se fundem num só, que se enche d'um liquido aquoso com diferentes materias em dissolução. Este liquido é o succo cellular.

Todas estas modificações que acabâmos de indicar não são ordinariamente successivas, são simultaneas; a não ser a que apontámos em ultimo logar, que só costuma dar-se num gráu adiantado de desenvolvimento, quando o volume da cellula, por assim dizer, typo, antes de especializada, é a cellula capaz de assimilar, de evolucionar, transformando-se e dando logar a outras, e de ser a origem e matriz de todos os tecidos, órgãos e apparatus.

D'estas transformações ultteriores occupa-se um ramo inteiro d'uma sciencia novissima, e, por em quanto, cheia de duvidas e de difficuldades:—referimo-nos á histogenia, ramo da histologia.

E ahi fica indicado o que podemos dizer a respeito do modo por que as moleculas elaboradas pela actividade vegetal elaboram finalmente a cellula.

Não perdendo de vista o nosso programma, vamos agora ver como no organismo já constituido se fixam os elementos que vêm de fóra.

(Continúa)

A. V. DE OLIVEIRA DAVID.

## LITTERATURA E BELLAS ARTES

### QUADROS DA VIDA ROMANA

#### CAPITULO I

##### O Portico de Octavia

«Pelos Deuses!» exclamou C. Julio Capitolino, «ver-me heis qualquer dia engrossar o numero dos que vão mirar o formoso semblante de Celia Apollinaris no espelho do seu toucador!»

E traçou a toga, formando um *seio* tão caprichoso e inimitavel, que lhe ficaram nelle os olhos invejosos do joven Publio Servilio, patricio que, havia pouco, depozera as honras infantis da *pre-texta*.

As palavras que o senador acabava de proferir produziram profunda sensação no circulo de ociosos que, á nona hora do quarto dia dos idos de outubro, no consulado de Publio Licinio Gallieno Augusto e Annio Saturnino, se achava reunido no Portico de Octavia, em Roma.

A luzida, pôsto que pequena assembléa, constava, alem dos patricios já apontados, de Junio Pastor, cavalleiro romano, de Q. Acilio Aproniano, varão consular, de um centurião gaulez, e de um Atheniense esbelto e bem parecido, de *physionomia* espi-rituosa e motejadora, a quem chamavam Ariston.

Larga tinha sido a practica e interessante a discussão. Julio Capitolino fallara, com mal disfarçado desdem, dos ultimos jogos do Amphitheatro Flaviano, onde, depois de terem combatido apenas vinte e cinco pares de gladiadores, os degenerados leões de Africa tinham recuado diante de um bando de tigres hyrcanos.

Publio Servilio, com os olhos scintillantes de juvenil entusiasmo, enumerara os avoengos de todos os corseis que iam dis-

putar a palma nas proximas corridas do Circo Maximo, e fizera uma sentida apologia da facção verde.

Quinto Acilio contara com particular satisfação as proezas triclíniarias de um seu amigo, emulo dos antigos Apícios e Octavios.

O centurião narrara algumas das recentes e curiosas historias da rainha Zenobia e de Victoria, a *mater castrorum*, e Ariston occupara-se na discussão dos meritos relativos da architectura grega e da architectura romana.

Emfim Junio Pastor dera informações a respeito de uma cargação de escravas phrygias e moços alexandrinos, que ultimamente tinham desembarcado em Brindes, e cuja noticia precedera a sua chegada a Roma.

D'estes e de outros assumptos, que tanto interessavam essa mocidade romana, herdeira dos Claudios e dos Emilios, se tractara larga e calorosamente. As encontradas sympathias, tendencias e opiniões tinham accendido o lume de uma amigavel mas energica disputa, na qual a victoria ficara ao que mais argutos sophismas sabia empregar.

«Nobres senadores e cavalleiros,» disse Publio Servilio, «vejamos qual de nós empregou melhor o seu meio-dia. Eu, seguindo e preceito de Ovidio, fui despir a Sacra Via das suas mais bellas flores, que a estas horas são de certo chegadas, como primores da minha *villa*, ao destino que lhes coube. Tu, Junio Pastor, que fizeste?»

— Como estamos em amizade,» respondeu o cavalleiro, «posso confessar que andei sollicitando. Pretendo a edilidade.

— Com que fim?» perguntou Marco Sempronio, o Gaulez, rindo.

«Com o fim em que todos pomos a mira nas nossas pretensões: satisfazer a um desejo. O que mais me possui neste momento é achar por todos os modos possiveis a chave do coração da esquiva Chrysis. Ora Chrysis é louca por tudo o que brilha, soa, realça e adorna: o sonho que a fascina é dar festas e jogos publicos. Se eu for nomeado edil, talvez que um dia se me depare no assento do meu camarote a desejada chave. Demais a edilidade é o primeiro passo.»



Neste ponto C. Julio Capitolino abriu a bocca em descomunal bocejo, e proferira as memoraveis palavras ha pouco citadas.

«Julio Capitolino em casa de Celia Apollinaris!» disse Ariston, soltando uma gargalhada. «O severo censor dos cortezãos, o partidario dos amores francos, breves, joviaes, aos pés de uma altiva matrona! Se tal succede, não ha que ajuizar dos homens!

— Por Hesus!» exclamou o Gaulez, «não me falles das tuas matronas! Que podeis vós pretender d'esses corações de pedra mal amornados ao calor dos amores ephemeros, d'essas formosuras duvidosas e enganadoras, que o homem sincero não encara sem receio, d'esses espiritos fechados á luz da verdade, d'esses sentidos amortecidos?

— Senhores,» disse C. Julio Capitolino, «sabeis o motivo do mal que o nosso amigo Marco Sempronio quer ás matronas romanas?

— Eu, não,» respondeu Junio Pastor.

«Nem eu! nem eu!» exclamaram os outros.

«Pois então, contar-vos hei um caso. Marco Sempronio é um mancebo valente e audaz, que se distinguiu nas guerras do Oriente a ponto de merecer a coroa mural, recompensa dos committimentos valerosos. Tendo vindo ultimamente a Roma descansar das fadigas militares, e restabelecer-se de uma grave ferida que recebera, foi um dia levado por um amigo seu a casa de uma bella matrona, cujo nome calarei discreto. O nosso Gaulez, seduzido pelo esplendor d'essa belleza, embora duvidosa e enganadora lhe chame, lembrou-se de pôr em practica os meios que tão bem se lhe tinham logrado em outros campos de batalha, e, ao cabo de um dilatado colloquio, em que lhe pareceu não serem ouvidas de mau grado as suas calorosas expressões, atreveu-se a pedir uma entrevista. Riu-se a matrona de si para si, mas, entendendo dever dar uma lição que refreasse os impetos juvenis do *Barbaro*, annuiu prompta ao pedido. Marco Sempronio despediu-se jubiloso, e sahiu. No dia seguinte, á hora aprazada, encaminhou-se ao Campo Marcio, e aguardou a liteira promettida. Esperou boas duas horas, e, ao cabo, acercou-se d'elle uma joven

escrava, que lhe trazia da parte da illustre matrona a menos crível das escusas. Sempronio ouviu, percebeu, e...

— E d'ahi?» perguntou Publio Servilio.

«Adivinha!

— Conta, que foi o que prometteste!

— Um tal ultraje, se fosse dirigido a qualquer de nós, senhores,» continuou o senador, «não ficaria por certo sem vingança, nem a altiva matrona sem punição! Parece, porém, que lá para as Gallias o modo de pensar é outro. Marco Sempronio, ouvinda a mensagem, fitou por acaso os olhos na mensageira, mas tanto se enlevou nessa contemplação, que alguém os viu encaminharem-se, depois de terem conversado algum tempo a meia voz, para a morada de Sempronio, e d'ahi é que não consta que sahisse a esbelta rapariga. Já vêdes que os Gaulezes são faceis de consolar, e que a aversão de Sempronio tem seu fundamento!»

Uma trovoada de risadas ironicamente admirativas acolheu a narração de C. Julio Capitolino.

O Gaulez tinha ouvido attentamente, risonho e sereno. Applacada a tempestade, disse sem se perturbar:

«Visto que tanto folgais, ouvindo o principio da interessante historia de Caio Julio, ouvireis o fim, embora a minha narração não brilhe pela graça que elle sabe dar a tudo quanto diz. A mensageira era, como disse Julio, moça e esbelta, e podeis acrescentar: modesta e formosa. O Gaulez, depois de ouvir o recado que ella trazia, fez-lhe algumas perguntas distrahidas, mas pouco a pouco, reparando nas suas discretas e judiciosas respostas, e entrevendo na sua physionomia alguns signaes de parentesco de raça, interessou-se e interrogou-a com curiosidade. Contou-lhe ella em poucas palavras a sua triste historia. De livre condição e filha de um tribuno de Posthumio, tinha-lhe morrido o pai num recontro entre as tropas do governador das Gallias e as legiões romanas, e a pobre donzella, cahindo no poder dos inimigos, fôra cedida a um contractador, e por este vendida em Roma a Celia Apollinaris, cujo nome não calarei numa aventura que tanto a nobilita. Condoeu-me tamanha desdita. Em vez de começar a machinar desforra, como, na opinião de Caio Julio, vos succederia a vós,

encaminhei-me para minha casa, na companhia da donzella, e, durante o trajecto, tão saudosas se me renovaram as lembranças da patria perdida e da familia dispersa, tanto me voltei aos tempos passados da infancia e da adolescencia, que em breve o meu coração, sedento de affecto, não pôde separar as amoveis recordações de quem as tinha despertado. Senhores, que mais vos direi? A meu pedido, Celia Apollinaris dignou-se de conceder a liberdade á sua escrava, e esta é hoje a mulher do commandante da segunda centuria da Legião Victoriosa, vosso servo. Era isto que o nosso amigo Julio vos não podia contar, e que talvez, soubera-o elle, vos tivesse privado de ouvir a minha ridicula aventura. Agora, Julio, se a minha indiscrição em revelar o nome de Celia te causa dissabor, perdôa, e assim ficaremos quites.»

O ironico remate do Gaulez vinha tanto a ponto, que o senador não achou coisa que lhe respondesse. Folgaram os outros com a lição, porque C. Julio Capitolino estremava-se de todos por uma superioridade tal de nobreza, opulencia, elegancia e valimento, que muitos eram os que o invejavam, e poucos os que se lhe oppunham. Elle, porém, para disfarçar o despeito, exclamou:

«Por Castor e Pollux! que decadencia! que degeneração! que ruina! Senhores, ouvistes-me ha pouco declarar uma resolução que muito vos surprehendeu. A mim já nada me surprehende. Sinto-me possuido de insupportavel melancolia e enfado. E quem vos diz que esse proposito não é como o arrojo do viandante que se acha perdido por noite de trevas, e toma ao acaso pelo primeiro atalho que se lhe apresenta com ares de ir dar a caminho direito? Quem vos diz que não é o ultimo medicamento que o moribundo chega pressuroso aos labios? Que tempos estes! Onde estão as naumachias de Cesar e Claudio? os jogos de Trajano? as pompas triumphaes de Tito? as festas de Nero? Que é dos homens que gastavam vinte mil sestercios num rodovalho, que engordavam a carne humana as moreas domesticas, que dispendiam na compra de um prato para a cêa o valor de um escravo? Que é das immensas fortunas dos Crassos, dos Hortensios, dos Lucullos, dos Syllas? Que é da completa seguridade de que outrora se gozava, do respeito que o nome romano merecia a todos os povos? Que

é das pareas dos nossos tributarios? das riquezas do nosso commercio? Que é dos grandes caracteres do passado, os Brutos, os Catões, os Thrasesas, os Priscos? Que é dos fieis administradores, dos valerosos tribunos, dos habéis generaes, dos zelosos consules, dos severos censores? De tudo isto que nos resta? Nada, senhores, nem homens, nem instituições, nem a riqueza herdada, nem a energia que emprehende, nem as firmes vontades que realisam, nem sequer ao menos os monstruosos mas sublimes prazeres que distrahiam nossos pais nas horas de vagar! Hoje somos prêza dos tyrannos que surgem a todos os cantos do imperio, os Barbaros accommettem-nos, os alliados abandonam-nos, o imperador atreve-se a mostrar-nos a pompa de um triumpho irrisorio, onde se vêem figurar algemados captivos suppostos, os jogos do Amphitheatro ninguem os pôde presenciar, nas corridas não ha enthusiasmo, a vida particular é mesquinha e triste, a vida publica receosa e futil; não temos seda para velar os triclinios, falta-nos purpura para cobrir as almofadas dos leitos, as ostras do Lucrino escassêam, não nos vêm já ameixas do Egypto nem tamaras da Syria, os escravos diminuem sem que haja meio de os substituir, os philosophos affluem, os libertos querem dar leis, as libertas não ha quem as veja, emfim, senhores, se não queremos desesperar da vida, é tempo de nos acolhermos a essas ilhas afortunadas de que falla o poeta Horacio. Eu, por mim, metto-me aos mares de uma vida nova. Passo a adorar o idolo que tenho ultrajado: nada de amores faceis, nada de vida independente, solta, caprichosa! Que a vontade alheia seja d'ora em diante a minha vontade! Prenda-se-me o coração á rede que envolve o cabello de uma casta donzella, á *stola* variegada de uma formosa matrona! pulse escravo submisso ao pulsar de outro! E se, neste completo aniquilamento da vontade, nesta renuncia a legitimas satisfações, nesta idolatria voluntaria, eu não encontrar o repouso, a esperanza, a serenidade; se as fontes do gôzo me não remoçarem, em verdade, senhores, empregarei o extremo remedio, e sujeitar-me hei antecipadamente á execução de uma sentença que pôde qualquer dia ser-me intimada da parte do clemente imperador, Gallieno Augusto, que os Deuses conservem!

— E admira-te isso?» disse o Atheniense, erguendo-se de subito, e vindo estacar em frente de Julio Capitolino.

«Pois que fizemos nós aos Deuses para tamanha miseria?»

— Que fizestes? Eu vol-o digo. Julio, que produz o emprego da força?

— A resistencia.

— Muito bem. Publio Servilio, que acontece a quem se dobra á tyrannia?

— Perde a dignidade e o valor.

— Quinto Acilio, qual é a consequencia do abuso?

— A saciedade.

— Junio Pastor, que resulta das delapidações?

— A pobreza.

— Respondestes maravilhosamente. Agora, Marco Sempronio, que succede ás nações que opprimem os extranhos, que tyrannizam os seus, que delapidam o seu e o alheio, e que se fartam dos mais monstruosos deleites? Qual é a sua sorte? qual o seu futuro?

— A ruina,» respondeu o Gaulez.

— Tu o disseste, amigo Sempronio!» exclamou Ariston. «Nobres senadores e cavalleiros,» continuou, «ouvistes a vossa sentença. Eis a sorte que vos espera. É este o fructo das iniquidades de vossos pais e das vossas. O vosso futuro está escripto nas paginas do passado. Lêde a historia, indagai as causas, deduzi as consequencias, e sabereis.

— Digna conclusão!» bradou Julio Capitolino, «excellente peroração de rhetorico!»

Foi então um côro de amigaveis injurias, a que o Grego respondia com o espirituoso sorriso, que, apesar do fogo acceso no olhar, se lhe não despegava dos labios expressivos.

— Sophista!

— Abelha do Hymetto!

— Philosopho!

— Rhetorico!

— Gorgias togado!

— Grego rebelde!»

E outras de igual teor.

«Não, pela consciencia e pela verdade,» disse Ariston com voz commovida, «fallo sério. Ouvistes ha pouco a singela historia dos amores do nosso amigo Sempronio. Que coisa ha ahi mais verdadeira e tocante? E comtudo estou que nenhum de vós poderia contar de si um caso analogo. Poderieis por ventura esquecer que a liberta de hoje era a escrava de hontem? Poderia o vosso espirito, desenvolvido sob o influxo do erro e da mentira, considerar como injusta a opinião que deshonra onde não ha culpa? Não, senhores, não. Porquê, já vol o disse. Acreditai-me, a vida da republica não póde prolongar-se muito, porque o espirito que a anima é o egoismo, a mais esteril das paixões. Pedante, sophista, serei; menos todavia do que vós todos que me ouvis, vós, vossos parentes e concidadãos, o sois em todos os actos da vossa existencia! Ah! se quizesseis ouvir uma historia, como eu vos mostraria o que é a vossa Roma, o que é o vosso immenso e glorioso imperio! Mas basta de divagações, não vos parece?

— Não, Ariston, não,» disse Marco Sempronio. «Continúa, que todos aqui nos aprazemos muito em ouvir e contar. Pelo menos, nas Gallias, o hospede rico em noticias e palavras de prestimo é sempre o bemvindo em todas as moradas. Que dizem, porém, a isto os interessados, senadores e cavalleiros romanos?

— Ariston não deve duvidar da muita conta em que o temos, e do apreço que damos ás suas palavras,» respondeu Quinto Acilio Aproniano. «Que falle, e folgaremos de o ouvir.

## CAPITULO II

### Uma historia

— Contarei pois,» disse o Grego. «É uma historia dos antigos tempos, que de certo não sabeis. Havia outrora um paiz que se chamava Grecia. Desabrochado, como ultima e mimosa flor do continente, sobre as aguas de tres mares, parecia predestinado

para servir de laço entre a velha Asia e a joven Europa. Abençoado pelos Deuses, nada lhe faltava, nem os montes coroados de neve, nem as torrentes caudalosas, nem os riachos mansos e limpídos, nem as veigas ferteis, nem as extensas planicies, nem os bosques umbrosos, nem as enseadas hospedeiras, nem os golphos espelhados. Rodeavam-n'o, como a poderoso e amado soberano, numerosas ilhas que das aguas tinham brotado, tão formosas como Venus. Pisava-o um povo de heroes. No começo da sua existencia, arrojara-se elle a todas as empresas, desde a prestigiosa aventura do Vello d'Ouro até á patriotica guerra de Troia. Com o andar dos tempos, applicado o primeiro impeto da virilidade, dera-se sollicito ás artes da paz, e em todas ellas conquistara louros tão virentes e immarcessiveis, que ainda está por vir quem lh'os arranque murchos da fronte majestosa. Levantara com Homero um brado tão alto e tão sonoro, que nenhum dos echos da poesia ousára ficar mudo; cantara-lhe Hesiodo os Deuses e as forças da natureza; Callino e Tyrteu, as glorias marciaes; Sapho e Alceu, os ardores da paixão; Bacchylides e Anacreonte, os prazeres faceis e as graças risonhas. Tinham-lhe dado os seus grandes tragicos as mais severas e prudentes lições que a voz da sabedoria póde dictar ao homem, e as palavras, menos austeras mas não menos certeiras, de Aristophanes e de seus successores, não se tinham deixado ouvir em vão. Radiara sobre elle a luz serena da historia. Florescia-lhe a mais alta e inspirada philosophia. Desentranhava da nudez da tela e da bruteza do marmore maravilhas de belleza ideal e de viva realidade. Constituiu-se sabiamente. Culto em Athenas, guerreiro em Sparta, pastoril na Arcadia, agricola na Beocia, navegador em Corintho, dera a lei ás nações. Empenhado numa batalha de gigantes, ferida pela liberdade do mundo, conseguira, á força de rasgos incriveis de valor, previdencia, patriotismo, abnegação e entusiasmo, sahir victorioso da liça abrazada. Quasi ao anoitecer do seu primeiro dia de esplendor, ao cabo de lamentaveis dissensões internas, onde se lhe tinham malbaratado thesouros de energia e de constancia, accendera de repente, incarnando por um momento num homem, um facho tão luminoso, que as

nações, despertadas ao grande nome de Alexandre, e deslumbradas por essa intensa claridade, perguntaram umas ás outras se era o sol que voltava para nunca mais se esconder.... Ao outro dia....

«Longo e trabalhoso tinha corrido o dia para o ceifeiro. A pé desde o alvorecer, não descansara do lidar ardente. Nem os calores do meio dia nem a lassidão da tarde lhe tinham feito dar de mão ao seu trabalho. Á noite, sentado debaixo do portico da sua casa, comprazia-se elle em contar de longe os mólhos de vingadas espigas que a terra reconhecida lhe produzira, e depois, deixando-se ir ás agradaveis impressões da reunião e da intimidade, por horas largas se demorara em practica interessante com a sua familia, seus vizinhos e hospedes. Chegada a hora do repouso, estendera os membros no duro leito, e adormecera, mas o espirito inquieto e preocupado com os trabalhos do dia seguinte não lhe deixara gozar somno placido e reparador. Visitado pelas divindades agoureiras, luctando em sonhos com os prestigios das feiticeiras da Thessalia, parecera posseso de espirito mau a quem o contemplasse desaperebido. Comtudo a noite findava, os ares purificavam-se, a aurora enrubecia, e o dia annunciava-se preche de trabalhos proficuos, de colheitas abundantes, e de beneficas influições sobre as searas futuras. Que alva tão pura e tão rica de promessas! Mas de repente, antes que o ceifeiro se apossasse dos espiritos turbados do somno, é a sua casa assaltada pelo bandido nocturno, os seus servos vendidos auxiliam o inimigo, a sua familia perece resistindo, e elle proprio, colhido subito e vencido, apezar da mais heroica defesa, é prostrado, algemado e exposto, em signal de triumpho, á irrisão dos assistentes, amigos intimidados, e adversarios pouco generosos. Então o salteador, voltando-se para elles, e mostrando-lhes o captivo inerme, diz-lhes:—Vêdes este? Colhi-o ás mãos quando jazia no leito, quebrado das fadigas de hontem, e incapaz dos trabalhos de hoje. Seria justo que se perdessem searas tão bem vindas, colheitas tão prosperas? Não, de certo. Por isso me assenhoreei d'elle para que possa, sem embaraço da sua parte, lidar descansado na obra que elle não soube terminar. E, para que não suc-



ceda com o tempo que elle venha empecer-me, viverá algemado como agora se vos mostra, e, se tentar rebellar-se, será punido. Sou seu herdeiro, e não quero que a herança seja dissipada.

— E os assistentes applaudiram? perguntou Junio Pastor, interrompendo o orador.

«Uns applaudiram, outros.... calaram-se. Então o roubador apoderou-se da sua prêza, e tão desbaratada tem ella sido, como de ordinario succede com o que se ganha por taes meios, que hoje a custo se lhe descobre a sombra do que já foi. A aurora radiosa era precursora de um tenebroso dia. Roma paira sobre a Grecia como uma maldição, e a Grecia é uma ruina. Meus senhores, tenho contado.»

E, sumindo-se por traz das columnas do portico, o Grego enxugou com a ponta do *pallium* uma grossa e excandescente lagrima, que a muito custo podera suster.

Tão imperiosa fôra a verdade das palavras, tão solemne o discurso, tão energico o accento, que os mancebos emmudeceram por um instante.

«Mas, por Jupiter!» exclamou Publio Servilio, logo que Ariston reapareceu, «que vale porventura o que ambos dissestes, Grego de palavras doiradas, Romano melancolico e enfastiado? Que nos importam as glorias dos tempos antigos, a oppressão dos vencedores, as dores dos vencidos, o futuro do universo? De que serve saciarmo-nos de saudades, desprezando os gozos do presente? Insensatas subtilezas! Se meu mestre Epicuro vos ouvisse! Não sabeis acaso que a sua philosophia prescreve ao homem que regule os seus desejos pela facilidade que pôde ter em os satisfazer? Gozar de tudo e por tudo, sorrir a todas as graças, beber por todos os copos, amar todas as mulheres, esgotar a taça de todas as delicias, sem remorso, sem pezar, sem temor, taes são os seus brandos e judiciosos preceitos. Porque não os pondes em practica? Vêde que excellentes resultados d'elles tirou o nosso amigo Caio Cecilio Metello. Ha um anno aqui o vimos, ufano das suas distincções militares, ambicionando os loiros de novas victorias, tendo em pouco os deleites, negando-se a fallar no amor pelo muito respeito que dizia ter por elle, imbuido nos

mais deploraveis prejuizos que podem desviar um homem do caminho direito da natureza e da razão, e hoje....

— Hoje», disse Marco Sempronio, «vai assistir todos os dias ao adôrno matutino de Celia Apollinaris. Se Epicuro tal prescreve, ruins doutrinas são as suas!

— Caio Cecilio é um moço de agradavel tracto, a quem muito préso, disse Q. Acilio Aproniano,» e sabe entender a vida como poucos. Se vai ou não todos os dias a casa da illustre Celia, que, segundo vejo, tem o poder de enfeitçar os nossos mais amaveis companheiros, não sei, que d'isso não cuido. O que sei, porque o tenho mais de uma vez experimentado, o que posso afirmar, é que a sua mesa é servida com abundancia e esmero, que o seu trem de caça é de muito bom gôsto, que os seus cavallos são de raça apurada, as suas liteiras sumptuosas, as suas residencias bem combinadas e adornadas: numa palavra, sei que Cecilio Metello, de um anno a esta parte, é o espelho dos Romanos e o despêro dos estrangeiros. Como vos disse, sabe entender a vida, não é assim?

— Conforme,» respondeu C. Julio Capitolino. «Quando aqui estivemos todos reunidos, o anno passado, pareceu-me Caio Cecilio outro homem do que esse de que acabais de fallar. Não creio que se deixasse levar pelas doutrinas de Epicuro; desconfiarei primeiro d'essa repugnancia, que Publio Servilio lhe notou, de fallar no amor, pelo muito respeito que por elle tinha. Talvez a unica coisa em que elle tome gôsto sejam as visitas que tanto horrorisam Marco Sempronio. Se assim é, o que todavia não quero por ora suppôr, para seu credito, triste sorte lhe coube! Por Hercules! Um homem tão moço e tão rico de futuro, sujeitar-se aos caprichos de uma matrona galanteadora! Extremos d'estes só convêm aos desesperados como eu.

— Eu por mim confesso que nunca senti grande inclinação para Cecilio Metello,» disse Junio Pastor. «Que frieza a sua quando assiste a exposições de escravas! Será isto natural num mancebo e num soldado? Não, de certo. Antes me parece censura disfarçada aos nossos costumes.

— É verdade,» disse Publio Servilio. «E com que altivo des-

dem não zombava elle, outro dia, do enthusiasmo que alguém ainda mostra pela lucta das facções! Para acabar assim! Os Deuses são justos.

— Pelas nove Musas!» exclamou o Atheniense, «calai-vos, respeitai os meus sonhos! «Que bello par não formava Cecilio Metello com o seu amigo Aureliano, o tribuno da nona legião! Parecia-me ver, de uma parte, o imperio armado, aventureiro, nobilitado pelo combate, engrandecido pela victoria, e, da outra, o imperio pacifico e justiceiro, previdente e emprehendedor, suavizando os males da guerra com os beneficios da paz, unindo todos os peitos num só amplexo, todos os corações numa pulsação unisona! Senhores, o genio de Caio Cecilio não são as aventuras, não são os combates. Póde ter-se enthusiasmado pelos jogos de Bellona, como succede a todos os moços de coração generoso; mas o seu destino é outro, outra a sua aptidão. Guerreiro valente e apaixonado, bravo como a sua espada, fiel como a sua aguia, austero como o dever, bom como a força, e puro como a verdade, não precisais de o imaginar: tendel-o vivo e animado na pessoa do tribuno Aureliano, o da *mão á espada*<sup>1</sup>.

— E mais perto de vós do que cuidaveis,» disse uma voz cheia e sonora por traz do grupo. «Ariston, o tribuno saúda-te e agradece.

(Continúa)

LUIZ GARRIDO

<sup>1</sup> Manus ad ferrum.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
NOS ANOS DE 1872 E 1873

(Continuado do n.º 7, pagina 48)

**Antonio Candido de Figueiredo** (bem conhecido no mundo litterario com o nome de *Candido de Figueiredo*), filho de Francisco de Figueiredo, nasceu em Lobão aos 19 de setembro de 1846.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Direito em 1869. Acha-se ao escrevermos estas linhas matriculado no 5.º anno, tendo sido classificado como *distincto* no 1.º e 4.º e premiado com *accessit* no 2.º e 3.º anno do seu curso.

É Socio effectivo do Instituto de Coimbra, Socio honorario da Associação dos Artistas e da Sociedade *Terpsychore* Conimbriense, do Gremio *Illustração-Popular* de Castello de Vide, Socio correspondente da Commissão nacional dos orientalistas de Paris, e da Commissão nacional dos orientalistas de Londres, e ultimamente Professor Academico correspondente da Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid. Quando cursava o 3.º anno da sua faculdade, escreveu e publicou:

15) — *O Municipio e a Descentralisação, rapido estudo a proposito do ultimo projecto de reforma administrativa.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 28 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: Á Illustrada Faculdade de Direito. E logo depois foi reimpresso em 8.º, 56 paginas, sendo esta segunda edição offerecida: A Luiz de Campos.

16) — *Morte de Yaginadatta, episodio do poema epico O Ramâyâna.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 24 paginas.

Este escripto tem a seguinte dedicatória: Ao profundo orientalista, ao eruditissimo philologo, ao applaudido professor da Universidade de Oxford, Max Muller, consagra este mesquinho testemunho de reverencia, sympathia e gratidão C. de F.

Póde ver-se sobre esta traducção o folheto que lhe dedica o sr. José Joaquim Pereira Caldas, professor do Lyceu de Braga.

Alem das numerosissimas obras que o sr. Innocencio Francisco da Silva no seu *Diccionario Bibliographico*, tomo 9.º, pagina 19,

indica publicadas pelo sr. Candido de Figueiredo, correm já impressas muitas outras, e varios artigos dispersos por jornaes litterarios e politicos.

**Antonio Cardoso Borges de Figueiredo**, filho de José d'Oliveira Cardoso, nasceu no logar da Castanheira, concelho de Fajão, bispado de Coimbra aos 16 de janeiro de 1792.

Começou a sua carreira litteraria pela regencia da cadeira de *Latim*, aos 16 de fevereiro de 1826, na villa de Arganil. Em 10 de agosto de 1828 foi encarcerado na cadeia d'aquella villa, donde passados mezes foi trasladado para o Aljube de Coimbra, voltando outra vez para Arganil e sendo removido depois para a praça d'Almeida. Da prisão d'Almeida requereu passagem para a cadeia do Aljube do Porto com o fim de obter da Alçada o livramento, o que teve logar em 20 de julho de 1831. Foi pela senhora D. Maria II reintegrado no exercicio do magisterio na cadeira de *Rhetorica e Poetica* do Collegio das Artes, depois Lyceu de Coimbra, em 5 de junho de 1834.

É Presbytero e Cavalleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa, antigo Vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, Professor decano jubilado da cadeira de *Oratoria, Poetica e Litteratura classica* do Lyceu nacional de Coimbra por decreto de 8 de maio de 1861, Socio honorario do Instituto da mesma cidade. Escreveu e publicou:

17) — *Logares selectos dos classicos portuguezes nos principaes generos de discurso em prosa para uso das escholas. Decima terceira edição, muito melhorada.* Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCLXXIII, 8.º, VIII, 438 paginas.

São muitas as obras publicadas por este erudito escriptor, e de algumas faz honrosa menção o sr. Innocencio Francisco da Silva no seu *Diccionario Bibliographico*, tomo 1.º, pagina 104.

**Antonio de Gouvêa Osorio**, filho de Manuel de Gouvêa Osorio, nasceu em Villa Mendo aos 25 de junho de 1825.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de *Direito* em 1841, e fez formatura na mesma faculdade em 1848.

É Visconde de Villa Mendo, do Conselho de Sua Majestade, Fidalgo da sua Real Casa, Socio effectivo do Instituto de Coimbra, e nesta cidade Governador Civil. Escreveu e publicou:

18) — *Relatorio apresentado á Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1872*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, folio, 13 paginas e 23 mappas.

19) — *Relatorio apresentado á Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1873*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, folio, 16 paginas e 20 mappas.

Foi o n.º 18 o primeiro relatorio que apresentou á Junta Geral como chefe do districto, pois tomou posse do cargo de Governador Civil de Coimbra aos 12 de janeiro do mesmo anno.

Antonio Luiz de Seabra e Sousa, filho de Antonio de Seabra da Motta e Silva, nasceu no mar a bordo do navio Sancta Cruz, indo seus paes de Lisboa para a Asia, aos 2 de dezembro de 1798. Foi baptisado na cidade do Rio de Janeiro, por onde o navio fez escala, no oratorio do coronel Manuel Alvares da Fonseca Costa.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Leis em 1815, e fez formatura na mesma faculdade em 1820.

É Visconde de Seabra, do Conselho de Sua Majestade, Digno Par do Reino, Ministro e Secretario de Estado Honorario, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Grã Cruz da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha e Commendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Christo. Escreveu e publicou:

20) — *Resposta do Visconde de Seabra aos seus calumniadores*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, 4.º, 156 paginas.

É uma resposta aos artigos que appareceram no jornal do Porto *O Braz Tizana*, contra o qual o auctor querelou no 1.º de dezembro de 1868. E como esta impressão se concluiu em 1872, entrou por isso nesta bibliographia.

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 1.º, pagina 192, e tomo 8.º, pagina 229, vêm citadas outras publicações do mesmo auctor.

**Antonio Maria Seabra d'Albuquerque**, filho de Antonio Faria d'Albuquerque, nasceu em Coimbra aos 23 de janeiro de 1820.

É Cavalleiro das Ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, e da Real Americana de Izabel a Catholica de Hespanha, Socio do Real Instituto Archeologico de Lisboa, Socio honorario da Sociedade *Terpsychore* Conimbricense, do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, de Lisboa, do Fomento das Artes, de Madrid, e da Eschola Dantesca Napolitana. Colligiu e publicou:

21) — *Discursos recitados em Côrtes como deputado e na Universidade como professor e reitor, pelo excellentissimo senhor Dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, Visconde de S. Jeronymo*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, 8.º, 172 paginas.

Tem este livro o seguinte offerecimento: Ao illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, Visconde de S. Jeronymo, do Conselho de Sua Majestade, Fidalgo Cavalleiro da sua Real Casa, Commendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa, e da antiga, nobilissima e esclarecida de S. Thiago do merito scientifico, litterario e artistico, e da de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, Lente de prima jubilado na faculdade de Direito.

Foi a impressão d'este livro começada em 1871 e concluida em 1872, e por isso entrou nesta bibliographia.

22) — *Numismatica portugueza*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873.

I. fasciculo — *O portuguez d'ouro de D. Manuel: Origem do Cruzado de D. Affonso v*, 4.º, 4 paginas.

II fasciculo — *A corôa de Castella e Aragão unida á de Portugal em 1475*, 4.º, 9 paginas.

Estes artigos numismaticos sahiram no *Panorama photographico* e *Zephyro*, jornaes de Coimbra.

Tem collaborado este escriptor nos jornaes litterarios: — *Preludios litterarios* em 1859; *Estreia litteraria* em 1860; *Instituto* em 1862; *Revista de Coimbra* em 1865; *O Povo* em 1866; *O Amigo do Estudo* em 1867; *Panorama photographico* em 1869; *Recreio litterario* e *Voz do Mondego* em 1870; *O Zephyro* em 1872;

assim como nos jornaes politicos — *Conimbricense* e *Tribuno Popular*, ambos de Coimbra.

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 1.º, pagina 338, vêm mencionadas as obras do auctor dos *Discursos* (n.º 21), o qual foi ultimamente nomeado Digno Par do Reino, assim como tambem as do seu collector, no tomo 8.º, pagina 249.

**Antonio dos Sanctos Pereira Jardim**, filho de Francisco dos Sanctos Jardim, nasceu em Coimbra aos 25 de dezembro de 1821.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Direito em 1845, fez formatura em 1851, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1855.

É Lente cathedratico e Professor da 9.ª cadeira de Direito Civil Portuguez no 3.º anno da faculdade de Direito. Escreveu e publicou:

23) — *Principios de Finanças segundo as prelecções feitas no anno de 1868-1869: segunda edição (melhorada)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, XIX, 314 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: Á memoria do grande cidadão José Xavier Mousinho da Silveira, auctor dos notaveis decretos e seus regulamentos de 16 de março, 4, 19 e 20 de abril, 14, 16 e 17 de maio, 30 de julho e 13 de agosto de 1832, que extinguiram o primitivo systema tributario de Portugal e o velho regimen.

Regeu a cadeira de Finanças no 3.º anno da faculdade de Direito desde 1865 até 1869, servindo-se nas suas prelecções de Programmas que imprimiu, até que em 1870 fez o desenvolvimento de todos em um livro com o titulo de *Principios de Finanças*, que foi adoptado como compendio para a regencia d'aquella cadeira. Passou o seu auctor para a regencia da cadeira de Direito Civil Portuguez, e acabada a primeira edição d'esta obra, como o novo professor de Finanças, o sr. conselheiro dr. João José de Mendonça Cortez, continuasse a explicação das doutrinas financeiras pelo mesmo compendio, teve o seu auctor de



fazer nova edição inteiramente refundida, e, como elle mesmo diz, muito melhorada.

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 303, vêm citadas mais algumas publicações do mesmo auctor.

**Antonio Sebastião Valente**, filho de João Maria Valente, nasceu no Porto de Sancta Maria (Hespanha) aos 20 de janeiro de 1846.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Theologia em 1865, fez formatura em 1870, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1872. É hoje Professor de Theologia da 2.ª cadeira de Historia da Egreja no Seminario patriarchal de Santarem. Escreveu e publicou:

24) — *Dissertatio inauguralis de auctoritate evangeliorum canonicorum ex v. 1-1, 4, cap. 1. Luc. Evang. maxime illata, quam in conimbricensi academia recitabat ac propugnabat Antonius Sebastianus Valente. Conimbricae, Typis Academicis, MDCCCLXXI.*

25) — *Theses ex universa Theologia decerptae, quas, praeside clarissimo ac sapientissimo D. D. Josepho Gomes Achilles, Christi militiae commendatorio equite, sacrae theologiae facultatis professore publico primario, decano et direttore, viro omnibus virtutibus exornatissimo caet. caet. caet. pro laurea doctorali obtinenda propugnandas offert Antonius Sebastianus Valente. Conimbricae, Typis Academicis, MDCCCLXXII, 8.º, 18 paginas.*

Estas duas publicações têm o seguinte offerecimento: *Patri suo et Matri.*

**Antonio Xavier de Sousa Monteiro**, filho de Manuel Theotónio de Sousa Monteiro, nasceu em Lisboa aos 3 de dezembro de 1830.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Direito em 1850, e fez formatura em 1855.

É Socio provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa,

Socio effectivo do Instituto de Coimbra e Socio benemerito da Academia Dramatica da mesma cidade, Conego capitular da Sé Cathedral de Coimbra desde 1865, e Professor interino de Direito Canonico no Seminario da mesma cidade desde novembro de 1873. Foi Parocho collado na egreja de S. Silvestre da villa da Louzã em 1859. Escreveu e publicou:

26) — *Revista das sciencias ecclesiasticas, com a collaboração de alguns Professores da Universidade e de outras illustrações do paiz. Publicação mensal auctorizada pelo Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> sr. Bispo Conde. Tomo 2.<sup>o</sup> Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.<sup>o</sup>, 608 paginas.*

27) — *O mesmo jornal. Tomo 3.<sup>o</sup> Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.<sup>o</sup>, 595 paginas.*

28) — *Relatorio da administração da massa do Cabido da Sé Cathedral, desde agosto de 1870 até julho de 1872 inclusive, durante a gerencia do conego contador geral. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.<sup>o</sup>, 20 paginas.*

29) — *A sepultura ecclesiastica. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.<sup>o</sup>, 71 paginas.*

30) — *Subrogação da propriedade ecclesiastica por titulos da divida publica. Carta ao Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> sr. Bispo Conde. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.<sup>o</sup>, 48 paginas.*

Na advertencia que precede o primeiro numero da *Revista das sciencias ecclesiasticas*, publicado em 1871, declara o seu auctor a indole d'este jornal. Extractamos o seguinte:

«Na epocha em que vivemos circumstancias ha, em que a reputação da sciencia concilia ao padre mais respeito do que o seu character, e até ás vezes mais do que a mesma virtude.

«O mundo quer a sciencia, é preciso que lhe demos a sciencia; estudemos, não todos os conhecimentos humanos, mas ao menos os relativos aos nossos deveres, e não fiquemos de todo ignorantes nos demais. Ávante pois; levemos o facho da sciencia, e acompanhemos-a em sua marcha incessante. Ao redor de nós tudo está em movimento e em progresso; é forçoso seguir a corrente sob pena de ficarmos atrás. O padre pelo ascendente de suas luzes e virtudes dará mais lustre ao seu augusto estado, tão decahido pela diminuição das crenças.

«Profundamente convencidos da verdade d'estas considerações deliberámos crear a *Revista das sciencias ecclesiasticas*, para com ella fornecermos mensalmente aos nossos collegas não só um meio facil de cultivarem e desenvolverem os estudos elementares que fizeram nos seminarios, mas tambem para d'este modo poderem preencher nobremente o vacuo das semanas e dos dias, quando o exercicio do seu ministerio não os deixar dispor de tempo para estudos mais profundos, procurando nós allivial-os, quanto possivel, das duvidas que nelle lhes possam sobrevir.»

O livro que citamos com o numero 29 é resposta aos escriptos do sr. Antonio Maria do Couto Monteiro, impressos em diversos jornaes de Lisboa.

Correm impressas muitas obras d'este auctor nos differentes ramos das sciencias ecclesiasticas.

**Augusto Antonio da Rocha**, filho de Mathias da Rocha, nasceu em Coimbra aos 30 de julho de 1849.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia, como preparatorio para o curso medico, em 1867. Acha-se matriculado no 4.º anno do curso medico, tendo recebido o 1.º *accessit* no 1.º e 2.º anno, e no 3.º o 2.º premio. Quando frequentava o 2.º anno, escreveu e publicou:

31) — *Ensaio de physiologia humana. Das modificações que a respiração introduz no sangue.* Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCLXXII, 8.º, 32 paginas.

Tem este escripto o seguinte offerecimento: A seu pae, como testemunho de amor filial.

**Augusto Cesar da Cruz Ferreira**, filho de José Maria Ferreira, nasceu em Coimbra aos 22 de dezembro de 1839.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Theologia em 1858, e fez formatura em 1863.

É Professor das linguas hespanhola e franceza, Socio honorario das Associações dos Artistas de Coimbra, do Centro Pharmaceutico e do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas de Lisboa, do Club popular Angrense, Sociedade União Beneficente, Commercio e Artes do Rio de Janeiro, Fomento

das Artes de Madrid, Circulo promotor partenopio litterario scientifico artistico de Napoles, Presidente da Sociedade *Terpsychore* Conimbricense, e Amanuense da Secretaria do Governo Civil de Coimbra. Verteu para portuguez

32) — *O dedo na chaga e remedio para a curar, ou reflexões ácerca das causas da desmoralisação actual por D. Luiz Vermell y Busquets (O peregrino hespanhol)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 19 paginas.

Este livro é impresso em hespanhol e portuguez, e na ultima pagina, sem numeração, tem o seguinte:

Agradeço ao ill.<sup>mo</sup> sr. Augusto Cesar da Cruz Ferreira o obsequio, com que me honrou, traduzindo e interpretando este meu escripto; obsequio tanto mais valioso quanto mais considero que, não tendo com S. S.<sup>a</sup> relações algumas, promptamente se prestou ao meu pedido. Receba S. S.<sup>a</sup> os votos de consideração e de eterna lembrança do seu obr.<sup>mo</sup> am.<sup>o</sup> — *Luiz Vermell y Busquets*.

**Augusto Filippe Simões**, filho de Manuel Simões Cardoso, nasceu em Coimbra aos 18 de junho de 1835.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia em 1850, e fez formatura nesta ultima faculdade em 1855. Matriculou-se no 1.º anno do curso medico em 1855, fez formatura em 1860, e recebeu o gráu de doutor a 8 de dezembro de 1872. Foi Professor de Introducção aos tres reinos da natureza no Lyceu nacional de Evora em 1862, Bibliothecario da Bibliotheca da mesma cidade em 1863, despachado Lente substituto da faculdade de Medicina por decreto de 15 de maio de 1873.

É Socio effectivo do Instituto de Coimbra e honorario da Associação dos Artistas da mesma cidade. Escreveu e publicou:

33) — *A Contractilidade e a excitabilidade motriz. Dissertação que na Universidade de Coimbra perante a faculdade de Medicina defendeu no seu acto de licenciado em 21 de junho de 1872 Augusto Filippe Simões*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 96 paginas.

34) — *Theses de Medicina theorica e practica, as quaes sob*

a presidencia do illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Lente de prima, decano e director da faculdade de Medicina, etc., etc., etc., se propõe defender na Universidade de Coimbra Augusto Filippe Simões. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 13 paginas.

Este escripto tem a seguinte dedicatória: A sua Mãe e Irmãs.

35) — *Erros e preconceitos da educação physica. Dissertação para o acto de conclusões magnas da faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 191 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: Á memoria do Reformador da Casa Pia de Lisboa.

36) — *Breve exposição dos principaes subsidios com que têm contribuido para a theoria do calor animal a chimica, a physica e a physiologia.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 121 paginas.

É a dissertação de concurso, pelo qual entrou para o magisterio universitario.

Este auctor é de ha muito tempo conhecido por varias e interessantes publicações nos differentes ramos das bellas artes, e no *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 340, vêm algumas mencionadas.

**Augusto Mendes Simões de Castro**, filho de Joaquim Mendes de Castro, nasceu em Coimbra aos 3 de agosto de 1845. Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Theologia em 1863, em que não proseguiu. Matriculou-se depois no 1.º anno da faculdade de Direito em 1866, e fez formatura em 1871.

É Socio effectivo do Instituto de Coimbra, Socio correspondente da Real Associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, Socio honorario do Fomento das Artes de Hespanha, e Empregado da Administração central do correio de Coimbra. Redigiu e publicou:

37) — *Panorama photographico de Portugal, com doze*

*estampas photographadas, vol. 2.º* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 116 paginas.

38) — *Panorama photographico de Portugal, com doze estampas photographadas, vol. 3.º* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 96 paginas.

39) — *O brazão de Coimbra, resenha do que escreveram e disseram ácerca d'elle, alguns auctores distinctos, colligida e annotada.* Traz uma gravura. Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCLXXII, 8.º peq., 60 paginas.

Tem este opusculo o seguinte offerecimento: Ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Carlos Relvas.

Começou o *Panorama photographico* em 1869, e na introdução ao primeiro numero diz o sr. Vilhena Barboza sobre a indole d'esta publicação o seguinte:

«Deve causar estranheza o apparecimento d'um jornal litterario, illustrado com estampas, em epocha tão safara para as letras e para as artes.

«O nosso paiz não é tão rico de monumentos artisticos, ainda que se guardem as boas proporções, como a Hispanha, França, a Grã Bretanha, a Allemanha, a Italia, e até a propria Belgica, apezar da sua pequenez. Mas a todas estas nações sobreleva na significação dos seus monumentos historicos.

«Estes gloriosos padrões, que tanto abundam em nossa terra, e muitos dos quaes tambem dão testemunho da nossa florescencia nas artes, e alem d'elles as terras mais notaveis do reino, os logares historicos e sitios pittorescos, irão apparecendo neste jornal uns após outros, fielmente retratados. E na historia e descripção d'elles offerecerá o *Panorama photographico de Portugal* aos seus assignantes uma exposição periodica de acções nobres, generosas e verdadeiramente heroicas, de todo o genero de illustres feitos, que mais podem lisongear o orgulho nacional.»

O segundo volume de 1872 traz as seguintes estampas photographadas:— Uma vista da cidade do Porto, artigo de *A. A. da Fonseca Pinto*.— Egreja da Batalha: Porta da egreja da Batalha, artigos de *Silva Rocha*.— Ponte de ferro sobre o Mondego abaixo de Coimbra: Portico do paço impropriamente chamado de D. Maria

Telles, artigos de *A. Filippe Simões*.—Portico da igreja de Sancta Maria de Belem: Ruinas do antigo mosteiro de Sancta Clara, artigos de *F. A. Rodrigues de Gusmão*.—Portico do convento de Christo na cidade de Thomar, artigo de *I. de Vilhena Barboza*.—Muzeu da Universidade, artigo de *J. A. Simões de Carvalho*.—Vista do topo modernamente construido do mosteiro de Belem, artigo de *J. Alves de Mariz*.—O palacio acastellado da Pena em Cintra: Tumulo de D. Sancho I na igreja de Sancta Cruz de Coimbra, artigos do *Redactor*.

O terceiro volume de 1873 traz as seguintes estampas:—Monserrate, artigo de *A. A. da Fonseca Pinto*.—Janella da casa do capitulo no convento de Christo em Thomar: Porta principal da igreja de Sancta Maria de Belem, artigos de *A. Filippe Simões*.—Paço real: Portal e pavilhão: O Chalet (Cintra), artigos de *I. de Vilhena Barboza*.—Pulpito da igreja de Sancta Cruz, artigo de *J. Alves de Mariz*.—Portal do collegio de S. Thomaz: Porta da igreja da Sé Velha: Frontaria da igreja de Sancta Cruz: Claustro do silencio (Coimbra): Janella do paço da Pena em Cintra, artigos do *Redactor*.

A obra citada com o n.º 39 foi primeiramente publicada no *Instituto*, vol. XV, nas paginas 107, 135 e 161; porém, sendo convertida em livro, appareceu mais correcta e muito melhorada.

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, paginas 345 e 425 vêm citadas outras publicações do mesmo auctor.

## B

**Bento José d'Oliveira**, filho de Joaquim José d'Oliveira, nasceu aos 14 de janeiro de 1814 em Barcouço, freguezia da diocese de Coimbra a 12 kilometros, noroeste, d'esta cidade, pertencendo hoje ao districto administrativo d'Aveiro

Entrou no magisterio publico em 9 de abril de 1840, na qualidade de Professor vitalicio da cadeira de ensino primario, então creada em Lavarrabos, concelho de Coimbra. Por decreto de 14 de novembro de 1854 foi transferido para a cadeira de igual dis-

ciplina do Bairro-Alto de Coimbra. Em julho de 1856 tomou posse da cadeira de ensino mutuo d'esta cidade, para a qual fora despachado por decreto de 25 de junho do mesmo anno, cuja regencia conservou até ao fim de 1869, em que foi supprimida, continuando a ensinar pelo methodo simultaneo, vencendo o mesmo ordenado que lhe competia como Professor de ensino mutuo. Para uso dos alumnos de sua escola e dos que, em classe especial, nella se habilitavam para concorrerem ás cadeiras de ensino primario, compoz das doutrinas collidas nos nossos melhores classicos o compendio seguinte, cuja primeira edição appareceu em 1863:

40) — *Nova Grammatica portugueza, compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholas; approvada pelo Conselho Geral de Instrucção Publica. Septima edição.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, VI, 155 paginas.

Vejam-se os artigos bibliographicos sobre este livro, pelo sr. A. A. da Fonseca Pinto, no *Instituto*, volumes XI, pagina 296 e XVI, pagina 263: e o *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.º, pagina 374.

**Bernardino Joaquim da Silva Carneiro**, filho de Manuel Joaquim da Silva, nasceu em Margaride (hoje Felgueiras) aos 20 de outubro de 1806, e falleceu em Coimbra aos 17 de novembro de 1867.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Direito em 1835, sendo dispensado do 5.º anno, fez formatura em 1839, e tomou o gráu de doutor na mesma faculdade em 1840.

Era Moço Fidalgo com exercicio no Paço, Commendador da Ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, Condecorado com a medalha de D. Pedro e D. Maria — campanhas da liberdade, algarismo 9 — Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Deputado ás cortes em diversas legislaturas, Lente cathedratico da faculdade de Direito, e Professor nas cadeiras de Economia Politica e Finanças, e ultimamente na de Direito Ecclesiastico Portuguez no 4.º anno da mesma faculdade. O seu editor, o sr. J. A. Orcel, publicou:



41) — *Poetica para uso das escholas, adoptada nas instruções ordenadas para os Professores d'esta cadeira dos Lyceus publicadas em 1845, por ordem do Conselho Superior. Oitava edição, muito melhorada, segundo os apontamentos do auctor.*

Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º 151 paginas.

Na *Revolução de Setembro*, de 1867, se publicou a biographia d'este illustrado Professor da Universidade, escripta pelo sr. dr. Joaquim José Maria d'Oliveira Valle, e no *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 1.º, pagina 364, e tomo 8.º, pagina 384, vêm mencionadas todas as suas obras scientificas e litterarias.

**Bernardo Antonio Serra de Mirabeau**, filho de João Antonio Serra, nasceu na Covilhã, districto de Castello Branco, aos 15 de dezembro de 1826.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia, como preparatorio para a faculdade de Medicina em 1848. Matriculou-se no 1.º anno do curso medico em 1852, fez formatura em 1857, e tomou o gráu de doutor na mesma faculdade em 1859.

É Socio effectivo do Instituto de Coimbra, Lente cathedratico da faculdade de Medicina e Professor da cadeira de Physiologia especial e Hygiene privada no 2.º anno da mesma faculdade. Escreveu e publicou:

42) — *Memoria historica e commemorativa da faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma em 1772 até o presente.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 318 paginas.

Foi eleito o auctor para escrever esta Memoria no conselho da faculdade de Medicina, em congregação de 9 de abril de 1872.

Tem este auctor outras publicações litterarias, e pôde ver-se o que diz a seu respeito no *Instituto*, tomo XVI, pagina 167, no artigo sobre a festa do Centenario o sr. A. A. da Fonseca Pinto.

(Continúa.)

A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

## PUBLICAÇÕES RECENTES

*O Poema da Miséria*, canticos e threnos por Candido de Figueiredo. Coimbra, 1874, 1 vol. de 220 pag. com o retrato do auctor. — Preço 600 réis.

Qualquer requisição de exemplares deve ser dirigida ao editor da obra, José Correia de Almeida, Rua do Visconde da Luz, Coimbra.

*Estudos sobre a colonisação e emigração para o Brazil*, por Augusto de Carvalho. Porto, 1874, 1 vol. de 446 pag.

---

## EXPEDIENTE

Por absoluta falta de espaço não entram neste n.º alguns artigos da redacção, que já estão compostos, nem começámos ainda a publicação de uma serie de interessantes artigos do nosso distincto collaborador, o sr. Thomaz Ribeiro. Releve-se-nos a demora involuntaria.



# O INSTITUTO

## SUMMARIO REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

NOTAS DA HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA — por M. G. ...  
ASSIMILAÇÃO VEGETAL — por A. V. de Oliveira ...  
ALGUMAS DAS VISIONES DO ...  
EM HOMENAGEM HISTORICA — por A. F. de Sousa ...  
QUESTÕES DA VIDA ROMANA — por Luiz Garcia ...  
XVIII ANNO — JANEIRO DE 1874

SEGUNDA SERIE — N.º 9

### CONDIÇÕES DE ASSIMILAÇÃO

Em Coimbra, no dia 15 de Janeiro de 1874.  
Para o Instituto, o Director, Luiz Garcia.

A correspondência litteraria deve ser dirigida ao Instituto.  
O Instituto, Coimbra.

COIMBRA  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE

# O INSTITUTO

## SUMMARIO

|                                                        | Pag. |
|--------------------------------------------------------|------|
| FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA — por M. C.....     | 97   |
| ASSIMILAÇÃO VEGETAL — por A. V. de Oliveira David .... | 105  |
| AMORES D'UM VISIONARIO — por Bernardino Pinheiro.....  | 116  |
| UM ROMANCE HISTORICO — por A. A. da Fonseca Pinto ...  | 133  |
| QUADROS DA VIDA ROMANA — por Luiz Garrido .....        | 135  |
| ERRATAS .....                                          | 144  |

SEGUNDA SERIE — N.º 3

## CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

|                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------|--------|
| Em Coimbra, por anno, ou 12 numeros.....                  | 1\$500 |
| Numero avulso .....                                       | 160    |
| Para fóra de Coimbra, accresce o importe das estampilhas. |        |

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. Mendonça Cortez; a de administração e gerencia ao gabinete do Instituto, Coimbra.

COIMBRA

IMPRESSA DE ALVARO DE ALMEIDA

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

### FONTES DA RECEITA PUBLICA NA INDIA

(Continuado do n.º 8, pagina 58)

#### n) *Bens reaes*

Dissemos que o rei representava a divindade, da qual era reputado a mais bella expressão terrena, e como tal o proprietario superior de todos os bens do estado, cuja propriedade especial, era aliás, attribuida aos cidadãos.

Durante muito tempo julgou-se que este direito supremo e originario do rei era real e verdadeiro, e que excluia a existencia da propriedade na India, como posteriormente teve logar depois da denominação *mussulmana* e da invasão *mongoleza*.

As descobertas, porém, da archeologia indiana, exuberantemente demonstram a falsidade d'esta crença e a verdade do que dizemos<sup>1</sup>.

Estes direitos supremos, attribuidos ao rei, complicavam-se com os preceitos da lei que impunha com igual força a todos o dever de considerar o *brahmane* como pae das demais castas, e portanto tambem senhor de tudo, igual e talvez ainda superior ao rei, pois que sabemos que, segundo a lei indiana, o *pae* era o verdadeiro proprietario dos bens dos filhos e dos demais membros da familia.

Ora são estes mesmos principios de direito civil, se se quizer, que dando tambem ao rei o logar e categoria de pae de todos os cidadãos, conjunctamente lhe dava o direito de proprietario com os *brahmanes*.

<sup>1</sup> Vej. *Colebrooke*, mem.; *Cod. Manú* cit., VII.

Na falta dos *sapindas* e *samánôdakas*<sup>1</sup> a fortuna passava para o *brahmane*, que havia assistido ás cerimónias funebres, ou para o rei<sup>2</sup>.

Muitos seculos depois, este mesmo costume, introduzindo-se na igreja christã, se tornou fonte de intoleraveis abusos e provocação á rigorosa penalidade contra a liberdade de testar, e contra a de adquirir.

Hoje ainda em muitos estados se vê erigido em principio o facto allegado no Ramáyana.

As novidades no mundo real são raras!

É indubitavel e natural que nestes tempos, escassamente illuminados pelos clarões da sciencia economica, os reis tivessem particular cuidado em ajunctar quantiosos thesouros, a que podessem recorrer nos casos extremos.

O que seria tanto mais natural, quanto maior era a abundancia dos metaes preciosos, por um lado, e por outro o seu valor e estimação, embora não liguemos credito ás imaginosas historias que a esse respeito nos contam Herodoto e Arriano<sup>3</sup>.

Assim vemos de muitas passagens do Codigo que os thesouros faziam o fundo de reserva dos bens reaes, cuidadosamente mantido para os tempos calamitosos<sup>4</sup>.

Entre nós, e nos estados mais civilizados da Europa esta especie de recursos do estado desapareceu com o regimen antigo. Nos governos absolutos o rei personificava o estado e por isso os seus bens confundiam-se naturalmente com os da nação. Bens da coroa, do estado, da nação ou patrimonio do rei eram synonymos quasi<sup>5</sup>.

Com as revoluções liberaes tudo isso desapareceu e os bens

<sup>1</sup> Parentes proximos e parentes affastados. Vej. *Burnouf*, *Dicc. cit.*, p. 679 e 684.

<sup>2</sup> *Ramáyana*, episodio cit. de *Sacuntála*.

<sup>3</sup> *Herodoto* cit., III, p. 94, 102; *Plinio* cit., VI, c. 23; *Arriano* cit., p. 238 s.

<sup>4</sup> *Cod. Manú* cit., VII, sl. 62, 97, 157; IX, sl. 135.

<sup>5</sup> Rigorosamente havia differença entre *bens reaes*, *bens da coroa*, *bens do fisco*, *direitos magestáticos*, etc., mas confundiam-se em quanto ao facto de todos suporem o rei como universal e supremo senhorio. Vej. *Ord. Aff.*, II,

do rei passaram, uns a formar o patrimonio peculiar do imperante, assemelhados por isso á propriedade particular; outros tomaram a denominação que recordava que eram propriedade da nação. Entre nós tem o nome especial de *Proprios Nacionaes* e constituem uma fonte importante da receita do Estado<sup>1</sup>.

#### o) *Monopolios reaes*

Como era natural e consentaneo com as demais instituições que temos passado em revista, o rei tinha o monopolio de certas industrias e podia estabelecê-lo nas que quizesse.

A sociedade indiana prestava-se naturalmente a isso, já pelos excessivos direitos de propriedade que attribuia ao rei, já pelos paternaes e absolutos poderes que lhe concedia e que formavam a base das instituições politicas dos estados hindús, e, devemos acrescentar, tambem pelos erros economicos que nesse tempo falsearam o espirito dos legisladores, como posteriormente, em tempos muito chegados aos nossos e ainda hoje, o falseam entre nós e em alguns estados europeus.

É provavel, em vista de muitas passagens do Código, que estes monopolios fossem de variadas especies, industriaes e commerciaes, e que fluctuassem á mercê das necessidades e capricho do rei, sendo hoje monopolio o que amanhã deixaria de o ser, e vice-versa.

A sancção legal que escudava estes privilegios reaes, é natural que fosse severissima como a demais, que deslustrava a paternal brandura da legislação hindú.

Entre os differentes monopolios reaes avulta, e merece especial menção pela sua importancia e diuturnidade, o monopolio da cunhagem e fabricação da moeda, que era antiquissima, e pro-

30, iv, 71; Man., II, 32, iv, 45; Philip. II, 26, 30, iv, 10, II, 35, v, 12, III, 75, 71; Valasco, Cons. 167; Mello Fr., Inst. I, iv, § II e s.; III, I, § IX; lei de 22 de dezembro de 1761.

<sup>1</sup> Cerca de 10 p. c. Vej. Orçam. 1874-75.



vavelmente contemporânea do proprio Manú, 15 ou 16 seculos antes de Christo <sup>1</sup>.

Na 1.<sup>a</sup> dynastia, sobre os *Pandavás*, já as moedas teriam um emblema por cunho e seriam fabricadas de ouro e prata. Na dynastia seguinte, ao emblema se juntaria o nome do rei, depois accrescentar-se-hia a imagem da divindade; e em fim na 8.<sup>a</sup> dynastia seria alterada a fórma, passando de quadrada a redonda <sup>2</sup>.

Apezar, porém, d'esta alta antiguidade, se acreditarmos os historiadores, a moeda entre os indianos pelo seu mal acabado e imperfeição não correspondia á maravilhosa perfeição, de que os hindús davam repetidas provas na fabricação de outros artefactos <sup>3</sup>.

Já indicámos, baseando-nos numa passagem do Código de Manú, que os titulos geraes das moedas eram *krisnalas*, moedas de ouro, *panás*, moedas de prata e *machecas*, moedas de cobre <sup>4</sup>.

Os valores offerecem-nos a singularidade, de serem de seis em seis mezes fixados e alterados pelo rei. O que não é de estranhar nestes tempos, quando posteriormente nos estados civilizados encontramos o mesmo facto ou nas *estivas* geraes e locaes ou nas *alterações* da moeda metallica e fiduciaria como expediente financeiro.

Entre nós e nos povos modernos a estes monopolios reaes correspondem outros que só differem em pertencerem ao estado, em vez de serem propriedade do rei; taes são os serviços da moeda, correios, fabricação da polvora e ainda ha poucos annos o tabaco e sabão <sup>5</sup>.

<sup>1</sup> *Ramáyana*, morte de *Ráma*; *Hitopadesa*. Vej. os nossos Estud. Financ. n.ºs 56, 57 e 58, e *Du Mesnil* cit., p. 147, 148.

<sup>2</sup> *Du Mesnil* cit., p. 152.

<sup>3</sup> *Arriano* cit.; *Periplo P. Euxini.*; *Plinio*, cit., vi, c. 24.

<sup>4</sup> *Cod. Manú* cit., viii, sl. 84; *Burnouf* cit., p. 385.

<sup>5</sup> Vej. Orden., l. i, t. 62, § 47; l. ii, tit. 26, § 3, 16; iv, t. 21 e 22; e v, t. 12 pr. e § 4; leis de 17 de fevereiro de 1699, e 4 e 21 de agosto de 1688; *Mello Freire*, Inst. i, t. viii, § xxxii; *Sousa*, Hist. Geneal. tom. iv, c. vi, em-

Para terminarmos este rapido estudo sobre a organisação da receita publica entre os hindús, faremos ainda algumas observações sobre o *lançamento* em geral dos impostos indianos, e sobre a sua *cobrança*.

### I) *Lançamento*

O rei no lançar das contribuições devia attender ao custo dos materiaes, á importancia das despezas de viagem, transporte, conservação, guarda, emfim a todas as despezas que nós incluímos sobre a designação generica de *despezas*, de *produção* e de *conservação*. O restante formava a *materia collectavel*. D'onde se vê, que a contribuição recahia simplesmente sobre o *producto liquido do trabalho*, o que alguns economistas illudidos crêem ser conquista das modernas civilisações<sup>1</sup>.

Por outro lado, embora o capricho e arbitrio real por vezes, talvez frequentes, deslustrasse a regularidade e o sensato das instituições indianas, é certo que a lei recommendada com particular instancia ao rei que prestasse a maxima attenção ao lançamento e cobrança das contribuições de fórma que nunca fossem exaggeradas e oppressivas, fazendo mesmo notar algumas maxims de practica financeira, que ainda hoje não têm nenhuma que as excedam em prudencia e sensatez<sup>2</sup>.

Assim, a *proporcionalidade* seria, pois, a regra geral, e *legal* do lançamento tributario, embora uma ou outra vez as demasias reaes viessem offender os costumes financeiros, a letra e o espirito da lei. Abusos analogos são frequentes ainda hoje. Muito é que numa sociedade, onde, seguindo alguns entusiastas do pre-

quanto ao regimen antigo; e emquanto ao actual entre nós, lei de 13 de maio de 1864, que aboliu o monopolio do tabaco; decreto da dictadura de 27 de outubro de 1852, confirmado pela lei de 1 de junho de 1853; lei de 1 de março de 1858; decretos de 30 de dezembro de 1864 e de 12 de novembro de 1869, que regularam o serviço dos correios; decretos de 28 de julho de 1845 e de 7 de dezembro de 1864, regulando a casa da moeda; decreto de 11 de dezembro de 1869, regulando a fabrica da polvora.

<sup>1</sup> *Cod. Manú* cit., VII, sl. 127 e 128.

<sup>2</sup> *Ibid.*, VII, sl. 129, 139 e 154; *Plinio* cit., p. 99.

sente, deveriam ser totalmente desconhecidos os mais triviaes principios economicos, pelo contrario tenhâmos a prova de que muitas pretendidas conquistas dos tempos modernos eram alli partes integrantes de instituições seculares. Qual é a instituição usada por homens, começando pelas religiosas, de que reis, governos e povos não tenham abusado, falseando-lhes a letra e pervertendo-lhes o espirito?

Uma circumstancia deveria notavelmente favorecer a proporcionalidade practica das contribuições indianas, e que infelizmente tem de todo escaceado nos estados e organismos financeiros modernos; queremos fallar da sinceridade das declarações, que poderíamos chamar *cadastraes* ou *censiticas* dos contribuintes indianos, e de que são testemunho as passagens contestes dos historiadores antigos e muitas das disposições do Código sagrado<sup>1</sup>.

Para facilitar o lançamento tributario havia um recenseamento geral, onde se inscrevia tanto o estado da população, nascimentos, obitos, casamentos, como os factos importantes que historiam na linguagem dos numeros a vida dos povos, *movimento da propriedade, lucros, etc.*

Este *censo* ou *cadastro*, ou *matriz*, como se quizer, estava a cargo d'um dos collegios administrativos das cidades, e deveria formar como hoje a base por excellencia do lançamento tributario.

Vemos, pois, que são antigos os censos, as matrizes, as relações *cadastraes* e muitas outras instituições que alguns têm na conta de conquistas modernas, mas que os progressos da archeologia indiana tem demonstrado serem instituições velhissimas. E quanto mais se estudar, tanto mais se confirmará a verdade de que se a primeira qualidade do legislador é conhecer bem os homens e as cousas da sua epocha, a segunda, por certo, é ler nas instituições do passado como se fôra coetaneo com ellas. Só assim poderá cada geração aproveitar toda a experiencia accumulada no viver das gerações extinctas.

<sup>1</sup> *Cod. Manú*, pass; *Strabão* cit., xv, p. 1035, 1036; *Arriano* cit., p. 326, etc.

II) *Cobrança tributaria*

Deveria a cobrança tributaria entre os hindús ser facil, attenta a docilidade de costumes, a grande força do sentimento da *ordem* e da *auctoridade*, e, talvez mais que tudo, o particular cuidado que os reis poriam em justificar os seus grandissimos direitos com a sua exemplar virtude; pois que se os vicios dos reis, *são os mais fieis alliados dos aulicos, tambem são os mais funestos inimigos das monarchias.*

D'esta moderação d'um lado, e docilidade por outro, resultaria a riqueza para o fisco. Confirmam-nos isso algumas passagens do Codigo sagrado e dos antigos historiadores, como aquella em que Herodoto nos falla dos grandes reditos que Dario tirava dos seus estados indianos<sup>1</sup>.

Outro exemplo temos na passagem, que já notámos, do Codigo de Manú, que permite aos *brahmanes* colherem os fructos de que carecerem, bastando só que previamente avisem os proprietarios. Este direito, porém, era expressamente limitado pela lei ás necessidades do momento, que aliás não seriam exorbitantes attenta a sobriedade, que rigorosamente lhes impunha.

Os officiaes, que o rei escolhia para effectuarem a cobrança tributaria, deviam ser segundo os preceitos da lei, *valorosos, intelligentes, capazes, fieis, sabios e justos*<sup>2</sup>. A sciencia moderna não exige mais dos cobradores das rendas publicas; os costumes do presente contentam-se com muito menos. Estes officiaes, segundo Arriano, deviam pertencer á setima classe, segundo Diodoro e Strabão á sexta; correspondiam aos *ephoros* segundo aquelle, aos *perfeitos* segundo este; do Codigo, porém, vemos que eram escolhidos pelo rei, e por elle propostos á cobrança das contribuições publicas, mediante o estipendio que este lhes arbitrasse<sup>3</sup>. Sendo de notar que não conhecemos passagem do Codigo

<sup>1</sup> *Herodoto* cit., III. c. 94; *Cod. Manú* cit., VII, sl. 62.

<sup>2</sup> *Cod. Manú* cit., VII, sl. 62, 80; *Arriano* cit., p. 325.

<sup>3</sup> *Cod. Manú* cit., IX, sl. 135, 245; *Arriano* cit., p. 326; *Diodoro Siculo* cit., II, p. 154; *Strabão* cit., XV, p. 1034.

sagrado d'onde se deduz a cobrança se fizesse por *arrematação*, como largamente se usou em Roma, e posteriormente nos estados europeos durante o absolutismo. Ao contrario fazia-se por conta do rei ou do estado que elle personificava.

É outro exemplo da alta antiguidade de instituições que muitos crêem modernas, e que o são de feito no sentido que a humanidade por *ignavia* as tem deixado cahir em desuso.

Do que temos dicto, pois, ácerca da India, resultará como corollario, que desejamos tornar bem sensível aos homens da moderna geração: 1.º que muitas das innovações dos principios sociaes, economicos e financeiros, etc., proclamados pelas escolas modernas e preconizados pelos reformadores de hoje, contam por seculos os estadios da sua existencia; 2.º que se os povos se convencessem de que muitas das idéas apregoadas por novas, já largamente foram usadas por outros povos e noutras epochas, nem offereceriam a reluctancia que offerecem a deixar-se penetrar pelo espirito do progresso, nem perderiam o seu tempo enthusiasmando-se pelo que a historia já provou ser nocivo, inepto ou de meigengros resultados.

Só assim é que a historia será verdadeiramente proveitosa, e não vão apparatus de fastidiosa erudição; só assim a sciencia poderá ser correctivo salutar ás prosapias e atrevimentos de financeiros e legisladores ignorantes e levianos.

M. C.

## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

### ASSIMILAÇÃO VEGETAL

(Continuado do n.º 8, pag. 69)

#### CAPITULO II

##### I

Se o carbono é o primeiro elemento a que attendemos quando vamos indagar como todos se fixam no organismo da planta, não é porque a este demos maior importancia para a nutrição dos vegetaes: acreditamos que, debaixo d'este ponto de vista, todos são egualmente importantes. Se damos o primeiro logar ao carbono, é porque é elle o que predomina em quantidade em toda a organização vegetal, donde lhe vem o nome de phytogeneo; os hydratos de carbono constituem, como vimos, a maior parte do organismo das plantas; póde até dizer-se que não ha materia organizada em que o carbono não figure.

E quando dizemos que damos o primeiro logar ao carbono na ordem por que iremos estudando como os elementos se fixam no organismo, não é porque seja tenção nossa ir successivamente vendo o que a este respeito se dá com cada elemento de per si.

Não era possivel fazel-o, pois que não ha, em regra geral, elementó algum que possa penetrar no organismo vegetal desacompanhado d'algum ou d'alguns outros; á assimilação d'um elemento está sempre ligada a assimilação d'outro ou de mais de um; quando isolados e em pleno gozo das suas propriedades chimicas, não póde o organismo recebê-los; agrupam-se geralmente com outros que lhes satisfaçam as affinidades mais energicas, de fórma a poderem entràr no corpo vivo, ou quasi ou completamente indifferentes. É o oxigeno o unico que póde ser e é absorvido livre

de qualquer combinação, e, por conseguinte, no caso de manifestar a suas energicas propriedades. Tambem tem um fim especial, referimo-nos ao oxigeno da respiração.

A razão d'isto, facil de ver, é que, em primeiro lugar, os vegetaes não podem absorver os alimentos senão no estado liquido, dissolvidos, ou no estado gazoso; depois é certo que nas moleculas que constituem a organização estão os atomos muito instavelmente equilibrados, podemos até dizer num desequilibrio permanente, de fórmula que qualquer corpo que se apresente com uma acidez pronunciada, com uma basicidade, ou emfim com qualquer outra energia chimica, póde muito bem provocar um desarranjo naquelle estado das moleculas, desarranjo que é a desorganisação e a morte. Só as combinações basicas podem, até certo ponto, penetrar no vegetal sem grande inconveniente, porque a acidez da seiva lá está para lhes moderar as propriedades.

Isto posto, estudemos agora a fixação do carbono no organismo das plantas.

## II

A assimilação do carbono é um dos pontos da physiologia vegetal que mais e melhor têm sido estudados; desde o meiado do seculo passado as observações e as experiencias têm-se ido successivamente completando, e umas têm corrigido o resultado das outras. Este acto physiologico, com o nome de respiração vegetal, tem sido o assumpto predilecto de muitos auctores, que, segundo a opinião de outros, têm estudado bem esta funcção, mas têm-n'a denominado mal. É, com effeito, opinião d'alguns physiologistas, que nos parece acertada, que á assimilação do carbono não deve chamar-se respiração, pois que, se tal nome merecesse aquelle acto, os vegetaes respirariam ao inverso dos animaes; e o contrario é o que, segundo estes, é a expressão da verdade.

Porque este ponto nos parece importante e porque importa, antes de estudar uma funcção, saber o nome que de direito lhe pertence, não nos limitaremos a apontar esta opinião; indagaremos ainda, resumidamente, quaes os seus fundamentos.

O motivo, a nosso ver bom, que ha para não ver na respiração dos vegetaes um phenomeno inverso da respiração dos animaes, é que o caso geral nas plantas é a absorpção do oxigeno e a ex-halação do acido carbonico e da agua, formados á custa da combustão das substancias elaboradas.

Na organização vegetal ha, é certo, a faculdade de absorver o acido carbonico e de o decompôr; mas esta faculdade só a têm as plantas verdes, só se exerce debaixo da influencia da luz, e, ainda assim, não se exerce em todas as partes da planta, mas só em certas, a isso exclusivamente destinadas, que são os granulos de chlorophylla. Nas plantas sem chlorophylla ou nas partes de plantas verdes onde esta não existe, nos gommos e durante a germinação, tem-se verificado indubitavelmente a exhalação do acido carbonico ao mesmo tempo que a absorpção do oxigeno. Os proprios orgãos verdes na obscuridade fazem esta troca d'uma maneira evidente, e das experiencias de Garreau resulta que até durante o dia, quer ao sol quer á sombra, as folhas com chlorophylla exhalam acido carbonico, e tanto mais quanto mais elevada é a temperatura. Este phenomeno é aqui muito mais complicado e a sua observação muito mais difficil, por ser simultaneo com o phenomeno inverso.

Quanto á relação entre a quantidade de oxigeno absorvido e de acido carbonico exhalado, nada ha de certo em caso nenhum dos que se têm observado. É, todavia, fóra de duvida que o oxigeno do ar que se introduz no organismo vegetal, senão todo pelo menos em parte, vai oxidar as substancias já elaboradas e assim dar impulso á actividade vital, formando uma serie de compostos que termina nos productos de excreção. Ora a respiração dos animaes não é em resumo senão isto; e, sendo assim, não vemos porque se tenha dado e muitos continuem a dar o nome de respiração, não a esta funcção que se pronuncia d'um modo tão claro, mas a outra perfeitamente inversa.

Este costume vem talvez de que, dizendo-se que os animaes respiram ao inverso dos vegetaes, se faz sentir não só a compatibilidade á superficie da terra das duas vidas, vegetal e animal, mas até a necessidade da sua coexistencia, e se evidencia assim



uma lei de harmonia, a que poucos auctores deixam de se referir tractando d'este assumpto. Mas parece-nos mais conveniente dar ás coisas o seu verdadeiro nome e expôl-as como ellas realmente se dão, do que, com qualquer fim, denominal-as e expôl-as do modo que mais nos convém. Mais harmonia e maior simplicidade se devem encontrar nos phenomenos naturaes quando chegâmos ao conhecimento do que elles na realidade são, do que em todos os systemas e hypotheses que a imaginação póde phantasiar.

No caso em que estâmos, vemos que a verdade é que os vegetaes, destruindo o acido carbonico, purificam a atmosphaera adequando-a á vida dos animaes, e que estes tambem são organisados de maneira que do exercicio das suas funcções resulta uma restituição ao ar e ao solo dos elementos de que aquelles carecem; mas o oxigeno desempenha egual papel nos dois reinos, alimenta e excita a vida em ambos do mesmo modo.

### III

Dissémos que desde o meiado do seculo passado tem a assimilação do carbono pelos vegetaes sido objecto de aturado estudo. Com effeito, desde 1750, em que Bonnet observou que as folhas frescas, mergulhadas em agua carregada de acido carbonico, exhalavam um gaz, até aos principios d'este seculo, foi-se successivamente sabendo:—que este gaz é o oxigeno; que só a acção da luz o faz desenvolver; que resulta da decomposição do acido carbonico, e que a intervenção da agua é indispensavel para a producção d'este phenomeno. A estas descobertas e ás experiencias de que ellas derivam, algumas das quaes ainda hoje são tidas por classicas, estão ligados os nomes de Priestley, de Sennebier e de Ingenhouoz.

Desde então observações mais escrupulosas e experiencias feitas á luz d'uma sciencia mais adeantada têm ido dando a conhecer importantissimas particularidades d'esta funcção, até ao ponto de deixar-nos entrever qual o processo que a natureza emprega para fixar nos organismos vegetaes o carbono, esse elemento que ahi

predomina d'um modo tão notavel, e isto senão de fórma a deixar-nos a este respeito idéas perfeitamente exactas, ao menos de maneira a podermos julgar com tamanho numero de probabilidades que muito nos aproximamos da certeza. Figuram aqui os nomes de Saussure, de Boussingault, de Cloez, de Gratiolet e de outros muitos que seria longo nomear.

Não é intento nosso, nem podia sel-o, descrever no decorrer do que vai seguir-se as experiencias donde se têm obtido esses resultados importantes. Basta para o nosso caso a simples exposição d'estes.

Assentemos em primeiro logar em que a fonte aonde os vegetaes vão buscar o carbono é, directa ou indirectamente, o acido carbonico da atmospheria; e em que os orgãos, por onde exclusivamente se faz a assimilação d'este elemento, são, como já indicámos, os granulos de chlorophylla. É nestes que, debaixo da influencia da luz e do calor, o acido carbonico que penetrou na planta pelas raizes ou por qualquer parte verde, dissolvido na agua ou no estado gazoso, se decompõe, ficando o carbono fixo e sahindo o oxigeno. O conhecimento d'este ultimo ponto deve-se principalmente aos trabalhos de Saussure.

Pelo que diz respeito á acção da luz, ainda hoje não está bem averiguado até que ponto differem as acções das diversas especies de luz, dos raios de diversa refrangibilidade; sabe-se só que, na exalação do oxigeno, os raios amarellos produzem por si só quasi o mesmo effeito que a luz branca, e que os raios chimicos têm sobre o mesmo phenomeno uma influencia fraquissima.

A respeito da acção do calor temos que notar a tentativa de Faucoupret, que quiz exprimir a acção d'este agente sobre a decomposição do acido carbonico pela fórmula

$$Q = A + CT^2$$

onde  $Q$  representa a quantidade de carbono absorvido durante um certo tempo,  $A$  um coefferiente que varia segundo a luz e a especie da planta,  $C$  um coefferiente que só depende da luz, e  $T$  a temperatura.

Quanto ás plantas que não têm chlorophylla, d'essas póde dizer-se que, rigorosamente fallando, não assimilam carbono; essas são ou as plantas parasitas ou as que vivem á custa do producto de decomposição d'outros organismos. Em ambos os casos vê-se bem que não têm estas plantas o trabalho de elaborar as substancias organisadas desde o principio, permitta-se-nos a expressão: as que são parasitas alimentam-se de substancia já organizada, como o germen se alimenta do endosperma; as outras sustentam-se de materia, que, se não tem uma organização perfeita, ainda d'isso conserva vestigios. Em ambos os casos o que vai incorporar-se na planta não é o elemento mineral; é a molecula já com certo gráu de complicação.

Dissémos já que nos granulos de chlorophylla se dava a decomposição do acido carbonico com fixação de carbono e exalação de oxigeno; acrescentaremos agora que o gaz exhalado não é simplesmente oxigeno, mas tambem azoto, cuja proveniencia é ponto que ainda não está bem assentado. Segundo a opinião de J. Sachs é possível que elle venha do ar que penetrou na planta; é possível que tambem resulte d'uma decomposição dos tecidos, como o indicam as experiencias de Cloez e Gratiolet, em que plantas aquáticas exhalaram azoto, ainda quando a agua não continha ar. Seja como for, basta-nos apontar aqui o facto; o que mais directamente nos interessa é a exalação do oxigeno.

— Mas, como é que nos granulos de chlorophylla e debaixo da influencia da luz e do calor o acido carbonico se decompõe? Que força é essa que determina a separação de dois elementos tão intimamente unidos, como o carbono e o oxigeno? Nada se sabe a este respeito, é forçoso confessal-o; a composição da chlorophylla nada nos diz, e na acção do calor e da luz só vemos um exemplo, como ha muitos, da conversão da acção calorifica e luminosa em acção chimica. Que todos estes movimentos se transformam uns nos outros, é facto sabido; como a transformação se dá, é problema para resolver; e, seja dicto de passagem, não é outro o fim da termochemica, e, em geral, da que se chama mechanica molecular, sciencia nova, mas que já conta alguns factos, donde por ventura se podem esperar magnificos resultados.

Antes de passar adiante, parece-nos ainda conveniente notar que esta absorção do ácido carbonico pelas plantas em nada contraria o que dissémos noutra parte d'este capitulo, quando apontámos o perigo que poderia resultar para a vida dos vegetaes da entrada no seu organismo de elementos com propriedades chemicas pronunciadas. É verdade que o ácido carbonico não é uma combinação indifferente; mas lá estão as observações de Saussure e de Boussingault a dizer-nos que numa atmosphaera só de ácido carbonico as plantas morrem, a não se dar o caso de ser fraca a pressão, de  $0^m,17$ , segundo Boussingault, que então algum ácido póde ser depositado; e que, numa atmosphaera de ácido carbonico, hydrogênio e azoto, já podem viver. Quer isto dizer que, para que o ácido carbonico possa alimentar, é necessario ou que seja em pequenissima quantidade, muito rarefeito, ou então que esteja misturado com outros elementos que lhe disfarcem a acidez.

#### IV

Temos dicto até agora que o carbono é fixado pelos órgãos verdes e o oxigênio é exhalado; mas até que ponto é que os dois elementos são separados pela influencia do calor e da luz? Será todo o oxigênio eliminado, ou ficará parte d'elle ligado ao carbono? Sabemos que estes dois elementos podem formar duas combinações: — o ácido carbonico e o oxido de carbono. Tracta-se de ver se o ácido carbonico soffre uma reducção total ou uma reducção parcial, passando simplesmente a um gráu de oxidação inferior.

Foram as experiencias de Saussure as primeiras que se fizeram com o fim de esclarecer este ponto; e d'ellas resultou que o oxigênio que as plantas davam em troca do ácido carbonico nunca correspondia á quantidade de ácido absorvido, mas era sempre em quantidade menor. Daqui resultou o suppôr-se logo que era o oxido de carbono o que ficava incorporado no vegetal.

Mas as ultimas experiencias de Boussingault são as que vieram dizer a ultima palavra a este respeito; e estas, se bem que não

concordem com as de Saussure, não servem todavia, como vamos ver, para invalidar a conclusão que já se tinha tirado; antes concorrem para a fortalecer, dando-lhe mais segura base.

Por estas ultimas experiencias, escrupulosamente feitas, verificou-se que, em geral, a quantidade de oxigeno que as plantas exalam é muito proximamente igual á contida no acido carbonico que absorvem. Conheceu-se mais, numa serie de 41 d'aquellas observações, feitas sobre a mesma planta, que as quantidades de oxigeno podiam oscillar á roda d'aquella media, sendo umas vezes maiores do que a correspondente ao acido carbonico, outras vezes eguaes, e ainda outras menores. Em 15 experiencias deu-se o primeiro caso, em 13 o segundo, e nas restantes o terceiro. A conclusão que d'aqui já podemos tirar é que nalguns casos o oxigeno que as plantas emittem não provém todo do acido carbonico. Fiquemos com esta idéa, e vamos ver o que ha por outro lado.

Dissémos já que os primeiros observadores tinham reconhecido a necessidade da intervenção da agua no phenomeno da assimilação do carbono; podemos acrescentar que tal necessidade tem igualmente sido reconhecida pelos modernos. Ora, nada nos diz que esta agua seja simplesmente um vehiculo para conduzir o acido carbonico até ao interior da planta; nada nos diz que na materia verde o calor e a luz não reduzam tambem parte d'este composto, decompondo-o nos seus elementos. É verdade que a opinião de Saussure é perfeitamente contraria a este modo de ver; mas a grande maioria dos modernos physiologistas inclina-se a elle, e a muitos parece que ha boas razões para suppôr que a agua é decomposta ao mesmo tempo que o acido carbonico.

Os factos que isto indicam são os seguintes: — ha nos compostos formados por muitos vegetaes quantidades de hydrogeno muito maiores do que aquellas que, combinadas com o oxigeno, podem dar logar á agua. Taes são os corpos gordos; ha em muitos, alem dos hydratos de carbono, outros principios binarios, formados só de carbono e hydrogeno, como são as resinas, as essencias, etc. É verdade que estes, todos ou quasi todos, podem provir d'uma redução das substancias ternarias; mas até d'estas nos diz a chimica que, apezar da sua fórmula geral poder escrever-se  $C^n(H^2O)_m$

não existe realmente agua formada na sua molecula; e é por isso tambem, digamol-o agora, que o nome de hydratos de carbono, que estas substancias ainda conservam, é um nome improprio que melhor fôra não empregar. Finalmente Boussingault tendo feito vegetar plantas em areia calcinada, onde não havia o minimo vestigio de substancia organica, achou que ainda appareciam quantidades de hydrogeno superiores ás que poderiam ter entrado em estado de combinação com o oxigeno existente. Aqui vê-se claramente que o hydrogeno em excesso não podia provir senão da decomposição da agua.

Ninguém de certo acredita na decomposição total da agua que penetra na planta; parte d'ella é necessario que se conserve intacta, pois que, como diz J. Sachs, tão necessaria é aos vegetaes a agua, a que chama organização, como a muitos mineraes a agua de crystallisação. Mas, emfim, que parte d'este composto é destruido com fixação de hydrogeno, não parece ponto duvidoso.

E agora, comparando o que acabámos de dizer com a conclusão que dissémos derivar das experiencias de Boussingault — que em alguns casos o oxigeno que as plantas emittem não provém todo do acido carbonico,— vê-se que é muito provavel que não só nesses casos, mas em geral, parte d'esse oxigeno exhalado provenha da decomposição da agua. Com effeito, a que outra origem senão a essa decomposição poderíamos attribuir o oxigeno que ás vezes apparece em excesso? Os casos em que o oxigeno apparece em menor quantidade não devem embarçar-nos; é possivel que parte d'este elemento seja fixado nas plantas.

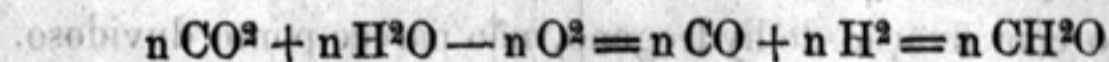
E, por ser emfim caso geral o de haver egualdade sensivel entre o oxigeno exhalado e o contido no acido carbonico absorvido, podemos concluir de tudo o que fica exposto, senão com certeza ao menos com muitas probabilidades que, em geral, o acido carbonico é reduzido a oxydo de carbono, ao mesmo tempo que a agua é reduzida a hydrogeno, perdendo assim cada um d'estes corpos quantidades eguaes do mesmo elemento, e sendo o resultado o mesmo que seria se só o acido fosse todo reduzido a carbono.

Em abono da opinião dos que assim pensam ainda ha, alem do que já mencionámos, o facto observado por de Saussure e con-

firmado por Boussingault, de ser o oxydo de carbono puro ou diluido num gaz inactivo, indecomponivel pelas partes verdes dos vegetaes, e o ser este composto muito mais susceptivel de entrar em combinações com outros corpos do que o carbono puro que, na opinião de H. Davy, seria o que se combinava no estado nascente com agua para formar os hydratos de carbono.

Ahi temos como, ao mesmo tempo que o carbono se fixa nos vegetaes, uma grande parte do oxigeno e a maior parte do hydrogeno são tambem assimiladas.

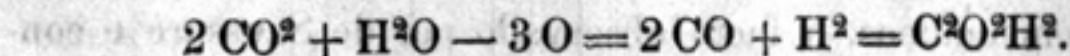
Adquirindo geralmente os vegetaes oxydo de carbono e hydrogeno pela absorpção do acido carbonico e da agua, e nada se oppondo a que aquelles dois corpos se combinem, temos que o primeiro passo para a elaboração effectuada nas plantas póde conceber-se assim



isto é, como sendo logo o resultado d'elle a formação de polymeros da glucose ou a propria glucose; e esta depois, pelas condensações successivas, que já indicámos, poderá ir dando logar á formação dos hydratos de carbono de estructura molecular mais complicada. A eliminação da agua pelos vegetaes parece indicar estas condensações, principalmente depois que M. Deherain verificou que, com egualdade de temperatura, os vegetaes eliminam mais agua ao sol do que á sombra.

Póde tambem conceber-se que o aldehyde formico  $\text{CH}_2\text{O}$  seja o primeiro dos productos formados e que, como producto de transição, se altere rapidamente para dar logar a outros compostos.

Finalmente, ainda nos casos em que a quantidade de oxigeno exhalado nos faz suppôr que parte do acido carbonico foi totalmente reduzida ao mesmo tempo que alguma agua, nesses casos, dizemos, podemos ainda ter como muito possivel a formação immediata de alguns aldehydes; e até a formação do glyoxal ou aldehyde oxalico póde muito bem realizar-se no caso geral, assim:



As propriedades d'estes ultimos compostos fazem com que, admittindo nós a sua formação nos vegetaes, cheguemos a entrever o modo possivel de algumas reacções que se passam no organismo d'estes. Melhor veremos isto no capitulo seguinte; apontâmos agora só a possibilidade de certas materias resinosas provirem d'estes compostos por meio d'uma deshydratação.

Ahi nos parece que fica indicado o que se sabe a respeito da assimilação do carbono e de parte do hydrogeno e do oxigeno. A nenhum auctor vimos affirmar que as coisas se passam com certeza assim; mas, repetimol-o, parece-nos que se póde ter como immensamente provavel que tudo assim seja, e é certo que nada se tem proposto, que nós saibamos, mais provavel do que isto.

(Continúa)

A. V. DE OLIVEIRA DAVID.



## LITTERATURA E BELLAS ARTES

### AMORES D'UM VISIONARIO

### VIII

### UMA ACADEMIA FEMININA DO SECULO XVI

Acompanhemos agora, na sua visita a casa da infanta, a enamorada e gentil D. Margarida de Lencastre, a formosa cunhada do duque de Bragança.

Quando sahio do palacio ducal já as sombras carregadas da noite haviam de todo ennegrecido o firmamento.

Ia, com a sua idosa aia, em pequena liteira de marroquim preto, marchetado de pregarias de prata.

Trotava ao lado, em bom ginete de batalha, um velho fidalgo, encarregado por D. Theodosio de acompanhar commumente a donzella. Escoltava-a uma dezena de creados e homens de armas, a pé, com partazanas e arcabuzes, e levando accesos dois ou tres archotes.

Este prestito, singularissimo hoje, mas vulgar outr'ora entre as senhoras de primeira nobreza, transpoz rapidamente algumas ruas da cidade, trepou a encosta do Castello, e entrou na praça, depois de ser interrogado e reconhecido á porta pelo commandante da guarda.

A infanta D. Maria, irmã germana de D. João III e tão celebre na nossa historia litteraria, residia então nos paços da Alcaçova.

Parou o vehiculo juncto do vestibulo. D. Margarida apeou-se, e subiu agilmente as escadarias que levavam ás salas de lavor. A aia e o velho fidalgo seguiram-n'a de longe, trepando a custo os ingremes degráus, difficeis para os seus pés pesados e tropegos.

A donzella atravessou a casa de entrada, onde d'um e outro lado muitos creados se perfilaram em alas, e, curvando-se em

profundas medidas lhe deram passagem até á porta do primeiro camarim.

Neste, tres formosos pagens, extremamente parecidos, dos quaes o mais velho não tinha dezoito annos, a receberam de gorro na mão e com maneiras cortezãs.

— Boa noite, manos Mendonças! — sorriu-lhes D. Margarida.

— Então, Manuelzinho, sempre é certo que vos metteis franciscano?

O mais velho dos tres corou, e respondeu em tom sêráfico:

— É certo.

— Contaê cômigo nos vossos sermões: affirma a senhora infanta que tendes grande vocação para orador. Mas ide participar-lhe que estou aqui.

O mancebo sahiu.

— E vós, Antonio? — continuou a joven dama.

O segundo riu-se um tanto maliciosamente, e disse em voz baixa:

— Eu quero ser de Sancto Agostinho, conego e fidalgo.

— É melhor, é, — respondeu D. Margarida; e voltou-se com ar interrogativo para o mais novo, que teria apenas doze annos.

— A mim não me farão frade como a meus irmãos; meu paé é general e fronteiro d'Africa; irei com elle a guerrear os mouros!

— Dar-te-hei a primeira espada, meu Agostinho.

— E não vos esqueceréis, s.<sup>a</sup> D. Margarida?

— Não. Meu cunhado recebeu ha pouco mui lindas espadas de Milão, Venesa e Toledo. Tu irás lá escolher uma, quando tiveres idade e quizeres.

Deu o pequeno um salto de contente, e exclamou para o lado com alegria infantil:

— Não vos dizia, sr. D. Affonso de Noronha, que hei de ser visorrei da India como vós<sup>1</sup>?

<sup>1</sup> Estes tres pagens da infanta, filhos do seu mordomo, João de Mendonça Casão, conselheiro do rei e morto general em Tanger, seguiram as profissões indicadas no texto: o primeiro foi grande prégador e provincial dos franciscanos; o segundo visitador na ordem de Sancto Agostinho; e o terceiro, adoptando a carreira das armas, morreu na funesta batalha de Alcacer-Kibir.

— Deus o queira, filho! — murmurou do vão da janella um velho, avançando para D. Margarida e cumprimentando-a.

O ancião tinha nobre presença, e as barbas compridas e alvas lhe davam aspecto veneravel. Era filho segundo da grande casa titular de Villa Real, e um dos heróes do oriente.

— Perdoae, que vos não via, sr. mórdomo-mór! — disse a joven, correspondendo á saudação.

— Estava d'aquelle canto, admirando-vos a gentileza, sr.<sup>a</sup> D. Margarida de Lencastre; desculpae a sinceridade do soldado, já gasto das batalhas, das tormentas e dos annos, que são a peor tormenta. Mas como vai o nosso duque D. Theodosio.

— Bem; e recommendou-me que vos testemunhasse ter muito desejo de vos ver ámanhã á noite.

Neste momento o pagem que sahira reapareceu.

— Podeis entrar, minha senhora — affirmou elle.

Com leve mas graciosa inclinação de cabeça despediu-se a joven Lencastre do velho fidalgo e dos pagens, e, transpondo ainda outro gabinete, onde estacionavam varias creadas, deu finalmente ingresso no salão de trabalho.

Era um vastissimo parallelogrammo; d'um lado cinco grandes janellas abriam sobre a cidade, do outro cinco portas de espelho communicavam com o interior do palacio. Forrava os soccos das paredes, até á altura de dois metros, rico e lindo cordavão dourado; cobriam-n'o porém em grande parte mappas geographicos; sobre estantes de páo sancto centenas de livros, instrumentos de mathematica e physica, e collecções, grandes para o tempo, de productos mineraes e zoologicos de todas as nossas conquistas; cavalletes de pintura com trabalhos começados; um orgão e muitos instrumentos musicos; e, lançados ao acaso sobre numerosos sofás e ottomanas, bordados e labores feminis, quasi todos de paramentos de egreja ou assumpto religioso. Ostentavam-se no resto da parede, até á cimalha de bem trabalhado marmore de Estremoz, paineluras de talha dourada, enquadrando pinturas a oleo, algumas de merecimento, sobre tela, madeira e cobre. Rico tapete persa opulentava o sobrado. Ornavam as portas e janellas amplos reposteiros e cortinas de veludo verde franjado

de prata. E do tecto branco, com florões em relevo dourado, desciam tres lustres de bronze e crystal, que inundavam a sala com a brilhante luz de duzentas velas.

Estava o grandioso aposento cheio de senhoras, quasi todas jovens, muitas d'ellas formosissimas, e em geral luxuosamente vestidas.

Sentadas em pequenos estrados almofadados, umas bordavam ou coziavam em grupo um frontal ou um pallio; outras liam meio abraçadas grande infolio gothico; alem, em torno de pequena meza, duas ou tres estudavam o mappa da Asia; aqui, uma pintava a oleo assumpto mythologico, outra desenhava os novos trabalhos architectonicos da capella-mór dos Jeronymos, com que haviam deturpado a nave e o cruzeiro de sublime manuelino; alli, uma velha corrigia provas da imprensa; acolá, varias meninas, quasi crianças, ouviam de senhora já idosa a lição de mathematica. A lingua grega, e principalmente a latina, fallavam-se em toda a sala.

Havia um agradavel zumbido de vozes femininas, em que se percebia a recitação e a leitura a meia voz, a practica em tom baixo d'uma classe, o conversar intimo de um grupo, e as vozes rapidas, inherentes ao fervor do trabalho.

Ao todo apresentava a sala aspecto singular de esplendor e belleza. Duvidava-se, ao entrar na sumptuosa quadra, se se estava no salão d'um palacio real ou no coro sumptuoso d'algum mosteiro de donas, transformado em casa de labor. Havia mais ingenua alegria e mais innocente liberdade que num convento, e mais recolhimento e recato que numa habitação secular ou em collegio de nossos dias.

O luxo variado das roupagens, sem ser demasiado para o tempo, era riquissimo, comparado com os vestuarios, relativamente modestos, que usam hoje as senhoras mais abastadas: a seda, o setim, o veludo, as rendas mais custosas, o arminho, os adornos de ouro, os fios de perolas, as flores de prata recamadas das mais preciosas pedras do oriente, brilhavam em todas as damas. No meio de tudo isto havia porém um nem sei quê de monachal, proveniente, não tanto dos grandes quadros e ornamentos religiosos, que se viam

na sala, como da indole do seculo, do character da infanta e das senhoras principaes que formavam a sua corte.

Era um espectaculo original, simultaneamente encantador, grave e surprehendente.

Intima da maior parte das pessoas presentes e habitual no paço, D. Margarida, ao entrar, causou apenas mui ligeira perturbação. Transpoz com seu affavel sorriso varios grupos, tocando ligeiramente nos mimosos dedos de algumas damas, pelas quaes passou mais perto, e foi direita a uma senhora, sentada ao fundo em coxim de veludo, collocado sobre mais elevado estrado; ajoelhou, e beijou-lhe a mão com affectuoso respeito.

Era a infanta.

Ao fenecer da ultima primavera, D. Maria completara vinte e sete annos: estava em plena florescencia da belleza feminil. Sem ser alta, mostrava-se delicada e elegante. Tinha o rosto alvo, e as feições de mimosa regularidade, sobresahindo o espaçoso da testa, a pequenez da bocca, e a viveza dos seus lindos olhos.

Trajava com elegancia amplo vestido de seda preta, enfeitado com tufos de setim branco, apanhado a espaços por pequenos broches de ouro esmaltado. Grande cabeção de fina cambraia bordada lhes descia até quasi meio peito, e se elevava pelo pescoço, como os colleirinhos altos e justos que os homens usam actualmente; numeroso e lindo collar de perolas o ornava na garganta.

O cabello levantava-se por igual em pequeno rolo sobrepujado d'um toucado de veludo, apanhado tambem, de quando em quando, com broches, como os do vestido.

A trajo, tão equal aos de hoje, junctava-se uma singularidade propriamente da epocha: do negro toucado pendia uma tira branca de largos encanudados, que, em fórma elliptica, vinha passar um pouco a baixo da barba.

Este enfeite, o preto do vestido, e, sobre tudo, um ligeiro véo de composta e resignada tristeza transparecendo em todo o rosto, davam áquella figura elegante e luxuosa aspecto indizível de melancholia cenobitica.

Ao contemplal-a, sentia-se espontaneo respeito e profunda e

affectuosa sympathia; mas soffria-se no espirito o leve apontar d'uma tristeza vaga e indefinivel.

A infanta D. Maria fora o unico fructo, que sobrevivera do derradeiro enlace matrimonial de D. Manuel.

No berço ficara orphã de pae; e estava ainda na primeira infancia, quando sua mãe D. Leonor, retirando-se a Hespanha coagida pela politica, a deixou em Portugal.

D. Manuel, vendo tributarias a seus pés as riquezas fabulosas do oriente, distribuiras, com prodiga mão, a esta filha; no dinheiro de hoje, o seu dote, aos vinte annos, com os juros accumulados, elevava-se a milhares de contos. Cantavam a sua formosura, instrucção e virtude todos os poetas e litteratos do tempo. Os maiores principes da Europa desejaram desposal-a. Esteve para ser rainha de França, imperatriz da Allemanha e esposa de Philippe II de Castella. Seu irmão D. João III desfez porém todas estas nupcias, — para não ser obrigado a entregar-lhe o dote.

Embaixador estrangeiro não entrava no seu palacio; sahir do reino era-lhe vedado; nas suas criadas mais intimas estavam as espias do rei.

Contava, como dissemos, vinte sete annos, e estiolava na virgindade; filha e irmã de reis, sentia, atravez da grande sumptuosidade que a cercava, as grades frias d'uma prisão. Fôra — cousa singular! — a opulencia da sua fortuna que a sentenciara á desventura do celibato.

Na sciencia, na litteratura, nas artes liberaes, na caridade, na devoção fervorosa, — procurava, mas debalde, o desejado lenitivo ao vacuo, á soledade e tristeza que soffria, silenciosa, no fundo d'alma.

Tal era a infanta D. Maria.

Olhou com meigo e triste sorriso para a joven Lencastre, e disse-lhe suavemente e em voz que só ella poderia ouvir:

— Já te não esperava esta noite, querida! Ha tres dias que não appareces; começava a sentir saudades.

— Sois em demasia boa para commigo.

— Quero-te, Margarida, porque és sincera e leal!.. Mas temos hoje muito que te mostrar — continuou em tom mais alto. — Re-

cebemos correio de Coimbra. Vieram provas dos livros que lá temos a imprimir; bellos versos em latim de quasi todo o collegio das artes, principalmente do mestre Diogo de Gouveia; um novo soneto de Sá de Miranda; um sermão do dr. Azpilcueta; versos em latim e portuguez da estudantina Publica Hortensia de Castro, o mais esperançoso talento de criança que se ha visto; porém, mais singular que tudo isso, um livro manuscripto da madre Helena da Silva, a nossa freirinha de Cellas.

— O que? da amante de S. Bernardo! pois a minha tia havia recebido um livrinho d'esses, sem m'o mostrar, sem me dizer nada! Ora deixae-m'o ver já! É em verso?... deve ser em verso!

Foram estas palavras pronunciadas por uma menina, que se levantara da classe de mathematica ao ouvir o nome da poetisa, de Coimbra, e correra para a infanta.

Era uma linda criança de dez annos de idade, viva, ardente e grave; filha do infante D. Duarte, e por sua mãe neta de D. Jayme, duque de Bragança. Mais tarde, casando com Alexandre Ferneze, tornar-se-ia conhecida na historia pelo titulo de princeza de Parma.

Ao mesmo tempo que estendia a mão direita para a infanta, sollicitando o novo livro, passava o braço esquerdo sobre o hombros de D. Margarida, e beijava-a.

— Amante de S. Bernardo!... o que dizes tu, Maria? — perguntou a filha de D. Manuel um tanto enfadada.

— Amante de S. Bernardo, sim; pois não sabieis!... é linda a historia!

— Uma historia!... quem é que te contou isso?

— O meu confessor, — disse a menina, tomando ares de importancia: — o padre Ruy da Cruz, companheiro do mestre Simão Rodrigues.

Ao escutar este nome, D. Margarida estremeceu; a infanta olhou para ella com modo singular.

No emtanto, muitas jovens damas e duas ou tres pequenitas que havia na sala tinham-se approximado e sentado em volta do estrado.

— A historia? — A historia? — Vamos á historia! — murmuraram todos.

— Visto ser tanta a curiosidade, conta-a lá, sobrinha — disse D. Maria distrahidamente.

— Conto; mas haveis de me mostrar depois o livro.

A irmã d'el-rei inclinou a cabeça em signal de assentimento.

A menina sentou-se, e, sem se perturbar com o numeroso auditorio que a cercava, principiou, sorrindo e com tranquillidade rara na sua idade:

— Tenho boa memoria, e, como ouço com attenção o meu confessor, que é um sancto, vou repetir-vos, quasi palavra por palavra, o que lhe ouvi:

«Haverá cinco para seis annos, os paes de D. Helena, pessoas honradas e abastadas, desejando casar a filha, traziam-n'a para Lisboa, e vinham numa liteira acompanhados d'alguns criados.

«Era na primavera; soprava uma viração tepida e serena; e no céu azul o sol brilhava em todo o seu esplendor.

— Que lindo! — temos romance de amores, por certo! — bafejou uma poetica donzella aos ouvidos d'outra. Esta fez-lhe aceno para que attendesse.

— «Chegou a liteira a um lindo bosquesinho, e os viajantes iam parar alli a fim de gozar por momentos a sombra refrigerante do arvoredó.

«De repente, appareceu-lhes dentre as arvores um peregrino joven, de extrema formosura e vestido com rocagante esclavina branca.

Os encantadores ouvintes da futura princeza de Parma redobraram de attenção. O silencio era profundo. Toda a sala escutava. E enchia o vasto aposento a voz harmoniosa, clara e vibrante da infantil narradora.

— «O peregrino, — continuou ella, — foi-se direito á liteira a pedir esmola, olhando sempre com singular fixidade, para os olhos de D. Helena.

«Pela pronuncia parecia estrangeiro: e o pae da donzella perguntou-lhe se era da Bretanha. — De Borgonha, respondeu elle. Mas não desprendeu os seus bellos olhos dos olhos da menina.



«Recebeu e guardou vagarosamente a esmola, conservando na vista a singular fixidade; depois fez uma mesura em despedida, sorriu-se para a donzella, e desapareceu.

«D. Helena da Silva desmaiou.

— O vosso confessor, minha senhora D. Maria, — observou uma dama de certa idade, feia, mas elegante e de olhar vivo e intelligente, — é um trovador normando com a sotaina de jesuita.

— Se é trovador não sei, — replicou despeitada a futura soberana; — mas o que elle me recommenda muito, sr.<sup>a</sup> Paula Vicente, é que não leia os autos de vosso pae, por serem... impios.

A maioria do auditorio mostrou affectada commoção.

— Bem sei! — tornou irronicamente a filha do grande poeta dramatico, pois era ella, — essa é a opinião litteraria e religiosa de Simão Rodrigues e seus companheiros — grandes sabios todos!... Os autos de meu pae não se podem ler, porque retratam a vida dissoluta dos clérigos, e arrancam a mascara aos hypocritas. A verdade é impia; a mentira é que é devota.

Estas palavras dictas em tom energico, e que as pessoas presentes mais illustradas sabiam ser profundamente verdadeiras, causaram grande impressão na sala. Era uma accusação terrivel e directa á Companhia, que já contava alli numerosas confesadas.

Houve um momento de pausa.

D. Margarida apertou com affecto a mão de Paula Vicente. E a velha, que estava ao longe a escrever, levantou a cabeça, e dirigiu á filha do poeta um olhar de assentimento.

Mas o geral do auditorio ficou immovel e calado, receioso de se indispor com Simão Rodrigues pelo amor insignificante da verdade.

A infanta porém, que estimava muito Paula, decidiu por então o pleite.

— Os autos do bom Gil Vicente, — disse ella, eram o deleite de meu glorioso pae, rei e senhor de nós todas. Leio-os diariamente, cada vez com mais gosto e apreço. Quem lhes chamar impios offende-me a mim, e menoscaba a memoria d'el-rei D. Ma-

nuel, que foi, sobre todos os principes da christandade, querido do grande pontifice Leão x, e por elle abençoado.

Os signaes de approvação foram quasi unanimes, e muitos d'elles sentidos e enthusiasticos.

Dos olhos, ainda formosos, de Paula Vicente brotaram lagrimas de piedosa alegria. Ajoelhou aos pés da infanta, e beijou-lhe a mão com intimo reconhecimento.

Passados alguns instantes, uma voz fresca e infantil clamou:

— E a historia!... a historia do joven peregrino de esclavina branca!

— A historia! a historia! — repetiram varias vozes.

— Continua, Maria; — disse a infanta para a sobrinha.

A criança porém estava amuada com o destroço do confessor, abanou a cabeça em signal negativo.

Amimaram-n'a algumas senhoras, pedindo-lhe muito que proseguisse. Mas a menina hesitava. Tirou então a infanta d'um pequeno contador que tinha perto, de ebano e marfim, um livro em quarto, encadernado de veludo roxo, com feixos de prata e no meio um crucifixo dourado.

— É a obra de soror Helena da Silva; se contas mostro t'a, — disse para a sobrinha.

Esta sorriu-se, e murmurou duvidosa ainda:

— Contarei; mas não hão de interromper-me.

— Ninguém interrompe! — asseguraram algumas senhoras.

— «Quando D. Helena tornou a si, e soube que o peregrino desaparecera para os lados de Coimbra, não quiz mais continuar a jornada; com supplicas e lagrimas obrigou os paes a voltarem para traz.

«Durante um anno andou o espirito da donzella inteiramente preocupado com aquella visão. Fez procurar o peregrino em todas as pousadas e albergues da cidade e nas hospedarias de todos os conventos. Ninguém dava novas d'elle. As faces de Helena perderam a côr, e os olhos cavaram-se-lhe de chorar.

«Um dia porém amerceou se Deus da sua alma, tocando-lhe o coração. D. Helena entrou na capella do novo collegio da

Companhia; lançou-se aos pés do primeiro *apostolo* que se lhe deparou; e confessou-lhe tudo.

«Illuminou Jesus o espirito do religioso padre, e este revelou á donzella quem era o peregrino...

— Quem era?! — Quem era?! — perguntaram de todos os lados.

— «Não tinha muito que adivinhar para aquelles que sentissem a alma abrasada no *sancto fogo da religião*;» foi o que me respondeu o meu confessor, quando lhe dirigi essa pergunta; — tornou a menina.

«Bello, involto em candidas vestes, natural de Borgonha, quem havia de ser senão o espirito celeste do *sancto prior de Claraval*, do grande patriarcha S. Bernardo?

Ninguem se atreveu a rir; mas o maior numero dos rostos femininos mostraram-se desconsolados: esperavam uma aventura de poetisa, um episodio de romance, e sahia-lhes uma lenda vulgar de convento.

A narradora porém continuou, enthusiasmando-se:

— «D. Helena comprehendeu então o que lhe queria o veneravel *sancto*. Foi-se ao mosteiro de Cellas, que é da ordem de Cistér, de S. Bernardo, e pediu para a receberem freira.

«O anno do noviciado passou-o em perenne extasis diante da imagem do magnanimo fundador d'aquella religião. Professou, e a sua virtude e penitencia afervoram-se de dia para dia. Jejua constantemente, e tyrannisa se com disciplinas. Se ouve pronunciar o nome de S. Bernardo apoderam-se della taes arroubos de devoção, que perde o sentimento da vida exterior, e eleva-se a pleno céu.

«Era muito instruida nas linguas latina e grega e na poesia; proseguiu no mosteiro os seus estudos, mas deu-lhes direcção divina.

«Escreveu um poema sobre a paixão de Christo; compoz com os versos de Virgilio a vida de Nossa Senhora; tem finalmente tal saber e é tão illuminada da graça, que até possui o dom de ler no futuro!

— Endoudeceram-n'a! — resmungou Paula Vicente.

Esta appropriada reflexão, felizmente, não foi percebida pela menina, que dizia ao mesmo tempo:

— Ahi tendes a historia, quasi pelas textuaes palavras do padre Ruy da Cruz. Já lh'a ouvi tanta vez, que a sei phrase por phrase. Agora, minha tia, mostrae-me o livrinho.

A infanta entregou-lh'o. Era de excellente pergaminho, manuscrito, e com algumas illuminuras; specimen da paciencia e perfeição que a estes curiosos labores sabiam dar os conventos.

Dividia-se em duas partes. Na primeira continha o poema original da Paixão de Christo, de Helena da Silva, hoje perdido, mas que historiadores e criticos antigos asseveram que possuia versos apreciaveis. Na segunda vinha o singular trabalho de erudição virgiliana, de que fallára a futura princeza de Parma.

O livro passou de mão em mão; e foi parar num grupo numeroso, que principiou a lel-o a meia voz.

Tudo tinha voltado ás suas anteriores occupações.

Desejava D. Margarida fallar em segredo á infanta, mas não podia. Duas senhoras, sentadas a uma banca pegada com o estrado, rodeadas de livros e lendo, primeiro entre si e depois á filha de D. Manuel, trechos de auctores antigos, — discutiam todas tres rapidamente o sentido; e, por vezes, quando sobre algum estavam de accordo, e lhes parecia appropriado ao seu intento, a de mais idade lia-o alto, e a outra copiava-o para um grande caderno que tinha diante.

Mostrava a infanta prestar grande attenção a este trabalho. De repente voltou-se para D. Margarida, dizendo:

— Não sabes o que as minhas, as nossas duas mestras estão fazendo? Luiza Sigea anda a compor um livro em dialogos sobre a differença que ha entre a vida da côrte e a da aldeia. É todo formado de extractos de prosadores e poetas gregos e romanos. Joanna Vaz ajuda-a a procurar os textos, e ella sosinha escreve depois os commentarios. Verás, ha de ser um monumento de moral e erudição.

Joanna Vaz era a mais idosa das duas senhoras. Aia da rainha D. Catharina, fôra mestra da infanta, e, apezar de casada com

o fidalgo Fernão Alvares da Cunha, vinha frequentemente passar algumas semanas em casa da sua real discipula. Sabia bem latim, grego e hebraico; era mui douta na historia, e vibrara por vezes a lyra do Lacio com applauso dos seus contemporaneos.

A outra, Luiza Sigea, teria trinta e cinco annos; na tez ainda formosa e no olhar andaluz adivinhava-se-lhe a vivacidade do character e a actividade do espirito.

Além do grego e latim, sabia o hebraico, o cyriaco e o caldaico; e era profunda em humanidades. Sobre a villa, palacio real e bellezas de Cintra escrevera um poema muito elogiado. Quando mais tarde regressou á Hespanha, sua patria, o talento que revelava causava, dizem, verdadeiro assombro.

Ambas estas donas, seguindo a moda da epocha, tinham escripto a Paulo III em diversas linguas, e haviam obtido do litterato e affavel pontifice resposta lisongeira e benção paternal. Era o summo diploma de sciencia a que aspiravam então as senhoras estudiosas portuguezas.

Para satisfazer á infanta, levantara-se D. Margarida a ver o trabalho singular das duas eruditas, quando, de subito, a voz vibrante e ainda infantil da joven filha do infante D. Duarte, elevando-se acima do rumor habitual, chamou de novo a attenção de toda a sala.

A menina, abraçada á velha, que, sosinha a um canto, tinha estado a rever provas da imprensa, olhava para estas e clamava:

— Bravo! bravo! Assim é que se remata uma dedicatoria á sr.<sup>a</sup> rainha D. Catharina! É um digno portico d'este grandioso edificio, d'este excellente livro! Olhae, sr.<sup>a</sup> D. Leonor de Noronha, vosso pae foi marquez de Villa Real, fronteiro-mór do Algarve, alcaide-mór de Leiria e governador de Ceuta, era um fidalgo leal e um grande capitão; — apezar de tudo isso, vós sois maior do que elle, o vosso nome ha de ir mais longe! De historia e theologia ninguem sabe tanto aqui. Só esta obra, esta traducção da *Chronica geral* do mundo d'aquelle grande sabio romano, mestre, dizeis, de eloquencia em Veneza, Marco Sabellico, só esta composição, de que tendes a primeira parte a estampar, basta para vos tornar para sempre celebre!... Pois o fim

da dedicatória! Quem ha no reino que não applauda o voto que nella fazeis! A rainha, minha tia, vai ficar contentissima. Ora oiçam! oiçam! eu leio: *Coronica geral da eneyda seyda de Marco Antonio Cocio Sabelico desho começo do mundo ate nosso tempo. Tresladada de latim em lingoagê portugues por D. Lianor filha do Marques de Vila real D. Fernando. Coimbra, João Barreira e João Alvares, imprimidores d'el-rei; 1.ª parte um vol. em pequeno folio, gothico, 1550; — a 2.ª parte, 1553.*

— Amen! — repetiram em côro todas as senhoras, inclinando-se com reverencia.

Este remate de pitoresca singeleza formulava a aspiração constante e ardente de todos os espiritos piedosos, cavalheirescos e patrioticos dos seculos XV e XVI em Portugal.

Aproveitou D. Margarida o incidente para dizer baixinho á infanta.

— Tinha de que vos fallar, minha senhora.

D. Maria respondeu apenas com leve aceno de cabeça, e, passados momentos, disse á erudita Sigea.

— Luiza, minha querida, ide lembrar a vossa irmã e a Paula Vicente que são horas de as ouvirmos um pouco.

Levantou-se a hespanhola para cumprir as ordens da infanta, e Joanna Vaz afastou-se tambem para guardar, na estante, os livros que tinha sobre a mesa.

Pôde então D. Margarida contar á infanta o caso de D. Theotónio, a irritação do duque, a sua proxima ida a Coimbra para ver se ainda salvava o mancebo, e a projectada sollicitação a el-rei; e pediu para tudo a protecção da egregia filha de D. Manuel.

Ao acabar da narração, que fez com a possivel simplicidade e prudencia, echoou na sala musica de ineffavel harmonia.

Paula Vicente tangia o órgão com vigor e talento. Angela Sigea, irmã mais nova de Luiza, quasi tão sabedora como ella, menos poetisa porém, era uma grande executante, e extasiava a

<sup>1</sup> *Coronica geral da eneyda seyda de Marco Antonio Cocio Sabelico desho começo do mundo ate nosso tempo. Tresladada de latim em lingoagê portugues por D. Lianor filha do Marques de Vila real D. Fernando. Coimbra, João Barreira e João Alvares, imprimidores d'el-rei; 1.ª parte um vol. em pequeno folio, gothico, 1550; — a 2.ª parte, 1553.*

sala com as melodias suavissimas da harpa. Varias senhoras tocavam rebecas e violas. Cantavam em coro as condessas de Redondo e Vimioso e sua irmã D. Constança de Gusmão, todas tres filhas da camareira, D. Joanna Blasfet, a dama hespanhola que viera de Castella com a mãe da infanta, e ficara com a regia menina, a pedido e serviço secreto do imperador Carlos V.

A musica era, depois das létras, a primeira occupação nos paços do castello.

Gui de Arezzo, o inventor da escala e da musica moderna, tinha na sala o seu retrato. As principaes producções da eschola franceza eram conhecidas de D. Maria e das suas damas: D. Leonor, viuva de Francisco I, rei de França, remettera á filha, sempre querida, as melhores composições de Dufay, Okenheim, Dupré, Constanzo Festa e Goudimel.

As fracas tentativas nacionaes eram estimadas e incitadas. Alem d'outros, conhecia-se e estudava-se no paço da infanta os escriptos, que iam em breve esquecer, do bom velho Matheus de Aranda, lente de musica na Universidade. Applaudira-se a charamelinha do moço André Escobar. Eram intimos na casa de João Fernandes Fermoso, compositor e mestre da capella real; o celebre Damião de Goes, e o erudito André de Resende, um dos mais distinctos cultivadores da arte, e que sabia imprimir ás suas producções suave e aprazivel melodia. E o infante D. Luiz, tambem amador aprimorado, tomava frequentemente parte nos concertos de sua irmã.

Mas o que naquelle momento se executava constituia uma das gloriosas primicias de Palestrina, que se tornaria em breve o principe da musica, e não completara ainda vinte annos. Fôra um delicado presente de Balthezar de Faria, o nosso embaixador em Roma, á talentosa irmã de D. João III. Era um hymno religioso. As damas da infanta haviam presentido nelle o genio que annunciava; tinham-n'o estudado com enthusiasmo, e, nos instrumentos e no canto, revelavam-lhe as harmonias com perfeição inexcedivel para o tempo.

Em quanto a sala estava concentrada a escutar a nova composição, a infanta disse a D. Margarida.

— Já de Coimbra me tinham communicado a noticia da nova captação dos jesuitas. Aonde iremos parar com uma ordem que se annuncia com taes actos de audacia?! A mim tem-me Simão Rodrigues malquistado constantemente com meu irmão; e nunca lhe mostrei desagrado: é só porque faço cultivar as letras e não despeço de meu confessor a fr. Francisco Foreiro para o tomar a elle. Tenho-o por um homem terrivel; — receio-o, e não me atrevo a tractal-o como merece. Por ti e por D. Theodosio porém farei, secretamente, o que poder. Fallarei á rainha para predispor o animo d'el-rei; — cousa difficil, pois meu irmão está cego com os taes *apostolos*. Enviar-te-hei antes de partires cartas minhas para os drs. Aspilcueta, Manuel da Costa e Diogo de Gouveia. O meu pedido, a valia do duque teu cunhado, e principalmente a pretensão em que os jesuitas andam de se apoderarem do ensino das artes, — levantarão contra elles o convento de Sancta Cruz, da Universidade pelo menos a faculdade de leis, e todo o novo collegio dos mestres francezes, que os tem por inimigos declarados e só espera ensejo para os hostilisar. Mas estes elementos precisavam ser aproveitados por alguma cabeça superior. Tu és mulher e criança; e D. Theodosio, apparentemente o chefe, não póde em finura e sobre tudo em tenacidade medir-se com Simão Rodrigues. Ha em Coimbra homens de merecimento, mas afastados das cousas practicas e em demasia prudentes: não se quererão expôr aos perigos do desagrado real, tomando a direcção da lucta. Deve ser grande, e precisaes um guia!

— Já o temos.

— Tendes! quem?

— O novo secretario do duque, o doutor Antonio de Gouveia.

— Ah! o que libertou as escravas? O que publicou em Roma um livro de historia?

— Esse mesmo.

— É um espirito para assustar; vai longe de mais. Recebi informações a seu respeito de Italia e de França. Talento superior e livre, consciencia recta, enthusiasmo frenetico pelo bem, pensamento audaz, abnegação inteira, até ao martyrio, pela victoria das suas idéas: — póde ser um sancto;... ou um hereje.



— Jesus! minha senhora! — exclamou a joven Lencastre, assustada e afflicta. — Quem vos disse tudo isso?

— Falla baixo. Foi principalmente Margarida, a rainha de Navarra; escreveu-me a seu respeito logo que publicou o livro em Roma; conheceu-o na côrte de meu padrasto; estimava-o, e recommendou-m'o. Não repitas a pessoa alguma a menor das minhas palavras: estava perdido! É um coração raro, e para o caso de D. Theotónio ninguem o eguala em Portugal. A lucta com tal chefe será maior; e poderá ter graves resultados! Mas o que se está passando entre nós não deve continuar: — é horroso! Os carceres transbordam de victimas, as fogueiras do Rocio ennegrecem-me constantemente o horisonte e o coração!.. Ai, meu pae, o que pensarás tu d'este governo de frades, feitos algozes?!.. Minha pobre Margarida, dize a Antonio de Gouveia que trabalhe... — e cumpra-se a vontade de Deus!

Depois, sem mais olhar para a joven, a infanta levantou-se, foi-se direita a um tympano de prata que estava perto, e bateu-lhe com frenesi tres martelladas que vibraram ruidosas.

A este signal a musica parou de golpe, e o sarau terminou.

Uma porta de espelho abriu-se de par em par, patenteando formosa capella com seu altar illuminado.

Entrou a infanta quasi precipitadamente no religioso recinto; as senhoras seguiram logo atraz d'ella; lançaram-se de joelhos, e entoaram umas preces tão entrecortadas de suspiros e de tão extrema devoção, como se estivessem persuadidas de que tinham de morrer aquella noite.

D. Margarida de Lencastre ficou por tal modo admirada das palavras da infanta, para ella em parte inintelligiveis, que sem quasi dar pela subita retirada das damas, viu-se sósinha na sala.

O novo ruido das practicas piedosas a chamou a si; aproveitou a solidão do aposento, e sahiu.

BERNARDINO PINHEIRO.

## UM ROMANCE HISTORICO

Assim como a estatua elevada nas praças exige a fórma colossal para excitar attentões, o que se poderia chamar a hyperbole da arte, do mesmo modo os grandes affectos, desenvolvidos na tragedia e no romance, precisam do estimulo da exaggeração para commover profundamente a alma. Se apenas se vasassem nos moldes acanhados e ridiculos da comedia humana, o seu effeito seria negativo; moveriam por acaso a phantasia, sem que desper-tassem um echo que retinisse no coração.

Sob a influencia d'estas ideias nasceu a Melpomene dos antigos, e o theatro grego legou á posteridade modelos homericos, que serão sempre e em toda a parte o desespero dos mestres.

Mais tarde creou-se o romance, que substituiu a tragedia, e entrelaçando-se com a historia exerce ainda maior despotismo na sociedade moderna. A sua lição ensina, o seu exemplo incita; pela primeira convence, pelo segundo persuade, e por meio de ambos vai encaminhando a marcha latente da revolução social.

Honrámos ha pouco tempo as paginas d'este jornal com um capitulo avulso do romance historico *Amores d'um visionario* do nosso consocio, o sr. Bernardino Pinheiro; e hoje fazemos o mesmo com outro, que precede estas linhas. Está inedito o romance, mas quasi completa a sua impressão, e não tardará em ver a luz e inscrever-se no cyclo da nossa litteratura contemporanea.

Conhecemol-o, e temos seguido a par e passo todo o seu desenvolvimento. São dois formosos volumes, em que o auctor empregou amplo cabedal de erudição e imaginação. Andam as duas tão estreitamente enlaçadas por todas aquellas paginas e com tal mestria, que não sabemos qual preferir, se o historiador se o poeta.

O estudo do reinado de D. João III, que é a tela do quadro, é consciencioso sempre, embora o juizo por vezes pareça severo mas nunca injusto. E a ficção do romance não empana a luz da

historia, mas realça-a mais, insufflando vida e animação verosimil nos diversos personagens que formam o seu enredo.

O romance historico póde encarar-se sob dois pontos de vista, archeologico, ou historico propriamente dicto, e social; e estes titulos indicam claramente as tendencias de cada um d'elles. Walter Scott e Victor Hugo são os patriarchas d'estes dois generos, em que predominam mais, no primeiro o realismo e no segundo o idealismo, isto é, um analysa o passado e outro prepara o futuro; — este é apostolo d'uma ideia, aquelle sacerdote d'um culto.

Bernardino Pinheiro no seu romance segue as pisadas de ambos os mestres, e procura aprofundando a historia traçar larga estrada para um ideal politico, que póde tornar-se realidade. Por este lado o livro é summamente notavel, e muitos o considerarão atrevido. É copioso de lição, e da lição reçuma a doutrina, não doutrina pedantesca e ostentosa de erudição indigesta, mas corollario consequente e inexoravel dos desvarios que historiou. O romance todo é a historia convertida em parabola, e a parabola foi sempre o ensino do povo.

Esmerilhar elogios a uma obra que ha de ser julgada muito breve no tribunal da opinião não póde prevenir louvores nem preparar adulações. Nem a nossa penna, fraca e obscura, os auctorisaria, nem a independencia e hombridade do auctor os aceitava. Assim como já démos a boa nova litteraria d'este romance, annunciamos agora a sua proxima publicação, e annunciamol-a com uma curta synthese dos seus intuitos. Estes colhem-se da sua leitura, e transparecem atravez da diaphaneidade d'uma narração singela mas interessante.

Estreita-se-nos o espaço para largas considerações, que ainda por ventura aventuraremos um dia; mas suppre-as bem o primoroso capitulo que publicamos, opulento de historia e esplendido de litteratura.

A. A. DA FONSECA PINTO.

## QUADROS DA VIDA ROMANA

(Continuado do n.º 8, paginas 82)

### CAPITULO III

#### Manus ad ferrum

«Quereis saber como eu aqui estava?» disse Aureliano, tomando assento entre os mancebos, depois de ter correspondido ás suas amigaveis e respeitosas saudações. «Sahia do templo de Juno quando começaveis a vossa conversação, a curiosidade impelliu-me; escondi-me atraz de uma columna, e ouvi tudo.»

O recém-chegado, Lucio Domicio Aureliano, official de provado valor, muito estimado no exercito, e a quem se agouravam altos destinos, inculcava cincoenta annos pouco mais ou menos. Alto e robusto, quasi aprumado, apesar dos muitos trabalhos que passara, e que bem claros se lhe revelavam nas profundas rugas da frente, no brilho amortecido dos olhos, e nessa não sei que serenidade e confiança que respira o semblante d'aquelles a quem as provações não teem sido poupadas, era um dos mais completos e perfeitos typos das raças do norte. Apesar de austeras e salientes, as suas feições denunciavam um character bom e aberto, e os olhos, espelho das almas bem formadas, se lhe luziam, á menor commoção, com uma chamma intensa e insupportavel, exprimiam de ordinario os mais affaveis sentimentos. Naquelle momento parecia triste e pensativo.

«O nosso amigo Aureliano,» disse Marco Sempronio, «não quer perder, ainda no remanso da paz, os costumes que tão bem se lhe logram nos arraiaes, em frente do inimigo. Avisado e vigilante, quando menos o esperam é que elle se mostra. D'esta vez felizmente, não nos colheu em delicto de maledicencia respeito á sua pessoa, o que bem podera succeder, se o nosso poeta athe-niense divagasse por outros atalhos. O tribuno sabe que o sal attico não poupa ninguem.»

— E o sal gaulez muito menos, » disse Ariston rindo. « O tribuno conheceu hoje que só a verdade dictava as minhas palavras.

— Não serei eu que d'isso duvide, » respondeu Aureliano. « Os teus elogios são exagerados, mas eu não me escuso de os agradecer. Comtudo, senhores, nem toda a vossa conversação me deixou tão gratas impressões. Lembra-me ouvir Caio Julio lamentar a decadencia da epocha, e recordar-se saudoso dos tempos passados. Se o que aqui se disse fosse sincero, e viesse de espirito convencido, tristes eram os tempos, sem duvida! Não me resolvo porém a crel-o.

— Porquê? » perguntou Publio Servilio.

« Não tentarei proval-o. A refutação d'essas opiniões está nas vossas consciencias, e para ellas appello. Se a voz interior vos não disser bem alto a verdade, não será a minha, mal exercitada nos campos e nas fronteiras, que vol-a ha de dizer. Nutro porém mais viçosas esperanças em vós e na patria, e, embora o futuro me desminta, não hesitarei nunca em crer que mais vale a minha fé do que a vossa dúvida e indiferença. Agora o que não posso admittir, e perdoareis a franqueza de um soldado que ha já muito pende para a sepultura, é a triste e errada opinião que formais do meu amigo Caio Cecilio. Em verdade, dos elogios de uns e das censuras dos outros, não sei quaes recusarei primeiro.

— Recusa primeiro os elogios, » disse Julio Capitolino com uma entoação malevola, « as censuras são menos faceis de rebater.

— Porque dizes isso, Julio? » tornou o tribuno com a voz ligeiramente alterada. « Será para mais facilmente fazeres esquecer o auxilio que Metello te prestou num caso arriscado? Lembra de mais ao teu orgulho o bairro de Suburra e a noite em que foste accommettido á sahida de uma casa que não indicarei agora? Nota que, se a memoria te não fallece, o mesmo póde succeder a outros. »

O senador não respondeu, e os circumstantes sorriram disfarçadamente d'esta sahida de Aureliano, que fazia emmudecer, pela segunda vez naquella tarde, o altivo e mordaz patricio.

«Se algum de vós,» continuou o tribuno, «tivesse sido, como eu fui, durante dez annos, companheiro de Cecilio Metello, outra idea formaria d'elle. Julgais pelas apparencias, e as apparencias, agora como sempre, apenas servem para induzir em erro. O unico que a respeito de Caio disse uma palavra sensata foi Ariston, e, bem que me não caiba elogiar a sua veracidade, tomo a liberdade de lhe agradecer em nome do meu amigo, como já agradei por mim.

— Bem claramente expressei a estima que Cecilio Metello me tem merecido sempre,» disse Q. Acilio Aproniano, «porém o que dizes vai tão longe do que aqui pensamos todos que, em verdade, não se póde admittir sem demonstração.

— Demonstração, não conheço senão uma,» tornou Aureliano, «é a historia da sua vida. Se m'a ouvísseis de boa vontade, não duvidaria contal-a; mas a hora do banho deve estar proxima, e eu não quero furtar-vos o tempo aos deleites. Quando vos aprouver sabel-a, procurai-me, que muito folgarei de satisfazer á vossa curiosidade.

— A hora do banho já passou,» disse Marco Sempronio, consultando o clepsydro do portico. «É hoje o dia das historias, e não se diga que, depois da paciencia de que aqui se tem dado prova, nos escusâmos de te ouvir defender um amigo que tambem o é nosso. Por minha parte, como verdadeiro filho da Gallia que me honro de ser, não conheço passatempo mais util e aprazivel do que ouvir e contar, e, se tanto fosse preciso, em vez de acceitar, sollicitaria.

— E eu tambem,» disse C. Julio. «Estendo submisso as costas ás varas dos lictores que precediam o nobre Quinto Acilio, no tempo do seu consulado, e confesso a minha culpa. Julguei de leve, e estimarei que Aureliano desfaça alguma impressão má que as minhas palavras possam ter produzido. Espero que não me julgará indigno de ouvir a sua historia.

— Não, por certo,» respondeu singelamente o tribuno. «Confessai, senhores, que Julio Capitolino, se é prompto em ajuizar e em dizer, o que são verduras de rapaz, sabe reparar as suas

faltas como poucos. Ora pois, amigos, attendei, que vou começar. A narração alcançará de vós indulgencia para o narrador.

«Sabeis que, sendo consules Julio Philippe Augusto e seu filho, foi celebrado em todo o imperio o millesimo anniversario da fundação de Roma. Aqui assisti eu a jogos onde combateram dois mil gladiadores, trinta e dois elephants, dez ursos, sessenta leões, um cavallo marinho, um rhinoceronte, dez burros e quarenta cavallos selvagens, dez leopardos e outros animaes de menor porte. Podéis julgar do esplendor de taes festas pela viva recordação que d'elles me ficou. Porfiaram as provincias em seguir de perto as pisadas de Roma, mas, no dizer de todos, em parte nenhuma produziram as diligencias tão feliz resultado como em Marselha. Era então edil naquella cidade Cecilio Metello, pai do meu amigo Caio, e tal empenho lhe assistia de distinguir a sua magistratura por extraordinarias magnificencias que, finda ella, quando a necessidade o forçou a tomar conhecimento do estado dos seus bens, achou-os consideravelmente onerados com uma divida que montava a muitos milhões de sestercios. Cecilio Metello tinha só um filho a quem muito queria, e por cuja educação se desvelava: o futuro d'este moço era o seu principal cuidado. No apuro em que se achava, só o governo de uma provincia rica ou um commando importante ou algum dos principaes cargos do fisco ou então um d'esses acontecimentos imprevisos que modificam profundamente a sorte dos homens, lhe podia dar esperanças de reconstruir o edificio da sua fortuna.

— E a usura? disse placidamente Pastor.

Os outros sorriram. Junio Pastor era conhecido pelas suas extraordinarias prodigalidades, e pela absoluta dependencia em que se achava dos usurarios.

«Isso não era meio a que o edil recorresse,» tornou Aureliano. «Cecilio Metello era homem illustrado, bem aparentado em Roma e portanto de grande valimento, e a sua magistratura alcançara-lhe numerosa clientela. Nada poupou para conseguir o que era para elle e para seu filho a unica taboa de salvação, porém as suas diligencias foram baldadas por muitos annos.

«Entretanto Caio ia crescendo, e augmentava-se conhecidamente. Frequentava com aproveitamento as escholas de philosophia, dava-se assiduo aos exercicios do gymnasio, e ouvia com attenção as lições de seu pai, que lhe servia de mestre no que toca á educação moral. A sua indole predispunha-o extremamente ás espaçadas meditações: a pureza do céu de Marselha, a belleza de suas collinas, a amplidão do mar interior, que lhe banha as costas, tudo satisfazia a essas tendencias. Frequentes vezes o encontravam na praia, absorto em profundo scismar, e, quando o despertavam, ficava-lhe sempre uma impressão de tristeza, que muito custava a dissipar. Não se assustava com isso Cecilio Metello, e costumava dizer que dos moços que scismam se fazem os homens que pensam. Amavam-se extremosamente o pai e o filho, como succede a quem não tem por onde divida a sua afeição; póde portanto imaginar-se a dor de Caio quando, depois de muitos annos de diligencias perdidas, seu pai, já velho, e quebrado de enfermidades, sendo nomeado governador da Illyria, não pôde com a subita alegria que d'elle se apossou ao receber esta nova inesperada, e succumbiu ao jubilo, como outros succumbem á dor.

«Alguns dias depois d'este fatal acontecimento, Caio, tendo pago á memoria de seu pai o ultimo tributo do amor e da saudade, estava no *tablinum* da sua casa, ainda absorto na dor da irreparavel perda que soffrera, quando lhe entrou pela porta um magistrado que vinha, em nome dos credores de Cecilio Metello, tomar posse dos bens do fallecido. Caio ignorara sempre os apuros em que seu pai se tinha visto, mas as explicações que o magistrado se prestou a dar não lhe deixaram em breve a mais leve duvida. Levantou-se, e sahiu. Durante o resto do dia vagueou pela cidade, sem comprehender distinctamente a sua situação; chegada a noite, por um habito inveterado, encaminhou-se para o logar conhecido onde tantas horas lhe tinham corrido breves e esquecidas, e alli, enlevado no magico espectáculo que sempre lhe sorrira, esqueceu por alguns momentos as suas mágoas. Tão preocupado estava que não deu pela approximação de um homem que trajava o sago militar.



«Esse homem era eu. Centurião na legião de que sou hoje tribuno, ia ter com elle a Sirmium. De passagem por Marselha, dera-me na vista aquelle mancebo que todo o dia vagueara pela cidade, seguira-lhe os passos sollicito, e, não podendo refrear a curiosidade, chegava-me para o interrogar. Estaquei alguns instantes a contemplal-o. Caio contava apenas tres lustros, mas tudo nelle indicava um espirito já amadurado. As suas feições não eram bellas, mas distinguiam-se por incomparavel harmonia e suavidade, e esse moço esbelto e robusto, que hoje conheceis, era então um adolescente fragil, e de apparencia quasi feminil. O que ao principio fôra curiosidade ia-se-me transformando pouco a pouco num sentimento de inclinação compassiva, real e profundo. Os Deuses não me tinham levado alli em vão. Aquella fraqueza, aquelle desamparo estavam a chamar por um protector, e esse protector era meu destino sel-o eu.

«Toquei-lhe brandamente no hombro, e perguntei-lhe quem era. Elle respondeu, contando-me a sua historia. Propuz-lhe que me acompanhasse, offerecendo-lhe um leito na minha barraca e outro á minha meza. Ou os sentimentos que me animavam lhe inspiraram confiança ou a sua alma, inclinada ao bem, não sabia récear o mal. Aceitou sem hesitar, e partimos.

«Por esse tempo a republica achava-se em perigo. Os Germanos e os Francos accommettiam as Gallias pelo Rheno; os Godos e os Carpas invadiam a Mesia, a Thracia e a Macedonia; os Schytas surgiam no Euxino; Sapor occupava a Armenia, sujeitava a Syria e assenhoreara-se de Antiochia. Os Barbaros estavam animados pelas recentes victorias que tinham alcançado, e os Romanos começavam a duvidar de si. Foi então que Valeriano, soldado no qual se fundavam as mais vivas esperanças, tomou a purpura, e, conseguindo ficar sem competidor, empreendeu suster o vigoroso impeto da invasão, e encetou essa serie não interrompida de guerras, que ainda hoje duram, mau grado das tentativas pacificadoras de seu filho Gallieno. Epoque mais propicia para seguir fructuosamente a carreira das armas não a houve nunca, e, como a legião a que eu pertencia era sempre escolhida para defenza das fronteiras mais arriscadas, e entrava

nas mais aventureosas expedições, Caio Cecilio teve uma completa educação de soldado.

«Logo que a idade lh'o permittiu, alistou-se nos legionarios, e tal foi o seu comportamento militar, que, d'ahi a poucos annos, mereceu o pòsto de primipilo que eu, já então tribuno da nona legião, lhe conferi com toda a justiça. Na malfadada expedição contra os Persas, em que Valeriano cahiu no poder de Sapor, Caio ganhou a coroa castrense, e, naquella admiravel retirada que só o genio militar de um Balista podia effectuar, salvou-me a vida num combate de rectaguarda, conseguindo matar o inimigo que me accomettêra. Por essa occasião foi lhe enviada da parte do imperador a coroa civica, de todas as distincções a mais gloriosa.

«Apezar dos loiros tão vingados que em poucos annos soubera ganhar, Caio era sempre o mesmo homem, discreto no trato, ajuizado no conselho, sereno e valeroso no ataque, e, na interminavel guerra de emboscadas e traições, que fizemos aos Persas, de concerto com Odenath, principe de Palmyra, de quem haveis de ter ouvido fallar, continuou a gozar da amizade de seus camaradas e da estima respeitosa de seus superiores.

«Quando levantámos o cêrco a Pompeiopolis, succedeu-lhe encontrar no campo de batalha o pretor da Syria, L. Emilio Leto, que se batera como qualquer soldado, apezar da sua avançada idade, e fôra deixado por morto. Não o estava porém. Durante a sua demorada convalescença foram-lhe prestados por Caio todos os cuidados e carinhos de um filho extremoso, e, na hora da separação, o pretor era para elle como um segundo pai. D'ahi a algum tempo viemos ambos a Roma. Foi então que aqui vos encontrámos. Terminados os negocios a que vinha, voltei para o Oriente, mas Caio, que ainda não estava perfeitamente restabelecido das fadigas da ultima campanha, demorou-se, deixando-me partir na idea de que em breve voltaria para o exercito. Imaginai portanto a minha admiração quando, passados alguns mezes, recebi uma carta d'elle, em que me dizia que obtivera do imperador a renuncia ao seu pòsto, e que d'ahi em diante ficaria na Italia. Escrevi para Roma, e, em resposta, vieram-me,

a respeito d'aquella surprehendente resolução, as seguintes informações :

« Pouco tempo depois da minha partida, chegara a Roma, moribundo, Emilio Leto. Caio encontrara-o no leito da morte, e juncto a este Emilia, sua unica filha. Mal lhe bastara o tempo para receber as derradeiras palavras do pretor, e só quando se abriu o testamento é que soube do legado consideravel que elle lhe deixava. Os bens de Emilio Leto eram immensos, e a herança de sua filha pouco soffria com esta liberalidade. Caio não ousou desattender ás ultimas vontades do seu amigo, e acceitou o legado. Aplacada a primeira dor do apartamento, e levado pela curiosidade natural aos moços, viveu durante algum tempo essa vida ardente, occiosa e vagabunda, a que Roma convida quem a não conhece, e que tantas vezes prende os imprudentes que se deixaram arrastar a gozal-a. Ora no Portico de Livia, ora no theatro de Marcello, já no Circo Flaminio, tomando parte nas luctas das corridas, já assistindo aos jogos do Amphitheatro, passando as noites nas cêas, acompanhando os da sua idade ás caçadas, indo a Baias, a Tibur, a Antium, a todas essas residencias escolhidas pelos que querem furtar-se ao tumulto da cidade, chegou em breve ao fundo da taça d'esses prazeres ephemeros, que de certo lhe não bastavam.

« Entretanto iam-se-lhe estreitando os laços de amizade que o tinham unido a Emilia no leito de morte do pretor, e era ao pé d'ella que o mancebo procurava o repouso que pedia a sua vida turbulenta. Emilia era uma donzella casta e singelamente formosa, que se criara na sombra da casa paterna, defronte dos lares domesticos; porém a sua educação tinha sido muito cuidada, e o espirito adornava-se-lhe de todas as graças, assim como o coração de todas a virtudes. Pouco a pouco, o que ao principio fôra afeição e tendencia de almas que mutuamente se apreciavam, metamorphoseou-se para Emilia num amor que, se não era muito ardente e expansivo, nem por isso menos fundas raizes deitara, e Caio, que sempre fôra sujeito a exagerar as suas inclinações, illudiu-se a respeito da natureza dos sentimentos que ella lhe inspirava. Estavam nestes termos, e só a morte recente

de Emilio Leto os estorvava de contrahir um matrimonio a que pareciam presidir as divindades favoraveis, quando um acontecimento inesperado lhes veio mudar completamente os destinos.

«Estava um dia Caio no Campo Marcio em companhia de alguns amigos, que gastavam o tempo como hoje o gastastes, conversando e discutindo. Passavam-lhes por diante as ricas liteiras das *ingenuas*, os coches das honestas matronas, as cavalgadas luzidas, sem que os circumstantes lhe prestassem a menor attenção, quando sobreveio uma elegante liteira que, por certa apparencia de seriedade e decoro, se extremava de quantas a tinham precedido. Logo que a aperceberam, os do congresso interromperam a disputa, e voltaram os olhos para ella.

«— Por Venus!» disse um joven senador, «alta gloria cabe hoje ao Campo Marcio em possuir no seu recinto os agrados de Celia Apollinaris. E esta a segunda vez que a encontro depois da minha vinda de Baias. Que Deus lhe encaminharia os passos?

«— Quem é Celia Apollinaris?» perguntou Metello.

«— É a viuva de um illustre soldado que, por desgraça sua, morreu na Dacia ás mãos dos Barbaros, perdendo a mais bella das mulheres. Pouco tempo tinham gozado as delicias do seu matrimonio, e ha boas razões para crer que Celia não repugna a tentar nova experiencia. A sua roda é uma das mais escolhidas de Roma, e ella mostra-se tão pouco, é tão avara dos seus encantos que, estando tu aqui ha tantos mezes, só hoje tiveste occasião de a conhecer.

«Nesse meio tempo a liteira tinha parado. As cortinas estavam corridas e deixavam ver um formoso semblante. Caio e os seus aproximaram-se rapidos.

«O resultado d'este encontro, dizia-me o veterano a quem eu pedira noticias, foi que, nem naquelle dia nem nos que se lhe seguiram immediatamente, Emilia tornou a saber do teu amigo. Esperou algum tempo sem desconfiança, mas não faltou logo quem lhe contasse o caso adornado com particularidades imaginarias, que aqui são, como sabes, muito queridas dos sollicitos repetidores de novas; e, quando, passado o primeiro impeto da paixão que o assaltara de subito, Caio, cedendo ao sentimento

do dever, procurou a casa de Emilia, encontrou em vez da donzella, uma carta em que ella lhe annunciava a sua partida para uma propriedade que possui perto de Roma. Caio comprehendeu, e retirou-se. Do mais que tem succedido pouco te posso dizer, porque a minha vida não costea com a d'esses senhores com quem acompanha Cecilio Metello. Consta-me porém que se lhe vai o tempo todo a prestar homenagem aos encantos da nobre Celia, que é, em verdade a mais bella mulher que ainda vi; mas até hoje não parece que o seu amor seja correspondido. Penalisa-me ver interrompida d'este modo uma carreira tão bem encetada, e entendo que só a tua amizade ou algum acontecimento imprevisto poderá desviar Cecilio Metello do miseravel caminho por onde agora segue. Comtudo, se o seu destino é perecer ás mãos de alguma Venus de *cubiculo*, mais vale que sejam estas que acabem com elle.

(Continúa) **LUIZ GARRIDO.**

#### ERRATAS DA BIBLIOGRAPHIA

Pag. 44, linha 23 — onde se lê: 30 de agosto de 1868 — deve ler-se: 30 de agosto de 1808.

Pag. 48, linha 16 — onde se lê: Fundão — deve ler-se: Figueiró dos Vinhos.

## PUBLICAÇÕES RECENTES

---

*Antoine de Laval et les Écrivains bourbonnais de son temps*, par H. Fause. Moulins, Chez Martial, 1870, 8.º, 2.ª edit. n, 477 pag.

*De Maritima Veterum Hispania a Sacro Promontorio ad Pyrenæos usque montes addita maritimæ fabula, Thesim Claromontensi Litterarum facultati proponebat.* H. Fause. Morinis, apud Martial, 1870, 8.º, 131 pag., 1 cart.

*Curso de Meteorologia*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1869, 8.º, 155 pag.

*Tratado Elementar de optica*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1874, 8.º, 396 pag.

*Introdução á Sciencia das Finanças*, estudos ordenados e redigidos segundo as prelecções que o sr. dr. Mendonça Cortez fazia na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1871 a 1872 por Candido de Figueiredo, bacharel formado em Direito, Socio do Instituto de Coimbra, da Commissão nacional dos orientalistas de Paris e da dos orientalistas de Londres, etc. (Fasciculo I). Coimbra — Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 101 pag.

---

## EXPEDIENTE

Por absoluta falta de espaço não entram neste n.º alguns artigos da redacção, que já estão compostos, nem começámos ainda a publicação de uma serie de interessantes artigos do nosso distincto collaborador, o sr. Thomaz Ribeiro. Releve-se-nos a demora involuntaria.

REDACTORES

REDACTORES

Candido de Figueiredo

Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata

Dr. João Jacintho da Silva Corrêa

Dr. João José de Mendonça Cortez

Dr. Joaquim José Paes da Silva Junior

Dr. Julio Marques de Vilhena

Dr. Luiz da Costa e Almeida.

EXEQUIENTE

For absolute falta de espaço não entra mais n.º alguns artigos de redacção, e não é possível publicar mais artigos de interesse geral. O Sr. Editor Ribeiro...

# O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

XVIII ANNO — FEVEREIRO DE 1874

---

SEGUNDA SERIE — N.º 10

CONDIÇÕES DE ASSIGNATURA

---

Em Coimbra, por meio da Imprensa da Universidade.  
Nas outras cidades, por meio das respectivas Imprensas.  
Para fora do Reino, por meio das respectivas Imprensas.  
A correspondência litteraria deve ser dirigida ao Director do Instituto, a administração e gerencia ao Gabinete do Instituto.  
Instituto Litterario

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE



## SUMMARIO

|                                                                                                                                  | Pag. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| FAZENDA PUBLICA DE PORTUGAL EM 1874-75 — por M. C. . .                                                                           | 145  |
| ASSIMILAÇÃO VEGETAL — por A. V. de Oliveira David . . . .                                                                        | 161  |
| QUADROS DA VIDA ROMANA — por Luiz Garrido . . . . .                                                                              | 171  |
| CHRONICA — por Candido de Figueiredo . . . . .                                                                                   | 186  |
| BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA<br>NOS ANNOS DE 1872 E 1873 — por A. M. Seabra d'Albu-<br>querque . . . . . | 189  |

---

---

## CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

|                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------|--------|
| Em Coimbra, por anno, ou 12' numeros . . . . .            | 1\$500 |
| Numero avulso . . . . .                                   | 160    |
| Para fóra de Coimbra, accresce o importe das estampilhas. |        |

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. Mendonça Cortez; a de administração e gerencia ao gabinete do Instituto, Coimbra.

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

### FAZENDA PUBLICA DE PORTUGAL EM 1874-75

#### ADVERTENCIA

Com este titulo vamos expor as observações que nos suggeriu a confrontação do orçamento geral do estado para o exercicio de 1874-75 com os *pareceres* e *discursos* a que elle deu logar nas duas casas do parlamento portuguez, e com as disposições da lei que ultimamente legalizou a receita e a despesa publica.

Para facilitar aos leitores a intelligencia das indicações, que vão seguir-se, esbocemos rapidamente os documentos que a cada passo teremos de citar.

#### I

### Orçamento geral do estado para 1874-75

Este documento, que fórma um grande volume em folio de XXIII-562 paginas nitidamente impresso<sup>1</sup>, foi na fórma prescripta pelo regulamento geral de contabilidade em vigor<sup>2</sup>, artigos 23.º e 24.º, organizado em diferentes epochas pelo actual ministro da fazenda, conselheiro Antonio de Serpa Pimentel.

Em 24 de outubro de 1873 foram organizados os *mappas da receita do estado e observações respectivas*; p. 1 a 47.

Em 30 de novembro do mesmo anno foi organizado o *Resumo do Orçamento geral para o exercicio 1874-75*; p. XXII e XXIII. Neste Resumo o ministro da fazenda centralizou os seguintes orçamentos especiaes da despesa e documentos respectivos:

<sup>1</sup> Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

<sup>2</sup> Approvado por decreto de 4 de janeiro de 1870.

a) *Junta do credito publico*, organizado em 8 de outubro de 1873 pelo mesmo ministro da fazenda; p. 51 a 58;

b) *Ministerio dos negocios da Fazenda*, organizado no mesmo dia pelo mesmo ministro; p. 59 a 120;

c) *Ministerio dos negocios do Reino*, organizado pelo actual ministro respectivo, conselheiro Antonio Rodrigues de Sampaio, em 30 de outubro de 1873; p. 121 a 207;

d) *Ministerio dos negocios Ecclesiasticos e de Justiça*, organizado pelo actual ministro, conselheiro Augusto Cesar Barjona de Freitas, em 4 de novembro de 1873; p. 209 a 269;

e) *Ministerio dos negocios da Guerra*, organizado pelo actual ministro da Guerra e presidente do Conselho, conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, em 4 de novembro de 1873; p. 271 a 307;

f) *Ministerio dos negocios da Marinha e Ultramar*, organizado pelo actual ministro da marinha, conselheiro João de Andrade Corvo, em 28 de outubro de 1873; p. 309 a 357;

g) *Ministerio dos negocios Extrangeiros*, organizado pelo actual ministro dos estrangeiros, o mesmo conselheiro, em 17 de outubro de 1873; p. 359 a 370;

h) *Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*, organizado pelo actual ministro, conselheiro Antonio Cardoso Avelino, em 24 e 28 de novembro de 1873; p. 371 a 435.

Os documentos especiaes são:

a) relativos ao Ministerio da Fazenda:

1) *Orçamento da camara dos dignos Pares do Reino*, organizado em 1 de setembro de 1873 pelo conselheiro Diogo Augusto de Castro Guimarães; p. 441 a 444;

2) *Orçamento da camara dos senhores Deputados*, organizado pelo director geral, José Ferreira da Costa, em 7 de agosto de 1873; p. 445 e 446;

3) *Orçamento da Junta do credito publico*, organizado pela mesma Junta em 10 de setembro de 1873; p. 447 a 452;

4) *Nota demonstrativa do movimento das classes inactivas em 1872-73*, organizado pelo chefe de repartição, Sebastião José Pedroso, em 30 de agosto de 1873; p. 453;

5) *Mappa do rendimento das pontes e barcas de passagem a cargo dos Proprios Nacionaes*, organizado pelo chefe da repartição, Marcelino Augusto Leite, em 28 de julho de 1873; p. 454;

b) relativos ao Ministerio do Reino:

1) *Orçamento da receita e despesa da Imprensa Nacional* para 1874-75, organizado pelo Administrador geral, Firmo Augusto Pereira Marécós, em 6 de outubro de 1873; p. 457 a 459;

2) *Resumo do Orçamento da receita da Imprensa da Universidade* para 1874-75, organizado pelo Administrador, Olympio Nicolau Ruy Fernandes; p. 460;

3) *Orçamento da receita e despesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa* para 1874-75, organizado pelo secretario geral, José Maria Latino Coelho; p. 461 a 463;

4) *Orçamento da receita e despesa do hospital das Caldas da Rainha* para 1873-74, organizado pelo Administrador, Francisco Antonio de Rezende; p. 464 a 472;

5) *Orçamento da receita e despesa da misericordia de Lisboa* para 1874-75, pelo Provedor Conde de Rio Maior, em 22 de outubro-novembro de 1873; p. 473 a 485;

6) *Orçamento da receita e despesa do hospital de S. José* para 1874-75, pelo Enfermeiro-Mór, Antonio José Torres Pereira; p. 487 a 505;

7) *Orçamento da receita e despesa da casa pia de Lisboa* para 1874-75, pelo Provedor Carlos Maria Eugenio de Almeida, em 30 de setembro de 1873; p. 507 a 517;

8) *Orçamento da receita e despesa dos recolhimentos de Lisboa* para 1874-75, em 30 de setembro de 1873, pelo Provedor Antonio Cabral de Sá Nogueira; p. 518 a 525;

c) relativo ao Ministerio da Guerra:

*Resumo do Orçamento da receita propria d'este ministerio* para 1874-75, organizado pelo ministro da guerra, conselheiro Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, em 8 de outubro de 1873, p. 529;

d) relativo ao Ministerio dos Estrangeiros:

*Nota da receita dos consulados de 1.ª classe* em 1872-73, organizada pelo chefe de repartição, Augusto Carlos da Costa Camarate, em 17 de outubro de 1873; p. 533;

- e) relativos ao Ministerio das Obras Publicas:
- 1) *Resumo do Orçamento da receita das matas do reino para 1874-75*, organizado pelo Administrador geral, Ernesto de Faria, em 20 de outubro de 1873; p. 537;
  - 2) *Resumo do Orçamento da receita do caminho de ferro americano dos pinhaes de Leiria para 1874-75*, organizado pelo director Carlos Augusto de Abreu, em 6 de agosto de 1873; p. 538;
  - 3) *Resumo do Orçamento dos telegraphos e pharoes do reino para 1874-75*, organizado pelo director Valentim do Rego, em 11 de outubro de 1873; p. 539;
  - 4) *Resumo do Orçamento dos correios e postas do reino para 1874-75*, organizado pelo chefe de repartição, Carlos José da Mata Veiga, em 10 de outubro de 1873; p. 540;
  - 5) *Resumo do Orçamento do Instituto industrial e commercial de Lisboa para 1874-75*, organizado pelo chefe de repartição Pedro Roberto Dias da Silva, em 9 de setembro de 1873; p. 541;
  - 6) *Resumo do Orçamento da quinta regional de Cintra para 1874-75*, organizado pelo mesmo chefe, e na mesma data; p. 542.
  - 7) *Resumo do Orçamento do Instituto geral de agricultura para 1874-75*, organizado pelo mesmo funcionario, e no mesmo dia; p. 543;
  - 8) *Resumo do Orçamento dos caminhos de ferro de norte e leste para 1874-75*, organizado pelo director geral H. Gomes da Palma, em 9 de outubro de 1873; p. 544;
  - 9) *Resumo do Orçamento do caminho de ferro do sueste para 1874-75*, organizado pelo chefe de repartição Pedro Roberto Dias da Silva, em 25 de novembro de 1873; p. 545.

Posteriormente, em 4 de janeiro de 1874 o ministro da fazenda de certo sobre estes elementos organizou os seguintes documentos, que na fórma da lei<sup>1</sup> acompanham aquelles e completam o documento official a que se dá o nome de *Orçamento geral do Estado*.

- a) *Relatorio sobre o estado da fazenda publica para o exercicio de 1874-75*; p. III a V;
- b) *Mappa comparativo da receita e despesa do estado*, segundo

<sup>1</sup> Regul. ger. de contabil., cit., art. 26.º

o orçamento e propostas para 1874-75, e segundo as leis de receita e despesa para o exercicio de 1873-74; p. VII e VIII;

c) *Proposta da lei de receita* para o exercicio de 1874-75; p. IX e X;

d) *Mappa de desenvolvimento* d'esta proposta de lei; p. XI a XV.

e) *Proposta de lei de despesa*, para o exercicio de 1874-75; p. XVI e XVII;

f) *Mappa de desenvolvimento* d'esta proposta de lei; p. XVIII e XIX;

g) *Mappa da despesa extraordinaria* para o exercicio de 1874-75; p. XX.

São estes os documentos comprehendidos no importante diploma financeiro, geralmente conhecido pelo nome de *Orçamento geral do Estado*, e de que são como que os elementos.

Da enumeração que fizemos, facilmente se vê que estes documentos se dividem naturalmente em tres grupos, cada um dos quaes pertence a uma *epocha* diversa da organização orçamental; como que *camadas* do orçamento, que se sobrepõem á medida que se vão formando:

a) *Documentos peculiares* dos estabelecimentos publicos, que desenvolvem, justificam, e são a base dos orçamentos especiaes dos ministerios.

São os primeiros na serie chronologica, e os ultimos na paginação orçamental. Encontram-se no presente orçamento desde p. 441 em seguida;

b) *Orçamentos especiaes da Junta e de cada ministerio*, organizados pelos respectivos ministros na fórma da lei<sup>1</sup> sobre os documentos peculiares dos estabelecimentos publicos. Evidentemente são estes posteriores aos *documentos peculiares* na successão chronologica, pois que d'elles emanam; mas vêm primeiro na serie orçamental, porque são a sua synthese. Encontram-se no orçamento que estudamos, desde p. 1 a p. 440;

<sup>1</sup> Regul. ger. de contabil., cit., art. 22.º, 23.º, 158.º

c) *Relatorio e propostas de receita e despesa*, organisados pelo ministro da fazenda, que *centralisa*, na phrase da lei, todos esses elementos anteriores: por isso mesmo vêm depois d'elles na ordem chronologica, mas são os primeiros de todos na serie orçamental de que formam como que o *prologo*, ou os *resultados geraes*. No presente orçamento encontram-se de p. III a XXIII.

Os segundos, *orçamentos especiaes dos ministerios*, com a sua *synthese*, *Resumo*, formam rigurosamente o *orçamento geral* como o descreve o regulamento de contabilidade, no artigo 23.<sup>o</sup><sup>1</sup>, que reproduziu, explanando<sup>2</sup>, o artigo 26.<sup>o</sup> do anterior regulamento de contabilidade, de 12 de dezembro de 1863, como este, vertendo em vulgar o artigo 31.<sup>o</sup> do regulamento de contabilidade publica francez de 1862<sup>3</sup>, havia preenchido a lacuna que nesta parte da contabilidade deixava o § unico do artigo 4.<sup>o</sup> do anterior regulamento de 10 de novembro de 1849.

Os terceiros, *relatorio e propostas*, formam um *appenso*, *accessorio*, segundo a lei<sup>4</sup>, mas que realmente o uso e a practica parlamentar têm transformado na parte mais importante do orçamento do estado, naquella sobre que mais directamente recae o estudo e critica dos corpos legislativos; e com razão, pois que é

<sup>1</sup> Cada um dos ministros e secretarios d'estado organisa annualmente o orçamento do respectivo ministerio. O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda organisa o da junta do credito publico, o dos encargos geraes e o do serviço proprio do seu ministerio, e centralizando os orçamentos dos demais ministerios, adiciona-lhes o da receita, completando assim o orçamento geral do estado. (Art. 23.<sup>o</sup> do regul. ger. de contabil. cit.)

<sup>2</sup> Em quanto á junta do credito publico e encargos geraes.

<sup>3</sup> Decr. de 31 de maio de 1862, que approvou o regulamento de contabilidade elaborado desde 19 de novembro de 1858 até esse anno por uma commissão presidida pelo illustre financeiro practico Audiffret, para rever, corrigir e ampliar o antigo regulamento de 31 de maio de 1838.

<sup>4</sup> O orçamento geral do estado acompanhado das respectivas propostas de lei para a auctorisação das receitas e fixação das despesas, será... (apresentado á camara dos deputados nos primeiros quinze dias depois de constituida.) Regul. ger. de contabil., cit. art. 24.<sup>o</sup> Este artigo reproduziu as disposições dos artigos 27.<sup>o</sup> a 29.<sup>o</sup> do regul. de 12 de dezembro de 1863, nesta parte pouco claro quando se comparam estes artigos com o 19.<sup>o</sup>

como o *remate*, as *conclusões practicas* que o ministro da fazenda tira das indicações orçamentaes.

Sem duvida que a 3.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> parte são apenas calculos, mais ou menos bem fundados, das receitas e despesas publicas geraes ou especiaes, pois que todo o orçamento é apenas um *cauculo*; mas distinguem-se realmente entre si, pois que:

Na 1.<sup>a</sup> apparecem os calculos *singulares* e *especiaes*, mas partindo todos da hypothese de que no exercicio a que se referem continuarão a vigorar as leis da actualidade;

Na 2.<sup>a</sup> apparecem os calculos orçamentaes por ministerios, baseados sobre os primeiros calculos, e partindo da mesma hypothese;

Na 3.<sup>a</sup>, porém, formulam-se os calculos geraes e especiaes sobre os primeiros e segundos e a sua modificação em conformidade das propostas que o ministro da fazenda julga convenientes em face das necessidades publicas ou das tendencias do seu espirito. Os calculos d'esta parte devem pois ser a *synthese* dos da segunda e a sua *adaptação* ás necessidades provaveis do estado no exercicio a que o orçamento se refere.

É por isso que os ministros da fazenda desde largos annos, particularmente desde 1840<sup>1</sup>, tem usado formar o orçamento do estado de duas partes distinctas, não fallando na que contém os *documentos especiaes*, que é muito variavel<sup>2</sup>. Na primeira d'ellas calculam quaes seriam a receita e despesa publicas, se fossem acceitas pelo poder legislativo as modificações que propõem ás leis em vigor; na segunda calculam a mesma receita e despesa, suppondo que essas leis continuassem em vigor durante o exercicio a que se refere o orçamento.

Ha muitos annos offerecem, pois, os nossos orçamentos dois calculos da receita e da despesa, que podem coincidir, se o ministro entende que nenhuma alteração se deve fazer nas leis vi-

<sup>1</sup> Foi de certo esta uma das melhores consequencias do decreto de 30 de dezembro de 1839. (Collecç. L. de 1840, p. 9.)

<sup>2</sup> Nuns orçamentos vem immediatamente logo depois do relatorio do ministro da fazenda e intercalada com as *propostas*; noutros vem no fim. Nuns contém poucos documentos, noutros muitos.



gentes; mas que ordinariamente divergem, ou porque ha sempre alterações mais ou menos profundas que fazer nas leis, em virtude dos progressos da civilisação e natural desenvolvimento dos estados, ou porque as circumstancias supervenientes, permittindo que se conserve o fundo da instituição, exigem comtudo que se altere a sua applicação.

## II

### Pareceres e discussão do Orçamento

O orçamento geral do estado de 1874-75 foi apresentado na camara dos senhores deputados na sessão de 5 de janeiro d'este anno<sup>1</sup>, e enviado para ser distribuido á dos dignos pares do reino na de 13 do mesmo mez<sup>2</sup>, sendo logo remettido na primeira camara á respectiva commissão de fazenda<sup>3</sup>, para dar o seu parecer, que effectivamente deu no dia 9 de fevereiro seguinte, só em quanto ao orçamento geral da despesa, sendo relator o sr. Mamede.

Este parecer, em que a commissão fazia algumas modificações na respectiva proposta de lei do ministro da fazenda<sup>4</sup>, entrou porém só em discussão no dia 3 de março<sup>5</sup>, protrahindo-se até 14

<sup>1</sup> Na respectiva acta d'esta sessão se diz que o orçamento é para o *anno economico* de 1874-75, seguramente por equivoco do seu redactor; pois que os orçamentos actualmente não são por annos economicos, como se usou até 1863, mas por exercicios. (*Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, 1874, p. 5, col. 1.º)

<sup>2</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Pares*, 1874, p. 5, col. 1.º

<sup>3</sup> Reconduzida da sessão anterior na sua maioria e composta dos senhores Carlos Bento da Silva, presidente, José Dias Ferreira, José de Mello Gouveia, Antonio José de Barros e Sá, Joaquim José Gonçalves de Mattos Correia, José Maria dos Sanctos, Antonio Maria Barreiros Arrobas, Jacintho Antonio Perdigão, Antonio José Teixeira, Joaquim Gonçalves Mamede, Placido Antonio da Cunha e Abreu.

<sup>4</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit. p. 599 e s.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 615, col. 1.º

do mesmo mez<sup>1</sup>, em que foi definitivamente approvado mediante leves alterações no projecto da commissão<sup>2</sup>.

Na sessão do dia 3 de março, posto em discussão o capitulo 1.º do orçamento da Junta do credito publico, encetou o debate sobre o parecer da commissão o sr. deputado *Carlos Bento*, mostrando o que têm custado ao paiz os seus melhoramentos materiaes, os progressos da divida publica portugueza, a necessidade de crear nova receita á medida que os encargos se augmentam, a obscuridade com que o orçamento de 1874-75 está redigido em quanto aos encargos da divida publica, e em fim a conveniencia que teria havido em que o ultimo emprestimo nacional dos 38.000:000\$000 réis tivesse sido em titulos de padrão superior a 3 por cento<sup>3</sup>.

Respondeu-lhe em breves palavras o sr. *ministro da fazenda*, concordando na necessidade de não augmentar a divida publica, demonstrando a conveniencia de ser escripturada como receita effectiva a dos titulos na posse da fazenda, e concordando em fim na vantagem de novo padrão de juros, com quanto declarasse que o governo não sentia necessidade de contrahir mais divida<sup>4</sup>.

Esta resposta agradeceu o sr. *Carlos Bento*, notando levemente que ella o não convencera<sup>5</sup>.

Seguiu-se o sr. *Francisco Mendes*, instando porque á camara fosse remettida a copia do contracto matrimonial da senhora D. Maria II e do senhor D. Fernando<sup>6</sup>.

Depois do que a camara approvou *sem discussão* os restantes capitulos do orçamento da Junta do credito publico, da mesma forma que os capitulos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do orçamento do ministerio da fazenda<sup>7</sup>.

Posto em discussão o capitulo 6.º, o sr. *Mariano de Carvalho* annunciou querer interrogar a commissão de fazenda ácerca d'uma

<sup>1</sup> Ibid., p. 753, col. 1.ª

<sup>2</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Pares*, cit. p. 175, col. 1.ª

<sup>3</sup> Ibid., p. 615, col. 1.ª

<sup>4</sup> Ibid., p. 616, col. 2.ª

<sup>5</sup> Ibid., p. 617, col. 1.ª

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

observação que se lê <sup>1</sup> no seu parecer sobre o ministerio da fazenda artigo 10.º, secção 3.ª <sup>2</sup>, e o sr. *Rodrigues de Freitas*, pediu que o debate ácerca da dotação do senhor Infante D. Augusto fosse separado d'aquelle orçamento geral <sup>3</sup>, approvando a camara em seguida *sem discussão* os capitulos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º d'este ministerio <sup>4</sup>.

A proposito do capitulo 10.º o sr. *Mariano de Carvalho* pediu á commissão de fazenda os esclarecimentos, a que na primeira vez que fallara se havia referido, ácerca do modo de pagar ao porteiro da camara dos deputados <sup>5</sup>.

Respondeu-lhe o sr. *Arrobas*, como relator, ponderando que a commissão entendera dever eliminar o ordenado do porteiro da secretaria, supprimido pelo decreto de 9 de setembro de 1868, pela razão de ter morrido o porteiro da sala, que estava em exercicio <sup>6</sup>.

Instando, porem, o sr. *Mariano de Carvalho*, não satisfeito com esta resposta, e renovando a pergunta como se pagaria ao porteiro da secretaria se não passasse a porteiro da sala <sup>7</sup>, de novo o sr. relator, *Arrobas*, respondeu, limitando-se a afirmar que a commissão entendera dever supprimir o ordenado do empregado por não ser comprehendido no quadro <sup>8</sup>.

A isto o sr. *Mariano de Carvalho* redarguiu, repetindo que a resposta o não satisfazia, e instando na pergunta donde sahiria a verba para pagar ao porteiro da secretaria se não fosse nomeado porteiro da sala <sup>9</sup>.

A esta interrogação, extremamente logica, nem o governo nem a commissão responderam, como aliás deviam.

Com este incidente findou a discussão do ministerio da fazenda

<sup>1</sup> Ibid., p. 606.

<sup>2</sup> Ibid., p. 617, col. 1.ª

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid.

passando a Camara ao orçamento do ministerio do reino, cujos capitulos 1.º e 2.º approvou logo *sem discussão* <sup>1</sup>.

Tractando-se do capitulo 3.º, *Supremo tribunal administrativo*, o sr. *Wanzeller* propoz e sustentou brevemente que ao conselheiro de estado José Silvestre Ribeiro fosse abonado o vencimento que percebia antes do decreto de 9 de junho de 1870 <sup>2</sup>.

Foi esta proposta admittida e enviada á commissão de fazenda, approvando a Camara desde logo *sem mais discussão* o mesmo capitulo 3.º, bem como os capitulos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º <sup>3</sup>.

Passando-se ao capitulo 9.º, *Instrucção publica*, propoz o sr. *Pires de Lima* que os ordenados dos professores e professoras de instrucção primaria fossem elevados a 100\$000 réis, e que a verba das inspecções escholares fosse elevada de 5:522\$340 réis a 10:000\$000 réis, fazendo o mesmo sr. brevissimas considerações para sustentar estas propostas, que foram admittidas, sendo a primeira d'ellas tambem assignada pelos srs. *Pinto Bessa*, *Luiz de Campos*, *Francisco d'Albuquerque*, *Paes Villas-Boas*, *Mariano de Carvalho* e *Alfredo Rocha Peixoto* <sup>4</sup>.

Respondendo a estas propostas, o sr. *Ministro do Reino* limitou-se a asseverar que sympathisava com uma e com outra, e que se occuparia d'essê assumpto na reforma que projectava apresentar á camara na sessão seguinte de 1875 <sup>5</sup>.

Agradeceu a resposta o sr. *Pires de Lima*, e instou pela elevação da verba para inspecções, indispensavel aliás pois que a reforma projectada deveria assentar sobre grande copia de esclarecimentos <sup>6</sup>.

O sr. *Luiz de Campos*, que teve a palavra em seguida, agradeceu tambem a resposta do ministro, a quem felicitou pela promettida reforma de instrucção publica <sup>7</sup>.

<sup>1</sup> Ibid.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid., pag. 618, col. 1.ª

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

Nisto terminou a discussão do orçamento do ministerio do reino approvando a camara *sem discutir* os restantes capitulos d'esse ministerio <sup>1</sup>.

O mesmo teve logar com os capitulos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do ministerio das *Obras Publicas*, que se seguiu na discussão, mas que não foi discutido <sup>2</sup>.

Só a proposito do capitulo 10.º, *Direcção geral dos correios e postas*, o sr. *Pires de Lima* propoz que a verba do 54:909\$900 réis, destinada para os directores e distribuidores dos circulos postaes de Lisboa, Porto e Coimbra, fosse elevada a 57:000\$000 réis, e sustentou esta proposta, que era da iniciativa do illustre deputado, hoje fallecido infelizmente, Santos e Silva, invocando o espirito das reformas operadas pelos decretos de 27 de outubro de 1852, 30 de dezembro de 1864 e 12 de novembro de 1869 e as necessidades urgentes dos funcionarios do correio <sup>3</sup>.

Respondeu-lhe o sr. *Ministro das Obras Publicas*, concordando em que a remuneração dos empregados das obras publicas é insufficiente e acceitando a proposta com tanto que em vez de ser inscripta como *verba de despesa* no orçamento ficasse para ser preenchida pelas sobras que haveria nos outros capitulos <sup>4</sup>.

Declarando o sr. *Pires de Lima*, conformar-se com esta alteração na sua proposta <sup>5</sup> a camara *sem maior discussão* approvou o resto do orçamento d'este ministerio <sup>6</sup>.

Entrou em discussão em seguida o orçamento da despesa extraordinaria usando da palavra o sr. *Bandeira Coelho*, que perguntou ao sr. ministro das obras publicas se mandaria estudar a estrada de Vizeu ao Porto ou a de S. Pedro do Sul a Macieira de Cambra, instando porque pelo menos se estudassem 8 ou 9 kilometros, com o que muito utilisariam os povos <sup>7</sup>.

<sup>1</sup> Ibid.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid., p. 619, col. 1.ª

<sup>5</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

A isto respondeu o sr. *ministro*, lastimando a anarchia dos trabalhos da viação publica, a insufficiencia do pessoal, promettendo mandar fazer os estudos pedidos, e asseverando que, se apresentar algum plano de reforma no pessoal tecnico das obras publicas, incluirá nesse plano a disposição «que os estudos de viação geral sejam incumbidos a uma determinada classe de engenheiros, para os seguirem segundo um plano uniforme» <sup>1</sup>.

Agradecen esta promessa o sr. *Bandeira Coelho*<sup>2</sup>, e a camara approvou sem mais *delongas nem discussão* o resto d'este orçamento, e os capitulos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do ministerio da guerra <sup>3</sup>.

Apenas a proposito do capitulo 10.º, *Diversas despesas*, o sr. *Pinheiro Borges* propoz que a camara votasse a verba de 500,000 réis para o estabelecimento de uma eschola practica do batalhão de engenharia <sup>4</sup>.

Admittida esta proposta, a camara sem se *deter em discutir* approvou os restantes capitulos <sup>5</sup>, passando desde logo á discussão do ministerio da justiça, cujo capitulo 1.º foi approvado *sem discussão* <sup>6</sup>.

A proposito do capitulo 2.º, *Dioceses do Reino*, o sr. *Pires de Lima*, propoz que no orçamento fossem elevados, pelas breves razões que adduziu, os honorarios do vigario geral de Lisboa de 900,000 réis a 1:600,000 réis, que era anteriormente ao decreto de 12 de novembro de 1869 <sup>7</sup>.

Respondeu-lhe o sr. ministro da justiça acceitando a proposta, e conformando-se com as razões ponderadas <sup>8</sup>.

Depois do ministro o sr. *Barros e Sá* declarou acceitar e approvar a proposta *como membro* da commissão de fazenda <sup>9</sup> e foi

<sup>1</sup> Ibid., p. 620, col. 1.ª

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid., col. 1.ª e 2.ª

<sup>6</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>7</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid.

esta em seguida approvada com o capitulo 2.º, passando a camara á discussão do capitulo 3.º, *Supremo Tribunal de Justiça*. Então o sr. *Ornellas*, notando a precipitação com que a camara estava procedendo, propoz que a disposição legal que regulou as congruas do clero do Funchal em 1873-74 continuasse em vigor para 1874-75<sup>1</sup>.

Admittida esta proposta, apezar do capitulo já estar votado, o sr. *Mariano de Carvalho*, propoz que do orçamento do ministerio das obras publicas, capitulo 7.º, artigo 9.º, secção 5.ª<sup>2</sup>, *Diversas obras*, fossem eliminadas as palavras «*igrejas parochiaes*»<sup>3</sup>.

Admittida esta proposta, embora o orçamento d'aquelle ministerio já tivesse sido votado, foram approvados *sem discussão* os capitulos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º<sup>4</sup>.

No capitulo 7.º «*sustento de presos e policia das cadeias*» o sr. *Luciano de Castro* propoz que o ordenado do director da casa de detenção e correcção no antigo convento das Monicas fosse elevado a 400\$000 réis<sup>5</sup>, e sendo essa proposta admittida, o sr. *Arrobas* pediu que todas as propostas, que involvessem augmento de despeza, fossem remettidas á commissão de fazenda, para que a camara não votasse sem consciencia e por surpresa, como ao orador acabava de acontecer. Referia se o sr. *Arrobas* á votação da proposta do sr. *Pires de Lima* para augmentar os honorarios do vigario geral do patriarchado<sup>6</sup>.

O sr. presidente da camara observou ao orador que todas as propostas approvadas o haviam sido depois de acceitas pela commissão e pelo governo<sup>7</sup>; o sr. *Arrobas* negou que a commissão de fazenda tivesse ido de accordo com esse augmento de despeza<sup>8</sup>,

<sup>1</sup> Ibid., p. 621, col. 1.ª

<sup>2</sup> Orçam. geral, 1874-75, p. 404.

<sup>3</sup> Diar. das sess. da Cam. dos Deput. cit., p. 621, col. 1.ª

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid.

ao que o sr. presidente respondeu que um membro da commissão havia declarado estar de accordo <sup>1</sup>.

Era evidente o equívoco da meza, tomando a declaração d'um membro da commissão, que não era o relator, pela mesma declaração da commissão.

Depois d'este incidente votou a camara *sem discutir* os capitulos 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e o orçamento da despesa extraordinaria d'este ministerio <sup>2</sup>.

Passou em seguida ao orçamento do ministerio da marinha, cujos capitulos 1.º e 2.º foram tambem approvados *sem ser discutidos* <sup>3</sup>.

A proposito porém do capitulo 3.º, *Tribunaes e diversos estabelecimentos*, o sr. *Arrobas* pediu que a camara fosse consultada sobre se queria rectificar a votação (a relativa á proposta do sr. *Pires de Lima*) para que a proposta voltasse á commissão, pois que o assumpto era grave, e o orador duvidava do resultado do voto <sup>4</sup>.

Seguiu-se o sr. *Pires de Lima* e asseverando que a proposta era justa, e que estava prompto a sustental-a <sup>5</sup>, e o sr. presidente observando que ella havia sido votada como o resto do orçamento <sup>6</sup>; o sr. *Arrobas* porém insistiu para que a camara se pronunciasse se queria ou não rectificar a sua anterior votação <sup>7</sup>.

Então expondo o sr. presidente á camara o assumpto de que se tractava <sup>8</sup>, e o sr. *Arrobas* requerendo votação nominal sobre se deveria haver ou não rectificação <sup>9</sup>, o sr. *Luciano de Castro* perguntou á presidencia de que se tractava e declarou que se opporia a nova votação, visto ninguem suspeitar da probidade e imparcialidade da meza <sup>10</sup>.

<sup>1</sup> Ibid.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.



Em seguida, recapitulando o sr. presidente o que se havia passado, que o sr. *Pires de Lima* fizera uma proposta que havia sido aceita por parte da comissão de fazenda e pelo governo, e que fora approvada pela camara como o resto do orçamento; declarou que ia submeter á votação a proposta do sr. *Arrobas*<sup>1</sup>.

Apressou-se este a declarar que nenhuma suspeita poderia ter ácerca da meza<sup>2</sup>; e o sr. *Pires de Lima*, usando ainda da palavra, fez notar que não havia proposto augmento de despeza, pois que o augmento de verba que propozera já se achava nos orçamentos redigidos anteriormente a 12 de novembro de 1869<sup>3</sup>.

Depois d'estas explicações, a camara decidiu que não houvesse a votação nominal requerida pelo sr. *Arrobas*, e que se não rectificasse a votação da proposta do sr. *Pires de Lima*<sup>4</sup>.

Era evidente que o equívoco da meza arrastava consigo a maioria da camara a não desfazer, por falsa coherencia, um erro de facto.

Depois d'esse incidente, que melhor fôra não se ter dado, a camara votou sem discutir os capitulos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do ministerio da marinha, o orçamento da despeza extraordinaria do mesmo ministerio, e os 7 capitulos do ministerio dos estrangeiros, ficando assim approvado na generalidade e especialidade o parecer da comissão de fazenda em quanto á despeza do estado, salvas as propostas que haviam sido aceitas pela camara e enviadas á mesma comissão para sobre ellas dar o seu parecer<sup>5</sup>.

(Continúa).

M. C.

<sup>1</sup> Ibid.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid., p. 622, col. 1.ª

<sup>5</sup> Ibid.

## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

### ASSIMILAÇÃO VEGETAL

(Continuado do n.º 9, pag. 115)

#### CAPITULO III

##### I

O azoto é um elemento que bem podia penetrar isolado no organismo vegetal. A sua fraca energia chimica e as suas propriedades, que todas podem dizer-se negativas, seriam segura garantia para a vida da planta, cuja existencia por certo não perigaria com a presença d'este elemento.

Effectivamente não sabemos que auctor algum tenha posto em duvida a entrada nos vegetaes do azoto que existe livre no ar; mas d'ahi a afirmar a fixação d'este corpo, nesse estado de liberdade, no organismo, ainda vai alguma cousa, e é ácerca d'este ultimo ponto que as opiniões divergem. Uns affirmam, com Boussingault, que os vegetaes não aproveitam o azoto livre para elaborarem as suas substancias azotadas; outros, com G. Ville, sustentam o contrario.

Os partidarios do primeiro modo de ver fundam-se em experiencias de Boussingault, tão escrupulosamente feitas, e com tão minuciosas precauções, que os resultados parecem, á primeira vista, indiscutíveis. As mais citadas e que mais parecem provar consistem resumidamente no seguinte: — pôr sementes a germinar em areia calcinada, completamente exempta de qualquer substancia organica; regal-as com agua distillada perfeitamente pura;

deixar as plantas desenvolverem-se numa atmosphera com que se mistura um pouco de acido carbonico em excesso e donde se eliminam todas as substancias em que o azoto póde entrar em combinação, e depois, quando a planta tem o quadruplo ou o quintuplo do peso da semente, comparar o azoto que esta continha com o que se encontra fixado naquella. Boussingault, fazendo isto, verificou que não havia em caso algum azoto em excesso e que, por conseguinte, as plantas não fixavam o azoto livre que entrava no ar; que era só d'este tambem que podia provir o excesso, se o houvesse.

Querendo experimentar ainda com um solo em que houvesse azoto, Boussingault variou assim a experiencia:—juntou á areia calcinada sementes de tremoços brancos, depois de lhes ter feito perder a faculdade de germinar, e deixou crescer outras plantas da mesma especie no aparelho disposto como precedentemente. Em primeiro logar desenvolveram-se as plantas muito melhor do que na areia calcinada, como era de esperar; depois verificou-se nos vegetaes desenvolvidos um ganho; nas sementes que não germinaram e que serviram de adubo azotado uma perda de azoto, sendo esta maior do que aquelle. D'aqui concluiu-se que nem vegetando em solo azotado eram as plantas capazes de fixar o azoto livre, por isso que o que tinham assimilado provinha exclusivamente das combinações azotadas do adubo.

Aos que assim concluem responde G. Ville repetindo as experiencias que referimos em primeiro logar, e verificando que os resultados são exactos quando se deixa chegar a planta, como fez Boussingault, só até quatro ou cinco vezes o peso da semente; mas que, deixando-a chegar a adquirir mais de sete vezes este peso, se realisa um ganho de azoto que evidentemente vem do ar. D'aqui deriva, pois, uma conclusão contraria á que se tinha tirado.

Este distincto agronomo, repetindo ainda a experiencia que apontámos em ultimo logar, concordou com Boussingault quanto aos resultados d'ella, mas divergiu da opinião d'este quanto á interpretação d'esses resultados. Para se concluir com Boussingault, diz G. Ville, seria necessario provar primeiramente que

todo o azoto que fornecem as sementes que serviram de adubo se desenvolve no estado de combinação; ora tal não se prova, porque a verdade é que parte d'esse azoto se desenvolve no estado livre; e como, por outro lado, o que se desenvolve no estado de combinação não é sufficiente para explicar o ganho que as plantas accusam, segue-se que parte d'esse ganho é devido ao azoto livre, d'onde resulta que a experiencia de Boussingault provaria contra elle e a favor do modo de ver de G. Ville.

Este ultimo auctor ainda acrescenta que, se as cousas se não passassem como elle affirma, gravissimo seria o embaraço em que nos collocariamos por termos de reconhecer uma falta de azoto para a alimentação vegetal. Com effeito, não podendo servir para esta alimentação senão o azoto combinado, e sendo certo que os organismos que vivem d'este elemento o restituem parte debaixo d'aquella fórma e parte puro, aconteceria que neste ultimo estado se iria accumulando e sahindo, por assim dizer, da circulação da vida, este elemento tão precioso para a organização. Esta reflexão, digamol-o de passagem, não nos parece ter muito fundamento.

Ha ainda, segundo alguns, um meio de harmonisar as conclusões a que chegou G. Ville pelas suas experiencias com a opinião de Boussingault e dos seus partidarios: — consiste em admittir que o azoto do ar é, sim, assimilado pelos vegetaes, mas só depois d'uma oxydação previa no solo, d'onde resulta a formação de azotatos. Fundam se, para fazer esta supposição, no facto, estudado por Cloez, da oxydação do azoto do ar em presença de materias porosas e debaixo da influencia de substancias alcalinas oxydaveis.

G. Ville nem admitte este meio de tudo harmonisar. Replica dizendo que determinou a quantidade de azoto que havia numa colheita de luzerna e que viu bem qual a porção d'esse azoto que provinha dos adubos e qual a que provinha, segundo elle, do azoto livre, segundo outros do que era livre, mas tinha sido assimilado pelas plantas como componente de azotatos; que indagou, por outro lado, que quantidade de bases havia nas cinzas para cuja saturação não bastassem os acidos tambem ahi encon-

trados, e, procurando ver se no acido azotico necessario para saturar essas bases poderia estar todo o azoto sobre que versa a questão, achou que eram poucas essas bases para terem fixado tanto azoto. D'aqui veio ainda a conclusão que, senão todo ao menos parte d'este, tinha sido assimilado no estado livre.

Parece-nos arriscado optar por um ou por outro d'estes dois modos de ver; temos difficuldade em decidir-nos porque vemos muito bons physiologistas ficarem perplexos, e até a Academia das Sciencias de Paris não se pronunciou claramente quando em em 1855 se encarregou de criticar os resultados e verificar as experiencias de G. Ville. Confessamos, no entretanto, que nos inclinariamos ao modo de ver d'este ultimo, se não fosse a difficuldade de explicar a formação, só com o azoto puro, das substancias azotadas dos vegetaes. É por fim de tudo nesta formação que consiste a assimilação.

## II

Onde não ha divergencias, ou onde quasi as não ha, é a respeito do papel que desempenham na assimilação do azoto os azotatos e os saes ammoniacaes. Dizemos — quasi as não ha — porque, apesar de ser hoje facto evidentemente provado por experiencias de Boussingault — que os azotatos penetram na planta e que a alimentam, — ainda Kuhlmann quiz sustentar que antes de servirem para a alimentação, eram estes saes reduzidos no solo a saes ammoniacaes ou a ammoniaco; o que certamente não é impossivel, mas tambem não é necessario. Ha tambem quem se pronuncie contra a efficacia dos saes ammoniacaes para a nutrição das plantas; Bouchardat e Cloez affirmam que a absorpção d'estes compostos é até nociva e capaz de produzir a morte; observações e experiencias inatacaveis devidas a H. Davy e Schattenmann, Kuhlmann, I. Pierre, Lawes, Gilbert e G. Ville têm comtudo mostrado a falsidade de tal asserção, fazendo reconhecer ao mesmo tempo a necessidade de estarem estes saes muito espalhados no solo e muito diluidos para poderem ser absorvidos e aprovei-

tados pelos vegetaes. Só o carbonato de ammoniaco troca provavelmente o acido para poder ser absorvido, porque está provado que este sal tem, na verdade, uma acção corrosiva sobre as raizes e sobre o caule.

As fontes d'onde os vegetaes se abastecem d'estes compostos são a terra e o ar; não vem para aqui o indagar até que ponto uma d'estas fontes fornece mais do que a outra, nem quaes as plantas que tiram mais do solo do que da atmospheria ou mais d'esta do que d'aquelle. Este ponto é mais de sciencia applicada do que de sciencia pura; mais de agricultura do que de physiologia vegetal.

Não passaremos d'aqui sem fallar, ainda que pela segunda vez, na opinião dos que sustentam que as plantas com chlorophylla e com vida independente podem tirar a sua alimentação directamente das chamadas materias organicas. Referindo-nos aqui especialmente á alimentação azotada, repetiremos que algumas substancias organicas salinas com o ammoniaco por base parecem poder ser o vehiculo do azoto assimilado. P. Thenard observou que os fumatos podem transformar-se em perfumatos, que são saes soluveis e perfeitamente no caso de serem absorvidos pelas raizes; mas por outro lado estes compostos reduzem-se facilmente a azotatos, e todas aquellas combinações salinas se podem tambem transformar em azotatos ou em saes ammoniacaes, sendo por isto possivel que seja este o estado em que penetram na planta.

G. Ville verificou que diferentes compostos organicos derivados do ammoniaco não actuam todos da mesma maneira sobre a vegetação. Este resultado, porém, é ainda susceptivel de duas interpretações; ou o organismo vegetal leva mais tempo a fixar o azoto que se lhe apresenta numas combinações do que o que se lhe apresenta em outras; ou estas combinações levam umas mais outras menos tempo a reduzirem-se a azotatos e a saes ammoniacaes.

É este, como se vê, um caso duvidoso. De resto, os dois modos de ver não se excluem; é até muito possivel que ambos sejam verdadeiros.

O que nos resta agora é ver como a assimilação se completa, isto é, procurar conceber, até onde for possível, como se dá a formação das substancias albuminoides.

### III

A primeira cousa de que devemos lembrar-nos quando queremos indagar como se formam as substancias albuminoides é a idéa de Sterry-Hunt, em que já fallámos e segundo ao qual as substancias albuminoides poderiam derivar d'um hydrato de carbono mais ammoniaco menos agua. Combinando esta hypothese com o facto, observado por M. Pasteur, da formação do protoplasma só á custa de hydratos de carbono e de nitratos ou saes ammoniacaes, devemos ter como certo que da acção d'estes ultimos compostos sobre aquelles é que resulta a formação das substancias albuminoides. E, porque não sabemos como esta formação possa resultar immediatamente, ao mesmo tempo que se sabe como do ammoniaco e de substancias sem azoto podem derivar compostos azotatos de molecula bastante complicada, podemos acreditar que naturalmente os nitratos e os saes ammoniacaes se reduzem a ammoniaco, e que é este composto o que depois, por via de substituições parciaes ou totaes, successivas ou simultaneas (a este respeito é que é impossivel precisar cousa alguma) dá logar, não só as substancias albuminoides, mas tambem a todas as combinações azotadas elaboradas pelos vegetaes. Em confirmação d'esta idéa podemos ainda attender a que as substancias albuminoides produzem ammoniaco pela acção do calor, e a que d'este ultimo composto se podem considerar como derivadas as substancias azotadas accidentaes.

Segundo a opinião de Wurtz, nem é necessario que os nitratos cheguem a reduzir-se a ammoniaco; basta que se reduzam ao grupo  $AzH^2$  ou  $AzH$  que, no estado nascente, podem muito bem dar logar aquellas substancias.

Não são só os hydratos de carbono os que, em presença do ammoniaco ou dos seus derivados, podem produzir as substancias

azotadas; os corpos gordos podem fazer outro tanto, e os aldehydes, cuja formação e importancia indicámos no capitulo antecedente, desempenham talvez aqui o seu papel mais notavel. Sabe-se, com effeito, que a acção do ammoniaco sobre alguns aldehydes póde produzir alcaloides; e é assim que, por exemplo, da essencia de amendoa amarga póde provir a amarina, e do aldehyde butyrico póde resultar a conicina.

Vê-se, pelo que deixámos dicto, que a assimilação do azoto não póde dar-se senão num periodo adiantado de vegetação, quando os compostos ternarios, sobre que o ammoniaco ha de actuar, estiverem já formados. É tambem na epocha da formação da semente, ou do que a substitue, que as substancias azotadas são mais necessarias á planta; e o trabalho empregado nesta formação ou é o ultimo acto da vida vegetal, ou o que fecha cada um dos cyclos em que a actividade physiologia se desenvolve.

O pouco que se sabe a respeito da estrutura molecular e até dos caracteres puramente chimicos das substancias albuminoides é o que faz com que mais nada se possa dizer ácerca da assimilação do azoto. É provavel que os elementos das cinzas entrem para muito não só na constituição d'estas substancias, mas tambem, como já o indicámos, na transformação d'ellas umas nas outras.

Com o estudo da assimilação do azoto aconteceu-nos o mesmo que com o estudo da assimilação do carbono: — tambem aqui, ao mesmo tempo que a fixação d'aquelle elemento, vimos a fixação de algum hydrogeno e de algum oxigeno —; e, ainda alem d'isto, vimos como entram no organismo as bases dos nitratos e os acidos dos saes ammoniacaes que não são outra cousa senão uma boa parte do que ha de constituir os elementos das cinzas.

Por nada mais ter que dizer a respeito da assimilação do azoto, passamos á assimilação dos elementos que uns chamam mineraes e outros elementos das cinzas.



## IV

Cumpramos primeiro que tudo a promessa que fizemos quando, tratando dos elementos que constituem os vegetaes e de como elles se agrupam para lhes formarem o organismo, deixámos reservado para este paragrapho o que dizia respeito aos compostos formados pelos elementos mineraes ou das cinzas. Entende-se que estes compostos a que nos referimos são ainda os que têm uma relação directa com a formação do organismo, e os que são indispensaveis, d'uma maneira geral, para a organização e para a vida da planta.

Podemos indicar como taes as seguintes combinações: a potassa, a cal, a magnesia, o acido phosphorico e o acido sulfurico. Ajuntamos ainda que o ferro desempenha na vida das plantas verdes um papel importantissimo, qual é o de concorrer para a formação da chlorophylla, que é, como já sabemos, o orgão com que os vegetaes assimilam a maior parte das substancias de que carecem; tambem a chlorose, ou falta de materia verde, se se não corrige fornecendo o ferro á planta doente, traz comsigo a morte d'esta.

Quanto aos outros elementos mineraes, ou não está ainda bem provado que se encontrem geralmente em todos os vegetaes, ou não se sabe ainda até que ponto concorrem para a formação do organismo; não se sabe qual seja o seu papel physiologico, segundo a expressão de J. Sachs.

Os compostos que acabámos de indicar como sendo aquelles a que devemos aqui attender, ou sós, ou combinados com acidos mineraes ou organicos, ajuntam-se com a substancia organizada, enredam-se, por assim dizer, nas malhas do seu tecido e isto não indifferentemente, mas sempre — uns certos com uma certa parte do organismo. E de tal modo o fazem que o resultado não póde chamar-se uma simples mistura, nem tão pouco se póde bem definir como uma combinação; por quanto a substancia organizada não se individualisa, não se apresenta com todos os seus caracteres senão quando aggregada áquelles compostos mineraes; nem ao mesmo tempo sabemos como nem em que proporções esses elementos se

aggregam á substancia de que fazem uma parte integrante. Assim, o acido phosphorico e os phosphatos são indispensaveis para a formação das substancias albuminoides e, por conseguinte, para a constituição do protoplasma; a potassa, a cal e a magnesia juntam-se á cellulose para organisarem as membranas cellulares; nem ha parede de cellula onde não figurem mais ou menos estas combinações e, em muitos casos, mais algumas, como a silica, o ferro etc. O proprio ferro, reconhecido como absolutamente indispensavel para a formação da materia verde, não se sabe se poderia figurar na fórmula da chlorophylla.

Ora, segundo o sentido em que tomâmos a palavra *assimilar*, é claro que os elementos das ciúzas só estão completamente assimilados quando fixos ás partes organisadas da maneira que indicâmos. Podem estar, debaixo de qualquer fórma, dissolvidos nos liquidos do organismo e até combinados com acidos ou bases elaboradas pelos proprios vegetaes, que ainda assim se não póde dizer que a sua assimilação esteja feita.

Sendo isto assim e querendo-nos conservar debaixo do mesmo ponto de vista, de que até aqui nos parece não nos termos afastado, vemos já que é quasi nada o que temos que expôr a respeito da assimilação d'estes elementos. Com effeito, para o nosso caso ignorâmos o essencial e sabemos apenas accessorios de pouca importancia.

Não sabemos, nem d'uma maneira provavel, qual o trabalho chimico que precede e acompanha a fixação d'esses elementos no organismo. Sabemos que é, em geral, com a fórma de combinações salinas soluveis na agua simples ou na agua acidulada que estas substancias penetram na planta; que ahi, perdendo os acidos ou as bases, ou trocando-os, se vão tornando mais ou menos soluveis e assim ajuntando-se umas nuns outras noutros orgãos das plantas, repartindo-se emfim pelas differentes partes dos vegetaes pela maneira desigual que deixâmos indicada no primeiro capitulo d'este estudo.

Se este ponto dá tão pouco que dizer, considerado só pelo lado a que attendemos aqui, seria em compensação interessantissimo o seu estudo se o considerassemos sob outro ponto de vista. Na-

quillo que chamámos parte physica da nutrição vegetal, o capitulo que se occupa da absorpção dos elementos mineraes ou das cinzas é muito vasto e muito importante.

Mas, repetindo agora o que já dissémos no principio, não tratamos da nutrição vegetal senão na sua parte puramente chimica porque a esta é que nos parece mais propriamente caber o nome de assimilação vegetal. Limitar-nos-emos por isso ao que deixámos dicto, que é apenas a indicação da ignorancia que ha a respeito do trabalho chimico que determina a fixação dos elementos das cinzas no organismo dos vegetaes.

E porque, chegados a este ponto, nos parece termos cumprido o programma que nos tinhamos traçado, poremos aqui fim ao nosso trabalho.

A. V. D'OLIVEIRA DAVID.

## LITTERATURA E BELLAS ARTES

---

### QUADROS DA VIDA ROMANA

(Continuado do n.º 9, paginas 144)

#### CAPITULO IV

##### Celia e Aureliano

«Estremeci. Era o ignoto que se me levantava diante. De genio ardente e arrebatado, justificando o sobrenome de *Manus ad ferrum*, pelo qual sou conhecido, correra-me sempre a vida por caminhos planos, direitos e descobertos. Encontrara num matrimonio, contrahido no verdor dos annos, a paz, a felicidade domestica e a riqueza. Não conhecera os impetos das paixões subitas, e o meu espirito propendia para considerar esses sentimentos como lindas mentiras dos poetas inspirados. D'esta vez porém não havia que duvidar; o velho soldado que me escrevia era merecedor de toda a confiança, e o genio extremoso de Caio Cecilio explicava bem tristemente a sua aventura. Forçoso era crelo: o meu filho, a esperança da minha velhice, o moço que eu criara com tanto desvelo para servir a patria como, no meu entender, ella deve ser servida, estava perdido, se os Deuses não estendessem sobre elle a mão protectora ou a amizade providente não tomasse para si o officio dos Deuses! O Oriente ia-se pacificando. Odenath em Palmyra era uma barreira insuperavel contra os Persas; a confiança renascia pouco a pouco. Não me foi difficil portanto o obter alguns mezes de licença; e, poucos dias depois de recebida a carta do meu amigo, puz-me a caminho.

«Por mercê dos Deuses correu-me a viagem prospera e breve. Desembarquei em Brundusio, e d'ahi, tomando pela Via Appia, vim para Roma.

«Seria a sexta hora do dia quando, há de haver um mez, entrei a porta Cappena. Ao transpol-a dei com os olhos num official com quem pelejara na Germania, e de quem conservava affectuosa recordação.

«— Pasmado de aqui te ver, disse-me elle, passadas as primeiras expressões do encontro.

«— Porquê? perguntei, sorrindo.

«— Porquê? Roma nunca me pareceu mais futil e triste do que hoje me parece. Decididamente o nosso imperador não logra dar um successor a Nero, e nós nem ao menos gozamos dos beneficios de uma tyrannia franca e convencida. Ora lhe dá para exterminar os Bysantinos ou para mandar lançar ás feras do Amphiteatro os christãos e outros miseraveis que por ahi se encontram, ora se esquece em estirados colloquios com o philosopho Plotino, a quem promette uma cidade para nella se fazer o ensaio das leis de Platão. Leva manhãs inteiras a compor admiraveis discursos e elegantissimos versos que não envergonhariam qualquer antigo poeta, e, ao outro dia, todos os seus cuidados são para um palacio de rosas que anda edificando no seu jardim. Emfim, amigo, temos um Augusto que excita o riso universal. Posthumio e Victoria estão em rebellião aberta, e aqui para nós, eu antes quizera combater Sapor á frente de todos os seus Persas do que acceitar os serviços interesseiros de Odenath e Zenobia. O tempo dirá se me engano.

«— Assim será, respondi, mas no Oriente não se peleja, e eu tenho negocios em Roma. Por isso aqui estou.

«— Chegas a ponto para assistir a um dos poucos divertimentos interessantes que temos agora. Ha hoje uma disputada corrida de carros, e espera-se que alguns dos mancebos que estão empenhados na lucta se resolvam a guiar elles mesmos os corseis. O povo folga sempre com estes successos, e não poupa aos histriões de boa vontade as chufas que elles tanto merecem. É curioso, verás. Queres acompanhar-me ao Circo?

«Ia a responder negativamente, quando uma lembrança repentina me deteve. Perguntei ao meu amigo se sabia alguns d'esses nomes. Citou-me varios, e entre elles o de Metello.

«— Bem, disse-lhe em então, vou contigo ao Circo. E acompanhei-o.

«Pouco tempo levámos da porta Cappena ao Circo Maximo, onde nesse dia se celebravam ahi os jogos, e, quando chegámos, Flavio notou que os porticos exteriores estavam desertos, signal de que as corridas iam começar.

«Assim era. Apenas tinhamos tomado assento no lugar que nos competia, a porta triumphal abriu-se e o cortejo entrou no Circo.

«Eram estes jogos para mim quasi uma novidade. Vivendo, como vivia, a melhor parte do tempo nos arraiaes e nas cidades da fronteira, raras occasiões tivera de assistir aos numerosos divertimentos, que Roma offerece com tanta liberalidade. Presencara algumas vezes os jogos do Circo Agonal e do Circo Flaminio, mas desde os jogos millenarios não se me proporcionara ensejo de assistir aos espectaculos do Circo Maximo, e confesso que as suas pompas extraordinarias tiveram por um momento o poder de me deslumbrar. O cortejo vinha magestoso. Em frente, o carro do prefeito do pretorio, que presidia aos jogos; logo depois um bando de adolescentes, parte a pé, parte a cavallo, antecipando-se aos cocheiros que guiavam as Bigas e as Quadrigas; em seguida, os athletas nus destinados ao combate, e atraz d'estes os tres côros de dançarinos, um de homens, outro de mulheres, o terceiro de meninos. Seguiam-se os satyros lascivos e os grotescos silenos, cujas danças descompostas excitavam a hilaridade dos espectadores; depois, os musicos e os ministros subalternos do culto, que nos embalsamavam ao perpassar; finalmente as estatuas dos Deuses, acompanhadas pelos collegios sacerdotaes.

«Este esplendido cortejo deu uma volta pelo Circo, sendo de todas as partes acatado por um respeitoso silencio, que só perturbavam as acclamações com que as diversas classes de cidadãos saudavam as suas Divindades protectoras; e, concluida a volta, collocados os Deuses na *edicula*, immoladas as victimas, e feitas as libações, o presidente levantou a aba do seu manto, e os jogos começaram.

«Durante o tempo que os carros levaram a chegar á linha, eu, furtando-me á impressão de tamanhas magnificencias, volvi os

olhos á roda de mim, procurando semblantes conhecidos. Em boa hora o fiz, porque o primeiro que se me deparou foi o do meu amigo Caio Cecilio, com quem dei na mais triste das attitudes, sentado atraz de uma matrona, em redor de quem muitos outros estavam, e forcejando por colher as palavras raras e distrahidas que lhe saham dos labios, e que de certo valiam mais para elle do que as respostas do Oraculo.»

Neste ponto Aureliano suspendeu-se um momento, e logo disse, sorrindo:

«E eu a contar-vos o que tendes visto cento e uma vezes! Esquecia que estou em Roma, e não proximo á fronteira do Rheno, fallando com quem nunca aqui poz os pés.

— As desculpas é que desbaratam o tempo, não as narrações,» disse o Atheniense. «Prosegue.»

Aureliano proseguiu:

«Não perdi tempo a perguntar a Flavio o nome da matrona. e puz-me a examinal-a com a curiosidade que podeis imaginar.

«Penso que todos vós conheceis Celia Apollinaris, e que um retrato feito por mim vos não daria novidades a seu respeito; confesso-vos porém que, fitando aquella fronte minima que o *nimbus* ainda mais estreitava, aquelles olhos azues que ora fais-cavam, despedindo mil ardentes centelhas, ora esmoreciam numa ineffavel languidez, aquella bocca breve, de contornos firmes e quasi rigidos, aquella estatura elegante e magestosa, numa palavra, aquella todo tão maravilhoso de seducção e enlevo, por um momento comprehendí e quasi desculpei o proceder de Caio. Pela frecha do Partho! disse commigo mesmo, tinha razão o veterano Se o destino de Caio é morrer ás mãos de alguma Venus de *culicula*, mais vale que sejam estas que acabem com elle!

«Sinceras no instante em que as proferi, não tinham estas palavras, alguns momentos depois, razão que as auctorisasse. O espirito podia maravilhar-se diante da formosura, mas o coração está bem defendido pela impenetravel armadura de trinta annos de pelejas e fadigas.

«Entretanto os carros tinham-se alinhado, e a attenção dos espectadores voltara-se para o exame da riqueza dos arreios, da

belleza e ardor dos corseis, e da perfeição dos eixos e das rodas.

«Propunham-se e aceitavam-se apostas singulares, umas pelo seu valor, outras por varias estranhezas, e o grupo que rodava Celia Apollinaris não era dos menos empenhados.

«—Tenho fé na fortuna de Cecilio Metello, disse alguém. O seu carro é o que primeiro chega á meta final. Quem quer apostar uma mesa de citro contra mim?»

Aqui o tribuno foi interrompido por Q. Acilio Aproniano.

«Pódes orgulhar-te da exactidão com que narras, Aureliano,» disse elle. «As palavras que acabas de citar são as mesmas que me sahiram dos labios. Era eu quem apostava pelo carro de Metello.

— Bem me quiz parecer,» respondeu Aureliano, «que uma das vozes que ouvia me não era desconhecida, mas, distrahido por outros interesses, não verifiquei se assim era. Folgo porém com uma confirmação que affiança aos meus pacientes ouvintes que eu não abuso da sua paciencia, contando-lhes invenções. E, como prova do desvelo com que poupo os seus instantes, continuo sem delonga.

«A aposta foi aceita, e o grupo dividiu-se em dois campos; um apostava pelo carro de Metello, que pertencia á facção Verde, o outro pelo de um joven cavalleiro, que era dos Brancos. Este, querendo agradecer aos que tanta fé mostravam na sua fortuna, saltou á arena, e tomou as redeas das mãos do seu cocheiro, no meio dos mais freneticos applausos.

«Levantou-se então grande tumulto no campo adverso, e muitos dos que o constituíam dirigiram-se a Caio, pedindo-lhe que não confiasse os seus brios e a fortuna d'elles do zelo e habilidade de um cocheiro mercenario. Caio recusou, mas pouco decididamente, e os seus olhos foram inquirir os de Celia Apollinaris, que, tornando, depois de ter apostado grossas sommas, á languida enlevação que nesse dia affectava, não parecia attender ao que lhe ia em derredor.

«—Prejuizos, Cecilio Metello! exclamou um dos que mais interessados se mostravam. Que te estorva de descer ao Circo, imi-



tando os altos feitos de Caligula, de Nero, de Commodo? Não os achas porventura bastante illustres para que lhes sigas as pisadas triumphaes? Maus principes, é certo, mas excellentes cocheiros!

«Caio cobrara animo com o silencio de Celia, e recusou em poucas mas firmes palavras. Os outros calaram-se, desagradados. Então a matrona ergueu os olhos, e, querendo sem duvida experimentar que influencia teria sobre o pobre do meu filho, disse-lhe nesse tom a que os homens como elle não resistem:

«—Então Cecilio Metello vai fazer-nos arrepender da confiança que lhe mostrámos? Eu por mim não o posso nem quero crer.

«Caio empallideceu, mas não disse palavra. Levantou-se e encaminhou-se para a arena, vagaroso mais decidido.

«Senti que se me partia o coração no peito. O companheiro das minhas pelejas, o laureado do imperador, o primipilo da nona legião, histrião no Circo! Não ha paciencia que resistisse a tanto.

«Ergui-me subito, e, tomando-lhe os passos, disse ou antes rugi estas palavras, que me escaldaram, ao sahir, os labios frementes:

«— Para o Circo só por cima do meu cadaver!

«E era verdade! Pela espada dos meus veteranos! antes o quizera ver morto do que manchando com a infame poeira da arena a aguia immaculada da nossa legião!

«Caio estacou como ferido do raio. Eu, com as faces abrazadas, os olhos scintillantes, mudo e ameaçador, não arredava pé.

«Os circumstantes olhavam attonitos.

«Emfim Caio quebrou o silencio. Curvou a cabeça em signal de submissão, e, chegando-se-me tão perto que só eu o podia ouvir, disse-me em tom lacerante de mágoa e vergonha:

«— Tu aqui, Aureliano! Em que momento, grandes Deuses!

«— A ponto para te poupar a ti o crime, e a mim a vergonha, respondi. Não podia ser mais opportunamente. Por agora separo-nos. Volta para donde vens; amanhã nos veremos.

«E virei-lhe as costas.

«Depois fui-me ao meu companheiro, que não era dos menos maravilhados, e perguntei-lhe onde residia, dizendo que ia esperar

por elle a sua casa. Indicou-me um edificio que eu já conhecia, ao pé das *Thermas de Antonino*. Ao passar por *Celia Apollinaris*, olhei fito para ella. Os seus olhos lançaram um grande clarão de despeito e desafio, mas o semblante ficou-lhe, como antes estava, risonho e sereno. Caio voltara para o seu logar, mas ella não parecia aperceber-se d'isso. Os assistentes, como pessoas cortezes que eram, tinham desviado os olhos, e prestavam toda a sua attenção á partida dos carros, que estava proxima. Com effeito, quando eu ia a sahir a porta que correspondia ao banco em que tinha estado, a linha cahiu, e os corseis arremessaram-se impetuosos.

«Tendo chegado a casa de Flavio, aguardei-o, embebido nas mais tristes reflexões. Felizmente o character firme e animoso, que por mercê dos Deuses me coube, dá-me sempre forças para a esperanza. Apesar do que sabia e do que vira, não desistia de arrancar Caio á triste condição em que o vinha encontrar. Eram horas de cêa quando Flavio voltou das corridas; passámos ao triclinio, e alli, levado pela amizade que nos unia e por essa expansão que quasi sempre se segue aos banquetes lautos, satisfiz a curiosidade do meu amigo, contando-lhe tudo desafogadamente. Depois pedi-lhe o seu conselho, que eu apreciava, como muito auctorisado.

«— O caso é espinhoso, respondeu elle, mas tenho razões para julgar que o mal ainda tem remedio. Tracto amizade com Metello, e vivo com toda essa mocidade com quem elle acompanha; por isso posso assegurar-te que o seu procedimento, com não ser dos mais sensatos, tem sido até hoje honesto e digno. Comtudo ámanhã fallaremos de vagar. Deves estar fatigado da jornada e das commoções d'este dia, e a noite é boa conselheira.

«No dia seguinte, quando abri os olhos, vi Flavio juncto ao meu leito.

«— Como passaste? perguntou.

«— Levei muitas horas em vela, mas finalmente adormeci, e tão longo foi o somno que me acho perfeitamente descansado, e capaz de outra.

«— Estimo que o somno fosse reparador. Longe, não era preciso que m'o dissesses.

«— Que hora é?

«— A quinta. E, como temos de ir assistir ao adôrno matutino de Celia Apollinaris, que abre a porta do seu camarim á sexta, veste-te de pressa, e acompanha-me.

«Vesti-me, e sahimos.

«— Levo-te a um espectáculo ainda mais curioso do que as corridas de hontem, disse Flavio, e d'este espero que não fugirás. Has de dar por bem empregado o tempo que vais gastar.

«— Não me dirás, tornei, que vida é esta que aqui se leva, e que mulher é essa Celia, que me furta os meus officiaes, e que me faz vir do Oriente a Roma assistir a espectaculos de histriões?

«— Celia Apollinaris, respondeu Flavio, representa, como outras muitas em Roma, um papel absurdo, cujo ridiculo consegue dissimular á força de belleza, seducção e admiravel habilidade. Viuva numa idade em que poucas se resignam a sel-o eternamente, e dotada de uma formosura que lhe attrahe as mais ardentés sollicitações, sem coração ou, pelo menos, ouvindo pouco os seus conselhos, entendeu que lhe não ficava bem escolher pelos meios ordinarios o mortal com quem tem de viver o segundo dia da sua existencia matrimonial. Admitte grande numero de pretendentes, não desengana nenhum, e tracta de conciliar, segundo penso, alguma inclinação que possa ter com os interesses que mais préza. Entretanto satisfaz a todas as exigencias da sua monstruosa vaidade, respira constantemente o incenso mais inebriante, e tanto gosto toma neste viver, que, se lhe fosse dado gozar perenne juventude e belleza, eu não affirmaria que o seu estado presente lhe não parecesse preferivel a outro qualquer. Rainha adorada e obedecida como poucas, ha de lhe custar a largar da mão o sceptro que tão bem sabe empunhar, passando á condição de simples escrava do homem escondido. Segundo autorisadas informações, avisinha-se dos trinta annos, se os não passou já, mas ninguem tal diria, vendo-a desde o momento em que abre a porta do seu camarim até que se recolhe ao seu cubiculo nocturno. O que se passa no tempo em que a perdemos de vista, segredos são que ninguem interessa em revelar, e que, pelo contrario, muitos interessam em calar. Vais vel-a no appa-

rente desalinho em que todos os dias se mostra aos seus adoradores, e, se estivesse desapercibido, cuidarias innocentemente que pouco antes se tinha arrancado dos braços do mais profundo somno. Eu porém, mais experto nestas cousas, posso assegurar-te que ha tres horas pelo menos que as escravas começaram a proceder ao seu remoçamento. Agora, nem um indicio do banho frio, do banho tepido, da estufa, das asperas fricções; nem um vestigio do finissimo fuco, da unctuosa pomada, da agua de papoulas, do dentrificio: nada, nem um signal, nem uma sombra! A pelle macia, puxada e alva, os olhos brilhantes, os labios rubros, a tez e os dentes de offuscar, Venus fulgurante da mais radiosa e remoçada formosura! Ah! meu caro Aureliano, não fomos nós dois velhos soldados, tão austeros, tão experientes, e quem sabe o que seria de nós, se nos viesse despedida ao coração uma das settas que ella sabe arremessar dos olhos! Amigo, amigo, os moços fazem muita loucura, mas, pelos Deuses, como são felizes!

«Não pude ter-me que não respondesse com uma gargalhada ás saudosas recordações do velho Flavio, e entretanto chegámos a casa de Celia. Apesar do esplendor do atrio e do *prothyrum*, o *peristylo* surpreendeu-me. Precioso pavimento *scalpturatum*, rico véo de purpura tyria, deixando passar a luz suave que realçava a alvura das columnas, as estatuas que com elles entestavam, as portas incrustadas de tartaruga; viçoso jardim no centro; de todas as partes agua a brotar e a levantar se em repuchos... Estas cousas não valem já nada para vós, e para mim nunca valeram; mas, se o que Celia pretende é dar a mais elevada idéa da sua opulencia e do seu gosto, póde ficar satisfeita, porque logrou prender um instante os meus olhares distrahidos.

«A fluctuação de um reposteiro de seda da Persia, que encobria uma das portas, indicava que essa porta não estava fechada. Flavio correu-o, e entrámos num pequeno quarto. Ahí o nomenclador tomou os nossos nomes, e, chegando a uma porta que estava aberta, disse-os em voz alta, e convidou-nos a entrar.

«No meio de um grupo de homens de varias edades e condições, entre os quaes reconheci alguns dos que na vespera vira no Circo, estava Celia Apollinaris sentada diante de um alto

espelho, e prestando a cabeça ao trabalho sollicito das suas escravas. Envolvia-lhe mal o corpo um grande *pallium* orlado de purpura, que, sujeitando-se aos seus caprichosos movimentos, deixava entrever, de quando em quando, a tunica golpeada do hombro á cintura e d'ahi ao joelho. Calçava os elegantes sapatos sycionios, que bastas vezes se denunciavam por baixo da tunica. Dos lados da cadeira, dois adolescentes moviam continuamente os seus leques de pennas de pavão, refrescando o aposento.

«Fomos saudar a dona da casa, e Flavio disse o meu nome. Celia respondeu com algumas palavras cortezes, e a expressão firme e decidida dos seus olhos deu-me a conhecer que acceitava o combate, e agradecia a minha franqueza.

«Caio ainda não tinha chegado. No momento em que entrámos discorria-se a respeito dos jogos da vespera. O cavalleiro adverso a Caio tinha tocado primeiro a meta final, e os que tinham apostado pelo meu amigo tinham perdido as suas apostas. A conversação não lhe era muito favoravel, mas, ao ver-nos, todos se calaram nesse ponto, e passaram a outros assumptos.

«Sabendo que eu era chegado do Oriente, alguns dos mais conspicuos dirigiram-se a mim, pedindo novas dos negocios do imperio naquellas partes. Durante as minuciosas respostas a que era obrigado, Caio entrou, e, depois de nos ter saudado ao passar, foi para Celia, e sentou-se atraz da sua cadeira.

«Trocaram algumas palavras em voz baixa. Caio parecia receoso e envergonhado; Celia escutava-o com o mais amavel dos sorrisos.

«Pouco a pouco, Caio recuperou a serenidade perdida, as palavras amiudaram-se, os sorrisos casaram-se, a harmonia restabeleceu-se. Evidentemente Caio obtivera o perdão.

«Entretanto as escravas tinham acabado de reunir o cabello de Celia num bem composto capacete, donde pendiam para ambos os lados grossos cachos de perolas. Cobriram-lhe de anneis todos os dedos das mãos, excepto o medio, ornaram-lhe as orelhas de argolas, os punhos de bem trabalhadas pulseiras, e o pescoço de um collar de lagrimas. Depois, em vez de entrarem as velhas que, segundo me disseram, superintendem nestes negocios de toucador, Celia reclamou com uma simples interrogação do olhar

o parecer dos assistentes. Nenhum se negou a dal-o, e seguiram-se entusiasticos louvores.

«A conversação generalisou-se, e nella se discutiram varios pontos que devo suppôr interessantissimos, porém dos quaes nada infelizmente me ficou na memoria.

«Comtudo observei que acompanhavam as palavras com gestos graciosos, regulados por certa medida que lhes era conhecida; uns miravam os anneis que lhes sobrecarregavam os dedos, outros fitavam o tecto, outros não desviavam os olhos de Celia, nem perdiam um unico desconcerto do seu *pallium*, outros luctavam desvantajosamente com uma energica reclamação do somno.

«Entre estes ultimos distinguia-se um homem baixo, gordo, de physionomia indifferente e quasi insensivel, que, pelas insignias que usava e pela deferencia que os outros lhe mostravam, parecia gozar das honras de alguma magistratura consideravel, qual, não podia eu dizer, porque as insignias dos magistrados estão, de alguns annos a esta parte, sujeitas a tão caprichosas variações, que já ninguem as conhece.

«Perguntei a Flavio quem era esse homem.

«— É, respondeu elle a meia voz, a taboa de salvação de Cecilio Metello. De quantos pretendem a mão de Celia Apollinaris, nenhum o excede nas qualidades que a judiciosa matrona mais aprecia,— riqueza colossal, stirpe nobilissima, graduação elevada, e juncto a isto tudo um espirito bondoso, credulo e facil em se sujeitar. Nem de outro modo teria elle conseguido o consulado do imperador Gallieno, o qual, como sabes, se não logra fazer respeitar a sua auctoridade em todo o imperio, pelo menos em Roma não consente partilhas.

«— Como se chama?

«— Annio Saturnino.

«O tempo corria, mas eu, resolvido a não desamparar o posto, deixava-me ficar, apezar do aborrecimento que se ia apoderando de mim. Os assistentes começaram a desaparecer, a conversação a decahir, e finalmente Annio Saturnino levou, á sahida, o resto dos mancebos, que, por deferencia ao seu cargo, o foram acompanhar até ao atrio.

«Depois da retirada do consul não ficámos no camarim senão Caio, Flavio e eu. Interroguei os dois com o olhar, e, recebendo resposta affirmativa, iamos sahir, quando Celia deteve Caio, dizendo que tinha que lhe fallar. Flavio encolheu os hombros significativamente, e eu, comprehendendo que nos não era permitida a demora, saudei respeitosamente Celia, e despedi-me de Caio, dizendo-lhe aonde fôra pousar.

«Sahimos, e encaminhámo-nos para o *Forum*, seguindo a Via Labicana.

«— Posso agora explicar-me, Aureliano, disse Flavio, logo que deixámos atraz a comprida fileira de liteiras e cavallos, que se estendia do Amphitheatro Flaviano ao *Forum*, e que nos achámos menos rodeados; Metello está completamente fascinado por esta mulher, não vive senão da vida d'ella, a vontade d'ella é a sua vontade, as affeições e os odios d'ella são os seus odios e affeições. É loucura pretender lutar com a impetuosa corrente d'esse amor. Desengana-te, o dia de hontem foi o ultimo do imperio que podias ter sobre a vontade do teu amigo; hoje escutará respeitosamente os teus conselhos, mas não te embales com a esperança de resultado favoravel. Por outra parte, comtudo, não me falta esperança. É innegavel que Celia Apollinaris tem inclinação para Metello, e esta inclinação, nas circumstancias ordinarias da vida que os Deuses nos deram, nada mais pediria do que mudar-se em amor sincero e ardente. Mas, nesta vida facticia que levam Celia e os da sua roda, os sentimentos cedem o lugar aos interesses, e, no fim de contas, são estes os que decidem. Em frente do apaixonado Caio acha-se o préstante Annio Saturnino, que, em verdade, parece talhado pelo destino para marido de Celia. A tua chegada veio complicar a lucta, introduzindo nella o sentimento da vaidade feminina, mas, por outro lado, é vantajosa, porque lhe abrevia a duração. Em poucos dias Celia ha de decidir-se. Se escolher Caio, podes deitar lucto pelo soldado, mas não vejo motivo para desanimar do futuro de um homem que os Deuses favoreceram tanto, e a quem o amor de Celia ha de excitar a generosa ambição; se, pelo contrario, escolhe o consul, ao que eu me inclino, então a amizade te dirá o que deves fazer para

salvar Caio do seu desespero. Vês pois que, em qualquer dos casos, uma decisão franca é mil vezes preferivel a essa completa annullação da vontade, a essa vergonhosa sujeição, a essa estúpida inutilidade em que vive o teu amigo.

«A opinião de Flavio era judiciosa, e conformava-se com o meu modo de pensar. Passámos a outros assumptos. Quando voltámos do passeio, que se prolongara até á decima hora, encontrámos Caio que esperava por mim.

«O que entre nós ambos se passou, bem o podeis imaginar. Não quero abusar de todo da vossa paciencia, repetindo-vos aqui os conselhos e reflexões banaes que em meninos ouvistes a vossos paes, e que, nos meus labios, tinham apenas de notavel a importancia da sua applicação e os sentimentos que m'os dictavam. Caio ouviu attentamente, e, em resposta, disse, em tom amigavel mas firme:

«— Aureliano, tudo o que dizes é verdade, mas eu tenho uma resposta que a tudo responde: não está mais em mim. Cuidas por ventura que as tuas razões são uma novidade? Não ha uma só que eu não pesasse, e todas me pareceram leves. Comtudo, amigo, parte-se-me o coração com a tua dor. Espera ainda um mez, e se, ao cabo d'elle, não encontrares em mim um filho obediente, abandona-me, que bem o mereço.

«Dahi a alguns dias explicou-me Flavio o pedido de Metello. Annio Saturnino, cansado emfim de pretender inutilmente a mão de Celia, exigira d'ella uma resposta decisiva no prazo de um mez. Celia, da sua parte, cedendo aos instantes rogos de Caio, promettera-lhe para o mesmo tempo uma decisão formal. A esperanza assistia a ambos, mas, no entender de Flavio, as razões mais convincentes militavam pelo lado do consul.

«Por conselho de Flavio, não tornei a apparecer em casa de Celia. Julgava-me esquecido, quando, esta manhã, recebi, da sua parte, um bilhete que passo a ler-vos.

E, mostrando uma carta, Aureliano leu o seguinte:

«CELIA A AURELIANO, SAUDE.

«Decididamente, valeroso tribuno, não me resolveo a roubar-te,



a ti e á tua legião, o vosso primipilo. Os destinos de Cecilio Metello são a vida aventureira e a gloria militar; e eu, que tanto quero aos lares, aos amigos, á cidade, não devo prender a minha sorte á de um soldado errante. Annuncia ao teu amigo que acceitei hoje para marido o illustre Annio Saturnino, consul romano, mas que sempre folgarei com a noticia das prosperidades de que elle é merecedor, e que eu lhe desejo.

«E agora,» continuou Aureliano, dirigindo-se principalmente a C. Julio, «que me dizeis a esta singela historia de uma existencia onde nada ha de que um homem tenha de corar? Fraquezas, filhas de um excesso de sentimentos brandos, mal re-freados, podeis notal-as, mas censural-as... qual de vós, senhores, segundo as palavras de um livro grego, que uma vez me deram a ler em Alexandria, e onde se encontram judiciosas sentenças, qual de vós ousaria arremessar a Caio a primeira pedra?

—Tens razão, tribuno,» respondeu Julio Capitolino. «De hoje em diante Caio Cecilio Metello conta em mim amigo verdadeiro. Mas que tencionas agora fazer?

—Ah!» tornou Aureliano, «muito vos cega os olhos a poeira do Circo que não divisaes, nas trevas de uma existencia lugubre, a estrella propicia que a póde allumiar. Pois esqueceste Emilia?

— Bem, muito bem!» exclamou Ariston.

«Parece-vos então verdade o que eu vos dizia... Roma está no caso de Cecilio Metello. No mancebo, dominado pela paixão, dorme, senão a consciencia, pelo menos a vontade do bem; despertai-lh'a, e tereis homem. A republica jaz em profundo lethargo, somno de dia perdido, mas de alvorada auspiciosa. Levantai-a do ignobil leito, mostrai-lhe os tyrannos prestes a retalhar-lhe o corpo em trinta bocados, a barbaria insolente áquem da linha das fronteiras, as aguias ultrajadas, o nome sagrado de Roma proferido entre chufas e ameaças; deixai que a vergonha queime as faces, e a indignação exalte os corações; entregai o mando ao homem cuja fronte mais se ruborise, cujo peito mais se entumeça, e tereis patria!

— Se esse homem fosse Lucio Domicio Aureliano, disse o Grego, muito animado, «tanta fé tenho nelle, que até no futuro da Grecia acreditaria!

— Ah! mancebo, mancebo! Aureliano fará por não ficar surdo a nenhum dos pedidos da sua patria. Mas porque procurais para obra tamanha o obscuro tribuno? O homem que nos póde salvar, conheço-o eu, e tanto confio no seu futuro como no da patria.

— E esse homem, como se chama?

— Marco Aurelio Claudio. Oh! mas que vdo que deitámos! No portico de Octavia, fallar-se nos destinos do mundo! Grande tormenta sopram estes ares!

(Continúa)

LUIZ GARRIDO.

## CHRONICA

Ligados, desde longa data, os interesses do Brazil aos interesses portuguezes; revigoradas as nossas relações com aquelle imperio pela triste necessidade que arranca das nossas officinas e dos nossos campos estes Jasões obscuros do trabalho, para os levar á conquista de entre-sonhados vellos de oiro nas terras de Sancta-Cruz: somos naturalmente levados a abrir com impaciencia o livro que o sr. Augusto de Carvalho inscreveu: *Estudo sobre a colonisação e emigração para o Brazil*.

No decurso das 446 paginas d'esta publicação notavel embrenha-se o leitor com interesse no labyrintho de algumas das mais sympathicas questões contemporaneas, e delicia-se no perfume que as flores do estylo prodigamente diffundem.

A critica severa póde notar neste livro alguns senões de fórma, uma exuberancia de individualismo que leva o auctor a pensar muitas vezes em si, e um exaggerado enthusiasmo pelas coisas brasileiras; mas, neste ultimo caso, o defeito póde tomar-se á conta de uma virtude; e, naquell'outros, ha, para os escurecer, o interesse do assumpto, o garrido do estylo, e a idade juvenil do talentoso escriptor.

Em todo o caso quem, tão em verdura de annos, nos brinda á com fructos d'esta valia, tem direito a esperar um logar distincto na litteratura do seu paiz.

\* \* \*

Publicou-se tambem ha pouco um novo poemeto do auctor das *Rosas e nuvens*, Sousa Viterbo. Intitula-se: *A mulher de Cesar*.

O poeta scismador, que prendeu a imaginação ás *nuvens* e o coração aos aromas subtis de umas *rosas* ideiaes, não podia trair a sua indole, roubando agora um grão de incenso ao thuribulo da *fórma*, para o queimar genuflexo diante dos altares da *ideia*.

É um formoso poemeto *A Mulher de Cesar*: sempre o ondear

de roupagens transparentes, sempre arreboés a iriarem as lagrimas da manhã, sempre côres que seduzem e aromas que embriagam.

Oh sybaritas da arte! vós sabeis prender-nos a formosíssimos nadas, e sois muito felizes, porque ao lado das vossas telas não vêdes o charco da vida que vos enloda os pés!

\* \* \*

Registre-se aqui um opusculo de polemica religiosa.

São difficeis e, ás vezes, perigosas as polemicas d'esta ordem; difficeis mórmente pela variedade das faces que offerece cada questão theologica; perigosas, porque não ha escarpello mais cruel do que o escarpello que nos invade a consciencia, arrancando-lhe uma crença, ou implantando-lhe uma duvida.

Conhece isto o joven auctor do *Papa perante o seculo*, e ha de dar-nos razão. Quem aos 20 annos encara sem receio os mais sérios problemas religiosos do nosso tempo, denuncia uma coragem pouco vulgar, e muitas vezes louvavel; mas, quando pretende florear a lança dos athletas do pensamento, contrae uma responsabilidade enorme, e arrisca-se a escorregar na arena a que se arremessa.

Conhecemos de perto o sympathico prosador Magalhães Lima; sabemos que é capaz de muito, e que o estudo e a experiencia o levarão longe; mas affigura-se-nos, ou sobremaneira nos enganamos, que é desservir o seu talento, exercendo-o desde já nas pugnas inglorias em que se defronta com a theologia enristada.

De resto, o opusculo a que alludimos é escripto com bastante elegancia, vivacidade e, quasi sempre, correcção.

Não logramos espaço para discutir os assertos do *Papa perante o seculo*, nem, ainda que o tivéssemos, os discutiríamos; todavia, entre os pontos adiaphoros do opusculo notaremos duas asserções que se nos antolham inexactas:

«Não consta que as civilisações orientaes se agitassem por motivos religiosos.

«..... Na antiguidade não existia intolerancia..... o papado gerou-a.»

Á primeira asseveração responde a historia inconcussa das religiões do oriente: basta indicar o grande facto da revolução religiosa de Budhá contra o brahmanismo. Á segunda responde a historia de todas as religiões antigas: mais ou menos grosseiras, foram conseguintemente mais ou menos fanaticas; ora o fanatismo gera necessariamente a intolerancia.

\* \* \*

Não nos esqueça mencionar a apparição de uma brochura de subido merito litterario.

Guilherme Braga, o auctor d'aquellas valentes estrophes dos *Eccos de Aljubarrota*, o felicissimo parodiador da *Delfina do mal*, o poeta das *Heras e Violetas*, sabendo que os seus *Falsos apóstolos*, heresia em verso, como elle lhes chamou, haviam sido *condamnados* pelo bispo do Pará, veio desforçar-se agora com a publicação do seu *Bispo*, «nova heresia em verso».

Ao passo que admiravamos os bellissimos versos d'este poemeto, ia-nos tomando um intimo pezar: quizeramos que a musa nobre de Guilherme Braga não despisse a chlamyde immaculada para espargir as flores da inspiração nos tremedaes de umas torpezas monstruosas.

E, comtudo, o *Bispo* tem paginas magnificas. É que o genio até debaixo da lama descobre perolas. De um pouco de barro, diz o *Genesis*, fez Deus o homem; o poeta, aquelle que proferir póde o *est Deus in nobis*, de um traço de sombra faz uma réstia de luz, do carvão extrae diamantes, sobre um atomo vil edifica mundos luminosos.

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

**BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
NOS ANOS DE 1872 E 1873**

(Continuado do n.º 8, paginas 96)

**C**

43) — *Codigo Commercial Portuguez, seguido de um appendice, que contém a legislação que tem alterado alguns dos seus artigos. Legislação relativa ao Codigo Commercial, posterior á publicação d'este, até o fim do anno de 1871.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, 8.º, v a VIII, 328 paginas, e o appendice da legislação, 1 a 608 paginas.

Estes dois livros, reunidos em um só volume, trazem na primeira pagina do indice a seguinte nota:

«A legislação foi obsequiosamente colligida pelo auctor das «*Anotações ao Codigo Commercial*, o ex.<sup>mo</sup> sr. Conselheiro Diogo «Pereira Forjaz de Sampaio;— o indice da mesma foi feito pelo «Administrador da Imprensa da Universidade, Olympio Nicolau «Ruy Fernandes.»

Foi esta impressão começada em 1871 e acabada em 1872, e por isso entrou nesta bibliographia.

44) — *Codigo das posturas municipaes do concelho de Villa Nova de Famalicão.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 48 paginas.

Foram estas posturas approvadas em sessão de 7 de junho de 1873, sendo presidente da Camara o sr. José Francisco da Cruz Trovisqueira, 1.º Barão de Trovisqueira.

45) — *Compromisso da Confraria do Sanctissimo Sacramento da freguezia de S. Salvador de Maiorca.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 23 paginas.

Da archiconfraria, instituida debaixo da invocação do *Sanctis-*

*simo Corpo de Christo* na igreja de Sancta Maria — *Super Minervam*, na cidade de Roma, dimanou a Archiconfraria do Sanctissimo da Real freguezia de S. Julião de Lisboa, a que se annexou esta, por extensão da bulla concedida á mesma archiconfraria, e se erigiu na igreja de S. Salvador da villa de Maiorca no anno de 1704. Correram os tempos, a devoção esfriou e a Confraria estava quasi extincta, quando no 1.º de abril de 1789 procederam á sua reforma, reforma que pouco aproveitou.

Em 24 de março de 1872 os poucos irmãos que ainda havia, reunidos em assembléa geral presidida pelo Parocho, o sr. Antonio Corrêa da Fonseca, tractaram de nova reforma. E sendo apresentado o projecto do compromisso ao Governador Civil de Coimbra, este lhe mandou passar alvará de approvação aos 21 de junho de 1872.

46) — *Contra-minuta de appellação por parte do appellado Commendador José Mendes Veiga, na causa de investigação de paternidade illegitima contra elle proposta e a favor d'elle julgada na comarca da Covilhã; seguida das doudas tenções e venerando accordão da relação de Lisboa, que confirmaram a sentença appellada.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 91 paginas.

O sr. Bruschy dizia no seu *Manual de Direito Civil Portuguez* que «em certa parte de Portugal raro era morrer homem endinheirado, que houvesse arranjado a sua fortuna no Brasil, sem que immediatamente não apparecesse cá e lá filhos ás duzias, e mães promptas, e testemunhas ainda mais. Deus sabe o que irá por esse mundo! — Bem haja o artigo do codigo, que cortou pela raiz esta aliás mui *productiva* arvore de corrupção e malvadez.»

Appropriadas são as palavras do sabio jurisconsulto para esta importante causa, intentada em janeiro de 1870 na comarca da Covilhã, e de que se imprimiram nesta Imprensa, em 1871, as *Reflexões Juridicas* em defesa do mesmo sr. Commendador José Mendes Veiga, seguidas da erudita e bem elaborada sentença, modelo de jurisprudencia, proferida pelo mui digno e integerrimo magistrado, o sr. Joaquim Maria de Miranda e Oliveira.

**Cypriano Silverio Rodrigues Nunes d'Oliveira**, proprietário e capitalista, residente em Nova Gôa (India). Escreveu e publicou:

47) — *Memorial contra a illegal nomeação de Bernardo José da Silveira Lorena para thesoureiro geral interino do Estado da India, feita pela Junta da Fazenda do mesmo Estado, e proposta á confirmação de Sua Majestade.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, folio, 4 paginas.

## E

**Eduardo Burnay**, filho de João Henriques Burnay, nasceu em Lisboa aos 3 de julho de 1852.

Entrou para a Universidade, matriculando-se nos 1.<sup>os</sup> annos das faculdades de Mathematica e Philosophia em 1871. Acha-se ao escrevermos estas linhas matriculado no 3.<sup>o</sup> anno de Philosophia, tendo sido classificado como distincto no 1.<sup>o</sup> anno d'esta mesma faculdade. Quando cursava este, traduziu e publicou:

48) — *A. Naquet. Sobre a Atomicidade.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.<sup>o</sup>, 24 paginas.

**Eduardo Dally Alves de Sá**, filho de João Maria Alves de Sá (Visconde de Alves de Sá), nasceu em Lisboa aos 2 de dezembro de 1849.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.<sup>o</sup> anno da faculdade de Direito em 1867, fez formatura em 1871, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1872.

É Professor Academico correspondente da Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid. Escreveu e publicou:

49) — *Dos direitos da egreja e do estado, a respeito da erecção, suppressão, união, divisão e circumscripção das Dioceses e metropoles.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.<sup>o</sup>, 204 paginas.

Este livro tem a seguinte dedicatoria: Dedico este livro a meus



paes; pronunciando este nome é dizer o motivo d'esta consagração.  
Coimbra, 30 de abril de 1872.— Eduardo.

50) — *Theses de direito, as quaes sob presidencia do ill.<sup>mo</sup> sr. doutor Bernardo de Serpa Pimentel, dignissimo Lente cathedratico da faculdade de Direito, se propõe defender na Universidade de Coimbra, para obter o gráu de doutor, Eduardo Dally Alves de Sá.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 21 paginas.

Estas theses são em latim e portuguez, tendo o seguinte offerecimento: Ao ex.<sup>mo</sup> sr. José Dias Ferreira, do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretario de Estado Honorario, Grã Cruz da Ordem de Carlos III de Hespanha, Lente cathedratico da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.

O livro com o n.º 49 é a Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de Direito, que defendeu no dia 26 de julho de 1872.

(Continúa.) A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

## PUBLICAÇÕES RECENTES

---

*Antoine de Laval et les Écrivains bourbonnais de son temps*, par H. Fause. Moulius, Chez Martial, 1870, 8.º, 2.º édit. II, 477 pag.

*De Maritima Veterum Hispania a Sacro Promontorio ad Pyreneos usque montes addita maritimæ fabula, Thesim Olaromontensi Litterarum facultati proponebat.* H. Fause. Morinis, apud Martial, 1870, 8.º, 131 pag., 1 cart.

*Curso de Meteorologia*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1869, 8.º, 155 pag.

*Tratado Elementar de optica*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1874, 8.º, 396 pag.

*Introdução á Sciencia das Finanças*, estudos ordenados e redigidos segundo as prelecções que o sr. dr. Mendonça Cortez fazia na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1871 a 1872 por Candido de Figueiredo, bacharel formado em Direito, Socio do Instituto de Coimbra, da Commissão nacional dos orientalistas de Paris e da dos orientalistas de Londres, etc. (Fasciculo I). Coimbra — Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 101 pag.

---

## EXPEDIENTE

Por absoluta falta de espaço não entram neste n.º alguns artigos da redacção, que já estão compostos, nem começámos ainda a publicação de uma serie de interessantes artigos do nosso distincto collaborador, o sr. Thomaz Ribeiro. Releve-se-nos a demora involuntaria.

## REDACTORES

### REDACTORES

Candido de Figueiredo

Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata

Dr. João Jacintho da Silva Corrêa

Dr. João José de Mendonça Cortez

Dr. Joaquim José Paes da Silva Junior

Dr. Julio Marques de Vilhena

Dr. Luiz da Costa e Almeida.

## REDACTORES

Com a publicação desta revista, não se trata de um simples  
orgão de propaganda, mas de um órgão de cultura, que se  
propõe a discutir os problemas da vida social e política do  
país, e a promover a cooperação entre os diversos setores  
da sociedade brasileira.

# O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

---

XVIII ANNO — MARÇO DE 1874

---

SEGUNDA SERIE — N.º 11

---

COIMBRA  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE

## SUMMARIO

|                                                                                         | Pag. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|------|
| FAZENDA PUBLICA DE PORTUGAL EM 1874-75 — por M. C. . . . .                              | 193  |
| ORIGENS DO SOCIALISMO — por J. Frederico Laranjo . . . . .                              | 201  |
| ESTUDO CHIMICO DE ALGUNS DERIVADOS DA CAMPHORA —<br>por J. dos Santos e Silva . . . . . | 220  |
| O CONSELHO DA REGENCIA — por Alberto Telles . . . . .                                   | 228  |
| QUADROS DA VIDA ROMANA — por Luiz Garrido . . . . .                                     | 231  |
| NO MINHO — por A. A. da Fonseca Pinto . . . . .                                         | 240  |

---

---

## CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

|                                                          |        |
|----------------------------------------------------------|--------|
| Em Coimbra, por anno, ou 12 numeros . . . . .            | 1\$500 |
| Numero avulso . . . . .                                  | 160    |
| Para fóra de Coimbra accresce o importe das estampilhas. |        |

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. Mendonça Cortez; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto, Coimbra.

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

## FAZENDA PUBLICA DE PORTUGAL EM 1874-75

(Continuado do n.º 10, paginas 160)

Nas sessões dos dias seguintes 4, 6, 7 e 9, embora a *ordem do dia* continuasse a mesma, apesar d'isso a camara entreteve-se noutros assumptos; e só na sessão do dia 10 de março continuou a discussão do orçamento, lendo-se na meza como *pertence* ao anterior parecer as rectificações feitas no dia 28 de fevereiro pela commissão de fazenda ao orçamento do ministerio da marinha, reduzindo-o em 939\$155 réis.

Este parecer, que apenas se reduz á simples indicação das rectificações, é assignado por todos os membros da commissão, excepto pelos srs. *Dias Ferreira* e *Antonio José Teixeira*, e foi approvedo, como a grande maioria dos capitulos do orçamento, *sem ser discutido*<sup>1</sup>. Processo de debate, segundo nos parece, menos razoavel, do que se a rectificação fosse discutida, como podia e devia ser, conjunctamente com o orçamento rectificado; pois que, sendo a rectificação anterior á discussão do parecer, a camara poderia com melhor conhecimento votar, e respeitaria aliás o espirito do seu regimento interno, que manda discutir simultaneamente os artigos com as suas respectivas emendas<sup>2</sup>.

Em seguida leu-se o parecer lavrado pela commissão de fazenda em 6 de março e assignado por todos os seus membros, excepto pelos srs. *Antonio Maria Barreiros Arrobas* e *José Dias*

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 707.

<sup>2</sup> *Resolução da Cam. dos Deput.*, tomada na sessão de 13 de janeiro de 1844. Dispos. 9.ª, n.º III das Addiç. ao Regim. Int. da Cam. 23 de janeiro de 1827.

*Ferreira*, ácerca das propostas de varios deputados sobre o orçamento geral da despesa do estado <sup>1</sup>.

Neste parecer a commissão: 1.º pronunciou-se pela approvação da proposta do sr. *Vanzeller*, entendendo que na disposição do decreto de 9 de junho de 1870, artigo 8.º, que «*mantinha aos actuaes conselheiros de estado os seus vencimentos*», se deviam comprehender os conselheiros de estado extraordinarios, substitutos permanentes da secção do contencioso administrativo <sup>2</sup>;

2.º Concordou com a proposta do sr. *Pires de Lima* e outros deputados para que fossem elevados a 100\$000 réis os ordenados dos professores de instrucção primaria, mas reservou a sua definitiva approvação para um projecto especial elaborado pela commissão de instrucção publica de accordo com o governo <sup>3</sup>;

3.º Sympathisando com o principio fundamental da outra proposta do sr. *Pires de Lima*, para que a verba destinada ás inspecções das escholae e aos ordenados dos professores de ensino simultaneo fosse elevada a 10:000\$000 réis, mas parecendo-lhe comtudo que nas sobras das cadeiras vagas de instrucção primaria haveria o bastante para occorrer a esses encargos, julgou por isso inutil approvar esse augmento de despesa <sup>4</sup>; conselho que mereceria elogios se desgraçadamente não instigasse a uma economia improductiva e prejudicial, como são todas as que tendem a amesquinhar os serviços de instrucção publica, particularmente os da *primaria*;

4.º Aceitando os fundamentos da proposta do sr. *José Luciano de Castro*, para que o ordenado do director da casa de correcção das Monicas fosse elevado de 200\$000 a 400\$000 réis, entendeu dever remettel-a comtudo á respectiva commissão para a tomar na devida conta <sup>5</sup>;

5.º Parecendo-lhe dever seguir o exemplo dos annos anteriores, approvou a proposta do sr. *Agostinho de Ornellas* para que na

<sup>1</sup> Ibid., p. 707 e 708, col. 2.ª

<sup>2</sup> Ibid., p. 708, col. 1.ª e 2.ª

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid. e p. 709, col. 1.ª

<sup>5</sup> Ibid.

lei de despesa entrasse a disposição do artigo 13.º da lei de 19 de abril de 1873 sobre congruas do clero do Funchal <sup>1</sup>;

6.º Afirmando que a proposta do sr. *Pinheiro Borges*, para que se votasse a verba de 500\$000 réis para o estabelecimento de uma escola practica no batalhão de engenharia, deveria ser attendida em projecto de lei especial, entendeu dever remettel-a tambem á respectiva commissão <sup>2</sup>, parecendo evitar por esta fórma o trabalho e a responsabilidade de estudar devidamente o remedio, aliás modesto, proposto pelo sr. *Pinheiro Borges* contra a viciosa organização actual do corpo da engenharia portugueza;

7.º Concordando com o sr. *Pires de Lima* em que as percentagens dos directores e distribuidores dos correios em Lisboa, Porto, Coimbra, Villa-Real, Vizeu, Santarem, Beja e Faro são diminutas, apesar de a respectiva verba orçamental ter sido augmentada em 6:000\$000 réis, acceitou, de accordo com o governo, a elevação d'aquella verba a mais 2:099\$100 réis, que deverão sahir, segundo propõe a commissão, das sobras que effectivamente houver no capitulo 10.º do orçamento do ministerio das obras publicas <sup>3</sup>. Resolução audaz, que seria excellente se não fizesse triste contraste com aquell'outra relativa á instrucção primaria;

8.º Emfim a commissão, não adoptando a proposta do sr. *Mariano de Carvalho* para que no capitulo 7.º, art. 9.º, secção 7.ª do mesmo orçamento se supprimissem as palavras *egrejas parochiaes*, julgou poder satisfazer ao fim que ella evidentemente tinha em vista, declarando que as obras e reparos das egrejas parochiaes só em ultima extremidade devem ser subsidiados pelo governo <sup>4</sup>. Declaração que acharíamos merecedora dos elogios dos homens practicos, se infelizmente elles não soubessem que esta e analogas declarações vigoram apenas nos fastos dos parlamentos, onde têm o seu reino e o seu tumulo.

Terminada a leitura do parecer iniciou o debate sobre elle o

<sup>1</sup> Ibid., p. 708, col. 2.ª e 709, col. 1.ª

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.



sr. *Pires de Lima*, pedindo para que conjuntamente entrasse em discussão o projecto n.º 38, que elevava a 100\$000 réis os ordenados dos professores de instrução primaria <sup>1</sup>; e havendo o sr. *Mamede* declarado por parte da commissão que acceitava aquella ordem do debate <sup>2</sup>, passou-se tanto á leitura d'esse projecto, organizado pela commissão de instrução publica <sup>3</sup> sobre proposta identica do sr. *Mamede* na sessão de 1873, como á do respectivo parecer da commissão de fazenda, approvando-o <sup>4</sup>.

Seguiu-se o sr. *Pinheiro Borges*, que começou por extranhar o parecer da commissão relativamente á sua proposta, que o sr. ministro da guerra e presidente do conselho havia declarado acceitar, e que a commissão parecesse esquecer que em muitas leis especiaes se estabelecia o que ella tendia a regular <sup>5</sup>.

Notou a necessidade de crear escholas practicas no batalhão de engenharia, que o habilitem não só a desempenhar os mesteres que lhe são reclamados, mas tambem que façam d'elle um corpo que não prejudique pela sua ignorancia e inaptidão os demais corpos do exercito; observou que o augmento da despesa proveniente d'ahi exuberantemente será justificado pelos serviços e vantagens que ao exercito haverá de proporcionar.

Emfim declarou que, se fosse rejeitada a sua proposta, mais valeria que se acabasse com o batalhão de engenharia, que como está para nada serve; ou que pelo menos fosse transformado em batalhão de *operarios militares*; e terminou fazendo sentir os tristes inconvenientes do deploravel systema, de que apresentou varios exemplos, de tornar a iniciativa dos deputados em ficção, dando apenas seguimento aos projectos de iniciativa governamental <sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Ibid., p. 709, col. 1.ª

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Composta dos srs. Joaquim Gonçalves Mamede, presidente, Albino Augusto Giraldes, Manuel Joaquim Alves Passos, Antonio José Teixeira, Manuel Pinheiro Chagas e Adriano de Abreu Cardoso Machado. Ibid., col. 2.ª

<sup>4</sup> Ibid., col. 2.ª

<sup>5</sup> Lei de 20 de julho de 1849, de 21 de dezembro de 1863, de 2 de julho de 1864, e finalmente a de 13 de dezembro de 1869, artt. 14.ª e 17.ª

<sup>6</sup> *Diar. da Cam. dos Deput.*, p. 709, col. 2.ª e seg.

Continuou a discussão o sr. *Braamcamp*, que, notando a confusão do debate e asseverando que apenas tractaria da proposta do sr. *Mamede* sobre augmento dos ordenados dos professores de instrucção primaria, ponderou que o augmento proposto de 25 réis por dia era insignificante, e que não satisfazia aos tão justos interesses dos professores, que deixava ficar na mesma precaria situação; que era empregando outros meios e melhor assegurando a sua sorte que o ensino lucraria, e tambem melhorando as condições materiaes das casas onde elle é fornecido, e aperfeiçoando o methodo da sua fiscalisação. A proposito lembrou os bons fructos que havia colhido de em 1836 (aliás 1863) ter mandado inspecionar as escholas, provocando muitos donativos de particulares e talvez a nobilissima resolução do conde de Ferreira, de que reconhecia principal fautor o sr. *Adriano Machado*. Recordando o principio, que a commissão parecia assentar, «*que a despesa com as inspecções poderia sahir das sobras das cadeiras de instrucção primaria não providas*», notava que tal principio era contra a practica sempre seguida no ministerio do reino, e altamente prejudicial ao ensino, pois que nenhuma inspecções se têm feito, mostrando-se aliás o sr. ministro do reino infelizmente descuidoso de promover e melhorar este ramo de serviço publico, como assás o indicam as longas e frequentes listas de cadeiras vagas que enchem as columnas da folha official; vagaturas que asseverou serem um grave mal para o estado e deverem ser combatidas por todos sem descanso nem distincções de partidos.

Abstem-se de tractar da questão propriamente das despesas publicas, porque só poderia fazel-o em vista do orçamento da receita, para com elle combinar o da despesa e avaliar o estado da fazenda publica: se acreditasse que a camara desejava equilibrar o orçamento e votar receita que equalasse a despesa, discutiria então esta e faria varias propostas augmentando-a ou alterando-a.

Não crê que se possam levar mais longe nem as reduções nem as economias, pois que os serviços publicos estão mal remunerados, e as reduções isoladas e pouco pensadas podem prejudicar seriamente os serviços publicos.

Além de que, de varios factos que citou, parecendo-lhe dever

concluir que o governo por vezes infelizmente despreza os algarismos que a lei de despesa lhe concede, como aconteceu no ministerio da guerra, como presume que aconteceu no ministerio das obras publicas pela pertinacia com que o respectivo sr. ministro se tem recusado a dar-lhe os esclarecimentos muitas vezes reclamados, é ociosa e de nulla importancia a discussão do orçamento da despesa, e entendia dever reservar-se para discutir a questão de fazenda, quando for publicado o parecer da commissão sobre a receita do estado <sup>1</sup>.

Nesta occasião o debate foi interrompido pelo sr. ministro da justiça, apresentando uma proposta de *bill de indemnidade* ao governo <sup>2</sup> por haver cerca de seis mezes antes promulgado o decreto de 15 de setembro de 1873, prorogando por seis mezes o praso para a cobrança dos fóros vencidos em conformidade da lei de 20 de março do mesmo anno, art. 1.º <sup>3</sup>.

Depois de aceita esta proposta para ser enviada á respectiva commissão, continuou o debate, usando da palavra o sr. Mamede como relator da commissão de fazenda e começando por notar como o zelo do sr. Braamcamp pela instrucção primaria, do qual déra sobejas provas quando fôra anteriormente ministro do reino, justificava a preferencia que no seu discurso havia dado ao assumpto do capitulo 9.º do orçamento d'esse ministerio, *instrucção publica*. Confessou que o sr. Braamcamp havia sido benevolo; que as casas das escholas primarias não são apropriadas, nem a mobilia sufficiente para os alumnos se exercitarem na escripta e na arithmetica, e que o sr. Braamcamp, chamando a attenção do governo para este assumpto, fizera um grande serviço ao paiz.

Asseverou que, além das casas construidas com o donativo do conde de Ferreira, ainda outras se haviam construido e se construiam, como para ambos os sexos a de Coimbra, que era magnifica; para rapazes a da freguezia de Lordello do Porto, que era excellente; para meninas a da freguezia de Leça á custa

<sup>1</sup> Ibid., p. 710, col. 2.ª e seg.

<sup>2</sup> Ibid., p. 712, col. 1.ª

<sup>3</sup> *Diar. do Gov.*, 1873, n.º 65; *Collec. LL.*, 1873, p. 41.

do donativo d'uma senhora da localidade, reunindo, além de vistosa e ampla, todas as desejaveis condições, e a de Lisboa emfim que é modelo futuro: exemplos dignos de imitação e que devem achar no governo zelo sufficiente para serem seguidos. Notou, emquanto ao augmento dos ordenados dos professores primarios, que, embora todos concordassem que não era occasião para resolver a questão da instrucção primaria, comtudo era necessario e justo, e já o sr. *Adriano Machado* havia nisso concordado, beneficiar os professores, e que já no anno antecedente a commissão de instrucção publica havia assentado nas bases do parecer a dar, e que por isso o sr. *Braamcamp*, censurando a commissão de pouco diligente, fôra menos justo, como seria confirmado pelo sr. *Adriano Machado*.

Concordou em que as inspecções ás escholas de instrucção primaria são indispensaveis, como a commissão diz no seu relatorio do parecer do orçamento <sup>1</sup>, e noutro parecer já apresentado, pois que só por ellas conhecerá o governo qual o serviço dos professores, e se é preciso augmentar os vencimentos d'estes, e o numero das escholas, como se tem esforçado em o fazer o actual sr. ministro do reino, que em um anno creou 116 escholas, 48 para rapazes e 68 para meninas.

Emquanto á verba destinada no orçamento para as inspecções notou que, estando vagas 346 cadeiras, regidas por professores substitutos ou provisorios, e propondo a commissão no artigo 6.º do projecto de lei de despesa que o governo fique auctorisado a transferir verbas de artigo para artigo do mesmo capitulo <sup>2</sup>, se a camara approvar esta disposição, como é de uso, o governo terá

<sup>1</sup> *Diar. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 601, col. 1.ª

<sup>2</sup> «A despesa faz-se como é auctorisada para cada artigo do orçamento. Quando, porém, for indispensavel transferir uma ou mais verbas de um para outro artigo, dentro do mesmo capitulo, poderá assim fazer-se, precedendo decreto fundamentado em conselho de ministros, publicado na folha official do governo» artigo 6.º do projecto de lei de despesa, apresentado pela commissão de fazenda da *Cam. dos srs. Deput.* (*Ibid.*, p. 603, col. 2.ª) Disposição que aliás é a do Regul. Ger. de Contab. de 4 de janeiro de 1870, art. 41.º e §§ 1.º, 3.º e 4.º

para o serviço das inspecções, que pertencem ao mesmo capítulo 9.º, do orçamento do ministerio do reino <sup>1</sup>, a verba de cerca de 20:000\$000 réis, que a tanto montarão as sobras provenientes das cadeiras não providas depois de deduzir as despesas com os professores substitutos ou provisórios.

Respondendo ao sr. *Pinheiro Borges*, asseverou que a commissão não tinha attendido á proposta do mesmo sr., por a ter achado desacompanhada de esclarecimentos e observações, e que lhe parecia mesmo que o sentido d'ella não era o que o sr. *Pinheiro Borges* pretendia dar-lhe no seu discurso, pois que a eschola practica de engenharia, cujo estabelecimento o sr. deputado propunha, já estava creada por lei, e admira como não funcionasse, tendo o sr. ministro da guerra ao seu dispôr a verba *das despesas extraordinarias e eventuaes*, donde poderiam sahir os fundos necessarios. Terminou apresentando por parte da commissão um additamento ao artigo 1.º do projecto de lei n.º 38, tendente a estender o beneficio do mesmo projecto aos professores de Lisboa, Porto e Funchal, e propondo que o ordenado d'estes fosse o fixado no artigo 23.º do decreto de 20 de setembro de 1844, sem dependencia da clausula do § unico do artigo 24.º do mesmo decreto, e que o ordenado das mestras de meninas nas mesmas cidades fosse augmentado com 10\$000 réis annuaes <sup>2</sup>.

(Continúa).

M. C.

<sup>1</sup> Entram na secç. 6.ª, do artigo 26.º *Despesas diversas*. Vej. Orç. Ger., p. 190, e em resumo a organização d'este capítulo 9.º na nossa *Synthese do Orçamento Geral* para o exercício de 1874-75. Coimbra, 1874, 8.º, p. 36, 37 e 38.

<sup>2</sup> *Diar. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 712, col. 1.ª e seg.

## ORIGENS DO SOCIALISMO

(Conferencia pronunciada no Instituto a 31 de janeiro de 1874)

No mar das ilhas Jonias vogava um navio; um dia as vagas quebraram-no contra a praia, deixando nella semi-morto um rapaz de vinte annos, formoso como Byron. Um corsario que estava ausente era o senhor da ilha; a filha do corsario, no seu passeio da tarde, encontrou o moribundo, chamou-o á vida, e por isso mesmo que lh'a restituiu, amou-o.

Dias depois veiu a noticia de que o mar, como um leão domesticado que se esquece das feições do dono, tinha engolido o corsario. Juan e Haidea estavam livres.

Uma tarde dormiam a sésta; Haidea sonhava um sonho formoso; no sonho veiu-lhe esta idéa — seu pai tinha chegado; sobresalta-se, accorda, relanceia os olhos, e o sonho era uma realidade: o corsario estava alli, immovel como uma estatua, e com a clavina aperrada contra o amante da filha.

A humanidade, senhores, esta Haidea de todas as regiões, sonhou tambem um sonho formoso; sonhou chamando-se Platão, e Campanella, e Thomaz Morus, e Morelly, e Fourier. E um dia accordou; e, como no sonho de Haidea, o corsario estava alli, terrivel como um combate num cemiterio, á luz do incendio d'uma cidade. Meu Deus, quem és tu? Eu sou o sonho que tu sonhaste, chamo-me *socialismo* e estou farto de ser um sonho; ou faz-me realidade, ou caia o teu sangue sobre a tua cabeça.

O socialismo, senhores, é hoje uma força, legitima ou illegitima, não é esse o meu assumpto. Eu venho fallar sómente d'estas idéas que relampagueiam no horizonte ameaçando e sorrindo. Se todas as idéas são eternas, como affirmava Proudhon, o socialismo manifestou-se muitas vezes na historia theorica e practicamente;

na Judeia <sup>1</sup>, em Sparta, em Roma com os Gracchos, e na idade media, como filho da Reforma, levantou-se com ella, com os camponezes da Suabia e com os Anabaptistas.

Não é d'estes factos que eu fallo; são antecedentes e não origens do socialismo moderno. Não é do anno sabbatico de Moysés, nem da obrigação de conservar o patrimonio de cada familia pela reversão quinquagenal dos bens vendidos aos vendedores; nem das leis de Lycurgo; nem das tentativas dos Gracchos; nem dos artigos cheios d'uncção dos Suabios; nem dos delirios de João de Leide que vêm as doutrinas e as tentativas de hoje. Do mesmo modo que ás vezes se vêem ao longe relampagos, sem se ouvir estrondo, indicios d'uma tempestade longinqua; assim estes factos manifestavam uma tempestade remota, mas remota no tempo; indicavam uma necessidade e uma tendencia do espirito humano, tendencia e necessidade que estava em germen, e que começa agora a manifestar-se com força.

Onde vai o socialismo buscar esta força que aterra uns e regosija outros? Tudo o que vive está coordenado com o que tem vida. Quaes são as doutrinas e os phenomenos com que estão associadas as doutrinas socialistas — eis o que eu venho expôr. É levantar um pouco a terra e mostrar as raizes da arvore.

O socialismo moderno, senhores, coordena-se com a philosophia pantheista da Allemanha, prende-se ás idéas politicas da revolução franceza, filia-se no systema economico dos physiocratas, e até o direito civil e o direito commercial são confluentes opulentissimos d'estas doutrinas. Estas origens, origens que são idéas, robustece-as um facto — as máchinas. Os instrumentos de trabalho tambem têm um partido. Dizei á Europa que seja democratica sem a imprensa. Impossivel.

Nesta conferencia eu mostrarei como a philosophia allemã, as

<sup>1</sup> Levit., cap. xxv, principalmente os vv. 4, 5, 10, 11, 13, 23, 24, 36, e cap. xix, vv. 9 e 10.

idêas da revolução, o systema dos physiocratas, o direito civil e commercial se ligam com as idêas socialistas; numa segunda demonstrarei a influencia das machinas nas idêas e na razão de ser do socialismo.

O periodo mais brilhante da philosophia allemã começa com Manuel Kant, continúa em Fichte, em Schelling, e acaba em Hegel. Kant separa o entendimento e o mundo; d'um para o outro não ha ponte; mas como este scepticismo não podia persistir, Kant legava aos seus successores a tarefa de o removerem, sem voltarem ás soluções que elle tinha criticado e refutado. Era um problema difficillimo; mas Kant legava na idêa de unidade o primeiro termo da solução, e no mechanismo das suas divisões em tres termos o methodo que a devia encontrar.

A idêa de unidade era para Kant a categoria da razão pura, a fórma que ella impunha a todos os conhecimentos; de todas as categorias era a categoria superior<sup>1</sup>. O mechanismo das divisões era o seguinte:—Todas as divisões de Kant tinham tres termos; o segundo era o contrario do primeiro, o terceiro a reunião de ambos; por exemplo: as categorias das idêas em quanto á quantidade são — unidade — pluralidade — totalidade<sup>2</sup>. Pluralidade — termo contrario a unidade; totalidade — a pluralidade e a unidade reunidas em synthese. Tinha-se chegado, ou podia-se chegar a este mechanismo pela consideração de que em toda a divisão os termos são oppostos e se reúnem no todo de que são parte. Este mechanismo, que é accidental na philosophia de Kant, torna-se o methodo geral do pantheismo em Hegel; e a idêa de unidade, essa apoderam-se d'ella os successores de Kant para reunirem o entendimento e o mundo divorciado pelo criticismo.

Fichte, Schelling e Hegel caminharam pela idêa de unidade para a idêa de identidade, e resolveram por esta o problema. As leis do entendimento e as leis do mundo são identicas; a natureza e o homem são momentos diversos d'uma mesma lei. Ha identi-

<sup>1</sup> Critique de la Raison pure, tom. 2. Du but dernier de la dialectique naturelle de la raison humaine. Trad. Terrot, 1845, p. 370 e seg.

<sup>2</sup> Ibid., tomo 1.º, p. 103.



dade universal, analogia universal; e a identidade é tal que Schelling e Hegel, orgulhosos como os edificadores da torre de Babel, tomam uma idêa, batem-n'a com a dialectica, e tiram d'ella a logica, a sciencia da natureza e a sciencia do homem.

Ora d'estas theorias que consequencias se tiravam em economia? Se a identidade é o principio primario da philosophia, este principio ha de reflectir-se em todos os ramos d'ella, e se ha uma sciencia que tem como categoria a idêa do util, a identidade ha de applicar-se a essa idêa; e a applicação da idêa de identidade á idêa do util, eis o socialismo. Schelling e Hegel não tiraram todavia estas consequencias; Hegel, o dialectico terrivel, esquece-se da dialectica; mas cada idêa tem dentro de si a logica que lhe desenrola as consequencias; a idêa de identidade impregna de si a atmospheria intellectual da Allemanha, passa por cima do Rheno, e cinge-se com a teimosia d'uma hera ao cerebro de Saint-Simon, ao coração e a cada fibra de Fourier, e emquanto a Allemanha proclamava a identidade universal, a França respondia — e portanto a identidade dos interesses.

O pantheismo, senhores, é com effeito o systema de philosophia que dá á luz o socialismo. É em nome da idêa de identidade e para identificar os interesses, que Platão architecta a republica. É elle mesmo que o diz. Saint-Simon é completamente pantheista; para elle todos os phenomenos se regem por uma mesma lei — a attracção; é a identificação dos interesses da Europa que o conduz á organização d'um parlamento europeu. A solução do problema social, escreve elle, consiste em encontrar um caminho que seja commum ao interesse particular e ao interesse geral. Fourier indica no titulo da sua obra o rumo das suas idêas — Theoria da Unidade Universal, — e unidade universal e identidade universal são synonymos; para que tudo seja um, é necessario que tudo seja identico. Abre-se a obra que tem este titulo, e encontra-se o pantheismo em cada linha. Fourier é tão profunda e tão espontaneamente pantheista, que nem sequer sabe que o é. Com a imaginação descobre o methodo da these, antithese e synthese que Hegel determinou pelo raciocinio. Na parte, chame-mos-lhe metaphysica, da sua obra, Fourier estabelece a unidade

da lei para todos os phenomenos; a parte critica consiste em demonstrar que em moral, em legislação, em economia, tudo são opposições reciprocas; a parte organica harmonisa essas opposições. Demos um exemplo: Fourier analysa a grande propriedade, vê que tem vantagens — poder ser agricultada pelos methodos scientificos, ser por isso mais productiva; mas tem um inconveniente — serem poucos os proprietarios, estabelecer-se um feudalismo. — Analysa a pequena propriedade, vê que tem uma vantagem — serem muitos os proprietarios; — um inconveniente — não poder agricultar-se segundo a sciencia, e ser por isso pouco productiva. — O problema é — encontrar para a propriedade uma organização em que se reunam as vantagens da grande e da pequena, destruindo por isso os inconvenientes d'uma e da outra. Hegel não teria procedido d'outro modo.

Para Fourier, Schelling é pouco pantheista, como para Karl Marx Proudhon é pouco revolucionario. Fourier volta-se para Schelling, e diz-lhe: — Lá nos vossos livros fallais em identidade e em analogia universal. Muito bem. Mas estas duas idéas são nas vossas mãos cousas que não têm serventia. Analogia universal! Dizei-me lá que analogias ha entre esta flor e este mineral, entre esta flor e um character de homem. Nada d'isto sabeis. — E elle, allucinado pelo pantheismo, corre a formar uma theoria das analogias. Ha, diz elle, sete côres, sete signos, sete curvas, sete paixões, sete direitos naturaes, e põe tudo isto em correspondencia, e depois applica a uma flor, a uma ave, e apparecem os quadros mais risonhos que têm phantasiado homens. Vós, os que temeis o pantheismo, fugi de Fourier; é uma pilha de pantheismo, sae-lhe o pantheismo pelos cabellos.

E esta idéa de identidade, que actua assim em Saint-Simon e em Fourier, actua tambem em Luiz Blanc e em Proudhon.

É em nome da idéa de unidade, a idéa mãe da idéa de identidade, que Luiz Blanc escreve e milita. O methodo de quasi todos os livros de Proudhon é o methodo Hegeliano da these, antithese e synthese, cuja invenção Bastiat lhe attribue pouco scientificamente. Ainda que este methodo seja depois desprezado por Proudhon, elle fecunda todas as suas obras, e em quasi todas

ellas se encontram principios da philosophia positiva, filha do pantheismo, o pantheismo sem cabeça. A propria idéa de identidade é expressa por Proudhon.—O que nós pômos no lugar da politica, escreve elle <sup>1</sup>, é a identidade dos interesses.

Mas não é só no socialismo theorico que se manifesta a idéa de identidade, tem já descido á practica. Schulze Delistche povoou as cidades da Allemanha de bancos populares. O principio d'estes bancos é que os individuos que tomam dinheiro a juro pertençam á associação que formou o capital; quer-se estabelecer a identidade entre o interesse do mutuante e do mutuário.

Não é necessario ir mais longe, senhores. Tendo provado uma parte da minha these: o socialismo coordena-se com o pantheismo da Allemanha. O pantheismo, que se manifesta logo no começo da philosophia, estabelecendo como o problema d'ella — a explicação do modo como o diverso sahira do identico <sup>2</sup>,— applicou-se finalmente á economia, investigando como é que o diverso dos interesses se ha de resolver em identidade.

Na Allemanha appareceu a arvore e o pollen, o vento bateu-o, e o sol da França vai amadurecendo o fructo. Na Allemanha, porque é barbara ainda, ainda feudal, porque está em relação á França no seculo de Luiz XIV; porque necessita d'um despotismo que nivele para passar da egualdade perante o despota á egualdade da liberdade, Hegel apresentava um direito natural que consubstanciava Deus no Estado e que por isso se alliava perfeitamente com as necessidades da Allemanha. Mas, não deduzindo da idéa de identidade o socialismo que está nella, Hegel apresenta todavia um principio que favorece poderosamente o socialismo. Este principio é o muito conhecido — Tudo o que é real é racional,— principio de que dizem muito mal, e que se póde traduzir assim — Tudo o que tem uma certa força de realidade não póde ser o resultado do arbitrio do homem, tem uma razão de ser fatal e é por isso legitimo. — Este principio favorece, disse eu, o socialismo. Quem estiver convencido d'este principio, olhando para

<sup>1</sup> *Idée générale de la Révolution*, pag. 259.

<sup>2</sup> Problema formulado por Anaximandro.

o socialismo, vendo-o a produzir-se em toda a parte e por mil modos, vendo-o mesmo nos seus transvios, destruindo as fabricas de Roubaix, queimando as Tulherias, abatendo a columna Vendôme, conhecerá que ha aqui uma força de realidade; e o principio de Hegel leval-o ha a não desprezar essa força, mas a indagar, a estudal-a. Os systemas pantheistas da Allemanha, senhores, são pois irmãos e companheiros d'armas dos systemas socialistas da França; enquanto as duas nações combatiam, abraçavam-se elles por cima do Rheno.

As idéas politicas da revolução franceza disse eu que eram outra origem do socialismo. Estas idéas estão resumidas numa formula que todos conhecem — liberdade, egualdade e fraternidade —. De quem é esta formula? Quem traçou este triangulo? Não traz a assignatura de nenhum homem. Traçaram-n'o quatro mil e quatro annos accrescentados com dezenove seculos; estabeleceram-n'o as injustiças, as lagrimas e as meditações de todos estes tempos; appareceu um dia no céo, luminoso, como o sol, rubro como o sangue, agoureiro como um cometa.

Estas idéas estão tambem a chover socialismo. A liberdade e a egualdade das constituições actuaes ha de conduzir-nos a uma ordem economica diversa. São tres as condições da liberdade — exempção de grilhões, luz e pão. Preso pelos braços, pela intelligencia ou pelo estomago, tudo é estar preso. Um ignorante é um animal a que se põe um freio e que se leva para onde se quer; um homem que não tem pão é uma criança que vai atraz de quem o tem, do mesmo modo que a criança corre atraz da mãe que lhe mostra um pomo, ou esse outro pomo, o seio. — Dai me o vosso voto. — Mas já o dei a outrem que representa melhor as minhas idéas. — Sim? Ponde-vos lá fóra da minha propriedade ou da minha fabrica. A fórmula pela fórmula é um absurdo em litteratura e em politica. A liberdade e a egualdade formaes são uma promessa da liberdade interior e do equilibrio economico.

Com effeito, senhores, os escriptores que prepararam a revolução politica, tinham nos seus escriptos os germens da revolução economica. Rousseau é o theorico da revolução, e Rousseau é

socialista, e socialista pelas mesmas idéas que o fazem revolucionario; abri o *Contracto Social* e o livro da *Desegualdade entre os homens*, e ficareis convencidos. No estylo ardente d'esse homem, que dizia a Deus — sôe a trombeta do juizo final quando quizer, e eu apresentar-me-hei deante de vós com este livro na mão, — lá se encontra negada a propriedade territorial<sup>1</sup>; lá se affirma que a legislação deve ter por fim fazer com que nenhum cidadão possa ser assaz opulento para comprar um outro, e nenhum assaz pobre para ser constrangido a vender-se<sup>2</sup>. E isto em nome da egualdade e da liberdade. Esta idéa repete-se muitas vezes e sob varias fórmas. Quereis dar ao Estado consistencia? Pergunta Rousseau. Approximae os gráus extremos tanto quanto for possível; não soffraes nem opulentos nem famintos. O *Discurso sobre a Desegualdade* termina com esta mesma idéa. — É evidentemente contra a lei da natureza, de qualquer modo que a definam, que um punhado de homens regorgite de superfluidades, em quanto a multidão esfaimada não tem o necessario. — É a idéa que proseguia Moysés e Platão, o desideratum do socialismo.

Diderot vê tambem na propriedade uma fonte de males. — A propriedade, escreve elle, é a causa geral e permanente de todos os males<sup>3</sup>. Quereis regenerar o mundo? Dae aos verdadeiros sabios plena liberdade de atacar os erros e os prejuizos que sustentam o espirito de propriedade. Eu indico o golpe que se deve dar á raiz de todos os males; outros mais habeis do que eu conseguirão talvez persuadir-o. — Mably, discipulo de Rousseau, torna ainda mais salientes estas idéas. Para Mably o seculo d'ouro era o templo feliz em que as propriedades eram desconhecidas<sup>4</sup>.

Annos depois da morte de Rousseau, Turgot pretende fazer pacificamente o que depois fez a revolução; e Turgot, como vereis em seguida, têm nas suas doutrinas os germens do socialismo. Annos depois ainda, a liberdade e a egualdade tomavam a Bas-

<sup>1</sup> *De l'Inégalité parmi les hommes*, seconde partie, pr.

<sup>2</sup> *Contract Social*, seconde partie, chap. 11.

<sup>3</sup> Citado por Laurent, *Études sur l'histoire de l'Humanité. La Révolution Française*, première partie, pag. 577.

<sup>4</sup> Mably, *De la Législation*, liv. 1.<sup>o</sup>, chap. 3.

tilha, atiravam em repto á realza em armas a cabeça d'um rei, e decretavam a victoria com a convicção de que tinham a omnipotencia.

Onde estavam a esse tempo as idéas socialistas?

As idéas de Rousseau, de Diderot e de Mably sobre a propriedade reaparecem nos dias da revolução. Um dos primeiros a desencadear-lhe as tempestades, Mirabeau-Trovão, como lhe chamava Camillo Desmoulins, deixava no seu ultimo discurso, discurso que leu na tribuna uma voz que não era a d'elle, as palavras seguintes: — Se consideramos o homem no seu estado originario e sem sociedade determinada com os seus semelhantes, parece que elle não póde ter direito exclusivo sobre nenhum objecto da natureza, porque o que pertence igualmente a todos não pertence realmente a ninguem. Não ha producção do solo, nem producção espontanea da terra de que um homem tenha podido apropriar-se com exclusão d'um outro. Não é senão sobre o seu proprio individuo, não é senão sobre o trabalho das suas mãos, sobre a cabana que elle construiu, sobre o animal que abateu, sobre a terra que cultivou, ou antes sobre a propria cultura e sobre o seu producto, que o homem da natureza póde ter um verdadeiro privilegio; mas desde o momento em que recolheu o fructo do seu trabalho, o solo sobre o qual desenvolveu a sua industria volta ao dominio geral, e torna-se commum a todos os homens. — Mais ainda. — Pois que o direito de propriedade sobre a maior parte dos bens de que os homens gozam é uma vantagem que lhes é conferida pelas convenções sociaes, nada impede, se quizerem, que se considerem estes bens como entrando de direito pela morte dos seus possuidores no dominio commum, e que voltem em seguida, pela vontade geral, aos herdeiros que nós chamamos legitimos<sup>1</sup>.

Mirabeau funda a propriedade numa convenção, a herança noutra convenção; d'aqui a dizer-se que a propriedade é um roubo vai um passo, e esse tinha-o dado um outro revolucionario, o gi-

<sup>1</sup> *Discours sur l'égalité des successions en ligne directe.* Moniteur du 5 avril 1791.

rondino Brissot. É de Brissot a phrase terrivel — a propriedade é um roubo; — Proudhon repetiu-a, e assustou com ella o mundo.

Um outro revolucionario — Rabaut Saint-Etienne — quer a egualdade dos bens; e para a conservar diz: — O legislador pôde estabelecer leis precisas sobre o maximo de fortuna que um homem pôde possuir<sup>1</sup>. Ha quem lhe responda que esta egualdade que se pretende estabelecer seria a egualdade da miseria. Mas esta egualdade de facto attrahe a maioria dos revolucionarios. Numa sessão dos Jacobinos apresenta-se uma declaração de direitos, em que se lê; — Os direitos naturaes dos *sans-cullotes* consistem no gozo e usufructo dos bens da terra, nossa mãe commun<sup>2</sup>. No numero 167 do jornal — as *Revoluções de Paris* — lê-se: — É necessario, e sem isso não ha egualdade, e sem egualdade não ha liberdade, é necessario que se aproximem as fortunas, de modo que se destrua a preponderancia do rico sobre o pobre. Por uma consequencia immediata da egualdade social, as fortunas particulares devem ser cedo ou tarde niveladas.— Os Montanhezes, os homens do terror, suffocam estas idéas. Robespierre, o moralista rigido, que se mancharia com um beijo de mulher e que se lavava em sangue, grita aos ricos: — Almas de lama, eu não quero tocar nos vossos thesouros—<sup>3</sup>. E a convenção decreta pena de morte contra todo aquelle que propozesse leis agrarias<sup>4</sup>.

Mas estes adversarios da idéa socialista não o são tanto, que não deixem de colorir com ellas os seus projectos de lei e os seus devaneios. Robespierre escreve na sua declaração de direitos: — A sociedade é obrigada a prover á subsistencia de todos os seus membros, ou procurando-lhes trabalho, ou assegurando meios de existencia áquelles que não podem trabalhar. Os soccorros indispensaveis áquelle que não tem o necessario são uma divida do que possui o superfluo<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Vej. Laurent, obr. cit., pag. 145.

<sup>2</sup> Laurent, obr. cit., pag. 148.

<sup>3</sup> Ibid., obr. cit., pag. 146.

<sup>4</sup> Decreto de 18 de março de 1793.

<sup>5</sup> Laurent, obra cit., pagg. 148 e 149.

Barère no relatório sobre os indigentes escreve: — Os desgraçados são as potências da terra; elles têm o direito de fallar como senhores aos governos que os desprezam. O nome de indigente é um nome sagrado, mas este nome será depressa desconhecido na republica. Numa republica bem ordenada todo o cidadão tem alguma propriedade<sup>1</sup>. Saint Just tem quasi o ideal de Krause. — Para cada homem uma casa e um pedaço de terra. Sómente para Saint Just a casa era uma cabana coberta de colmo, e a de Krause confortavel e risonha, tendo um pateo para aves domesticas, uma horta, um jardim.

Mas porque não vingou então a egualdade de facto? Porque foi que a revolução parou na egualdade e na liberdade formaes?

É da natureza das coisas, senhores, que o homem vá do conhecimento da palavra á analyse do pensamento, da fórma á essencia. A hora da questão politica bate no relógio dos destinos primeiro do que a da questão economica; era a hora da questão politica, combatiam todos pela fórma do governo; os girondinos perdiam a cabeça por pensarem no federalismo; as idéas terriveis tinham-se esquecido d'ellas.

No meio das lutas pela liberdade interior e pela independencia do estrangeiro, era necessario que as idéas socialistas estivessem de parte; batia-se a vanguarda, competia lhes presencear e esperar; mas como que para demonstrarem que estavam vivas e que não haveria decreto que as reprimisse, actuavam com força sobre Babeuf, que pretende realizal-as. Em nome da egualdade, Babeuf conspira contra o Directorio, nega a propriedade individual, quer a egual repartição dos trabalhos e dos gozos. — Vós, grita Babeuf, sois eguaes deante da lei; canalha, que mais precisais? Escutae: nós pretendemos desde hoje viver e morrer eguaes como nascemos; nós queremos a egualdade real ou a morte; eis o que nos é preciso<sup>2</sup>.

A theoria de Babeuf era grosseirissima; esta egualdade tinha um gravissimo defeito, não se combinava com a liberdade; o lobo

<sup>1</sup> Laurent, pag. 150.

<sup>2</sup> Ibid., obr. cit., pag. 153.



da fabula tel-a-hia regeitado. Alem d'isto vinha fóra de tempo; Babeuf sóbe ao cadafalso. Os revolucionarios, senhores, pagam com a vida os seus erros de chronologia; mas o facto demonstra que a revolução da liberdade, da egualdade e da fraternidade era o principio e o prologo d'uma outra revolução, a revolução do socialismo.

Mudada a fórma politica, depois d'um certo tempo quasi todas as questões sobre governo são ao mesmo tempo questões economicas.

Em 1848 uma questão politica traz a questão economica; o socialismo ou o medo do socialismo levanta Napoleão, Thiers, Mac Mahon; e o socialismo engranza com as constituições da Europa, occasionadas da revolução, pelo direito ao trabalho e pela garantia dos soccorros publicos. Se não se retirarem estes dois direitos, um e outro não poderão um dia chamar o socialismo, deixando-o no campo da legalidade?

Agora os physiocratas. Vós, homens pacificos, d'uma innocencia quasi que idylica, vós, adoradores da mãe terra, vós tambem sois revolucionarios. Esse homem que passa, destruidor como Voltaire, e que se ri de tudo, até das suas obras, com as mil faces da sua dialecta, Proudhon, é vosso descendente. Esse outro que medita os problemas sociaes encostado a um balcão, novo Rousseau, mais triste do que elle, mais poeta do que o Ariosto, Fourier, tem tambem o seu nome no vosso livro de familia.

Ha na Biblia, senhores, um versiculo que diz — *Qui operabitur terram suam, satiabitur.* — Sully engraçou com o pensamento, sonhava com elle dia e noite, traduziu-o a seu modo — *labourage et patourage sont les deux mamelles de l'État* — e quiz resumir nelle toda a politica, referir a elle toda a legislação. Quando Henrique IV por causa d'amores queria mandar plantar amoreiras, Sully irritava-se e repetia a sua phrase sacramental. A agricultura era o fraco e o forte do grande homem.

A Sully succede Colbert e a industria. A revogação do edito de Nantes destroe-a; depois de Colbert apparece Law, o Napoleão do credito, e que, como elle, teve tambem Waterloo e Sancta

Helena; sobre as ruínas da industria e do credito reaparece gloriosa a bandeira de Sully, surgem os physiocratas; Sully resuscitára numa multidão de homens cheios de talento e probidade.

Quesnay, medico de Luiz XV, toma a ideia de Sully para principio d'um systema, cujas bases se resumem em pouco: Quesnay dividiu os trabalhos em — trabalhos productivos das riquezas, trabalhos conservadores, trabalhos distribuidores —; só é trabalho productivo de riquezas a agricultura em todas as suas manifestações, os restantes trabalhos são uteis sim, mas improductivos. Por isso era necessario dar a cada especie de trabalho a ordem da sua importancia. Gournay modifica este systema dizendo que a industria tambem era productiva; Adam Smith, Say, Bastiat generalisam mais e dizem que todo o trabalho é productivo, por isso que todo produz valor. Sim, mas valor e riqueza não são identicos. Nem todo o trabalho é productivo; ainda que o fosse, um sel-o-ia mais, outro menos, e era por isso necessaria uma gradação de trabalhos. Houvesse as divergencias que houvesse no conteúdo da classificação, a classificação dos trabalhos segundo a ordem da sua importancia era uma necessidade. A generalisação de Adam Smith e de toda a economia politica foi um passo retrogrado. Numa sciencia, que tem por categoria o util, é necessario não generalisar muito, para não confundir tudo.

Mas, se a economia politica negou os principios fundamentaes dos economistas, de quem ella se diz successora, esses principios não foram inuteis. Fourier lembra-se d'elles. Ha trabalhos productivos e trabalhos uteis, mas improductivos. Nos productivos o mais productivo é a agricultura; a agricultura, conclue elle pois, é o eixo economico da sociedade. É productiva ainda a industria, mas menos do que a agricultura; a industria é pois um annexo da agricultura, e deve organizar-se de modo que não a prejudique. O commercio é util, é necessario, mas não é productivo, o commercio é um intermedio, e como intermedio deve estar subordinado á agricultura e á industria, para as quaes existe. Até hoje não tem sido assim. O commercio, que devia aviventar a agricultura e a industria, vai-as esgotando. O que se diria d'uns órgãos de circulação que absorvessem o sangue que deviam es-

palhar pelo corpo? Todavia é o que faz o commercio. E Fourier faz ao commercio uma analyse terrivel, e no seu systema subordina-o á agricultura e á industria. Ahi andam pelos ares as ideias geradoras das sociedades cooperativas da venda e do consumo. São as consequencias naturaes da classificação dos physiocratas.

A par da classificação dos trabalhos vem a dos trabalhadores. Ha cultivadores, classe productiva, artistas, classe estipendiada, proprietarios, classe disponivel. Em que relação está esta ultima classe com a primeira? Turgot escreve: — O proprietario precisa do cultivador em virtude d'uma necessidade de ordem physica, pela qual a terra não produz sem cultura; mas o cultivador não tem necessidade do proprietario senão em virtude das convenções e das leis<sup>1</sup>. O cultivador conserva o primado natural e physico que o torna o primeiro motor de toda a machina da sociedade. D'aqui sae esta conclusão: — Se o cultivador tem o primado natural, é necessario que tenha o primado socisl, que lhe dêem na sociedade o logar que lhe dá a natureza; e, se a propriedade é do proprietario em virtude das convenções e das leis, é necessario que essas convenções acabem, e que a terra seja de quem a cultiva.— E estas conclusões tira-as a Internacional no congresso de Bruxellas em 1868<sup>2</sup>. Mais: — Como o imposto deve recahir sobre o rendimento liquido, e como, segundo os physiocratas, só a agricultura tem o rendimento liquido, o imposto, segundo elles, só devia recahir sobre a agricultura. Depois d'isto abri o livro de Proudhon — *Theoria do imposto*. Ahi todos os impostos são regeitados em nome da justiça, só o imposto sobre a agricultura é admittido. Nem é imposto, escreve Proudhon,<sup>3</sup> é uma dotação, porque este imposto é o unico que se dirige a um valor, dado, por assim dizer, gratuitamente. Proudhon copia os physiocratas, e tanto que não pode deixar de os citar.— Os veneraveis physiocratas — diz elle. Tira-lhe o chapéu, gigante, são teus ascenden-

<sup>1</sup> Turgot, *Oeuvres*, Edit. Daire, tomo 1.º, pag. 15.

<sup>2</sup> *L'Association Internationale*, par Fribourg.

<sup>3</sup> *Théorie de l'Impôt*, pag. 242.

tes, e estão quasi sempre ao teu lado. Mas não é só aqui que Proudhon é physiocrata. É physiocrata no livro — *O que é a propriedade* — é physiocrata no livro — *Theoria da propriedade* —. A propriedade é um roubo. Donde se segue? A terra tem uma renda. A quem é devida a renda da terra? Ao productor da terra. Quem fez a terra? Deus. Neste caso, proprietario, retira-te. A existencia da renda da terra é o principio de que sae em conclusão este imperativo terrivel — retira-te. E quem affirmou a existencia da renda da terra foram os physiocratas. Mas esta propriedade, que é um roubo, justifica-a Proudhon na *Theoria da propriedade* sob a condição de recahir unicamente sobre ella todo o peso do imposto. Ainda os physiocratas. Mais — a questão geral entre a economia politica e o socialismo formula-a Bastiat por este modo: — A força productiva da natureza entra ou não como elemento de valor nas coisas?<sup>1</sup> Bastiat sustenta que não, o socialismo que sim, eis toda a questão. Ora neste campo de batalha os physiocratas estão na vanguarda do exercito socialista.

Demonstrada a influencia do pantheismo da Allemanha, das ideias politicas da revolução, do systema dos physiocratas nas theorias do socialismo, resta-me fallar da influencia do direito civil e do direito commercial. Estes artigos, que emmalham e quebram nas suas redes as azas da phantasia, tambem concorreram para as ideias socialistas.

Do mesmo modo que nas sciencias as mais simples chegaram á sua constituição primeiro que as mais complexas, assim nos ramos de direito o de direito civil, estabelecido sobre uma relação de egualdade, devia formar-se primeiro do que o direito publico, estabelecido sobre uma relação de desigualdade — governo e governados.

Hoje a ideia de egualdade impõe-se tambem ao direito publico;

<sup>1</sup> Bastiat, *Harmonies Économiques*, pag. 172.

era natural que o direito civil, fundado sobre a egualdade, auxiliasse o direito publico, que se ia estabelecer sobre a mesma base. Por outro lado o direito commercial divergia do direito civil na rapidez e simplicidade das provas, no principio resolutivo das questões, a equidade e não o rigor do direito. Enthusiastas da simplicidade e preferindo a equidade ao *summum jus*, os reformadores deviam acolher bem o direito commercial. Foi o que aconteceu. O direito civil converte-se em direito publico, o direito commercial em direito civil.

Abri o livro de Proudhon — *O Principio Federativo* — encontrareis como solução da questão das fórmulas de governo — a anarchia. Anarchia! O que quer este homem com a sua anarchia? Pois não haverá senhor, nem governo, nem pelo menos leis? Mas, se houver leis, haverá forçosamente quem as faça, forçosamente quem as faça executar, forçosamente quem julgue se se executaram. Se deixais a lei, deixais tudo; se tirais a lei, não se vai a ordem? Anarchia! Pois ha de haver sómente liberdade sem auctoridade? É ainda pelo methodo do pantheismo que se formula o problema, é o direito civil que dá a resposta. Auctoridade — these, liberdade — antithese, problema — encontrar uma ideia que seja a synthese da liberdade e da auctoridade. O direito civil responde — é a ideia do contracto. O contracto faz lei. Com effeito no contracto reune-se a liberdade com a auctoridade, porque é em virtude das liberdades que se combinaram, que a auctoridade appareceu; a auctoridade, que costuma ser antithetica com a liberdade, é pelo contracto uma emanação da mesma liberdade. Proudhon exclama pois — Abaixo o governo, no lugar das leis eu colloco o contracto, e tenho abolido o poder legislativo; no lugar do poder judicial, eu colloco os arbitros, que são o contracto, e tenho abolido o poder judicial; no lugar do poder executivo, eu colloco os procuradores, taes quaes os faz o direito civil, e tenho a anarchia. O direito civil fica sendo a base do direito publico; uma parte do direito commercial, os arbitros e as provas ficam pertencendo ao direito civil e constituindo a totalidade dos tribunaes e da sua legislação.

O direito commercial fornece a Proudhon a base da sua reforma economica.

Numa das suas obras — *A Solução do Problema social* — Proudhon escreveu: — Ou se considere o presente ou o futuro, a propriedade é uma sombra, esgotou o que continha de realidade. Nós vivemos d'um facto maior que a propriedade, d'um principio superior á propriedade, vivemos da circulação.

Estabelecido este principio, Proudhon conclue — que a reforma social se deve fazer pela reforma da circulação.

E como reformar a circulação?

Nós expulsámos o ultimo de nossos reis, escreve Proudhon, gritámos — Abaixo a monarchia, viva a republica; mas a realza está de pé, a realza subsistirá emquanto não tivermos abolido a realza do oiro. É necessario crear a egualdade entre os productos como a créamos entre os homens; dar a cada mercadoria a faculdade representativa, como démos a todos o direito do voto. O oiro é para a circulação o que Napoleão era para a liberdade, o oiro é a primeira das mercadorias, o oiro tem um throno; abaixo, abaixo.

Como?

Law tinha pensado neste problema, Ricardo tinha-o estudado; um tinha querido dar como penhor das notas de banco a terra, outro barras de oiro e prata.

Para Proudhon o problema é constituir um banco considerado não como casa de commercio, mas como agente geral de circulação.

Quem dará a ideia geradora d'este banco?

A quantidade de dinheiro necessaria para as trocas está na razão inversa do numero d'essas trocas; quantas mais trocas, menos numerario é preciso. Os commerciantes, escreveu um commerciante, sabem e dizem ha muitos annos que a necessidade do numerario não é senão a ausencia de organização.

Mas isto, diz Proudhon, necessita d'uma grande escripturação. O codigo fornece um principio mais simples — a letra de cambio. — No banco de Proudhon as letras de cambio, que têm um certo numero de assignaturas authenticas, são trocadas por notas, que

se emitem na proporção das letras que se recebem; o banco não tem numerario, a garantia das notas está nos productos que as letras representam; as trocas tornam-se directas.

Mas absurdo — vão todos exclamar. Absurdo querer que não haja leis, absurdo querer que não haja tribunaes permanentes, absurdo querer que não haja numerario.

Eu não venho aqui defender estas theorias, venho expol-as; mas, para se poderem avaliar e julgar, é necessario advertir que estão coordenadas com um systema social muito differente do da actualidade.

Em politica Proudhon é federalista, e dentro do federalismo a ideia do contracto já se não apresenta tão paradoxal. Em economia Proudhon não admite que o capital se reproduza indefinidamente, e, generalizando, não admite a renda indefinida do capital casa e do capital terra. Levanta-se uma casa, a casa é igual ao capital que se empregou nella. Arrenda-se uma casa, na renda ha dois elementos, um que é o juro do capital, outro que se vai amortizando; no fim de certo numero de annos a casa é do arrendatario; da mesma maneira com a terra. É o inverso da legislação de Moysés. Nesta a propriedade vendida volta no fim de 50 annos ao dono primitivo; aquí no fim de alguns annos de renda a propriedade passa ao arrendatario. Ora nesta hypothese não ha immoveis, e aos contractos sobre immoveis já se podem applicar os tribunaes e as provas commerciaes.

Mas é um roubo, vão gritar todos.

O meu assumpto não é discutir se é roubo, se não; simplesmente me incumbi de mostrar que o direito civil e o direito commercial estão ligados com as ideias socialistas; e é o direito civil que dá a Proudhon a base do seu direito publico. No mandato politico o mandatario tem mais poder que o mandante; o mandato civil protestava contra, Proudhon acceitou-lhe o protesto. O direito commercial passa para o direito civil os arbitros e as provas; a equidade dizia a Proudhon: — pois eu, tão apta para ter um throno, hei de reinar sómente entre os commerciantes? A verdade dizia a Proudhon — pois ha de-se consentir que uma

coisa esteja provada até á evidencia, e que se diga que não está provada só porque a lei diz — é necessario uma escriptura? O commercio dizia a Proudhon — Entre os commerciantes faz-se uma immensidade de trocas sem dinheiro; generalisa. E Proudhon acceitava todas estas indicações e elle podia dizer ao codigo civil e ao codigo commercial — vós tambem fostes meus mestres.

Está percorrido o meu assumpto. No poema de Byron, senhores, o sonho de Haydea remata por um combate: oxalá que estes sonhos, sonhos que têm tantas origens, não continuem a ter o mesmo fim. Luthero dizia da Biblia que era uma arvore poderosa, de que cada palavra era um ramo, e que, curioso de saber o que continham, sacudia os todos e cahiam fructos. Curiosa de saber o que se contém no seio do passado e do presente, a intelligencia humana sacode um e o outro e cae d'elles o socialismo; mas do mesmo modo que a chuva, quando cae, é tempestade, e depois, filtrando-se pela terra, se converte em fontes; assim estas ideias, que fazem tremer, filtrando se e depurando-se no cadinho da reflexão e do tempo, podem ainda ser risonhas e fecundas como o Eden da Escriptura.

Oxalá que a liberdade estude o terreno, que a ignorancia impaciente d'uns não exija demasiado, e que a teimosia cega dos outros não recuse tudo. Ha um partido que não quer esperar, incendeia; ha um partido que não quer ver, fuzila. Nas trevas todos se receiam; á luz do sol e á luz da instrucção todos podem intender-se; o povo diz que Jesus teve medo da noite; para ambos os partidos e para todos ha pois um remedio: encher o coração de boa fé, curvar a cabeça sobre os livros e estudar.

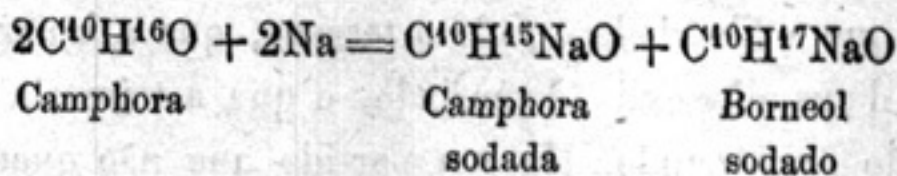
J. FREDERICO LARANJO.



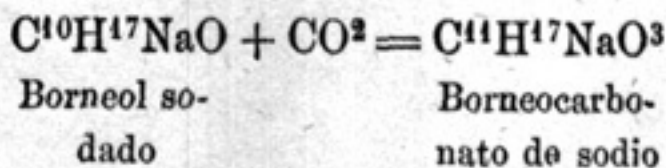
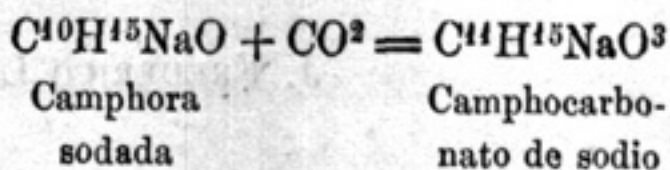
## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

### ESTUDO CHIMICO D'ALGUNS DERIVADOS DA CAMPHORA

Sabe-se pelas experiencias de Baubigni<sup>1</sup>, que a camphora ordinaria (camphora das Laurineas ou camphora do Japão), em solução no toluol fervente, tractada pelo sodio metallico, experimenta uma singular alteração, que dá em resultado a formação do acido camphocarbonico e do borneol ou camphora de Borneo. Duas moleculas de camphora intervêm na reacção, hydrogenando-se uma d'ellas á custa do hydrogeno que a outra perde; e esta alteração é acompanhada da formação de dois productos sodados como mostra a equação seguinte:



Se se tracta a mistura d'estes dois productos por acido carbonico, até que este deixe de ser absorvido, formam-se dois saes de sodio, um dos quaes é facilmente decomposto pelo contacto da agua, e o outro, muito mais estavel, resiste á acção d'este liquido.



<sup>1</sup> Ann. de Chim. et de Phys. (IV) XIX, 221. Zeitschrift für Chemie, 1868, 647.

Este ultimo é decomposto pela agua, dando o borneol e o carbonato acido de sodio.



Borneol.

Obtem-se por este methodo grande quantidade de borneol no estado de pureza; e alem d'isso forma-se por uma verdadeira synthese o acido camphocarbonico, o qual está para a camphora na mesma relação que o acido benzoico está para a benzina: a sua formação corresponde perfeitamente á synthese do acido salicylico feita por Kolbe.

A indicações de Baubigny são por extremo exactas, como Kachler affirma<sup>1</sup> e a minha observação me mostrou.— Solvem-se 150 grammas de camphora em 500 grammas de toluol, e aquece-se o liquido em um balão munido d'um refrigerante ascendente. Logo que a ebullicão começa, ou que a temperatura passou de 90°, juncta-se o sodio por pequenos fragmentos. O metal funde-se immediatamente e eleva-se á superficie do liquido, produzindo uma reacção tumultuosa, que termina quando se têm junctado proximamente 17 grammas. Desde que a reacção começa, é desnecessario continuar a aquecer o balão, se se tem o cuidado de junctar novas quantidades de sodio, antes que as primeiras se tenham consumido. Terminada a reacção, faz-se passar no liquido uma corrente de acido carbonico durante 5 a 6 horas, aquecendo o balão a banho-maria; no fim d'este tempo o liquido prende-se ordinariamente em massa escura. Deixando depois arrefecer, e junctando uma quantidade d'agua igual a um e meio volume (pouco mais ou menos) do toluol empregado como solvente da camphora, e agitando fortemente, formam-se duas camadas liquidas, que é necessario separar rapidamente. A camada superior é formada pelo toluol, e contém em solução uma certa quantidade de camphora não alternada; a camada inferior, aquosa, contém os saes de sodio que a cima ficam mencionados, e começa a turvar-se al-

<sup>1</sup> Ann. der Chem. u. Pharm., 164, 75.

guns segundos depois da separação, deixando depositar o borneol. Depois de algumas horas de repouso, separa-se o borneol por filtração, e o liquido filtrado deixa ainda depositar uma certa quantidade de borneol, que se apresenta então em laminas, assimilando-se ao acido benzoico; mas a sua separação complexa exige o repouso de muitos dias.

O acido camphocarbonico, que faz o objecto do presente estudo, acha-se no liquido aquoso separado do borneol no estado de sal de sodio. Pela addição do acido chlorhydrico ou sulfurico é posto em liberdade, e precipita-se immediatamente se a solução é concentrada; mas, se a solução é diluida, deposita-se sómente depois de muito tempo de repouso, apresentando-se em grandes crystaes agrupados em estrella. Mesmo quando a solução é muito diluida, a addição do acido mineral produz ordinariamente turvação, a qual é devida á precipitação d'uma certa quantidade de borneol e d'uma substancia amarella viscosa, que se agglomera pela agitação do liquido. É necessario então filtrar immediatamente para obter o acido camphocarbonico, que deve depositar-se mais tarde, privado d'esta impureza. Quando a addição do acido chlorhydrico ou sulfurico produz immediatamente um principitado abundante, é necessario purificar este por uma nova dissolução na soda caustica e precipitação pelo acido chlorhydrico.

A evaporação da solução dá logar á perda d'uma grande quantidade de acido camphocarbonico, não só porque este é arrastado pelo vapor d'agua, mas porque a acção prolongada do calor o decompõe, como se torna evidente pelas gottas d'um oleo escuro, que se mostram á superficie do liquido, as quaes augmentam á medida que a concentração se faz. Esta perda póde evitar-se em grande parte, extrahindo o acido da sua solução por meio do ether. O ponto de fusão do acido camphocarbonico achei eu ser a 118°-119°; mas a esta temperatura decompõe-se em acido carbonico e camphora.

O bromo reage energicamente sobre o acido camphocarbonico: a massa aquece, e desenvolve-se acido bromhydrico e acido carbonico. Se, porém, por meio d'um liquido refrigerante se evita toda a elevação de temperatura, desenvolve-se sómente acido

bromhydrico. Empregando-se o bromo em quantidade um pouco superior á quantidade calculada, isto é uma molecula de acido camphocarbonico e pouco mais que a molecula do bromo, obtem-se um producto crystallino, amarellado, completamente soluvel na lixivia de potassa ou de soda caustica. O acido chlorhydrico precipita d'esta solução alcalina um pó branco crystallino: se a solução é diluida, o precipitado forma-se sómente depois de algum tempo, e então o aspecto crystallino é mais pronunciado.

A analyse do producto obtido como fica indicado, depois de secco sobre o acido sulfurico, deu os resultados seguintes:

|     |        |               |       |          |                                  |
|-----|--------|---------------|-------|----------|----------------------------------|
| I   | 0,2418 | de substancia | deram | 0,422    | de acido carbonico               |
|     |        |               |       | e 0,1242 | de agua                          |
| II  | 0,245  | »             | »     | 0,4302   | de acido carbonico               |
|     |        |               |       | e 0,132  | de agua                          |
| III | 0,2368 | »             | »     | 0,1616   | de bromu. <sup>to</sup> de prata |
| IV  | 0,2436 | »             | »     | 0,1664   | »                                |

D'estes resultados deduz-se a formula  $C^{11}H^{15}BrO^3$

|          | Calculado |       | Achado |       |       |       |
|----------|-----------|-------|--------|-------|-------|-------|
|          |           |       | I      | II    | III   | IV    |
| $C^{11}$ | 132       | 48,00 | 47,59  | 47,88 | —     | —     |
| $H^{15}$ | 15        | 5,45  | 5,70   | 5,94  | —     | —     |
| Br       | 80        | 29,09 | —      | —     | 29,03 | 29,06 |
| $O^3$    | 48        | 17,45 | —      | —     | —     | —     |
|          | —         | —     |        |       |       |       |
|          | 275       | 99,99 |        |       |       |       |

O acido monobromcamphorcarbonico  $C^{11}H^{15}BrO = C^{10}H^{14}BrO.CO^2H$  é pouco soluvel na agua, facilmente soluvel no alcool e no ether; funde, em tubo capillar, entre  $109^{\circ}$  e  $110^{\circ}$ ; e decompõe-se com extrema facilidade em acido carbonico e camphora monobromada. Pela simples exposição ao ar parece não se

decompor; mas pela ebullicão no alcool aquoso desenvolve acido carbonico e deixa depositar longas agulhas, cujo ponto de fusão é a 76°, e são insolueis nos alcalis.

Aquecendo o acido bromado a banho-maria em um tubo de ensaio, conheci que a desenvolução do acido carbonico começa na proximidade de 65°. Aquecido directamente sobre a chamma, decompõe-se rapidamente e torna-se liquido; pelo arrefecimento este liquido prende-se em massa crystallina, cujo ponto de fusão é ainda a 76°. O producto assim obtido é insoluel nos alcalis, crystallisa facilmente do alcool aquoso, e concorda em todas as suas propriedades com a conhecida *camphora monobromada*.

0,2522 de substancia deram pela analyse 0,2064 de bromureto da prata, correspondente a 34,81 de bromo por 100. A formula  $C^{10}H^{15}BrO$  exige 34,63.

Os saes do acido bromado são muito instaveis. Se se dissolve o acido na agua de baryta e se aquece, separa-se immediatamente carbonato de bario. As soluções na potassa ou soda decompõem-se mesmo pela evaporação sobre o acido sulfurico: o residuo da evaporação é composto de carbonato alcalino e de camphora bromada. A decomposição é tanto mais prompta, quanto o alcali é mais concentrado.

A fim de obter alguns saes em condições apropriadas para as analyses, dissolvi o acido no ammoniaco, separei o liquido do excesso do acido empregado, e junctei uma solução quente de acetato de bario, que produziu um precipitado branco crystallino. A analyse d'este precipitado deu 21 % de bario em lugar de 20 que a formula  $(C^{11}H^{14}BrO^2)^2Ba$  exige. O sal de prata obtido pelo mesmo processo deu 27,72 % de prata, em lugar de 28,27 exigidos pela formula  $C^{11}H^{14}BrO^2Ag$ .

Empregando-se a solução fria do acetato de bario, não se obtem precipitado immediatamente; mas, agitando o liquido com uma vareta de vidro, forma-se um precipitado crystallino, o qual se manifesta primeiramente nos pontos onde a vareta tocou as paredes do vaso em que se opéra a reacção. O mesmo succede com o azotato de prata.

A analyse do sal de bario, obtido d'esta maneira, deu 20,25 %

de bario. A analyse do sal de prata, obtido nas mesmas condições, deu os resultados seguintes:

I 0,223 de substancia deram 0,283 CO<sup>2</sup>; 0,0754 H<sup>2</sup>O.

II 0,24           »           »           0,1184 AgBr.

Calculado pela formula

| <u>C<sup>11</sup>H<sup>14</sup>BrO<sup>3</sup>Ag</u> |              | <u>Achado</u> |       |
|------------------------------------------------------|--------------|---------------|-------|
|                                                      |              | I             | II    |
| C                                                    | 34,55 .....  | 34,60         | —     |
| H                                                    | 3,66 .....   | 3,75          | —     |
| Br                                                   | 20,94 .....  | —             | —     |
| Ag                                                   | 28,27 .....  | —             | 28,33 |
| O                                                    | 12,57 .....  | —             | —     |
|                                                      | <u>99,99</u> |               |       |

Depois dos resultados que ficam expostos, era natural pensar que, por processos identicos, se poderiam obter a camphora iodada e a camphora nitrada.

O iodo, porém, parece não dar reacção nitida com o acido camphocarbonico. A mistura dos dois corpos, feita em quantidades calculadas, desenvolve acido carbonico, mesmo á temperatura ordinaria; e, se se aquece o vaso a banho-maria, a decomposição é prompta. Se se emprega o oxydo de mercurio, para saturar o acido iodhydrico <sup>1</sup> ha formação do iodureto de mercurio e evolução de acido carbonico, manifestando-se ao mesmo tempo o cheiro da camphora; e mais tarde desenvolve-se iodo. Por um ensaio especial conheci que a quantidade do iodo que se desenvolve durante a operação é, proximamente, igual á ametade do iodo empregado. —Tractando depois pelo alcool ou pelo ether a substancia resultante d'esta operação, e evaporando a solução alcoolica ou etherea,

<sup>1</sup> O iodo não póde dar com os compostos organicos productos de substituição, como faz o chloro e o bromo, a não ser que o acido iodhydrico se sature por uma base á medida que elle se fórma.

obtem-se um residuo amarello viscoso misturado com iodureto de mercurio.

O *acido azotico* dissolve abundantemente o *acido camphocarbonico*. Se o *acido azotico* é diluido, não altera o *acido camphocarbonico*, quando se opera á temperatura ordinaria; se é concentrado e fumante, produz uma reacção violenta, e obtem-se um producto amarello viscoso. Com o *acido azotico* de densidade 1,4 não se manifesta reacção immediatamente se se introduz o vaso em que se faz a operação numa mistura refrigerante; mas, passado algum tempo, o liquido torna-se rubro-escuro ou violaceo, e vêem-se subir á sua superficie numerosas bolhas de gaz. Mais tarde separa-se um corpo solido crystallino, cuja quantidade depende da quantidade do *acido camphocarbonico* primitivamente dissolvido. Evaporando o liquido *acido*, depois que a evolução gazosa terminou, obtêm-se novas quantidades de crystaes, e, por ultimo, um corpo viscoso de côr amarella. O corpo crystallino, que se separou durante a reacção e pela evaporação do liquido *acido*, tem a composição do *acido camphorico*, cuja formula se deduz dos seguintes resultados fornecidos pela analyse:

|     |        |               |       |        |                 |   |        |                   |
|-----|--------|---------------|-------|--------|-----------------|---|--------|-------------------|
| I   | 0,1525 | de substancia | deram | 0,3378 | CO <sup>2</sup> | e | 0,115  | H <sup>2</sup> O. |
| II  | 0,173  | »             | »     | 0,381  | CO <sup>2</sup> | e | 0,124  | H <sup>2</sup> O. |
| III | 0,2295 | »             | »     | 0,505  | CO <sup>2</sup> | e | 0,168  | H <sup>2</sup> O. |
| IV  | 0,169  | »             | »     | 0,371  | CO <sup>2</sup> | e | 0,1215 | H <sup>2</sup> O. |

Calculado pela formula

| C <sup>10</sup> H <sup>16</sup> O <sup>4</sup> |            | Achado |       |       |       |
|------------------------------------------------|------------|--------|-------|-------|-------|
|                                                |            | I      | II    | III   | IV    |
| C                                              | 60 .....   | 60,22  | 60,00 | 60,00 | 59,86 |
| H                                              | 8 .....    | 8,37   | 7,96  | 8,13  | 7,98  |
| O                                              | 32 .....   | —      | —     | —     | —     |
|                                                | <u>100</u> |        |       |       |       |

É pouco soluvel na agua, facilmente soluvel no alcool e no ether, funde na proximidade de 175°<sup>1</sup>, desvia para a direita o

<sup>1</sup> O ponto de fusão do *acido camphorico* não é a 62°<sup>5</sup> ou a 70° como se

plano de polarisação e possui todas as propriedades do acido camphorico, que se obtêm pela acção directa do acido azotico sobre a camphora.

As experiencias que deixo descriptas foram começadas no laboratorio chimico do professor Kekulé no semestre do verão de 1873 e concluidas no laboratorio chimico da Universidade de Coimbra. Permitta-me o sabio professor da Universidade de Bonn que eu aproveite esta occasião para testemunhar toda a minha gratidão pelos conselhos com que se dignou coadjuvar-me em quanto estudei no laboratorio a seu cargo.

Coimbra, maio de 1874.

J. DOS SANTOS E SILVA.

lê em alguns tractados de chimica, mas sim entre 175° e 178°.— Já Fittig e Tollens em 1864 (Ann. der Ch. und Ph. 129) e Victor Mayer em 1870 (Ber. der deutsch. chem. Ges. zu Berlin III) fizeram esta observação.



## LITTERATURA E BELLAS-ARTES

### O CONSELHO DA REGENCIA

E A CONDESSA DE OYENHAUSSEN, DEPOIS MARQUEZA DE ALORNA

(Ao sr. A. A. da Fonseca Pinto)

Les factions passent, la justice seule demeure; et de tous les défauts de l'homme en place la faiblesse est celui qu'on pardonne le moins, parce qu'elle est la source des plus grands désordres, surtout dans les temps d'orage.

M.<sup>me</sup> ROLAND — *Mém.* — *Lettre au ministre de l'intérieur.*

Bem curto e angustiado foi o primeiro periodo da vida do Conselho da Regencia, formado pelo principe D. João em 26 de novembro de 1807, para governar estes reinos, em quanto a familia real permanecesse nos seus estados do Brasil.

Dissolvido em 1 de fevereiro de 1808, a mesma data diz que foi o general Junot, duque de Abrantes, quem descarregou este primeiro golpe na auctoridade que o Conselho representava, auctoridade bastante enfraquecida, já pelo máo effeito que produzia a fuga precipitada da côrte, já pelo curso impetuoso dos acontecimentos da península, tão repentinos, variados e confusos, que entre elles apenas se distinguiam claramente as scintillações brilhantes da estrella de Bonaparte.

Restabelecido o antigo Conselho pelas mãos de sir Hew Dalrymple, o timido e prudente general, de que a fortuna, quasi por surpresa, fez o vencedor do Vimeiro, d'elle recebeu tambem duras provações, Assumindo poderes discricionarios na sua *Proclamação*

de 18 de setembro de 1808, o general em chefe do exercito britannico restaurou o Conselho da Regencia, com exclusão de alguns membros que lhe pareceram suspeitos de adhesão ao interesse dos francezes.

O povo tambem não via com bons olhos esses senhores governadores do reino, dos quaes uma parte havia sido pelos francezes, quando eram elles quem tudo podia, e logo se mostrara a favor dos inglezes, depois que as tropas de Jorge III haviam destrgado em mais de um recontro a infantaria de Junot e a cavallaria de Kellermann, o heroico e valente soldado que, num feito de armas memoravel, decidira a victoria de Marengo.

Fracos e abatidos na hora do perigo, humildes e obedientes até o servilismo em presença do vencedor, os do Conselho da Regencia tinham, por vezes, como sempre succede, ímpetos de arrogancia e assomos de altiveza contra os que elles reputavam desvalidos ou afastados das boas graças dos poderosos do dia. Era então que se abrazavam no fogo sagrado do amor da patria, que lhes servia para instrumento de odios e vinganças. Os raios da sua colera, despedidos do tenebroso palacio dos Estãos, faziam numerosas victimas, e uma das primeiras entre as mais illustres foi *Alcippe*, a celebre poetisa D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, condessa de Oyenhausen Graevenbourg, 4.<sup>a</sup> marquezia de Alorna, 7.<sup>a</sup> condessa de Assumar, dona de honor, dama das ordens de Sancta Isabel em Portugal e da Cruz Estrellada em Allemanha; senhora de muitas prendas e virtudes, verdadeiramente extraordinaria pelo talento; sincera e facil no tracto social e litterario; emfim, modesta, affavel, e tambem formosa, era em tudo e por tudo

*A verdade, a bondade, honra, harmonia,  
Ingenho, amor...*

como ella propria disse na sua *Primavera*, imitação livre de Thompson.

A condessa de Oyenhausen veio a Portugal em 1809, mas os seus biographos deixaram em inteiro silencio a data precisa

d'esta sua visita. Dizem que veio, mas não dizem, ao menos, em que estação ou mez. Pude averiguar (e assim o participaram os governadores do reino para o Brasil em 20 de outubro d'aquelle anno) que foi a 30 de setembro que chegou a Lisboa no paquete de Inglaterra com uma filha solteira. A famosa poetisa era mãe da condessa da Ega, que tivera a fragilidade de aceitar os galanteios de Junot, e irmã do marquez de Alorna, D. Pedro, que estava ao serviço de Napoleão; e tanto bastou para o Conselho da Regencia suspeitar da sua vinda, e resolver que não podia permanecer nestes reinos, dos quaes tinha sahido por ordem do principe D. João. Tomando por fundamento não ter ella apresentado nem licença do Regente, nem passaporte, ordenou-lhe a 5 de outubro que voltasse para Inglaterra no primeiro paquete. A condessa, depois de ter esgotado todos os meios de desarmar a má vontade do governo de Lisboa, apenas conseguiu por intercessão do ministro inglez — Mr. Villiers (João Carlos) recebido a 20 de dezembro de 1808 — demorar-se até fins de outubro para partir no segundo paquete.

Não a mandaram encarcerar numa torre, e fizeram-lhe especial mercê. Para isso, em verdade, não era preciso muito! — Bastava a razão de Estado.

ALBERTO TELLES.

## QUADROS DA VIDA ROMANA

(Continuado do n.º 10, paginas 185)

### CAPITULO V

#### A cêa livre

Corria a undecima hora do dia. O *prothyrum* e o atrio de uma casa sita no Quirinal, ao pé dos jardins de Sallustio, achavam-se esplendidamente illuminados. Nos aposentos interiores refervia a turba zelosa dos escravos, que, em seus rostos, pouco affeitos a desenrugar-se, deixavam transparecer os mais claros signaes de extraordinario jubilo. Para o elegante peristylo, cujo véo de seda tyria mal deixava passar os ultimos clarões do sol no occaso, abria-se uma porta. O reposteiro d'essa porta era constantemente corrido pelos que entravam e saham, e por ella se ia dar a um pequeno mas elegante triclinio, onde a commodidade se unia fraternalmente com os requintes do esmero e da opulencia.

O pavimento, visto de altura ordinaria, parecia adornado de pinturas, mas, examinado com attenção, reconhecia-se um difficultoso mosaico, que, por meio das mais engenhosas combinações, representava a scena das bodas de Thetis e Peleu, em que a Discordia arremessa á mesa o seu famigerado pomo.

Pelas paredes, scenas de caçadas, pinturas de cavallos e outros animaes, em graciosas molduras de fructos e flores, deleitavam o olhar. A superficie do tecto abobadado era forrada de laminas de prata.

Em roda da mesa circular, que vergava ao peso das iguarias, estendiam-se tres leitos de marmore, cobertos de colchões de tapeçaria de Babylonia, e juncados de almofadas de purpura. O unico lado da mesa que se achava livre era de continuo occupado pelos escravos cujo officio é servir os convivas. Ao *lectis-terniator* succedera o *tricliniarcha*, a este o *structor* e o *scissor*,

e, depois de trinchadas e distribuidas as iguarias, os *pincernae* apressavam-se a encher as taças, que os convivas, por sua parte, se não descuidavam de esgotar.

Na extrema direita do leito superior, logar de honra ou consular, estava reclinado um homem de semblante placido, que usava as insignias do consulado, e tinha á sua direita, no primeiro logar do leito inferior, um mancebo, que, pelo logar que occupava, mostrava ser o dono da casa, o *amphytrião*, como hoje dizem os Francezes, e como então se não dizia, pela simples razão de que o Molière dos Romanos se chamava Plauto. Este mancebo era de estatura um pouco menos que ordinaria. O seu corpo, evidentemente fragil por natureza, mostrava se fortificado pelas fadigas de uma vida trabalhosa. O seu rosto, de expressão serena e reflectida, denunciava energica commoção, a muito custo refreada. Os olhos, ora lhe esmoreciam ora scintillavam com extraordinario fulgor, para se apagarem um instante depois. Passava muitas vezes a mão, magra e branca de ociosidade, pela fronte espaçosa e os beijos confrangiam-se-lhe a miudo, como para calar uma intima angustia que se traduzia em padecimento physico.

Era C. Cecilio Metello.

Apezar d'estes não equivocos signaes de padecimento e distracção, não se esquecia de fazer as honras da sua mesa aos convivas que se reclinavam nos outros logares.

Estes convivas, os sete da reunião do Portico de Octavia, perfaziam com o dono da casa e o consul o numero de nove, que tantos eram os que deviam occupar os tres leitos de um triclinio. No leito inferior achavam-se Aureliano e Marco Sempronio, aos quaes, como amigos intimos de Metello e seus companheiros de armas, cabiam os logares de menos estimação. No leito superior seguiam-se ao consul os dois personagens mais conspicuos, Q. Acilio Aproniano, que gozava das honras consulares, e C. Julio Capitolino, senador de illustrissima estirpe; no leito medio estavam Junio Pastor, Ariston e Publio Servilio, o patricio adolescente, zeloso sectario das doutrinas de Epicuro.

A cêa ia adeantada. A phantasia de uns e a gula dos outros

já tivera por onde se satisfizesse amplamente. Nada faltara, que fosse prato apreciado pelos entendedores, ou cousa que se distinguisse por esse character de extranheza (*monstrum*), que tanto era do gosto dos Romanos. Nem as tetas de porca recém-parida, nem as pontas de aza das aves mais gostosas, nem as trutas de Bretanha, milagrosamente conservadas, nem os rodovalhos do mar Egeu, nem os salgados presuntos que convidam a beber, nem as gulosas morcellas, nem os javalis recheados de tubaras, nem os ovos de pavão; numa palavra, estava tudo tão completo, que até, segundo a expressão de Petronio, leite de gallinha que se quizesse não faltaria. Estes requintes não distrahiam os escravos de tirar do *crater* e do *colum nivarium* o massico, o falerno, os vinhos generosos da Syria, da Hespanha e das ilhas da Grecia, e de os verter nas fundas taças que os convivas tinham deante de si, e nas quaes a necessidade das duas azas era sufficientemente abonada pelas suas colossaes dimensões.

Terminada a primeira parte do festim, entraram varios histriões e cantores, como era uso. Dançaram primeiro duas gaditanas, que se acompanhavam com as graciosas castanholas nacionaes; seguiram-se-lhes dançarinas egypcias, que, no seu voluptuoso e incessante gyrrar enlevaram brandamente os assistentes; depois um bando de moços jonios veio executar as graves e elegantes danças, proprias do risonho culto da Grecia. Entretanto as flautas melodiosas e as vozes meio-abafadas dos cantores não cessavam de se casar com os variados paços de dança, enchendo o triclinio de torrentes de uma ineffavel harmonia.

Acabadas as danças, os histriões retiraram-se, e succederam-lhes os recitadores de versos gregos. Estes disseram o combate dos heroes juncto do corpo de Petroclo, Achilles inerme repellido com um só brado do generoso peito os Troianos victoriosos, Priamo beijando as mãos homicidas que lhe roubaram seu filho; e como que um sopro d'aquella nobre poesia fez pulsar varonilmente os corações amollecidos.

Achavam-se os animos nessa disposição alegre e cordial, que sempre produzem os banquetes lautos, quando d'elles se não abusa, e a urbanidade dos convidados de Cecilio Metello não

lhes permittia que se embriagassem, como qualquer Romano velho dos tempos rudes da Republica, ou qualquer provinciano inexperto, que, no aborrecido viver da sua insignificante cidade, tivesse contrahido torpes habitos, que em Roma seriam severamente extranhados em reuniões de pessoas de tracto cortez.

«Quem nos diria,» observou Junio Pastor, «quando, o anno passado, vimos chegar Caio Cecilio do exercito, que nos encontraríamos hoje em sua casa, reunidos num banquete como não tenho memoria de outro! Por Baccho! Em quanto se passarem em Roma noites assim, não vejo motivo para demandar as ilhas afortunadas, a que Julio Capitolino se queria acolher, outro dia.»

Aqui uma nuvem mais espessa carregou a fronte de Cecilio Metello, e Junio Capitolino franziu desdenhosamente os labios sem responder.

«Abundo no sentido de Junio Pastor,» disse Aureliano, afiando a voz na delicada ironia que algumas vezes realçava as suas tão sinceras e amigaveis palavras, «mas ousarei dizer que a esta cêa sobreleva muito outra que ha cinco annos comi na Dacia, perto da muralha de Trajano.

— Com os Barbaros em frente para espartar o appetite?» observou, rindo, Marco Sempronio.

«E depois de tres dias de marcha, por um tempo medonho, molestados na vanguarda pelo inimigo que retirava, mas que não ia desbaratado, descansando a medo, comendo em sobresalto, e scismando nas probabilidades de uma derrota, que a impericia dos nossos generaes nos fazia recear.

— E haver quem goste d'esse maldito officio!» disse Publio Servilio.

«Nem todos os dias assim são, mancebo,» respondeu o tribuno, «e, depois das fadigas, dos perigos e dos receios, os Deuses não faltam com a gloria e com o repouso aos bravos que os honram e nelles têm fé. Como ia dizendo, ao anoitecer do terceiro dia parámos a mil passos do Marisia, que os Barbaros não queriam atravessar, e acampámos. Concluidos os trabalhos do acampamento, que são, como sabeis, os primeiros de que se tracta, cada qual procurou restaurar as forças perdidas com algum alimento

que tambem ajudasse a adormecer. Só quem tem passado por estas privações é que sabe quanto o estomago vazio enche a cabeça de inquietas scismas, que afugentam o somno. Ahi te quizera eu, Publio Servilio! Reunimo-nos, dois tribunos e tres primiplos, e, acolhendo-nos a uma barraca, examinámos os recursos triclinarios de que dispunha cada um de nós. Feito o exame, viemos no conhecimento de que era mister contentarmo-nos com um pedaço de toucinho, duas ou tres gallinhas de veneranda idade e alguns biscoitos rijos; o vinho em pequena quantidade, e esse mau. Era pouco convidativo o aspecto de taes iguarias, mas isto não estorvou que nos deitassemos a ellas com o maior ardor, e Caio Cecilio, que aqui tendes, e que lá servia então como legionario, póde dizer-vos se ficou migalha que um cão esfaimado aproveitasse. Pois, meus senhores, não comi nunca cêa que melhor me soubesse, e a noite que se lhe seguiu é uma das mais bem dormidas de que me recordo.

—E ao outro dia?» perguntou o consul, que ouvira attentamente a narração de Aureliano.

«No dia seguinte, ao amanhecer, chegou para tomar o commando do exercito o valeroso Balista, que ao depois salvou no Oriente as reliquias do exercito de Valeriano. Cobrámos animo, atacámos arrojadamente os Barbaros, e alcançámos completa victoria. Lembras-te, Metello?»

—Se lembro!» disse Caio, accendendo-se-lhe instantaneamente os olhos, e desanuveando-se-lhe a fronte, «se me não havia de lembrar! Foi a minha primeira batalha. Como me pulsava o coração quando a nossa aguia refulgiu aos primeiros raios do sol, em quanto os sons entusiasticos das trombetas se casavam com os gritos selvagens dos inimigos! Como nos arremessámos a elles, abrindo com a cunha das nossas primeiras fileiras um sulco profundo nas suas massas tenebrosas! Como a victoria foi prompta e decisiva! Que briosas façanhas! e que demorada e preguiçosa conversa depois de batalha! Que saudosa recordação, Aureliano!

—E desde esse bello dia, amigo Metello,» disse Annio Saturnino, com a sua habitual placidez «valente e alegre vida tens levado, não?»



—«Valente e alegre vida!» disse Caio machinalmente. E voltando ao sentimento da realidade, curvou a cabeça, e escondeu-a nas mãos.

Olhava attonito o consul, sem dar com a explicação de tão breve e singular resposta, quando o tecto se entreabriu em varios pontos, e d'ahi desceram nove primorosas coroas de rosas, que foram cahir nas cabeças dos convivas. Ia começar a sobre-mesa.

Os escravos tinham removido os pratos, e traziam os fructos e os doces. Ameixas do Egypto, tamaras da Syria, peras de Pompeia, uvas de Corintho, figos da Attica, romãs de Carthago, tributo de todas as regiões, as varias gulodices que se usavam á sobre-mesa, as delicadas *cupediæ*, nada esquecera.

Então Cecilio Metello fez um signal ao *tricliniarca*. Este sahio, e d'ahi a pouco voltou com todos os escravos da casa, que se reuniram á porta, silenciosos mas commovidos.

Caio ergueu-se do leito, e, em voz pausada e firme, disse:

«Amigos, convidei-vos hoje para solemnizar dois successos memoraveis. Accedestes promptamente ao meu pedido. Agradeço-vos do coração esta prova de amizade, e aproveito a occasião para vos saudar pela ultima vez, desejando que todas as prosperidades cáiam sobre vós e sobre tudo o que vós é caro. O primeiro acontecimento que pretendo solemnizar é o acto de libertação de todos os escravos que por espaço de um anno me serviram fielmente, e a quem concedo esta prova da minha satisfação.»

E, tomando um pileo que lhe tinham posto em cima da mesa, continuou, voltando-se para os escravos:

«De hoje em diante sois livres e cidadãos romanos. Este pileo que vos entrego é para vós o signal de libertação, e confere-vos a cidade. Ide, e que os deuses vos protejam!»

Os libertos hesitaram um instante; mas, cedendo a um irresistivel impulso de gratidão, dobraram o joelho, e alguns pegaram da ponta do manto de Caio, e beijaram-lh'a. O mancebo estremeceu; mas, por um esforço sobrenatural, conservou a placidez que até então mostrara, e continuou, em quanto elles sahiam:

«O segundo acontecimento que vos convido a festejar, e com o qual estou certo que folgareis muito, é o enlace matrimonial do meu amigo Annio Saturnino, consul romano, com a illustre matrona Celia Apollinaris.»

Estas palavras foram proferidas com tão sinistro accento, que todos, excepto o consul, ficaram desagradavelmente commovidos. Annio Saturnino fitava-os com um sorriso entre admirado e satisfeito, como quem requeria os parabens.

«Então?» exclamou Cecilio Metello com um estridor de voz, que, vindo quebrar um silencio tão grave, mais lugubre impressão produziu. «Que expressão é essa que diviso nos vossos semblantes? Que sentimento vos refrêa os impulsos do jubilo? Que vos estorva de celebrar um acontecimento tão fausto? Pois não vos parece maravilhosa de acêrto esta união? Que mais bello enlace se pôde imaginar que o da formosura e da seducção com a nobreza, as qualidades prestantes e a opulencia? Pois não presidem a este matrimonio as divindades favoraveis? E, se assim é, qual o motivo do vosso silencio? Quando os deuses folgam no Olympo e os homens na terra, será porventura propria a mudez e a indiferença? Senadores e cavalleiros, amigos, não vos comprehendo. Ouvirieis acaso fallar de um louco que ousou crer nos sorrisos da belleza, na fé jurada, nas promessas do amor? que tudo esqueceu, carreira encetada, amizade e gratidão devida, sentimentos ternos e retribuídos, cuidados do presente, desvelos do futuro, tudo, até a guarda da sua honra e dignidade, para se prender a um sorriso que o enganava, a uns olhos que lhe mentiam, a uns labios que o atraçoavam? Que só por esse amor e para elle vivia, e a quem um dia arremessara do ceu, aonde subira por um sentimento de louca paixão, para o abysmo do desespero? Que não tem hoje esperanza que o alente, affeição que o proteja, alvo aonde mire, ramo a que se segure, agua que lhe estanque a sede, claridade que lhe rasgue as trevas? — Ah! se tal ouvistes, senhores, ouvi tambem as ultimas palavras que esse miseravel louco vos dirige: maldição sobre o amor, sobre a ternura, sobre os sentimentos de attracção, sobre o coração que nos leva a desejar o bem, sobre a phantasia que nos incita a suspirar pelo bello!

Maldição sobre esses cantos que nos criam o espirito para as perigosas illusões e para os crueis desenganos! Maldição sobre essas vozes que nos susurram ao ouvido esperanças de felicidade! Maldição sobre a patria, sobre a familia, sobre a honra, sobre a amizade, sobre todos esses vãos phantasmas, eterno encanto e tormento do coração do homem! Maldição sobre o passado e maldição sobre o futuro! Eia, amigos, vivamos no presente, enchamos a taça do verdadeiro gozo, e esgotemol-a sem desviar os olhos da sepultura que nos espera! Saibamos viver e morrer como homens, graves, serenos, sem desvario de paixões, sem sacrificio ás falsas divindades! Não regeiteis um unico prazer que se vos mostre franco, claro e digno de vós, mas todos os que vierem fallar-vos ao coração, oh! mais vale arrancal-o do peito do que deixal-o ouvir essas enganadoras suggestões! Satisfazei a todas as sollicitações do vosso ser, amae, bebei, dominae, guerreae, exterminae, e quando ao cabo d'essa vida honrada o extremo destino vier tomar conta de vós, mandae que vos escrevam por epitaphio: *aqui jaz um homem!* O que será de mim, não sei, nem quero saber. Amanhã a estas horas já os meus pés não pisarão as ruas de Roma. Lembrae-vos dos meus conselhos, e, se a experiencia vos mostrar o seu acerto, guardae-me uma lembrança tão fiel e agradecida como a que eu levo de vós. Adeus!

E, faltando-lhe subitamente as forças, que por um milagre de energia o tinham alentado até ahi, cahiu prostrado no leito.

«Pobre criança!» disse Aureliano, recebendo nos braços o mancebo, e guiando para a porta os seus passos mal seguros, «que soldado este! Amigos,» continuou, dirigindo-se aos convivas, «Caio não póde fazer até ao fim as honras da sua casa. Permitti que o acompanhe, e desculpae-me.

— Mas que quer isto dizer?» perguntou Annio Saturnino, que escutara boquiaberto, sem perceber.

— «Quer dizer,» respondeu Publio Servilio, «que Cecilio Metello endoideceu, e que Celia Apollinaris é sempre a mais formosa e seductora das matronas!

— Triste fim de tão admiravel banquete!» disse Q. Acilio Apro-  
niano.

«Era o canto do cysne,» observou Ariston, pensativo. «Agora, que será d'elle?»

Marco Sempronio chegou-se-lhe ao ouvido, e proferiu algumas palavras a meia voz.

«Tens razão,» disse Ariston, «já me esquecia. Então elles o salvarão, e o amor de Celia Apollinaris não passa de uma lição.

— Que bom será não desaproveitarmos. Eu por mim hei de morrer agradecendo a Celia o desengano motejador com que me gratificou. Escapei de boa, e já agora noutra não cabirei facilmente. Infeliz consul!

— Menos talvez do que pensas,» tornou o Atheniense. «Annio Saturnino não é homem que assim sujeite a sua vida aos caprichos de uma mulher. A indiferença do consul é um arnez impenetravel, onde se hão de fazer pedaços as mais agudas settas de Celia. O futuro o mostrará.»

(Continúa).

LUIZ GARRIDO.

## NO MINHO

POR

D. Antonio da Costa

Fui uma tarde a casa de Gonçalves Crespo, onde ouvi a formosa poesia de Theophilo Gauthier da viagem das andorinhas. Foi excellente a recitação, porque era excellente o leitor. Moço e com alma de poeta, pronunciando o francez como filho da França, era elle um estudante, cujo nome agora me não occorre. Mas a impressão agradável fixou-se devéras, e recordo-me muitas vezes com saudade d'aquella tarde encantadora.

Ora o viajante que conta a sua viagem é de certo como as andorinhas do Gauthier. Não é preciso atravessar os desertos ou pairar sobre os mares, percorrer os dois mundos ou circumnavegar o globo. Póde viajar-se num quarto, como Xavier de Maistre, quando se habita na Russia, ou não passar da zona de verdura do valle de Santarem, como fez o Garrett em Portugal. Ultimamente viajou pelo Minho o sr. D. Antonio da Costa, e cabe-me a honra de accusar a recepção e agradecer a offerta do seu livro na ausencia dos Redactores d'este jornal.

É um tomo elegante esta obra, proprio para o gabinete e para a sala, para o jardim e para o campo; e até na viagem para o tombadilho do vapor ou para o camarim do wagon. Ha por aquellas paginas disseminada muita lição..... até para politicos e estadistas; muitas noticias curiosas, um magnifico roteiro para o *touriste*, e sobre tudo um estylo despretencioso e ingenuo, d'aquella finissima ingenuidade de La Fontaine, que grangeia insensivelmente as sympathias captivando-nos o coração.

Não consente a exiguidade do espaço a analyse do livro, nem a penna, ainda mais exigua, a traçaria cabalmente. Noticío sómente a publicação, saudando o seu Auctor com affectuoso respeito.

A. A. DA FONSECA PINTO.

## PUBLICAÇÕES RECENTES

---

*Antoine de Laval et les Écrivains bourbonnais de son temps*, par H. Faure. Moulius, Chez Martial, 1870, 8.º, 2.º édit. II, 477 pag.

*De Maritima Veterum Hispania a Sacro Promontorio ad Pyrenoeos usque montes addita maritimae fabula*, Thesim Claromontensi Litterarum facultati proponebat. H. Faure. Morinis, apud Martial, 1870, 8.º, 131 pag., 1 cart.

*Curso de Meteorologia*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1869, 8.º, 155 pag.

*Tratado Elementar de optica*, por Adriano Augusto de Pina Vidal. Lisboa — Typographia da Academia, 1874, 8.º, 396 pag.

*Introducção á Sciencia das Finanças*, estudos ordenados e redigidos segundo as prelecções que o sr. dr. Mendonça Cortez fazia na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1871 a 1872 por Candido de Figueiredo, bacharel formado em Direito, Socio do Instituto de Coimbra, da Commissão nacional dos orientalistas de Paris e da dos orientalistas de Londres, etc. (Fasciculo I). Coimbra — Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 101 pag.

---

## REDACTORES

Candido de Figueiredo

Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata

Dr. João Jacintho da Silva Corrêa

Dr. João José de Mendonça Cortez

Dr. Joaquim José Paes da Silva Junior

Dr. Julio Marques de Vilhena

Dr. Luiz da Costa e Almeida.

## SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

### FAZENDA PUBLICA DE PORTUGAL EM 1874-75

(Continuado do n.º 11, paginas 200)

Seguiu-se o sr. *Luciano de Castro*, que, referindo-se á sua proposta para que o ordenado do director da casa de detenção e correcção das Monicas fosse elevado de 200\$000 a 400\$000 réis, observou que, apesar do sr. *ministro da justiça* ter anteriormente dicto que concordava com ella, e a *commissão de fazenda* que acceitava os seus fundamentos, apesar d'isso julgaram que a sua proposta devia ser remettida á *commissão competente* para formular um projecto de lei especial!

Notou que nem sabia que *commissão* era essa, nem era desconhecido de ninguem que a camara dos deputados podia inserir uma verba qualquer no orçamento sem ser necessario um previo projecto de lei especial: quando se tractasse de serviço não autorisado por lei, comprehendia que fosse necessario um projecto de lei especial, mas pretendendo-se augmentar apenas a verba d'um serviço já creado e dotado, tal systema era exaggeração sem fundamento.

Se o sr. *ministro da justiça* crê que o augmento proposto excede a somma votada no orçamento para aquelle estabelecimento, a camara não duvidará por certo augmental-a. Demais, como a *commissão* admittiu a proposta do sr. *Ornellas* para continuar um augmento de despesa sem projecto de lei especial, tambem sem elle poderia propôr este augmento de despesa, que aliás era insignificante, attendendo-se aos relevantes serviços prestados pelo empregado a que ella se refere, e attendendo-se a que sem esse augmento não póde satisfazer os encargos que pesam sobre elle <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 713, col. 2.<sup>a</sup>, s.



Respondeu-lhe o sr. *ministro da justiça*, declarando que concordava com a proposta, cujos fundamentos approvava, do sr. *Luciano de Castro*, e que entendia que os funcionarios publicos deviam ser apenas os indispensaveis, mas bem remunerados; que o ordenado do director em questão era pequeno e insignificante, mas que, sendo-o egualmente os do sub-director e capellão, e tendo todos sido fixados por uma lei especial em harmonia uns com os outros, não devia fazer-se alteração num isoladamente dos mais; a não ser por uma lei especial, cujo projecto elle ministro traria á camara, se o sr. *Luciano de Castro* o não trouxesse antes <sup>1</sup>.

Em seguida o sr. *Rodrigues de Freitas*, extranhando e sentindo que a commissão de fazenda não tivesse julgado digna de parecer a sua proposta, tendente a reduzir a dotação do sr. infante D. Augusto, embora elle orador para evitar complicações tivesse na sessão do dia 9 pedido licença para a substituir por uma moção simples, desligada d'outras questões, e que permittisse á commissão estudar detidamente esse assumpto, apresentou uma moção para que a camara declarasse que a approvação do parecer ácerca das emendas do orçamento não importava a approvação da verba de 16:000,000 réis para dotação do sr. infante D. Augusto <sup>2</sup>.

Havendo a camara admittido essa moção, o sr. *Mamede*, como relator, apresentou em continente o parecer da commissão ácerca da proposta a que o sr. *Rodrigues de Freitas* acabava de alludir e pediu que esse parecer fosse considerado como um additamento ao *Pertence ao n.º 13* e que fosse dispensada a sua impressão para desde logo poder ser discutido <sup>3</sup>.

Neste parecer, que não tem data e que só assignam os srs. *Carlos Bento da Silva, Placido Antonio da Cunha e Abreu, Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa, Antonio José Teixeira e Joaquim Gonçalves Mamede*, se diz que a proposta do sr. *Rodrigues de Freitas* tende a alterar a lei de 11 de fevereiro de 1862 em vigor, que só por outra fórma póde ser alterada <sup>4</sup>.

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 714, col. 1.ª, s.

<sup>2</sup> *Ibid.*, col. 2.ª

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 714, col. 2.ª

<sup>4</sup> *Ibid.*

A camara, accedendo ao pedido do sr. *Mamede*, dispensou a impressão do parecer<sup>1</sup>, e o sr. *Pereira de Miranda* declarou que, se estivesse presente na anterior sessão, teria votado contra a proposta, que augmentou o vencimento do vigario geral do patriarcho<sup>2</sup>.

Depois d'isso continuou o debate usando da palavra o sr. *Candido de Moraes*, que declarou ia apresentar duas propostas sobre o orçamento, que já teria apresentado antes, se por incommodo de saude se não tivesse retirado da camara, e se imaginasse que com tanta pressa havia de ser discutida a lei orçamental.

Ponderou que, sendo practica abonar a cada capitão de porto 18\$000 réis para renda da casa destinada á repartição nas localidades onde não ha edificio do estado, só d'esse beneficio é exceptuado o capitão do porto da Horta, desde que em em certo tempo se mudou do edificio do estado, onde estava, em virtude de obras que alli se iam fazer.

Propoz mais que se extendesse ao clero dos Açores a proposta approvada em relação ao clero da Madeira<sup>3</sup>, notando que o fazia pela segunda vez e sem esperanças de o ver acceito, mas só para cumprir um dever, pois que nenhuma confiança tinha no governo.

Observou que, embora as circumstancias do clero dos Açores fossem as mesmas que as do clero do Funchal, não se admiraria comtudo de as não ver attendidas pelo governo.

Occupando-se em seguida da proposta do sr. *Pinheiro Borges*, notou que ella não fôra bem comprehendida pelo relator da commissão de fazenda; pois que, embora a escola esteja creada, não tem comtudo professores especiaes, que nella, como na escola practica de artilheria de Torres Novas, são apenas os respectivos officiaes instructores. Que a escola tem funcionado, por exemplo, no tempo em que elle orador fôra praça do batalhão de engenheiros, mas que então funcionava á custa d'um donativo

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 715, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> Proposta do sr. Agostinho de Ornellas para que as congruas do clero do Funchal continuassem a ser reguladas pelas disposições do artigo 13.<sup>o</sup> da lei de 19 de abril de 1873. (*Ibid.*, p. 708, col. 1.<sup>a</sup>)

generoso e não do estado. Que, sendo o sr. *ministro da guerra* competente, havendo concordado na justiça da proposta, e não se embaraçando com tão pequenas despesas, eram de extranhar os escrúpulos da commissão.

Que essas despesas ficariam bem compensadas com a vantagem de aproveitar a instrucção do batalhão de engenharia, que sem isso seria nulla apesar dos melhoramentos recentes, a que o sr. *ministro da guerra* alludira, e que provinham apenas de se empregar aquellas praças em serviços peculiares da arma, mas que não substituem de certo os trabalhos practicos em questão.

Que sem isso aquelle corpo era inutil e deshabilitado para o desempenho dos seus serviços, alem de ser o mais ignorante dentre todos os do exercito; devendo ser tambem attribuida esta insufficiencia ao methodo vicioso do respectivo recrutamento, que só alli faz entrar praças ignorantes e inhabeis para os seus misteres, o que torna aquelle corpo num momento dado inutil ao seu fim.

Que, a continuar d'esta fórma, seria melhor dissolver-o, ou reorganisal-o, para lhe dar a unica destinação a que parece apropriado, a de corpo de *operarios* ou de *artifices*.

Que, se a camara tivesse mais cautela em votar augmentos de despesas, teria donde tirar os 500\$000 réis que para isto se pedem.

Que nada justificava o augmento dos vencimentos do vigario geral do patriarchado, contra o qual tambem votava. Que nem o interesse do estado, nem a conveniencia publica se oppunham a que a dotação do sr. infante D. Augusto fosse reduzida, como propunha o sr. *Rodrigues de Freitas*. Que os serviços do sr. infante não serão superiores aos do batalhão de engenheiros, que tambem são indispensaveis e de alta consideração. Concluiu por notar a apprehensão que tinha, de que a sua proposta relativamente ao clero dos Açores, apesar de justissima, não fosse attendida pela camara<sup>1</sup>.

Tendo a camara admittido á discussão ambas estas propostas, o sr. *Ribeiro dos Sanctos* apresentou um parecer da commissão

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 715, col. 1.<sup>a</sup>, s.

de Legislação relativo á licença, pedida pelo poder judiciario á camara, para continuar um processo contra um dos srs. deputados.

A camara resolveu mandar imprimir esse parecer<sup>1</sup>, e o debate continuou, usando da palavra o sr. *Adriano Machado*, que propondo, de accordo com os srs. *Pinto Bessa* e *Pires de Lima*, que nas capitaes de districto a gratificação, estabelecida pelo artigo 26.º do decreto de 20 de setembro de 1844 aos professores de instrucção primaria, fosse elevada a 30\$000 réis.

Notou que apenas procurava melhorar um pouco as condições dos professores de instrucção primaria, não porém reformar esta totalmente; que a sua proposta era antes sequencia dos principios que devem regular a organização da instrucção primaria, deixando as despesas a cargo das localidades, do que dos seguidos entre nós.

Propoz mais que as verbas votadas para o secretario, bibliothecario e um substituto da Academia polytechnica do Porto, em quanto estes logares estivessem vagos, fossem applicadas ao expediente e melhoramentos dos estabelecimentos dependentes da mesma Academia.

Observou que só as circumstancias especiaes d'aquella corporação justificavam esta proposta, sendo os logares de secretario e de substituto extremamente trabalhosos, particularmente desde 1873; donde resulta que os lentes, que até hoje se têm prestado a desempenhal-os, se não prestarão a isso para o futuro, apesar dos seus bons desejos, se também não receberem os proventos correspondentes. A verba que pede é pequena, merece a benevolencia da commissão e do governo, subordinada aliás, como fica, á condição da vacatura. Concluiu mandando para a meza uma representação de 33 parochos do concelho de Marco de Canavezes, pedindo á camara a approvação do projecto de lei apresentado pelo sr. *Pires de Lima*<sup>2</sup>.

Ambas as propostas foram admittidas<sup>3</sup>.

Na sessão do dia immediato continuou a discussão sobre o mesmo assumpto, declarando o sr. *Luciano de Castro* que, se o

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 716, col. 2.ª

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 717, col. 1.ª

sr. ministro da justiça não apresentasse, como promettera, um projecto de lei elevando o ordenado do director da casa de correcção das Monicas, elle orador o apresentaria. Em seguida, perguntando á Presidencia se estava em discussão o parecer relativo á proposta do sr. *Rodrigues de Freitas* para ser reduzido o ordenado do sr. infante D. Augusto, e recebendo resposta affirmativa, extranhou ao governo que guardasse silencio sobre esse importante assumpto, e assim forçou o sr. presidente do conselho a pedir a palavra.

Declarou que votaria a dotação actual do sr. infante D. Augusto sem a discutir, mas que desejava saber do governo quaes as razões por que ella deva ser mantida; pois que lhe parecia altamente inconveniente que não fossem radicalmente destruidas pelo governo as duvidas que na camara alguns srs. deputados haviam apresentado contra a justiça e legalidade d'aquella verba. Que essa questão devia ser resolvida explicitamente e não entregue ao mutismo e á revelia.

Diz-se que, tendo o sr. infante D. Augusto deixado de ser herdeiro presumptivo da coroa, havia cessado o motivo que em 1862 motivara a elevação da sua dotação. Se o facto era verdadeiro, o sr. infante, de certo, renunciaria de motu-proprio a esse augmento indevido de honorarios; se o não era, o governo e a commissão de fazenda deviam dizel-o desassombradamente e proval-o.

Que á familia real, que todos respeitam, se não deve regatear a indispensavel dotação, nem economias d'essas podem aproveitar ao Estado; mas tambem que se deve cuidadosamente combater com franqueza e lealdade as suspeitas que apparecem, e não com o subterfugio invocado pela commissão de fazenda<sup>1</sup>.

Respondeu-lhe o sr. presidente do conselho de ministros, notando que costumava franca e desassombradamente expôr as suas opiniões ao parlamento sem usar de subterfugios. Que não podia ser extranhado o silencio do governo, pois que o debate começava.

A questão era de mera formalidade; pois todos bem sabiam ser doutrina acceita e practica seguida no parlamento, desde largos

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 724, col. 1.<sup>a</sup>

annos, que as verbas do orçamento, auctorisadas por lei especial, só por outra podiam ser alteradas; por isso que a commissão de fazenda seguira apenas os precedentes, declarando que a dotação do sr. D. Augusto, estabelecida por uma lei de fevereiro de 1862, só poderia a sua alteração ser pedida num projecto de lei especial.

Notou que, havendo todos os partidos politicos estado representados no poder desde 1862, e nenhum havendo procurado alterar aquella dotação, apezar de já existirem as razões que hoje se invocam, a alteração pedida hoje parecia extemporanea. Ponderando que para affirmar isto não sendo necessario coragem, por ser a opinião do paiz, affirmava que não trahiria a monarchia, e que lhe defenderia com todas as forças o lustre e a alta posição: notou que a proposta feita era impopular, e lembrou que os governos desde 1862 não haviam proposto nem feito a redução que se pedia, por a julgarem inconveniente; pois que era costume, feita uma concessão, não a regatear, e que, se isso se fizesse com o sr. infante, não se tendo feito com outros individuos em posições immensamente inferiores, seria uma excepção odiosa e immerecida. Citou o facto de terem continuado a perceber os seus vencimentos os membros de tribunaes e repartições extinctas, como aconteceu no conselho de estado, no conselho ultramarino, no conselho de instrucção publica, no conselho de saude, nas repartições publicas e nos empregados addidos.

Que isso quadrava com a nossa indole, com os nossos costumes e habitos, e com a nossa benevolencia, que nunca quer desconsiderar direitos uma vez adquiridos. Por fim, declarando que julgava interpretar convenientemente a opinião de todos os ministerios transactos, que se teriam guiado por esses motivos e pelo respeito á monarchia, pensa que a camara não fará por causa d'uma economia insignificante uma excepção odiosa contra o sr. infante, e que regeitará a proposta inconveniente e impopular do sr. *Rodrigues de Freitas*<sup>1</sup>.

(Continúa).

M. C.

<sup>1</sup> *Diar. das Sess. da Cam. dos Deput.*, cit., p. 725, col. 1.<sup>a</sup>

## SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

### IMPORTANCIA DA ELECTROTHERAPIA

#### NO TRACTAMENTO DAS PARALYSIAS CONSECUTIVAS

#### A LESÕES TRAUMATICAS

A applicação da electricidade á therapeutica nasceu da observação dos variados effeitos physiologicos despertados no organismo por este precioso agente.

A originalidade dos phenomenos, a certeza e rapidez com que se produziam, a energia de estimulo que os occasionava deram azo a que os medicos se julgassem possuidores d'um valioso remedio para combater grande numero de enfermidades, que geralmente resistiam ao emprego judicioso dos mais poderosos meios pharmacologicos.

Mas, antes de tentar a applicação medica, era mister recorrer á experiencia.

Colher e coordenar os factos variando quanto possivel fosse os meios de observação, examinar os effeitos produzidos nos diferentes orgãos e interpetral-os á luz da Physiologia e da Physica tornava-se trabalho indispensavel para quem pretendesse imprimir um cunho scientifico ao emprego do novo agente therapeutico.

Era portanto o methodo experimental que havia de patentear o valor d'esta grande descoberta, e foi por este trilho que os obreiros da sciencia caminharam sempre, legando ás gerações modernas os preciosos fructos de suas fadigas e o encargo de proseguir no estudo por elles encetado com tanto proveito para a humanidade enferma.

Entre as enfermidades, em cujo tractamento mais proficuamente foi empregada a electricidade, avultam sem duvida as paralyrias. Mas se 'nalguns casos os clinicos obtiveram resultados maravilhosos

com a applicação d'este poderoso agente, outros houve em que a molestia nada perdeu da sua intensidade, e os doentes nem sequer lograram melhorar do pertinaz soffrimento que os atormentava.

As parálisias antigas e consecutivas a lesões traumaticas entraram no numero d'aquellas em que os effeitos da electrotherapia se mostraram infructiferos, e daqui resultou a convicção de que em taes circumstancias nenhum proveito se tiraria do seu emprego, embora assiduo e cauteloso.

Assim pensavamos nós quando no hospital da Universidade vimos derrubadas as nossas crenças por factos incontestaveis, e tanto nos impressionaram os resultados então obtidos, que desde logo tencionámos dar publicidade ás seguintes observações:

1.<sup>a</sup> Observação — Antonio Ribeiro Novo, filho de paes saudios, de 45 annos de idade, temperamento sanguineo-nervoso, constituição robusta, lavrador e residente no Carvalhal, concelho de Tondella. Entrou para o hospital no dia 16 de janeiro de 1871.

Interrogado ácerca da enfermidade que o obrigava a reclamar os soccorros da Medicina, declarou que, haveria cinco annos, lhe cahira sobre a região sacro-lombar uma carrada de madeira, e d'ahi resultara ficar gravemente contuso e com immobilidade completa nos membros inferiores, ficando todavia intacta a sensibilidade.

Sentiu por essa occasião dores violentas na região em que recebera o choque, conservando-se paraplegico e sem poder dobrar o corpo para se sentar por espaço de dois annos.

No tractamento, que então lhe foi applicado, figuravam principalmente emissões sanguineas locaes, revulsivos e fricções estimulantes.

Ao entrar para o hospital, o doente mal se podia sustentar em duas muletas; na perna esquerda havia pequenos movimentos e apenas lhe permittia firmar-se sobre ella; na perna direita a immobilidade era completa e de nada lhe servia para sustentar o corpo.



Sendo entregue 'neste estado aos cuidados do sr. dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, lembrou-se o nosso collega e amigo de nos mostrar o doente, e patenteou-nos o desejo de que se tentasse a applicação da electricidade com a mira de combater por este meio a paralyasia então existente, por isso que achando-se em tractamento, havia mezes, nenhum resultado tinha tirado dos medicamentos empregados.

Depois de minuciosa observação, com franqueza o dizemos, pareceu-nos ter diante dos olhos um d'aquelles exemplares em que a electrotherapia se tornaria completamente improficua. O tempo de existencia da enfermidade e a natureza da causa que a produzira levou-nos a suppôr que a paralyasia da perna direita não poderia desvanecer-se com a applicação do estimulo electrico por se achar ligada a alterações anatomicas do systema nervoso, que de nenhum modo permittissem o restabelecimento da funcção abolida.

É verdade que, antes d'o doente entrar para o hospital, tambem existira por bastante tempo a paralyasia completa na perna esquerda, que pouco a pouco foi recuperando alguns movimentos; mas estas melhoras já se haviam manifestado ha muito, emquanto que no outro membro nem sequer appareciam os mais leves indicios de mobilidade.

A paralyasia na perna direita contava pois cinco annos de existencia, sem ter perdido nada da intensidade com que a principio se manifestara.

Nestas circumstancias accedemos ao convite do nosso collega, mais por comprazer do que por nutrirmos esperanza de obter resultado satisfactorio; porém em breve se desvaneceu a nossa expectativa.

Tendo lançado mão da machina electro-magnetica de Gaiffe sujeitámos o doente a um choque de mediana intensidade, estabelecendo a corrente da região sagrada para os malleolos. Durante a applicação do estimulo accusou grande sensibilidade e a mobilidade começou logo a manifestar-se no membro em que a paralyasia era completa, conservando-se este benefico effeito até á applicação do segundo choque; na perna esquerda os movimentos

tornaram-se completamente livres e o doente largou a muleta que trazia d'este lado.

Após o segundo choque, um pouco mais energico que o primeiro, as melhoras foram então extraordinarias, porque começou a andar facilmente sem o auxilio da outra muleta.

A pedido do enfermo e com a mira em obtermos a cura radical da molestia repetimos mais algumas vezes a applicação do estimulo com optimo resultado, sahindo do hospital no dia 22 de agosto com a nota de curado.

2.<sup>a</sup> *Observação* — Manuel Corrêa d'Oliveira, filho de paes saudios, de 28 annos de idade, temperamento nervoso, constituição regular, natural de Taveiro e residente em Revelles.

Entrou para o hospital no dia 15 de fevereiro de 1873, declarando que a molestia que trazia tinha sete mezes de duração.

Na historia progressa nada havia de importante.

Com relação á historia actual disse que, andando a fazer a demolição d'uma barreira perto de Torres Vedras, desabára repentinamente sobre elle uma grande porção de terreno, ficando bastante contuso na região sagrada e nos membros inferiores, e permanecendo enterrado até á cintura durante uma noite por não haver 'naquella localidade quem lhe acudisse.

Tendo sido transportado para o hospital de Torres Vedras alli foi convenientemente tractado por espaço de dois mezes; porém, como reconhecesse desde o começo do tractamento que pouco podia mover a perna direita e que lhe era completamente impossivel estender a esquerda, sem que até então este estado em nada se houvesse modificado, pediu alta.

Foi depois transportado para o hospital de Leiria, onde se demorou alguns mezes sem obter allivio apreciavel; e por ultimo resolveu recolher-se ao hospital da Universidade com a esperanza de encontrar melhoras.

Quando entrou tinha uma paraplegia incompleta que lhe impedia inteiramente a locomoção e a posição vertical. A perna esquerda, onde existia uma ulcera atonica, formava um angulo recto com a coxa, e na articulação femuro-tibial não havia

mobibilidade, parecendo existir uma verdadeira anquilose. Em todo este membro havia paralytia completa de movimento, mas na perna direita notavam-se alguns movimentos embora pouco extensos.

'Neste estado foi conduzido para a enfermaria de que é director o sr. dr. Costa Duarte, e alli começou a ser tractado; recordando-se porém o nosso collega dos beneficos resultados obtidos no outro doente com o emprego da electricidade, desde logo formou tenção de submeter este novo exemplar ao mesmo tratamento.

Havendo-nos communicado o proposito em que se achava, fomos observar o enfermo; mas, julgando existir uma verdadeira anquilose na articulação femuro-tibial da perna esquerda por não podermos sequer diminuir o estado de flexão em que este membro se achava, apesar dos esforços empregados para o conseguir, julgámos que a electrotherapia não poderia restituir-lhe as condições necessarias para facilmente executar os movimentos que se achavam abolidos.

Mais uma vez porém nos illudimos.

Recorrendo ainda ao emprego da machina electro-magnetica de Gaiffe, fizemos passar uma corrente pouco energica da região sagrada para a cavidade poplitea e d'ahi para os molleolos. O doente accusou viva sensibilidade e appareceram immediatamente alguns movimentos nos dedos do pé esquerdo.

O segundo choque teve logar dois dias depois do primeiro, effectuando-se promptamente a extensão completa da perna esquerda e augmentando bastante a energia dos movimentos na direita.

Em seguida ao terceiro choque o doente começou a andar sofrivelmente, firmando-se em duas muletas.

Recebeu ainda mais tres choques, sendo a corrente sempre dirigida da região sagrada ora para um ora para outro membro e com intervallos eguaes ao que mediou entre a applicação do primeiro e do segundo, e d'ahi resultaram taes beneficos, que o doente teve alta no dia 23 de abril do mesmo anno, levando apenas pequenos indicios da enfermidade que o obrigou a recolher-se ao hospital.»

Das duas observações que deixamos consignadas deduz-se claramente:

1.º Que nas paralyrias consecutivas a lesões traumaticas póde algumas vezes permanecer a abolição da funcção, embora tenham desaparecido as alterações anatomicas que as originaram;

2.º Que em taes circumstancias a electricidade é um poderoso estimulo para restituir ao organismo a actividade de que necessita.

Assim terminamos esta singela publicação, tendo apenas em vista contribuir com uma pequena parcella para o estudo experimental da electrotherapia, cujo futuro se nos affigura extremamente auspicioso.

C.

## LITTERATURA E BELLAS ARTES

### DA ARCHITECTURA RELIGIOSA EM COIMBRA DURANTE A EDADE MEDIA

Conferencia feita em 21 de fevereiro de 1874 no Instituto de Coimbra

SUMMARIO.— Edade media, religião, architectura — Os templos indios, egypcios, gregos, romanos e christãos — Comparação das tres dimensões nuns e noutros — Igrejas de Coimbra anteriores ao anno de 1200 — S. Salvador, S. Thiago, Sé Velha e S. Christovão — Caracteres architectonicos das quatro igrejas de Coimbra — Orientação — Fôrma — Paredes, apparelho, cornijas, oculos e janellas, gigantes, torres, ameias — Tectos — Planta interior, naves, cruzeiro, capella-mór e lateraes — *Triforium* — Basilicas romanas — Semelhanças entre ellas e as quatro igrejas de Coimbra — Pequena importancia do apparelho, abobadas e gigantes para determinar a edade relativa d'estes templos — O predominio do arco de volta redonda prova serem anteriores ao anno de 1200 — Arcos, archivolts e columnas das portas e janellas — Constituição do estylo romano-byzantino e sua diffusão pela Europa — As quatro igrejas sendo d'este estylo não se hão de reputar anteriores ao anno de 1000 — As igrejas de S. Salvador e S. Thiago terão sido construidas no seculo xi? — A edificação das igrejas de S. Christovão e da Sé Velha no seculo xii provada pelos caracteres da architectura — E tambem por documentos — Inscricção arabiga — Atrazo da architectura coimbricense no ultimo quartel do seculo x — Documento comprovativo — Igrejas de Coimbra no seculo xi — Circumstancias que influiram para desenvolver a architectura na segunda metade d'este seculo — Architectura religiosa em Coimbra nos seculos xiii, xiv, xv e xvi — Conclusão.

#### I

*Da architectura religiosa em Coimbra durante a edade media, tal é, senhores o objecto d'esta conferencia.*

As palavras *edade media, religião, architectura* exprimem idéas correlativas: uma epocha; um culto que domina e caracteriza essa epocha; uma arte que exalta e glorifica esse culto.

Decorreram onze seculos desde a quéda do imperio romano até ao renascimento das artes e letras. Nesse largo periodo, que chamamos hoje idade media, a luz do christianismo raiou com vivos resplendores por entre as trevas que baixaram com os barbaros, do norte ao meiodia da Europa; salvou a sociedade do abysmo, aonde parecia precipitarem-na os vicios dos vencidos e a barbaria dos vencedores; prendeu com indissoluveis laços a antiga á moderna civilisação; e obstou, emfim, a que, sob as ruinas do mundo que se desmoronava, se destruíssem totalmente os germens do futuro progresso do mundo que nascia.

A idêa religiosa modificou as leis, os costumes, as artes, as empresas militares, a vida publica e privada, todas as instituições, todas as manifestações sociaes. Pelo irresistivel influxo de tão poderoso elemento, a humanidade ergueu-se em grandeza moral a uma altura, aonde em epochas anteriores jámais podéra elevar-se.

A architectura, de mãos dadas com suas duas irmãs, a escultura e a pintura, moldou o espirito do christianismo em fórmãs visiveis e materiaes, e representou-o, aos olhos dos crentes, em primores de arte sublimes, em obras tambem mais expressivas e majestosas que todas as que antecedentemente produzira o genio do homem, inspirado pelo sentimento religioso.

Começarei, senhores, por demonstrar-vos esta ultima proposição. Em poucas palavras esboçarei as idêas de auctorisados estheticos, que escreveram da superioridade dos templos do christianismo relativamente aos das outras principaes religiões, ou, o que significa o mesmo, relativamente aos dos povos mais civilizados que têm existido na terra. Introducção mais de molde não a encontraria eu, por certo, para o assumpto que me proponho tractar na vossa illustre presença.

## II

Os templos antigos da India, escavados na rocha viva, são vastos subterraneos. Alonga-se a vista em grande distancia, por entre compridos renques de columnas, e não chega a abranger

um todo circumscripto e completo. Na India antiga a humanidade ainda criança (como disse ha pouco tempo, aqui neste mesmo logar, um dos eloquentes oradores que me precederam <sup>1</sup>), a humanidade parecia subjugada pelo imperio da natureza. Naquella parte da Asia, berço da civilisação humana, as religiões contêm uma idéa pantheistica associada a um sentimento profundo das energias naturaes, das forças ou agentes physicos. Ao vago, ao immenso do pantheismo correspondem as sombras mysteriosas e indefinidas do interior do templo, onde o architecto prolongou demasiadamente a profundidade ou a dimensão do comprimento em relação ás outras duas dimensões, como se quizera buscar nos intimos seios da natureza a divindade com ella identificada e confundida. Descendo ás entranhas da terra, o architecto soube tambem representar a outra idéa fundamental da religião de Brahma, escavando em vez de edificar, esboçando em vez de concluir, deixando como incompleta a sua obra, symbolo de um mundo em germen, de um mundo que na massa homogenea da substancia primitiva anima e organisa o sôpro omnipotente do ser universal.

Os egypcios acreditavam firmemente na immortalidade da alma e tambem que, passados mil ou mais annos, resurgiriam seus corpos, reanimados pelos espiritos que no momento da morte os tinham abandonado. Por isso, não se importavam de habitar cabanas humildes, em quanto vivos, com tanto que tivessem edificios magnificos e perduraveis para jazerem depois de mortos. Nestas construcções predominava a dimensão da largura por ser de todas tres a que lhes poderia dar real e aparentemente maior estabilidade.

As partes dos edificios religiosos do Egypto, paredes, columnas, pilares, tudo é curto e espesso. E para mais augmentar esta grande solidez, as bases alargam-se demasiadamente em talud ou alambor de cima para baixo. A fórma pyramidal domina, por consequencia, toda a architectura egypcia. Ora, a pyramide, como sabeis, é o symbolo da estabilidade.

O sr. Candido de Figueiredo.

Pyramides completas e rigorosamente geometricas, pyramides quadrangulares são os celebrados monumentos de Memphis. O principal, ou de Cheops, é a mais alta de todas as fabricas que mãos de homens ergueram na face da terra. E todavia a dimensão da largura da base excede em muito a da altura. Está na proporção de 8 para 5. Parece que, dando tamanhas dimensões ás bases das pyramides, quizeram assegurar a eternidade d'estes enormes monumentos.

Os templos dos gregos e os dos romanos que os imitaram são os unicos em que as tres dimensões parece estarem em equilibrio. Não ha, porém, egualdade entre estas, porque, se a houvera, teriam aquelles edificios a fôrma cubica. As differenças chegam em certos casos a ser de 2 para 1. Entretanto parecem pequenas, e menores ainda quando se comparam com as que se observam nos templos dos indios e dos egypcios. Attribuem-se antes ao sentimento da belleza que ao sentimento religioso.

O templo grego, apesar de toda a sua graça e majestade, traz sempre á lembrança a cabana scythia, a habitação humana. Assim tambem os deuses da Grecia, heroes, homens divinizados, não mudavam de natureza por se elevarem ao Olympo. Conservavam os costumes, affeições e odios que tinham tido na terra, aonde desciam muitas vezes a visitar os seus compatriotas, a roubar-lhes as filhas ou as mulheres, ou a intervir nos negocios do mundo por outros modos pittorescos. Quando a divindade vinha assim ao encontro dos homens, porque haveriam os homens de prolongar uma ou outra das dimensões dos seus templos para ir ao encontro da divindade?

Superiores aos monumentos religiosos dos indios, dos egypcios, dos gregos e romanos, os templos dos christãos, os templos mais perfeitos do estylo ogival elevam-se elegantemente aprumados, erguem-se graciosos, como o cedro ou a palmeira, apontam ao céo com os pinaculos e corucheus, como para transmittir á Divindade as preces e aspirações do homem. Aqui é a dimensão da altura que excede em muito a da largura. Como aconteceu, porém, que, sendo a architectura da idade media uma degeneração da architectura grega e romana, chegaram os templos christãos a



ser tão manifestamente superiores aos do paganismo? A fé, que na phrase da Escriptura move as montanhas, a fé religiosa levantou a abobada romana; o sôpro do espirito ergueu as torres ás nuvens; o architecto, emfim, desprende o mais que pôde as construcções da face da terra, bem como a sua alma, bem como as almas de todos os crentes se desprendiam o mais que era possível dos involucros corporeos para se exalçar em mysticos arrobamentos ás delicias ineffaveis do paraizo, aos gozos da bemaventurança que Jesus Christo promettera.

Recapitulando o que deixo ponderado relativamente aos templos das principaes religiões, concluirei que:

O prolongamento da profundidade (extensão em comprimento) causa a impressão de terror mysterioso.

O prolongamento das horisontaes (extensão em largura) dá a idéa de repouso, de fatalidade e duração.

O prolongamento das verticaes (extensão em altura) representa o christianismo e a exaltação da alma.

Emfim, o equilibrio das tres dimensões corresponde á idéa antropomorphica da divindade.

### III

Senhores: Não temos em Coimbra um dos grandes templos do estylo ogival, onde possamos verificar experimentalmente os effeitos do predomínio da dimensão da altura. Todavia na distancia de poucas leguas estão os dois templos de todo o Portugal em que melhor se observam taes effeitos. São os da Batalha e Alcobça. Ninguém, por mais sceptico, por mais indifferente em materia de religião, entrará pela nave central de algum d'estes majestosos templos sem se sentir subjugado pela grande altura da abobada, sem que pareça curvar-lhe os joelhos uma força extranha, superior á vontade humana. *Numen inest!*

Das muitas egrejas que na edade media, antes do anno de 1200, se edificaram em Coimbra, segundo um estylo que precedeu o da architectura ogival, apenas subsistem de pé as de S. Sal-

vador, S. Thiago e Sé Velha. A igreja de S. Christovão, ainda alguns de vós, por certo, como eu tambem, a vimos de pé. Foi demolida ha poucos annos para em seu logar e com os seus materiaes se construir um theatro.

Em verdade não sei explicar esta singular predilecção dos amadores da arte dramatica, dos devotos de Euterpe ou de Thalia pelos poucos templos que nos restam da epocha memoravel da fundação da monarchia. Em Coimbra foi a igreja de S. Christovão. Em Leiria a de S. Pedro, juncto do Castello. Em Santarem a de S. João de Alporão. Todas contemporaneas, todas do mesmo estylo. As duas ultimas, felizmente, não foram demolidas. Limitaram-se a armar dentro em suas paredes as complicadas fabricas de madeira, panno e papel pintado.

Um povo verdadeiramente civilizado conservaria com a maior diligencia e cuidado, se não pelo sentimento religioso, ao menos pelo das glorias nacionaes e artisticas, estes venerandos templos que os fundadores da monarchia edificaram ao mesmo tempo que sellavam com o sangue de suas veias a independencia de Portugal.

Permitti-me, senhores, que, para definir mais clara e rigorosamente a architectura religiosa de Coimbra durante a idade media, ao exame archeologico das tres igrejas que ainda hoje subsistem ajuncte o da igreja de S. Christovão, considerando-a ainda existente. Aquelles que não a viram já ou se não lembram d'ella poderão saber como era pelo desenho, planta e descripção que publiquei nas minhas *Reliquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra.*

Estas quatro igrejas têm characteres communs a todas, outros communs a algumas, outros, emfim, particulares a cada uma d'ellas. Deduzem-se dos seguintes elementos architectonicos: da orientação; da fórma exterior; das paredes, apparelho, gigantes, ameias, cornijas e torres; dos tectos; da planta ou divisão interior; dos arcos das portas, janellas, frestas ou quaesquer outros; das columnas e mais em particular dos seus capiteis, molduras, baixos relevos e outros ornatos. Uns pertencem á planta, fórma e estrutura geral das igrejas. Outros á sua ornamentação.

Estudando taes characteres, indagando como se originaram e

as phases por que têm passado os elementos architectonicos de que fazem parte, se colligirão os subsidios indispensaveis para determinar a idade das velhas egrejas conimbricenses. Em certos casos as indicações architectonicas serão vantajosamente confirmadas pelas particularidades historicas ou pelo exame dos documentos respectivos a cada igreja. Emfim, as memorias dos templos, dos quaes poucos ou nenhuns vestigios nos restam hoje, servirão para completar a idéa que se ha de fazer da importancia e character da architectura em Coimbra durante a idade media. Eis aqui o estudo que vou emprehender em breves palavras, pelo pouco tempo de que posso dispôr, para não abusar da paciencia e attenção com que me tendes escutado.

#### IV

Todas as quatro egrejas foram construidas na encosta occidental da collina onde jaz a cidade de Coimbra. Todas orientadas de nascente a poente, segundo a lei seguida na idade media. Todas ficaram, emfim, com o portal mais alto que o terreno adjacente em consequencia da inclinação do monte. Na igreja de S. Christovão aproveitaram esta circumstancia para construir uma crypta ou capella subterranea que se descobriu á entrada do templo quando o demoliram. É possivel e até provavel que nas outras tres egrejas existam ou tenham existido cryptas semelhantes ou á porta ou debaixo da capella-mór, onde mais communmente as construiam.

A todas estas egrejas deram a fórma rectangular. Porém o lado oriental do rectangulo não é como os outros tres lados uma recta, mas uma linha composta de tres curvas correspondentes á capella-mór e ás duas capellas lateraes. Na Sé Velha o cruzeiro sobresahe até na parte exterior formando muito salientemente os braços da cruz.

As paredes da igreja de S. Salvador são de alvenaria, *opus incertum*. As de S. Thiago, S. Christovão e Sé Velha revestidas de cantaria, pedras faciadas ou silhares com as dimensões do ap-

parelho medio. Na fachada principal de S. Salvador vê-se por cima da porta uma cornija estribada em modilhões ou carrancas. Na fachada septemtrional de S. Thiago ha por cima da porta transversa uma cornija semelhante, e outra sustentada em modilhões lisos na parede opposta. No frontispicio da igreja de S. Thiago está por cima do portal um oculo circular, em parte mutilado pela varanda que alli construíram no seculo XVI. Nas igrejas de S. Christovão e da Sé Velha grandes janellas, em tudo semelhantes ás portas principaes, foram por cima d'estas construídas.

As paredes lateraes de S. Salvador e S. Thiago são lisas. As de S. Christovão tinham grandes gigantes que as reforçavam. Eram, como os que se vêem ainda na Sé Velha, saliencias quadrangulares das paredes que lhes servem de ornamento e, em vez de as desfeiar, as embellezam, ao contrario do que se observa na maior parte dos templos coetaneos e em todos os mais antigos.

Em S. Salvador a torre está separada da igreja, e foi talvez construída posteriormente, pois conserva uma porta ogival. A de S. Thiago parece tambem posterior á igreja, e seria talvez construída no seculo XVI, quando por cima d'ella se prolongou a casa da Misericordia. A da Sé Velha era tambem separada da igreja, do lado do claustro, onde hoje está a Imprensa da Universidade. A torre que se vê na fachada principal é accrescentamento deploravelmente feito ha uns trinta annos. Havia tambem na Sé Velha por cima do cruzeiro um grande torreão com quatro andares e em cada andar janellas voltadas aos quatro ventos. Esta parte do edificio, que parece teria a fórma pyramidal, foi demolida no seculo passado, e substituída pelo zimbório azulejado que actualmente existe no mesmo logar.

Por causa das reconstrucções, feitas em varias epochas, não se vê hoje como se rematavam em cima as paredes das igrejas de S. Salvador e S. Thiago. De certo tiveram sempre, como agora, tectos de madeira, o que se prova pela falta de gigantes. A igreja de S. Christovão era guarnecida de amêas e tinha abobada exactamente como a Sé Velha. Para resistirem á pressão das abobadas se lhes accrescentaram os gigantes,

Em todas estas quatro igrejas o espaço interior foi dividido em tres naves por duas series de columnas, em que directamente se estribam arcos de volta redonda. Ás naves segue-se o cruzeiro, mais largo do que ellas. Ao cruzeiro a capella-mór e as capellas lateraes. A primeira em frente da nave central; cada uma das segundas adiante da nave lateral correspondente. Todas primitivamente semi-circulares.

Na igreja da Sé Velha ha uma galeria com arcadas estribadas em columnelos abertas nas paredes da nave central e do cruzeiro. É o *triforium*.

Pelos characteres mencionados, respectivos á fórma e estrutura geral, se vê a grande similhaça das quatro igrejas conimbricenses com a basilica romana, donde derivaram os templos christãos da idade media.

Com effeito datam do seculo IV os primeiros templos do christianismo. Antecedentemente os fieis reuniam-se a occultas nos ermos das ruinas ou nas solidões das catacumbas, para celebrar os mysterios religiosos, e quando adversarios e inimigos lhes lançavam em rosto o não edificarem templos ao Deus que adoravam, respondiam que, perante Aquelle que não cabe em todo o universo, mais valiam os altares de seus corações que as maiores casas que podessem contruir-lhe na terra.

No seculo IV, pois, aos bispos de Roma, favorecidos já com a protecção imperial se permittiu escolherem dentre os edificios publicos os que mais proprios lhes parecessem para o culto. Mereceram a preferencia as basilicas. Eram os mais espaçosos de todos.

As antigas basilicas romanas serviam de tribunaes e tambem de mercados ou bazares. Contrastava a sua singeleza com a magnificencia de outros edificios. Exteriormente careciam de marmores, columnas, pilastras, archivoltas, balaustradas, estatuas, emfim de todos os ornatos de que os romanos carregavam com mão prodiga os monumentos da architectura. Havia tres naves nos vastos recintos d'estas casas, porque de cima a baixo os dividiam duas arcadas. Algumas basilicas, taes como a Ulpia, tinham cinco naves. A este espaço, onde se agglomerava o povo, seguia-

se outro indiviso e rectangular destinado para advogados, escrivães e officiaes de justiça. Chamava-se *transeptum*. Mais adiante e em frente da nave central havia outro espaço semi-circular, coberto com uma abobada á maneira de concha e denominado *hemicyclum*. Chamava-se tambem *apsis*, *absis* ou *abside*, e no meio d'elle estava a cadeira do juiz. Por cima das naves lateraes ficavam umas galerias que se abriam de um e outro lado na central, mais larga e mais alta que as outras duas. Estribavam-se as arcadas d'estas galerias sobre as inferiores e no mesmo plano vertical. Os tectos eram de madeira.

Realmente, senhores, singular coisa parece que nas basilicas se possa descobrir já interiormente, posto que vaga e indeterminada, a fórma da cruz. A nave central e o abside representavam a haste; o transepto os braços. Edificando os templos christãos, empenharam-se quasi sempre os architectos em fazer maior esta similhança, prolongando a uma e outra parte o espaço correspondente ao transepto, como se vê na Sé Velha até pela parte de fóra. Todavia não é sómente nesta disposição geral que as egrejas antigas do occidente, e ainda muitas das modernas, se parecem com as basilicas romanas. A capella-mór é o abside, onde o bispo occupou a cadeira de juiz, pois nos templos primitivos o logar do prelado era no meio, onde mais tarde se poz o altar-mór que modernamente foi recuado á parte posterior. O cruzeiro, logar destinado outr'ora para clerigos e cantores, é o *transeptum*. A parte restante da basilica, onde era o logar do povo, continuou a servir do mesmo modo para este fim, conservando a mesma fórma rectangular e a mesma divisão em naves por duas arcadas na maior parte das egrejas da idade media. Nos templos maiores, em muitas cathedraes, sobrepozeram-se tambem ás da nave central outras columnas menores para sustentar, como na basilica, os tectos das galerias construidas em cima das naves lateraes. Tal foi a origem do *triforium*, assim denominado por constar em muitos casos de arcos reunidos tres a tres.

Na Sé Velha esta especie de galeria conserva ainda a fórma primitiva, bem como na maior parte das nossas cathedraes edificadas antes do seculo xv, apezar das reconstrucções com que em

varias epochas lhes alteraram a primeira fabrica. No *triforium* ou em parte d'elle entoavam preces e canticos as virgens e viúvas, consagradas ao Senhor, no tempo em que não se receiava ainda que as vozes das mulheres dentro das igrejas podessem dar com o christianismo em terra.

Suspendiam tambem noutros tempos do antepeito do *triforium* sedas e damascos com que exornavam o interior da igreja nas solemnidades religiosas. E mais arrazoado era por certo este costume do que o de cobrir, como hoje fazem, o retabulo do altarmór, estragando irremediavelmente muitas vezes obra de talha delicadissima e de maior preço que as sedas ou panninhos com que a encobrem. Na sé de Evora conservam-se grandes pannos de damasco que antigamente penduravam do *triforium*.

#### V

Os caracteres architectonicos de que tenho tractado não bastam por si sós para determinar a idade dos nossos quatro templos conimbricenses. Se os aperfeiçoamentos do apparelho houvessem seguido sempre uma ordem chronologica, diria que as igrejas de S. Thiago, S. Christovão e Sé Velha seriam mais novas que a de S. Salvador, que é de alvenaria. E, se, depois de se construírem igrejas com gigantes e abobadas de pedra, nunca mais se edificassem outras sem elles, accrescentaria que as igrejas de S. Christovão e da Sé Velha, por terem estes elementos architectonicos seriam ambas menos antigas que a de S. Salvador e a de S. Thiago, que têm tectos de madeira, e cujas paredes carecem de gigantes. Começando pela obra de architectura mais imperfeita e acabando na mais perfeita de todas, teremos a seguinte serie: 1.º S. Salvador, 2.º S. Thiago, 3.º S. Christovão, 4.º Sé Velha. Será, porém, esta a verdadeira ordem chronologica das edificações? Ha sómente probabilidade e não certeza de que o seja, porque á maior imperfeição nem sempre corresponde a maior antiguidade de um edificio. E se admittirmos por hypothese a indicada chronologia, restará ainda determinar o seculo em que

principia e aquelle em que termina a serie. Importa-nos, portanto, examinar os characteres de outros elementos architectonicos mais interessantes á soluçãõ do problema.

Em todas as quatro egrejas, nas portas, janellas, frestas e paredes que dividem as naves, predomina, com exclusão de qualquer outro, o arco de volta redonda. Este arco era na architectura romana um elemento essencial como a columna o fôra na architectura grega. Dos edificios romanos passou aos da idade media. Nos templos, aonde não chegaram influencias do estylo arabe, não se empregou nenhum outro arco até ao seculo XII, nos fins do qual já estava geralmente substituido pela ogiva. Eis aqui uma regra menos fallivel que a deduzida da perfeição do apparelho, que me auctorisa a concluir que as nossas quatro egrejas são anteriores ao anno de 1200. Todavia desde o seculo VI ou VII até este anno decorreu um longo espaço de tempo. D'estes seis ou sete seculos em qual ou em quaes foram construidos os velhos templos conimbricenses? Prosigamos no exame dos characteres architectonicos.

Os portaes têm archivoltas feitas de arcos concentricos, e alguns ornados com folhagens. Os arcos estribam-se immediatamente em capiteis, cobertos de folhas ou animaes, e estes em fustes lisos ou esculpidos. As janellas têm tambem columnas com capiteis. Estes characteres e a perfeição da esculptura provam que os elementos architectonicos a que pertencem não são anteriores ao anno de 1000. Foi mui notavel a influencia d'este anno na architectura christã, por se demonstrar a falsidade da crença, que se espalhara pela christandade, de que nelle acabaria o mundo. Recuperados os povos d'esse vão receio, enriquecidas as ordens religiosas e as egrejas com os testamentos e doações que produziu, emfim sob o estímulo de outras influencias sociaes, tamanho impulso receberam as artes, que se considera o seculo XI como uma epocha de renascimento, e, por tanto, a architectura d'esse tempo tão perfeita, relativamente á dos seculos anteriores, que se não confunde com ella.

Esta proposição é importante, porque, sendo admissivel como regra geral, ficar-nos-ha reduzido a duzentos annos o espaço de



tempo que ainda ha pouco era de muitos seculos. Tentarei, portanto, demonstral-a com as provas mais convincentes que se me deparam na historia da architectura.

O estylo dos edificios christãos foi em principio o dos edificios romanos. Os artistas sabiam e conservavam tradicionalmente os segredos da arte. Os capiteis, fustes, bases e outros materiaes, que aproveitavam dos monumentos demolidos ou arruinados, os obrigavam a trabalhar do mesmo modo, imitando aquelles exemplares. Mas as imitações cada vez se tornaram mais imperfeitas. Logo depois do seculo VI ou VII a arte no occidente chegou a padecer total decadencia. A architectura corrompida, barbarisada não produzia senão construcções disformes. A ornamentação das egrejas, pobrissima, chegou quasi a desapparecer, e os labores da esculptura, além de raros, eram toscos e grosseiros. Das egrejas mais antigas de Coimbra ninguem dirá que estejam em semelhante caso.

Seriam, porém, edificadas antes d'aquella geral decadencia, ainda no tempo dos wisigodos? A tal hypothese objectarei o seguinte :

Os romanos empregaram commumente em suas construcções o arco e a columna. Porém não o souberam fazer com toda a vantagem que de taes elementos poderiam tirar. Não formavam com elles todos independentes, mas apenas partes dependentes e integrantes de todos mais complexos. Quasi sempre encostavam as columnas ás paredes á maneira de pilastras ou gigantes. Entre o capitel e o arco punham o entablamento, a faxa ou a platibanda. Já se não encontram nas quatro egrejas, de que tenho tractado, estes characteres essenciaes de um estylo invariavelmente seguido na edificação dos templos christãos da edade media no occidente, até que a influencia de um novo estylo libertou a columna da sujeição a outros elementos, e desembaraçou o arco do quadrado em que os romanos o confrangiam. Esse estylo foi o denominado byzantino, que se constituiu em Constantinopla durante os primeiros seculos do imperio do oriente, d'onde passou á Italia septentrional, e d'ahi mais tarde ao resto da Europa. Os architectos gregos aproveitaram no oriente a combinação do arco e da co-

lumná; porém, mais ingenhosos, mais artistas que os romanos, soltaram-nos dos maciços a que adheriam, supprimiram todos os elementos que os romanos, por cumprir as regras da ordenação, interpunham ao capitel e ao arco, e inventaram assim as elegantes arcadas que vieram a ser uma das partes mais graciosas e mais características dos templos christãos.

D'esta nova combinação dos arcos e columnas resultava sómente uma coisa discordante á vista. Numa arcada a parte em que se unem ás extremidades de dois arcos é uma superficie quadrangular. Ora esta superficie, assentando sobre o capitel cylindrico, fazia um todo desharmonico. Para evitar esta discordancia os architectos byzantinos modificaram o capitel, deram-lhe a fórma cubica, ou antes a de uma pyramide quadrangular truncada com a base para cima. Estes capiteis, chamados cubicos, privativos do estylo byzantino, nem sempre se encontram nas edificações em que se patentêam claramente outros characteres d'aquelle estylo. Assim acontece nas quatro igrejas mais antigas de Coimbra.

Em França, Allemanha e Inglaterra começam a apparecer os characteres do estylo byzantino nos fins do seculo X e no seculo XI, quando os seus habitantes principiaram tambem pelas viagens, pelo commercio ou por outras vias a ter relações com o oriente e com a Italia do norte. Edificaram-se igrejas inteiramente ao modo oriental, não com a fórma da cruz latina, mas com a da cruz grega e com uma ou muitas cupolas de grandes dimensões, em natural correspondencia com esta fórma. Porém, na maior parte das igrejas, e entre ellas nas de Coimbra, observa-se apenas a ornamentação com characteres byzantinos, conservando-se inalterada a fórma da cruz latina e todos os elementos architectonicos respectivos á estructura geral e planta dos edificios, derivados da basilica romana. Só a antiga cupola da Sé Velha, hoje destruida, faz lembrar as de algumas igrejas byzantinas edificadas em França<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Na Hespanha ha algumas igrejas construidas no seculo XII com torres quadrangulares terminadas em pyramides e com dois ou três andares, como foi a torre da Sé Velha.

O estylo byzantino, modificando assim em grande parte da Europa o estylo latino ou romão, ou romanico, hem como dizem os hespanhoes, originou um novo estylo, que racionalmente alguns archeologos denominaram *romano-byzantino*, depois de ser já conhecido pelos nomes vulgares de *lombardo*, *normando*, *saxonio*, etc., conforme o povo que o introduziu ou donde foi transportado para aquelle que lhe deu o nome<sup>1</sup>.

As egrejas mais antigas de Coimbra são d'este estylo romano-byzantino, como se prova pela inserção directa dos arcos sobre os capiteis, pelos fustes esculpidos, pelos desenhos das molduras, e emfim pelas janellas geminadas. Por tanto não se hão reputar anteriores ao tempo em que elle se diffundiu pela Europa, que, excepto na Italia, foi, como disse, nos fins do seculo x e no seculo xi. Os reinados de Fernando Magno, e mais particularmente de Affonso vi, em toda a Peninsula, e o governo do conde D. Henrique e reinado de D. Affonso Henriques, em Portugal, offerceram as condições mais vantajosas para chegar até ao occidente da Europa aquelle estylo, pela vinda de muitos estrangeiros, chegando a constituir-se até colonias de francos na provincia do Minho. Entre esses estrangeiros vieram muitos artistas.

No portal da igreja de S. Thiago apparecem muito evidentes os caracteres byzantinos. Na porta lateral até os capiteis são quasi cubicos, fórma characteristic e privativa d'aquelle estylo; com quanto os capiteis rigorosamente byzantinos se não encontram, como disse, na maior parte das egrejas do occidente, em que abundam outros caracteres do mesmo estylo. Comparando a archivolta d'esta ultima porta e a cornija que tem por cima com a archivolta e cornija respectivas da porta principal de S. Salvador, achar-se-hão extremamente similhantes. As columnas parecem ter sido renovadas em epocha posterior á edificação primitiva. Todavia entre ellas vê-se ainda um fuste de pedra mais branca e mais dura, ornada á maneira dos fustes das portas

<sup>1</sup> Os auctores hespanhoes designam geralmente pelo nome de *romanico* o estylo que, á imitação dos francezes, nós chamamos *romano-byzantino*. *Romão* é o adjectivo portuguez que melhor corresponde ao hespanhol *romanico*.

de S. Thiago. Esta circumstancia faz crível terem sido edificadas os dois templos, ou pelo menos as suas portas, em epochas proximas.

## VI

Creio ter demonstrado com evidencia, soccorrendo-me sómente dos characteres architectonicos, que as quatro egrejas mais antigas de Coimbra foram edificadas num periodo de duzentos annos, decorrido entre 1000 e 1200. E mui de proposito me abstive de lançar mão de outros argumentos, para mostrar a grande importancia da parte da archeologia, respectiva á architectura, nas questões d'esta especie, e, por tanto, o interesse que poderá ter em suas applicações á historia politica, e mais em particular á historia social.

Pelos characteres architectonicos diria que as egrejas de S. Salvador e S. Thiago teriam sido edificadas no seculo XI, se não tivesse visto portaes e capiteis semelhantes aos d'estas egrejas nas de S. Pedro em Leiria e de S. João de Alporão de Santarem. Ora, como estas ultimas foram indubitavelmente edificadas no seculo XII, é claro que tambem as outras o poderiam ser. A mim não me basta o exame archeologico para determinar dos dois seculos aquelle a que se hão de attribuir as duas egrejas conimbricenses. Algum archeologo mais conhecedor do que eu da architectura peninsular achará talvez characteres differenciaes que por mim não posso descobrir. Relativamente ás egrejas de S. Christovão e Sé Velha menos difficil me parece designar-lhes as edades. Occupar-me-hei agora d'este problema, esperando que a sua solução me dará algum subsidio para indirectamente resolver o outro, insolúvel, como disse, á luz da archeologia.

Nas egrejas de S. Christovão e da Sé Velha apparecem já characteres architectonicos importantes para se reputarem edificações do seculo XII e não do seculo XI. A esculptura dos capiteis, a solidez da abobada, a perfeição do apparelho e a elegante disposição dos gigantes, a reunião das columnas em feixes e a existencia de gargulas bem esculpidas, correspondem á epocha mais

perfeita do estylo romano-byzantino, ao seu ultimo periodo, que alguns archeologos consideram ter decorrido de 1100 a 1200. Os labores dos capiteis são tão perfeitos, que difficilmente se encontrarão outros que os excedam, ainda nos templos do estylo ogival, construidos dois ou tres seculos depois.

Com relação aos dois templos ha documentos que confirmam as indicações da archeologia. Um é a carta, pela qual o bispo D. Gonçalo deu licença a João Peculiar e outros religiosos para fundarem a igreja de S. Christovão. Este bispo governou a diocese conimbricense desde 1109 a 1128. Outro é uma memoria lançada no Livro Preto da sé, onde se descreveram as obras feitas pelo bispo D. Miguel e se nomêam os mestres Roberto e Bernardo que as dirigiram, e de modo tal que se conhece ter sido uma edificação dos alicerces. Este bispo D. Miguel cingiu a mitra pelos annos de 1162 a 1176. Fica assim demonstrado pelos characteres architectonicos o seculo, e por este documento o quartel de seculo em que foi edificada a Sé Velha.

Mas a inscripção arabiga? Perguntar-me-ha ainda algum dos que abrem os ouvidos ás tradições vulgares e fecham os olhos á evidencia dos argumentos. Depois de conhecidos os factos constantes da minha demonstração, o letreiro arabigo, signifique o que significar, não póde de modo nenhum servir de prova em contrario ao que attestam a architectura e a historia. Entretanto não se diga que receio entrar na impugnação de um argumento que modernamente adduzem os que pretendem remontar a edificação da velha cathedral á epocha dos arabes, folgando de ver num templo com fórma crucial uma mesquita de moiros.

A inscripção ha poucos annos sómente é conhecida. Está numa pedra da parede septemtrional do templo e num lugar da parede totalmente liso, para o qual nada chama a attenção do observador. Alguem a traduziu assim:

«Honra e gloria em especial foi dada a este lugar pela nossa assistencia nelle. Exaltado seja aquelle que o tornou em lugar de asylo para os que vieram guardal-o e defendel-o.»

Por acaso me veiu á mão uma nota do traductor que se jactava de demonstrar pela interpretação que fizera dos characteres

*greco — barbaro — syriacos*, gravados nas paredes, e dos caracteres *arabico — cufico — mixtos* da inscripção :

- 1.º Que a Sé Velha de Coimbra fôra edificada no seculo v;
- 2.º Que no seculo VIII a transformara em alcaçar ou castello militar Ali-Habuacem, a quem a inscripção se refere e tambem um documento de Lorvão transcripto por Fr. Bernardo de Brito.

Em tudo isto havia razões mais que sufficientes para duvidar da traducção, ou para suppôr que mereceria tanto credito como o documento com que o traductor pretendia auctorisal-a e que todos os criticos reputam apocrypho.

O sr. D. Paschoal de Gayangos, a quem remetti a inscripção, tirada em papel á maneira das provas typographicas, reputa a mutilada no principio e no fim e entende que as palavras restantes significarão :

«.... *Edificou-o com solidez Amed Ben Ismael por mandado de....*»

Observou mais o sr. Gayangos que a linha de caracteres arabigos que decompoz em palavras não podia de modo nenhum dar uma versão tão extensa como a que apresentara quem primeiro fingira traduzil-a.

## VII

Infelizmente dos documentos relativos ás egrejas de S. Salvador e S. Thiago nada se infere com respeito á epocha em que seriam edificadas. Sendo, porém, como com varias provas o tenho mostrado, muito mais imperfeitas na architectura que as de S. Christovão e da Sé Velha, mais provavel parecerá terem sido antes edificadas no seculo XI que no seculo XII. E quem assim o julgar irá conforme com a tradição, que remonta a construcção da igreja de S. Thiago ao tempo de Fernando Magno; e com um documento que attesta a existencia da igreja de S. Salvador já pelos annos de 1064 durando ainda a dominação sarracena. Mas a tradição por si só não faz prova em juizo; e o documento apenas demonstra que havia em Coimbra por aquelle tempo a igreja de S. Salvador, sem nos dizer se o edificio que subsiste hoje será o que já então existia ou obra posterior ao tempo da conquista.

Que as igrejas de S. Salvador e de S. Thiago não foram construídas no século X ou em qualquer das épocas anteriores em que a cidade pertenceu aos christãos, prova-se não sómente com as razões já ponderadas deduzidas do estylo architectonico, mas tambem por um documento, que mostra qual fosse a inferioridade das artes de Coimbra nos fins do século X. Este documento, publicado no *Portugal Renascido* por Fr. Manuel da Rocha, é uma memoria escripta em latim barbaro no livro dos testamentos de Lorvão. Nella se refere que em tempo do Abbade Primo (978 a 985) viera de Cordova para aquelle mosteiro mestre Zacharias, o qual o concelho de Coimbra mandou pedir ao abbade que lh'o dêsse para lhe fazer pontes em seus ribeiros. Respondeu o abbade que sim. Porém que, por memoria, acompanharia o mestre. Vieram ambos pois, e, chegando a Ilhastro (juncto ao logar que chamam hoje Fornos) ahi assentou o abbade a sua tenda, e mandou aos homens da terra que trouxessem carros, pedra e cal, com o que fizeram uma ponte. Vieram a Cozelhas e construíram outra. Vieram áilharga do Bussaco e construíram outra. E ultimamente, chegando á ribeira de Forma, construíram outra ponte e juncto d'ella uns moinhos.

Prova-se, por tanto, com evidencia que no ultimo quartel do século X não havia em Coimbra pedreiros capazes de fazer, ao menos com segurança, as pontes dos minguados ribeiros circumvisinhos, que um mosteiro rico situado a tres leguas da cidade, mandava vir de Cordova um mestre de obras para supprir a falta de artifices nesta parte remota dos dominios de el-rei de Leão; que o concelho de Coimbra deputava uma embaixada ao abbade do mosteiro, como se lá estivera o melhor dos architectos; e finalmente que o poderoso donatario, por fazer favor á cidade, ou antes por zelar os interesses do convento, acompanhava o mestre cordovez pelo territorio conimbricense, estacionando com elle pelas margens dos ribeiros e presidindo á construcção das pontes e moinhos, como se foram obras admiraveis de grande e primorosa fabrica.

Este documento é importantissimo por contrariar mui claramente, e sem que lhes seja necessario estudarem a archeologia,

as pretensões de algumas pessoas que não acabam de convencer-se de que não podem ser anteriores ao anno de 1000 as mais antigas egrejas conimbricenses. Parece que receiam rebaixar-lhes o preço diminuindo-lhes a idade. Como redondamente se enganam! No animo de qualquer junta de parochia ou de outra corporação superior mais quatro seculos menos quatro seculos nenhum peso têm, para que deixem de decretar a demolição ou ao menos a caiadela ou qualquer outra conspurcação de algum d'esses venerandos monumentos.

Desejando, pois, saber se o documento se poderia reputar autentico, perguntei uma vez em Evora ao sr. Alexandre Herculano que opinião tinha a este respeito. Respondeu-me que duvidara em principio, suspeitando que seria apocrypho, porém que a final se convencera de que não havia fundamento para tal suspeita.

Nem é para extranhar a miseria a que, nos primeiros seculos da idade media, tinham chegado as artes onde em tempo dos romanos tanto haviam florescido. Á invasão dos vandalos, suevos e alanos no seculo v seguiram-se porfiadas lutas entre estes barbaros e os wisigodos, que sómente no anno de 586 se viram alfin senhores de toda a Hespanha. Pouco mais de um seculo depois os moiros assenhorearam-se da Peninsula. Seculo e meio mais tarde Affonso III tomava aos mouros a cidade de Coimbra, ou a povoação que em seu logar existia com outro nome<sup>1</sup>. Reconquistada por Al-manssor no seculo seguinte, tornou ao poder dos christãos e ficou definitivamente sujeita ao seu dominio em 1064. A algumas d'estas conquistas seguiram-se a destruição e despoção da cidade. Vivendo em tamanha incerteza aquelles que habitassem dentro de seus muros não poderiam cultivar as artes. Tractariam apenas de obter o que lhes fosse strictamente indispensavel para subsistirem, e de que lhes não viessem a faltar meios de defesa, ameaçados como estavam sempre os christãos pelos moiros e estes por aquelles. Dos templos arabes não resta um só

<sup>1</sup> A cidade de Eminio? Vej. no tom. xvii d'este jornal a pag. 80 e 270 as opiniões que a este respeito expenderam na secção de archeologia do Instituto o sr. Miguel Osorio e o auctor.



vestigio, não sómente em Coimbra mas em todo o Portugal. Se os christãos destruiam as mesquitas, os moiros não poupariam muito as egrejas, ao menos na occasião de maior effervescencia.

A imperfeição da architectura, o serem os templos feitos de pedra e barro explicam a facilidade com que seriam destruidos não só pela acção promptamente devastadora da moirisma, porém até pelo natural influxo do proprio tempo. Foi de pedra e barro a famosa sé de S. Thiago de Compostella até ao seculo x, em que a reedificou Affonso Magno com marmores que levou do Porto, onde tinham pertencido a edificios romanos. Dois seculos depois ainda D. Affonso v mandou construir em Leão um templo de tijolo e barro, que sagrou a S. João Baptista.

### VIII

Nos fins do seculo xi, alem das egrejas de S. Salvador e S. Thiago, que, pelas razões mencionadas, parece não serem posteriores a esse tempo, havia em Coimbra outras, de cuja architectura ninguem póde fazer idêa, por terem sido totalmente destruidas e substituidas por novas edificações. Havia a egreja de S. Bartholomeu, citada já em documentos do seculo x. A que foi demolida no seculo passado pareceu, por alicerces que se descobriram, ser edificio posterior ao primitivo. Havia mais a egreja de S. Pedro, existente em 1064, ao tempo da conquista; a de S. João de Almedina, a mesma talvez que a de Mirleus que D. Sesnando edificara; e finalmente a sé ou egreja de Sancta Maria, que não era com certeza o edificio que chamamos hoje Sé Velha, embora seja possivel ter existido no mesmo lugar.

Na segunda metade do seculo xi varias circumstancias contribuíram para desenvolver em Coimbra a arte de edificar, tornando-a muito mais perfeita do que era em tempos anteriores. A victoria de Fernando Magno em 1064 assignalou o principio de uma epocha memoravel na historia de Coimbra. Fazendo esta cidade capital de um extenso e importante condado, que tinha por limites naturaes o Douro ao norte e ao sul o Mondego, o rei

de Castella e Leão confiou-a ao governo de Sesnando, por quem fôra aconselhado a invadir esta parte da península iberica. Os poucos documentos que ficaram d'esse tempo attestam conformes o muito que D. Sesnando se empenhava em edificar e povoar. O ex-wasir do diwan de Ibn-Abbad, educado na côrte de Sevilha, pouco distante de Cordova, trouxera do centro da civilização arabe o gosto das artes, que naquella provincia da Hespanha floresciam, animadas pelo impulso que tinham recebido do illustrado governo de Al-manssor.

Começando a desenvolver-se no seculo XI, a architectura conimbricense teve mais rapido incremento e chegou a mais alto gráu de perfeição no seculo XII. Datam d'esta epocha os templos mais bem acabados e de estylo mais bem definido. Por infelicidade para a historia da architectura nacional quasi todos se perderam. As inundações do Mondego arruinaram o mosteiro de Sanct'Anna e a igreja velha de Sancta Justa. Os thesouros de el-rei D. Manuel e a vaidade dos cruzios fizeram desaparecer todos os vestigios da antiga igreja e mosteiro de Sancta Cruz<sup>1</sup>. A igreja de S. Christovão, que se conservara por mais tempo, cahiu, a final, aos golpes do camartello destruidor para se transformar num theatro. Resta-nos a Sé Velha, a antiga cathedral conimbricense, que racionalmente haveremos de suppôr obra de arte mais perfeita que as outras que se perderam.

## IX

Senhores: resta-me fallar-vos, na ultima parte da minha conferencia, da architectura religiosa em Coimbra nos seculos XIII, XIV e XV até ao reinado de D. João III, que foi, com relação ás artes, a epocha em que se operou completamente em Portugal a grande revolução que substituiu aos estylos usados na idade media os dos monumentos dos gregos e romanos ou da antiguidade classica. Se para tanto me não faltara o tempo, mostrar-vos-hia

<sup>1</sup> Excepto um arco e dois capiteis, que estão encobertos com o orgão na parede lateral da nave da igreja, da parte da Epistola.

a importância e vastidão do assumpto. Diria como a architectura ogival se desenvolveu na Europa e os principaes monumentos que produziu. Tractaria da sua introdução em Portugal e das phases por que passou em cada seculo. Estudal-a-hia em Alcobaça, Batalha, Thomar e Belem. Examinaria os caracteres particulares que tomou durante o reinado de D. Manuel a ponto de constituir um estylo que se differença por caracteres proprios d'aquelle que nós offerece a architectura ogival do mesmo tempo no resto da Europa. Estudaria, emfim, os poucos monumentos ogivaes que ainda restam em Coimbra. Sou, porém, forçado a concluir, limitando-me a indicar estes ultimos em breves palavras.

Da architectura ogival do seculo XIII teriamos hoje dois exemplares interessantes nas primitivas egrejas e conventos de S. Francisco e S. Domingos, se as cheias do Mondego não os destruíram totalmente. Foi tambem edificado neste seculo o mosteiro de Cellas. Reconstruido, porém, em varias epochas, não conserva hoje da primeira fabrica senão dois lanços do claustro. São mui curiosos os capiteis ornados com figuras que representam passos da vida do Salvador e de alguns sanctos. Encontram-se nelles mais proeminentes que nos de edificios anteriores os caracteres byzantinos.

Do seculo XIV temos ainda restos de um templo majestoso, dos maiores que se edificaram em Coimbra. São as ruínas de Sancta Clara a Velha. Esta egreja não estava ainda concluida no anno de 1327, como se prova pelo segundo testamento da rainha D. Isabel.

Interrompem-se por este tempo as construcções religiosas em Coimbra. Os monarchas portuguezes começam a preferir a rainha do Tejo á princeza do Mondego. Depois, desde o tempo de D. João I, as empresas maritimas ainda mais prendem em Lisboa os reis e a côrte. Assim, passa-se todo o seculo XV sem uma só edificação importante em Coimbra. E no reinado de D. Manuel, que distribue com mão prodiga templos e outros edificios por todo o reino, apenas se edificaram a egreja e claustro de Sancta Cruz e a capella dos paços reaes, hoje da Universidade.

Finda naturalmente aqui a exposição do meu assumpto. É pos-

sivel que duvideis de alguma das opiniões que tenho expendido em materia, em que tantas vezes faltam provas directas e decisivas. Num ponto, porém, me parece concordareis inteiramente comigo, e vem a ser em que, muito ao contrario do que hoje vemos, a architectura foi outr'ora uma arte conhecida, cultivada e apreciada em Coimbra.

Cousa notavel! Ao constituir-se a sociedade portugueza, numa epocha de contingencias, de perigos e lutas, a architectura desenvolve-se logo com rapidez, e produz monumentos perfeitos relativamente ao estado das artes, por esse tempo, nas outras nações da Europa. As crenças, o esforço, o genio guerreiro dos fundadores da monarchia, a solidez da sua obra foram fielmente interpretadas pelos architectos. O aspecto das sés de Lisboa e Coimbra, da igreja dos templarios em Thomar e de outros edificios parece ao mesmo tempo religioso e militar como o dos valerosos soldados de Affonso Henriques, a quem serviam e ao povo de templos e castellos; de templos para orar nos dias de paz, de castellos para orar e defender-se quando os inimigos da cruz a ameaçavam ou áquelles que a traziam por divisa.

Eis o que ha oito seculos symbolisava a architectura coimbricense. Tão bem, como eu, o sabeis vós. Agora o que eu e ninguém sabe é o que significa a architectura, não digo bem, a alvenaria contemporanea. Pertencerão, por ventura a algum estylo conhecido, representarão por acaso alguma idéa d'aquellas que as artes podem e devem traduzir... Não proseguirei. Tinha tencionado encerrar a minha conferencia com algumas palavras relativas a este assumpto das construcções modernas em Coimbra e tambem ao da conspurcação dos monumentos antigos. Parecem-me, porém, agora tão pequenos, tão mesquinhos em comparação d'aquelle que tenho tractado, que os julgo indignos d'este logar, da vossa attenção, e até das minhas proprias palavras!

A. FILIPPE SIMÕES.

## BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANOS DE 1872 E 1873

(Continuado do n.º 10, paginas 192)

51) — *Ephemerides Astronomicas calculadas para o meridiano do Observatorio da Universidade de Coimbra, para uso do mesmo Observatorio e da Navegação Portugueza, para o anno de 1874.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º gr., I-XII, 304 paginas, e umas Taboas de 1 a 16 paginas.

52) — para o anno de 1875. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º gr., I-XI, 304 paginas, e umas Taboas de 1 a 16 paginas.

Na Memoria da faculdade de Mathematica, escripta em 1872 pelo illustrado Lente jubilado da mesma faculdade, o sr. conselheiro Francisco de Castro Freire, vem a paginas 95 a 99 a historia da publicação da Ephemeride desde 1802 até aos nossos dias. A este bem elaborado trabalho addicionaremos os nomes dos lentes collaboradores, e os annos em que escreveram.

Existe desde 1804 até 1812, e depois 1826 e 1827 uma lacuna, pois estes annos não trazem os nomes dos collaboradores; e por este motivo só principiaremos em 1813, nos seguintes doutores: Antonio José de Araujo Sancta Barbara, desde 1813 até 1825; — Joaquim Maria d'Andrade, 1813 até 1825 e 1828; — Antonio Honorato de Caria e Moura, 1813 até 1824, depois 1841 até 1845; — Agostinho José Pinto d'Almeida, 1813 até 1825, depois 1841 e 1842; — Sebastião Corvo, 1813 até 1825; — Luiz Fortunato de Sousa, 1813 até 1820, e 1823 até 1825; — Joaquim Lebre de Vasconcellos, 1821 até 1825; — Thomaz d'Aquino de Carvalho, 1821 até 1825 e 1828, 1842 e 1844 até 1857, 1859 até 1863; — João Gonçalves de Miranda Peleijão, 1821 até 1824; — José Ferreira Pestana, 1828; — Guilherme José Antonio Dias Pegado, 1828; — Francisco Maria do Prado, 1828; — Filippe Folque, 1828; — Antonio d'Almeida e Vasconcellos, 1828; —

Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, 1841, 1842, 1846 até 1861, 1863 até 1875; — Abilio Affonso da Silva Monteiro, 1841 até 1854, 1865 até 1875; — Joaquim Gonçalves Mamede, 1841 até 1845; — Rufino Guerra Osorio, 1841 até 1846, 1848 até 1850, 1854, 1855 e 1862; — Jacome Luiz Sarmiento, 1844 até 1875; — Florencio Mago Barreto Feio, 1845 até 1857, 1859 até 1863; — Raymundo Venancio Rodrigues, 1847 até 1855 e 1862; — Francisco Pereira de Torres Coelho, 1855 até 1857, 1861 até 1863; — Luiz Albano d'Andrade Moraes, 1856 e 1857, 1859 até 1861, 1863, 1864 e 1866; — Thomaz Antonio d'Oliveira Lobo, 1857 até 1859; — Antonio José Teixeira, 1858; — José Pereira da Costa Cardoso, 1859 e 1860, 1862 até 1865; — Antonio Pinto de Magalhães Aguiar, 1860 e 1861; — Bacharel formado Alvaro Kopke de Barbosa Ayalla, 1861; — Luiz da Costa e Almeida, 1861 até 1864, 1866 até 1869; — Francisco de Castro Freire, 1863 até 1875; — João José d'Antas Souto Rodrigues, 1871 até 1875.

Alem de muitos e importantes trabalhos mathematicos que andam junctos ás Ephemerides, mencionados na Memoria do sr. conselheiro Castro Freire, encontram-se umas taboas cosmographicas dos portos, cabos, ilhas e logares das costas maritimas do orbe terraqueo, pela ordem das mesmas costas, com as suas latitudes e longitudes contadas do meridiano do Observatorio da Universidade de Coimbra, cuja publicação sahiu pela primeira vez na Ephemeride de 1806 e 1807, 1809 até 1814, 1816 até 1828.

Interrompida a Ephemeride em 1828, só nos annos de 1849, 1850 e 1852 continuaram a sahir aquellas taboas, não tornando a publicar-se até hoje.

Para complemento d'esta pequena historia vejam-se no que diz respeito á organização actual da Ephemeride, e ao modo como são feitos os seus calculos, e ao uso das *taboas* que vão junctas aos volumes respectivos, as advertencias que precedem os mesmos volumes, destinados aos annos de 1863, 1873 e 1874, e as suas *taboas auxiliares*, alem da Memoria já citada (de cujo auctor fallamos na letra F) e o *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, vol. 2.º, pagina 228.

Ernesto Rodolpho Hintz Ribeiro, filho de Manuel José Ribeiro, nasceu em Ponta Delgada, (Açores) aos 7 de novembro de 1849.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Direito em 1866, fez formatura em 1871, e recebeu o gráu de doutor em 1872. Escreveu e publicou:

53) — *O caso julgado e os documentos particulares segundo o Código Civil portuguez*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 1.ª e 2.ª parte, 220 paginas.

54) — *Dos fideicommissos no Direito Civil moderno, commentario aos artigos 1866 a 1874 do Código Civil portuguez*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 280 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: *À memoria de meus paes.*

55) — *Theses selectas de direito as quaes, presidindo o ill.º e ex.º sr. doutor Bernardo de Serpa Pimentel, dignissimo Lente cathedratico da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, se propõe defender para obter o gráu de doutor Ernesto Rodolpho Hintz Ribeiro*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 8.º, 21 paginas.

Estas theses, que são em latim e portuguez, têm o seguinte offerecimento: *Ao ill.º e ex.º sr. dr. Augusto Cesar Barjona de Freitas, do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretario d'Estado, Gran-Cruz da Ordem de Carlos III de Hespanha, Lente cathedratico da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.*

O livro com o n.º 53 é a Dissertação defendida em acto de licenciatura de 8 de fevereiro. No pequeno prefacio escreveu o auctor o motivo por que vai juncto o escripto do sr. Julio Marques de Vilhena — *A prova por documentos particulares*, que fórma a segunda parte d'este volume desde paginas 104 a 220. Diz elle: — «Finalmente, devidas a pennas diversas, foram motivos de se imprimirem junctas a afinidade de suas doutrinas e a estreita amizade de seus auctores.»

O livro com o n.º 54 é a Dissertação inaugural para o acto de

conclusões magnas na faculdade de Direito, que defendeu no dia 14 de junho de 1872.

Este auctor é já bem conhecido pela sua publicação sobre *Direito Commercial* em 1870, e por alguns artigos insertos em diversos jornaes litterarios.

56) — *Estatutos da Sancta Irmandade dos Clerigos na cidade de Coimbra, reformados e confirmados em 1694, sendo juizes o reverendo conego Antão Saraiva, e o reverendo licenciado Ivo de Almeida, e escrivão o reverendo licenciado Manuel da Piedade.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 46 paginas, com o indice e a reforma com a paginação de 1 a 10.

Governava a mitra de Coimbra o sr. D. Jorge d'Almeida (1483 a 1543), quando se reuniram alguns clerigos para formar uma confraria sua, e conseguindo o seu caridoso fim, pozeram-lhe o nome de — *Irmandade dos Clerigos Pobres.*

Esta modestissima confraria, como o seu titulo indica, teve o seu primeiro assento na igreja da Sé Cathedral; mas, como a experiencia lhes mostrou a impossibilidade de naquelle templo poderem fazer os officios que lhes eram marcados no seu estatuto, foi trasladada para a igreja de S. Christovão, por ser esta mais apta para a commodidade dos irmãos, e estar collocada no coração da cidade. E porque não tinham capella propriamente sua, mais tarde resolveu trasladar-se para a igreja de S. João d'Almedina, não pelos irmãos se juntarem com menos incommodo, mas porque obtiveram capella e commodidades que em nenhuma outra lhes concederam.

Os estatutos de 1530 e 1576 foram reformados nos de 1695; porém, como pela sua muita antiguidade em parte eram letra morta, resolveram os juizes, dr. Antonio José de Freitas Honorato (hoje Arcebispo de Mytilene) e Bacharel Antonio Joaquim de Sá e Mendonça com a mesa proceder á sua reforma, cujos trabalhos foram discutidos e approvados (na sessão de 23 de outubro de 1871) pela assembléa geral da Irmandade. E sendo examinada esta reformação pelo Governador Civil, lhe mandou passar alvará de approvação em 2 de março de 1872.



57) — **Estatutos da Sociedade Recreativa Olhanense.** Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 23 paginas.

Na villa de Olhão se fundou em 20 de março de 1858 esta Sociedade, de que foi primeiro presidente o sr. Thomaz Caetano de Gouvêa Machado. Tem ella por fim não só o que é recreativo, como *musica, dança e jogos*, mas tambem o que é litterario por meio do seu *gabinete de leitura*. No artigo 59.º d'estes estatutos preveniram os seus fundadores o futuro destino das alaias d'esta Associação no caso de em algum tempo se dissolver, pois determinam que todo o espolio seja entregue ao hospital, ou a outro qualquer estabelecimento d'esta natureza, que houver na villa de Olhão; e não o havendo, seja então destinado para fundação ou dotação d'uma escola publica de instrucção primaria, tambem na mesma villa. Estes estatutos são já uma reforma dos primitivos, por que se regia esta Sociedade; porém, cousa notavel, não trazem *data* nem *assignatura*, e conhece-se que estão ultimados pela palavra *fim* escripta na ultima pagina.

58) — **Estudos de Philosophia Politica feitos em 1871-1872 por uma das commissões do 3.º anno da faculdade de Direito.** Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 80 paginas.

O Lente cathedratico de Direito Administrativo, o dr. Manuel Emygdio Garcia, na regencia da sua cadeira no 3.º anno da mesma faculdade, propoz aos seus discipulos entre outros os dois quesitos seguintes para resolverem :

1.º — *Como se poderá conciliar o principio da soberania popular com o systema da representação nacional, adoptada nos differentes Estados da Europa e do Novo Mundo?*

2.º — *Exame critico das objecções levantadas contra a verdade theorica e execução effectiva do governo democratico propriamente dicto.*

Dividido o curso em commissões, foi este livro o *parecer* do relator, o sr. Augusto Manuel Alves da Veiga. Veja-se Antonio Candido de Figueiredo no seu *parecer*, resultado d'outra commissão no mesmo anno.

## F

**Filomeno da Camara Mello Cabral**, filho de Antonio Jacintho da Camara, nasceu em Ponta Delgada (Açores) aos 18 de julho de 1844.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno de Mathematica e Philosophia, como preparatorio para a faculdade de Medicina, em 1861. Matriculou-se no 1.º anno do curso medico em 1864, fez formatura em 1869, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1870.

Foi despachado Lente substituto por decreto de 15 de maio de 1873. Escreveu e publicou :

59) — *Principios geraes da Medicação thermal, com uma noticia sobre as aguas mineraes do Valle das furnas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, VII, 74 paginas.

Este livro é a Dissertação para o concurso a uma das cadeiras da faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, e sendo approvado pela mesma faculdade, foi despachado Lente pelo decreto acima citado.

Tem este auctor mais algumas publicações sobre o ramo das sciencias medicas.

**Francisco Adolpho Manso-Preto**, filho de José Joaquim Manso-Preto, nasceu em Coimbra aos 20 de fevereiro de 1849.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Mathematica em 1864, fez formatura em 1869, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1873.

É Professor de Mathematica elementar, Socio effectivo do Instituto de Coimbra e collaborador do seu jornal. Escreveu e publicou :

60) — *Vibrações de cordas. Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 92 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: A meu Pae.

61) — *Theses de Mathematica applicadas, as quaes, sob a presidencia do ex.<sup>mo</sup> e sapientissimo senhor dr. Raymundo Venancio Rodrigues, Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa, Lente de vespera da faculdade de Mathematica, se propõe defender na Universidade de Coimbra, para obter o gráu de doutor, no dia 5 de julho de 1873, Francisco Adolpho Manso-Preto.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 17 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: A sua Mãe, seu Irmão e sua Thia D. Augusta Carolina Manso-Preto.

Francisco Augusto Corrêa Barata, filho de Joaquim José da Silva Barata, nasceu em Loulé, districto de Faro aos 3 de abril de 1847.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Philosophia em 1866, fez formatura em 1870, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1872.

É Lente substituto da faculdade de Philosophia, despachado por decreto de 7 de maio de 1873, e Socio effectivo do Instituto de Coimbra. Escreveu e publicou:

62) — *As raças historicas da peninsula iberica:*

I — *Raças celto-phenicio, hispano-latino e gothico-romano.*

II — *A pretendida raça mosarabe.*

III — *Celtiberos e latinos.*

Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 47 paginas.

63) — *Origens anthropologicas da Europa.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 84 paginas.

A obra citada com o n.º 62 veio publicada nas columnas do *Instituto*, vol. XVI, paginas 121 a 130; sendo porém convertida em livro, appareceu mais correcta. A do n.º 63 é a Dissertação para o concurso a uma das cadeiras da faculdade de Philosophia na Universidade de Coimbra, e sendo por esta approvado, foi despachado Lente pelo decreto acima citado.

Tem este auctor mais publicações e muitos artigos sobre a sciencia philosophica em diversos jornaes, especialmente no *Instituto*, de que é um dos redactores.

Francisco (Don) Castellano y Medero, filho de Don Jacintho Castellano, nasceu na cidade do Porto de Sancta Maria, provincia de Cadiz e arcebispado de Sevilha aos 25 de julho de 1845.

É Presbytero, e cursou os 7 annos dos estudos theologicos nos seguintes Seminarios: no de Cadiz os quatro primeiros annos, desde 1863 até 1867; no de Sevilha o quinto anno de 1867 a 1868; no das Canarias o sexto anno de 1868 a 1869, e neste anno tomou o gráu de bacharel em Theologia, e foi gratuito, por obter desde o 2.º anno de Philosophia (preparatorio) a qualificação de *Meritissimus*, continuando o septimo e ultimo anno no Seminario de Cadiz em 1871 a 1872. É orador sagrado, e como tal escreveu e publicou:

64) — *Sermon, que en la festividad de la Asuncion de la SS.ª Virgen María, y con motivo de la primera misa del Pbr.º D. Antonio Valient y Medero, Doctor en Sagrada Teologia, Catedrático de Teologia Dogmatica en el Seminario de Vizeu, pronunció en la iglesia de la Mina de St.º Domingo el juéves 15 de agosto de 1872. Coimbra, Imprenta de la Universidad, 1873, 8.º, 32 paginas.*

Este sermão foi prégado na egreja da Mina de S. Domingos (Alemtejo) por occasião de celebrar a sua primeira Missa o sr. dr. Antonio Sebastião Valente, de quem fallámos a pagina 88.

Francisco de Castro Freire, filho de Francisco Antonio de Castro, nasceu no lugar de S. Silvestre, districto de Coimbra aos 23 de setembro de 1809.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Mathematica em 1824, fez formatura em 1830, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 31 de julho de 1836. Como repetente foi, desde 1835, encarregado da regencia de varias cadeiras na faculdade.

É do Conselho de Sua Majestade, Commendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, antigo vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, Lente de prima jubilado da faculdade de Mathematica. Membro correspondente da Sociedade de Emulação

do Allier, Socio effectivo e por vezes presidente do Instituto de Coimbra, honorario da Associação dos Artistas da mesma cidade e collaborador, não só do jornal *O Instituto*, mas tambem de outros scientificos e litterarios, como a *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*; *Revista Academica*; *Trovador*; *Prisma* e *Preludios Litterarios*.

Tambem tem collaborado na *Ephemeride Astronomica* desde 1863. Escreveu e publicou:

65) — *Memoria historica da faculdade de Mathematica nos cem annos decorridos, desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 4.º, 192 paginas.

Foi eleito o auctor para escrever esta memoria no conselho da faculdade de Mathematica, em congregação de 22 de março de 1872.

No *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 2.º, pagina 366 e tomo 9.º, pagina 276, vêm mencionadas varias publicações d'este auctor.

Póde ver-se o que escreveu no *Instituto*, vol. XVI, pagina 168, no artigo sobre a festa do Centenario, o sr. A. A. da Fonseca Pinto.

**Francisco José Duarte Nazareth**, filho de Antonio José Duarte, nasceu em Coimbra aos 15 de março de 1805 e falleceu na mesma cidade aos 14 de julho de 1862.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno juridico em 1820, fez formatura na faculdade de Canones em 1825, e recebeu o gráu de doutor na mesma faculdade em 1826. /35

Era Lente cathedratico jubilado da faculdade de Direito, Deputado em differentes legislaturas, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da antiga Sociedade juridica, da Associação dos Advogados de Lisboa, Socio effectivo e por vezes presidente do Instituto de Coimbra.

O seu editor, o sr. J. A. Orcel, publicou:

66) — *Elementos do processo civil, para uso dos seus discipulos, segunda parte*. Terceira edição feita sobre o exem-

*plar do proprio auctor, e com muitas addições e correções que nelle se acham. Volume segundo. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, 8.º, vi, 276 paginas.*

D'este insigne jurisconsulto, que honrou Coimbra como seu filho e illustrou a Universidade como seu professor, diz o sr. A. A. da Fonseca Pinto nos seus *Esboços biographicos*: «Pela penna, pois, collocou-se o nosso mestre ao lado dos mais illustres escriptores do nosso Direito, e o seu nome ha de ser citado com o mesmo respeito com que se ouvem e citam os de tantos, insignes e abalisados jurisconsultos.»

Das suas obras escreve o sr. Innocencio Francisco da Silva, no seu *Diccionario Bibliographico*, vol. 2.º, pagina 403, o seguinte: «Segundo o voto auctorizado de alguns criticos entendidos, nada deixam a desejar, tanto no que diz respeito á boa e methodica disposição das materias, e profunda intelligencia da practica forense, como no tocante á lucidez da exposição, sem prejuizo do estylo conciso em que são escriptas.»

Este livro principiou a sua impressão no anno de 1871, porém foi acabado em 1872, e por este motivo vai nesta bibliographia.

Francisco de Sousa do Prado de Lacerda, filho do antigo Coronel de Melicias de Leiria e Thomar, Raymundo Verissimo de Sousa Lacerda, nasceu na villa de Aljubarrota a 1 de janeiro de 1827.

Habilitou-se com todos os preparatorios em Lisboa, entrou para o Seminario patriarchal de Santarem onde com muito distincção completou o curso theologico.

Ordenado de Presbytero em Lisboa em 1854, foi despachado, por decreto de 23 de janeiro de 1855, Prior da freguezia de S. Braz da villa da Chamusca, onde está collado.

Sendo Ministro da Marinha o sr. Mendes Leal, este lhe offereceu a mitra d'Angola aos 23 de agosto de 1862, que recusou.

Foi despachado Vigario da Vara do Districto Eclesiastico da Chamusca em 22 de dezembro de 1862, e juiz dos casamentos em 12 de janeiro de 1863.

Por provisão de 4 de março de 1863 foram-lhe concedidas as honras de Conego de que faz uso. Escreveu e publicou:

67) — *Projecto de regulamento dos Vigários da Vara e divisão dos districtos ecclesiasticos do Patriarchado de Lisboa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 8.º, 52 paginas.

Precede esta publicação uma carta ao ex.<sup>mo</sup> sr. Patriarcha, D. Ignacio, em que o auctor agradece a honra de ser encarregado d'este importante trabalho, que, colligindo e organisando grande numero de disposições sobre os Vigários da Vara, mostra a necessidade nas actuaes circumstancias de se arredondarem os Districtos ecclesiasticos da Diocese Lisbonense.

Sua Em.<sup>a</sup>, achando de muita utilidade este trabalho, dignou-se approval-o, e bem assim o sr. Vigario Geral de Portalegre, o ex.<sup>mo</sup> sr. Martens Ferrão, que o propoz para a Diocese que governa, como regulador sobre doutrina geral e auxiliante nos pontos de practica, tanto quanto for compativel com as condições dos respectivos districtos ecclesiasticos, isto em 13 de janeiro do corrente anno.

(Continúa.)

A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

